



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

LUANA DA SILVA OLIVEIRA

**CÁSCIA FRADE E O FOLCLORE
FLUMINENSE: TRAJETÓRIA DO
PATRIMÔNIO IMATERIAL NO RIO DE
JANEIRO (1970-2016)**

Luana da Silva Oliveira

**CÁSCIA FRADE E O FOLCLORE FLUMINENSE:
Trajetória do patrimônio imaterial no Rio de Janeiro (1970-2016)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História

Linha de pesquisa: Patrimônio, Ensino de História e Historiografia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Romeiro Chuva

Rio de Janeiro
2019

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

O48 Oliveira, Luana da Silva
CÁSCIA FRADE E O FOLCLORE FLUMINENSE: trajetória do patrimônio imaterial no Rio de Janeiro (1970-2016) / Luana da Silva Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2019.
257 f.

Orientadora: Márcia Regina Romeiro Chuva .
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Folclore. 2. Patrimônio imaterial. 3. Estudo de trajetória. I. Chuva , Márcia Regina Romeiro , orient. II. Título.

Luana da Silva Oliveira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Romeiro Chuva – PPGH, UNIRIO (orientadora)

Prof^a. Dr^a. Leila Bianchi Aguiar – PPGH, UNIRIO (examinadora interna)

Prof^a. Dr^a. Martha Campos Abreu – PPGH, UFF (examinador externo)

Prof^a. Dr^a. Regina Maria do Rego Monteiro Abreu – PPGMS, UNIRIO (examinador interno)

Prof^o Dr. Antônio Gilberto Ramos Nogueira – PPGH – UFC (examinador externo)

Prof. Dra^a Anita Correia Lima de Almeida (suplente)

Rio de Janeiro
2019

*Aos meus pais, que me criaram livre e me permitiram chegar até aqui.
A Matheus e Francisco por serem a família que eu construí.*

AGRADECIMENTOS

*“E nada pedi
Entreguei ao mar
E nada pedi
Só agradei...”
(Gerônimo)*

Agradecer, sentir gratidão... Talvez a gratidão seja um dos sentimentos mais nobres do homem, o entendimento de que mesmo nos momentos de maior dificuldade temos a oportunidade de aprender, crescer e amadurecer. Por isso, ao chegar até aqui, ao final de um curso de doutorado, a conquista de um grande sonho, tenho muito, mas muito mesmo que agradecer.

Inicialmente agradeço à minha orientadora, Márcia Chuva por ter me acolhido e incentivado a enfrentar todos os desafios para formalizar um novo projeto de pesquisa e desenvolvê-lo. Seu olhar atento de historiadora do patrimônio me deu segurança e sua presença constante na leitura de cada palavra do meu texto, me fez conseguir concluí-lo. Além da relação formal de uma orientação, agradeço pela sororidade, pelo olhar de mulher que compartilha lutas e compreende as instabilidades da vida.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da Unirio que me recebeu, com seus funcionários e professores, e forneceu estrutura para o desenvolvimento do curso e compromisso com uma formação de excelência. Além das disciplinas cursadas com os professores Ricardo Salles e Mariana Muaze, a participação no grupo de estudos coordenado pelas professoras Leila Bianchi e Márcia Chuva oportunizou debates que foram muito importantes na minha formação, por isso fica meu agradecimento a todos os seus membros que com companheirismo participaram da construção da minha pesquisa.

Deixo um agradecimento especial à amiga Brenda que ingressou no doutorado pelo mesmo processo seletivo que eu, que juntas fomos para o estágio de Doutorado Sanduíche em Portugal e de lá, com um ano de diferença, voltamos grávidas. Obrigada pela força e por compartilhar tantos momentos, sigo torcendo por você.

À Capes, agradeço pela oportunidade de participar do Programa de Doutorado Sanduíche e passar quatro meses em Portugal em um estágio supervisionado pelo antropólogo João Leal, a quem deixo meu agradecimento, experiência que contribuiu de forma significativa para o amadurecimento das questões da pesquisa a partir do diálogo com a Antropologia.

Agradeço aos professores que se dispuseram a participar da minha banca.

Professora Leila Bianchi que, através do grupo de estudos, acompanhou todas as etapas da pesquisa e participou da qualificação com apontamentos decisivos que contribuíram muito para uma reestruturação da tese. Professora Martha Abreu, minha querida orientadora de iniciação científica, professora que me inseriu na temática da cultura popular e abriu meu olhar para a história da resistência negra e de jongos, calangos e folias; nosso encontro me transformou. Professora Regina Abreu, organizadora da obra que me introduziu nas discussões do patrimônio imaterial, será uma honra receber suas contribuições. Professor Antônio Gilberto Nogueira, companheiro de orientação no período do Doutorado Sanduíche, foi um orientador indireto dessa pesquisa, guardo com carinho as lembranças do nosso tempo em terras lusitanas.

Agradeço também às instituições de pesquisa por onde passei que, mesmo enfrentando as dificuldades e precariedades do serviço público no Brasil, trabalham e contribuem para o atendimento aos pesquisadores: Departamento de Patrimônio Imaterial do INEPAC, Biblioteca Amadeu Amaral do CNFCP/ IPHAN e o Museu do Ingá.

Um agradecimento muito especial a Cásia Frade que me recebeu duas vezes em sua casa com generosidade e compartilhou suas memórias comigo, seu brilho nos olhos e sua experiência são inspiração para eu seguir no caminho das pesquisas com envolvimento e engajamento. Agradeço também a Ricardo Gomes Lima e a Claudia Marcia Ferreira por terem me concedido entrevistas que esclareceram e enriqueceram este trabalho.

Uma história singela e forte de um recente livro infantil que comprei para meu pequeno filho traz uma linda reflexão que ilustra bem tudo o que agradeço aqui. “Amoras” é o título do livro infantil do rapper Emicida que conta em versos a renovação de suas esperanças a partir de um diálogo com sua pequena. O autor compara a pureza e a profundidade da cabeça das crianças com Obatalá, o orixá que criou o mundo. Diz que neste planeta, Deus tem muitos nomes diferentes: “pra facilitar, decidi morar no brilho dos olhos da gente”. Sim, no brilho dos olhos encontramos Deus, no brilho dos olhos encontramos amor e é disso que falo nestes agradecimentos, de brilho nos olhos, do Deus que eu acredito que mora dentro de cada um de nós...

Neste percurso de 5 anos de estudos e pesquisas parece que a vida resolveu acontecer com mais intensidade que o normal. No seu movimento constante, muitos encontros, lindas chegadas e dolorosas partidas. Meu ingresso no doutorado foi marcado pelo encontro com o meu grande companheiro, o meu amor. Matheus é força, é determinação, é presença, obrigada por estar do meu lado e por entender minhas escolhas. Obrigada também por ter me dado uma nova família com seus pais, irmãos, cunhados, tias e sobrinhos.

Agradeço ao meu anjo inesperado, a pessoa que chegou na minha casa uma semana antes do meu filho nascer e que hoje cuida de todos nós com sorriso largo e abraço quente. Cida é uma guerreira de verdade que enfrenta as desigualdades do mundo com força e ternura. Tenho muita sorte de tê-la encontrado e sou grata por tudo que faz pela minha família.

Agradeço aos amigos que mesmo sem entender muito bem o meu afastamento, seguem meus amigos. Agradeço a duas amigas em especial, duas amizades marcadas pela distância física e pela força do pensamento. Natália é minha amiga de infância, crescemos juntas e juntas estamos criando nossos filhos, me deu sua doce Alice para batizar e batizou meu pequeno Francisco. Nossa amizade se refletiu em uma grande amizade entre nossos pais e formamos uma família. Tatiana é minha amiga dos tempos de faculdade, uma arquiteta mineira que às vezes sabe mais de mim que eu mesma, sua sensibilidade e sensatez são presentes, obrigada por compartilhar este momento e se solidarizar com as minhas questões de tese e de vida.

Tive o privilégio de ter bons exemplos dentro de casa, aos quinze anos assisti, pela primeira vez, a uma banca de doutorado e fiquei marcada por aquela experiência. Mais que doutora, minha amada tia Mairce é hoje baiana da Mangueira, obrigada pelo exemplo e pelo amor com que luta por seus ideais. Agradeço também a minha tia Marilene, a única irmã do meu pai que sempre foi mãe, avó e bisá de todos.

Impossível não falar dos meus queridos amigos da Associação Cultural Sementes D'África, os jongueiros de Barra do Pirai e de Eva Lúcia, a jongueira que confiou a mim sua história e me fez uma cidadã consciente da luta contra o racismo. Sua partida nos deixou desfalcados e seu ensinamento é nossa bandeira. Agradeço a Cosme Aurélio por seguir sem a Eva com o jongo e por ser presença no meu presente.

Agradeço também à equipe do Centro Cultural Aracy Carvalho Di Biase, meu espaço de trabalho, minha segunda casa, onde desenvolvo projetos e guardo amigos. Muito obrigada a toda equipe pela compreensão e apoio, em especial a Cida Di Biase que assumiu minha posição e permitiu meu afastamento para conclusão da tese. Obrigada também à Natália, Isabella, Giedre, Gisele e todos os professores. Agradeço assim ao Centro Universitário Geraldo Di Biase, ao Reitor Geraldo Di Biase Filho e a Pró Reitoria de Pós-graduação Pesquisa e Extensão, ao Pró-Reitor Dr. Francisco Sampaio, a Lucia Costa, Antonio Carlos,

Gabriela Adler. Agradeço também a Diretora do Instituto Superior de Educação Conceição Panizzi e ao coordenador do curso de História Paulo Célio. Agradeço também aos alunos do Curso de História do UGB que, com brilho nos olhos, alimentam minhas esperanças de um amanhã melhor, e, em especial, aos alunos que me acompanham no Projeto de Iniciação Científica de 2019.

Agradeço ao meu irmão Thiago, por dividir comigo uma base de família e por entender que nasci mais velha, mesmo sendo a caçula. Obrigada por ser o tio dindo mais apaixonado do mundo. Agradeço aos meus irmãos Thales e Anna Flávia, por dividirem comigo tantos momentos e aprendizados.

Refletir sobre a religiosidade e a fé foi algo presente no desafio de produção desta tese, por isso agradeço o encontro e acolhida de Oneida Terra e dos amigos da Pousada de Francisco. Também agradeço aos trabalhadores de luz que sempre me abraçam do Centro Espírita Pai José Cambinda.

Enfim, se cheguei até aqui, até a conclusão de uma tese de doutorado, foi porque me criaram livre para voar, me deram asas e me permitiram sonhar. Por isso, tenho que registrar nesses agradecimentos uma saudade que hoje aperta o meu peito, um nó na garganta que me acompanhou a cada dia que sentei diante do computador para escrever este texto, meu amado pai Marilon, que partiu há poucos meses e nos deixou o maior legado de amor que se pode pensar. O meu pai, o professor de filosofia que me fez querer ser professora, que dizia que se nascesse de novo seria professor de novo, porque ensinar é aprender e nessa dialética está o encanto da vida. É difícil pensar este momento sem a sua presença física, mas seu brilho segue conosco: “E nos seus olhos tinha tanto brilho/ Que mais que seu filho, eu virei seu fã”. Sim, “Livre para ser o que sempre foi – um mestre”.

Acredito nesta liberdade, na continuidade da vida e é incrível observar o brilho nos olhos do meu pequeno Francisco que chegou de supetão e que com sua inocência e alegria nos dá força para seguir. O processo de tornar-se mãe é transformador e talvez uma das maiores lições seja a de entender o que as nossas próprias mães passaram para nos criar e com isso, um amor que já era enorme torna-se ainda maior. Minha mãe, Marilza, tem brilho firme e constante, é alicerce, faltam palavras para agradecer tudo que faz por mim, tudo que faz por nós, por todos que tem a sorte de conviver com ela, nosso laço é eterno assim como minha gratidão.

RESUMO

A partir de estudo sobre os campos do folclore e do patrimônio cultural imaterial, entendemos que ambos possuem o mesmo objeto de interesse, nomeadamente as práticas e tradições culturais, e o que os distingue é a forma de abordagem. Essa mudança é explicada pela alteração dos contextos e a elaboração de novos conceitos e debates. Nesse sentido, a história da trajetória profissional e acadêmica de Cáscia Frade no Estado do Rio de Janeiro, além de percorrer os objetivos iniciais dos estudos folclóricos, ao associar estudo das tradições e carreira acadêmica, é marcada pela ocupação de espaços importantes, começa no folclore e chega ao registro do patrimônio imaterial com o INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro. Desse modo, sua trajetória lança luz sobre um período, entre as décadas de 1970 e 1990, em que as ações de políticas públicas sobre o folclore e a cultura popular foram pouco estudadas, e avança até as discussões sobre as políticas do patrimônio cultural imaterial.

Palavras-chave: Folclore. Patrimônio imaterial. Estudo de trajetória.

ABSTRACT

From the study of the fields of folklore and immaterial cultural patrimony, we understand that both have the same object of interest, namely cultural practices and traditions, and what distinguishes them is a form of approach. This change is explained by changing contexts and creating new concepts and debates. In this sense, the history of the professional and academic career of Cáscia Frade in the State of Rio de Janeiro, besides going through the initial objectives of folkloric studies, associating the study of traditions and academic career, is marked by the occupation of important spaces, starts in the folklore and reaches the register of immaterial patrimony at the INRC of the Folias de Reis of Rio de Janeiro State. Thus, its trajectory sheds light on a period between the 1970s and 1990s that public policy actions on folklore and a popular culture were poorly studied, and advances to the discussions on cultural patrimony policies.

Keywords: Folklore. Immaterial patrimony. Trajectory study.

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
AI-3 - Ato Institucional número 3
AI-5 - Ato Institucional número 5
AL – Alagoas
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
C&T – Ciência e Tecnologia
CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CDFB - Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro
CDRH - Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Educação e Cultura
CECP - Centro de Estudos da Cultura Popular
CIAP - Comissão Internacional de Artes Populares
CIEPs - Centros Integrados de Educação Pública
CMB - Conservatório Brasileiro de Música
CNF– Conselho Nacional de Folclore
CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular
CNFL - Comissão Nacional de Folclore
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cpdoc – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DAC - Departamento de Assuntos Culturais
Decult/SR-3/UERJ - Departamento Cultural da Sub-reitoria de Extensão e Cultura
DPHA - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico
EMC - Educação Moral e Cívica
FAV - Faculdade Angel Vianna
FCCR - Fundação Cultural Cassiano Ricardo
FEMURJ - Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro
FIDERJ - Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro
FPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FUNARJ - Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes
FUNTERJ - Fundação de Teatros do Estado do Rio de Janeiro
IBECC - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IFB - Instituto do Folclore Brasileiro
II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
INF - Instituto Nacional de Folclore
INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABHOI UFF - Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MATP - Museu de Artes e Tradições Populares
MEC – Ministério da Educação
MFB - Movimento Folclórico Brasileiro
MG – Minas Gerais
MinC - Ministério da Cultura
ONG - Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas

OSPB - Organização Social e Política Brasileira
PAC - Plano de Ação Cultural
PB – Paraíba
PCH - Programa das Cidades Históricas
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDF – Portable Document Format
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PML - Prefeitura Municipal de Laranjeiras
PNC - Plano Nacional de Cultura
PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PV – Partido Verde
RN – Rio Grande do Norte
SECULT - Secretaria de Estado da Cultura
SEEC - Secretaria de Educação e Cultura do Estado
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SIEF- Sociedade Internacional de Etnologia e Folclore
TECAP - Textos Escolhidos de Cultura e Artes Populares
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

| | Página |
|---|--------|
| Quadro 1: Pesquisas Divisão de Folclore | 113 |
| Quadro 2: Produção Acadêmica de Cáscia Frade | 157 |
| Quadro 3: Prêmios e títulos recebidos por Cáscia Frade..... | 167 |

LISTA DE IMAGENS

| | Página |
|--|--------|
| Imagem 1: Série Folclore Brasileiro, livro Rio de Janeiro, de Cáscia Frade. | 73 |
| Imagem 2: Matéria de jornal sobre o lançamento da Série Folclore Brasileiro. | 75 |
| Imagem 3: Paulo Afonso Grisolli (à direita) com o Governador Faria Lima..... | 86 |
| Imagens 4 e 5: Livros Do Jeito Mais Simples volume I (à esquerda) e volume II (à direita), de 1976. | 96 |
| Imagem 6: Livro Guia do Folclore Fluminense, de 1985..... | 97 |
| Imagem 7: Trecho do livro Do jeito mais simples | 99 |
| Imagem 8: Ilustração do trecho “Folia de Reis” do livro Do jeito mais simples | 99 |
| Imagem 9: Livro “Do jeito simples”, vol. I, p. 71..... | 102 |
| Imagem 10: Tabela com o organograma de curso realizado de Curitiba em 1976 | 108 |
| Imagens 11 e 12: Registros das produções das atividades do Projeto Sala..... | 111 |
| Imagem 13: Equipe na Divisão de Folclore. | 115 |
| Imagem 14: Verso da foto: Preparativos para o I Congresso de Repentistas e Cantadores. Rio de Janeiro, 1980. Sede da Divisão de Folclore/ Rua Riachuelo. Sentido horário: esquerda p/ direita sentados Zé Duda, Lindalva, Daniel Nunes | 115 |
| Imagens 15 e 16: Faixa da Cooperativa de Cordel, na Feira de São Cristóvão e verso da foto: Faixa da Cooperativa de Cordel criada por Santa Helena, na Feira de São Cristóvão/1980 | 116 |
| Imagem 17: Capa da publicação “O Cordel no Grande Rio – Catálogo” | 117 |
| Imagens 18 e 19: Cáscia Frade com Raimundo Santa Helena e Gigante, Feira de São Cristóvão..... | 120 |
| Imagem 20: Página oficial do INEPAC com a informação da publicação e disponibilização do livro “Patrimônio cultural imaterial fluminense: cultura popular e diversidade”. | 122 |
| Imagens 21 e 22: Capa e folha de rosto do livro “Patrimônio cultural imaterial fluminense: cultura popular e diversidade” | 123 |
| Imagens 23 e 24: Gavino com sua angoma puíta/ Instrumentos do caxambu de Santo Antônio de Pádua | 128 |
| Imagem 25: Gavino com sua bandeira de São Sebastião | 128 |
| Imagens 26 e 27: Dionísio Matias. Faz Tambores. / Arlete Mateus. Faz Berimbau. “Biquinha”, Valença – RJ Em 20 de maio de 1978 | 130 |
| Imagens 28 e 29: Fotos do relatório original da pesquisa Artesanato dos Instrumentos Musicais. O violino de Patrocínio. | 131 |
| Imagens 30 e 31: Fotos do relatório original da pesquisa Artesanato dos Instrumentos Musicais. Tambor de jongo | 131 |

| | |
|---|-----|
| Imagem 32: Página do Livro de Tombo do Museu do Ingá..... | 132 |
| Imagens 33 e 34: Exposição: Imagens do Povo Máscaras, Devoção e Festa. 1º Encontro Latino Americano de Educação através da Arte, 1977 | 133 |
| Imagens 35 e 36: Exposição A Renda Quase Impossível. FUNARTE, novembro 1978. Fotografias de Lena Frias | 133 |
| Imagens 37 e 38: Exposição Mudinho fala pela madeira. 1º. Encontro Latino Americano de Educação através da Arte, 1977. | 133 |
| Imagens 39 e 40: Texto do Diário Oficial com a publicação da Lei nº 1989 de 23 de abril de 1992. | 143 |
| Imagem 41: Modelo da Carteirinha concedida aos foliões de reis..... | 143 |
| Imagens 42 e 43: Convites para reunião sobre a lei nº 4509 de 13/01/2005 que alterou a Lei nº 1989de 23 de abril de 1992 | 145 |
| Imagens 44 e 45: Capa do livro e página com o texto de Cáscia Frade publicado na Edição comemorativa dos 20 anos do Encontro Cultural de Laranjeiras | 161 |
| Imagem 46: Mesa formada com os conferencistas do 10º Congresso Brasileiro de Folclore | 163 |
| Imagens 47 e 48: Capa do livro e verso da caixa do baralho do material educativo Artesanato Fluminense (2004)..... | 165 |
| Imagem 49: : Palhaço de Folia de Reis. Santo Antônio de Pádua – RJ. 1984. | 169 |
| Imagem 50: Folia de Reis “Três Reis do Oriente e do Divino Espírito Santo”, de Nova Iguaçu. Mestre Fidélis Leonardo. Mestre Fidélis Leonardo..... | 170 |
| Imagem 51: II Encontro de Folia de Reis de Duas Barras – jan. 1977 | 170 |
| Imagem 52: Reportagem publicada no site oficial da UERJ em junho de 2016. | 178 |
| Imagem 53: Notícia publicada no site oficial do IPHAN em 09 de junho de 2016 | 179 |
| Imagem 54: Reportagem sobre o INEPAC e o registro do patrimônio imaterial..... | 183 |
| Imagem 55: Grupo de Folia Sagrada Família da Mangueira. De óculos e com um violão no centro da foto, o mestre Hevalcyr Ferreira da Silva. Cáscia Frade é a segunda da esquerda para direita. Agachados junto aos palhaços estão Mônica Costa e Ricardo Lima. | 185 |

SUMÁRIO

| | Página |
|--|--------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO 1 | 25 |
| CÁSCIA FRADE: UMA FOLCLORISTA EM FORMAÇÃO | 25 |
| 1.1 FOLCLORISTA E INTELECTUAL: OS ESTUDOS FOLCLÓRICOS E CÁSCIA FRADE | 26 |
| 1.1.1 Delimitando tempos, espaços e conceitos | 26 |
| 1.1.2 Apresentado Cáscia Frade e seus itinerários | 35 |
| 1.2 ENTRE OS ANOS 70 E 80: NOVOS OLHARES E INTERPRETAÇÕES | 41 |
| 1.3 CÁSCIA FRADE E OS ESTUDOS FOLCLÓRICOS NO RIO DE JANEIRO: ENTRE AGÊNCIAS E AGENTES | 63 |
| CAPÍTULO 2 | 78 |
| DIVISÃO DE FOLCLORE DO INEPAC (1975-1987) – POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO RIO DE JANEIRO E A FORMAÇÃO DE UM ACERVO DO FOLCLORE FLUMINENSE | 78 |
| 2.1 O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO DE JANEIRO (INEPAC) | 80 |
| 2.2 DIVISÃO DE FOLCLORE E CÁSCIA FRADE: PESQUISA E EDUCAÇÃO | 90 |
| 2.2.1 Folclore e educação | 93 |
| 2.2.1.1 Cursos de iniciação ao folclore | 105 |
| 2.2.1.2 Projeto sala | 110 |
| 2.2.2 Pesquisas e publicações – acervo do folclore fluminense | 112 |
| CAPÍTULO 3 | 137 |
| FOLCLORE, CULTURA POPULAR E PATRIMÔNIO IMATERIAL: UMA TRAJETÓRIA COM A FOLIA DE REIS | 137 |
| 3.1 LEGALIDADE À JORNADA DOS FOLIÕES DE REIS: A LEI Nº 1989 DE 23 DE ABRIL DE 1992 E SUAS HISTÓRIAS | 139 |
| 3.2 CÁSCIA FRADE E A UNIVERSIDADE | 148 |
| 3.2.1 Caminhos e espaços da vida acadêmica | 155 |
| 3.2.2 Posicionamento sobre a discussão conceitual do folclore | 168 |
| 3.3 INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DAS FOLIAS DE REIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O PATRIMÔNIO IMATERIAL E CÁSCIA FRADE | 173 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 188 |
| REFERÊNCIAS | 193 |
| ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA | 201 |
| ANEXOS | 206 |

INTRODUÇÃO

*“Boa noite quem é de dentro
Boa noite quem é de fora
Salve a hóstia e cálix bento
O menino deus e Nossa Senhora”
(Roque Ferreira e Maria Bethânia)*

Escolher um tema de estudo, envolver-se e elaborar uma questão são tarefas constantes na prática de quem se aventura no campo da pesquisa. O caminho que me fez chegar até o patrimônio cultural imaterial, os estudos de folclore e o nome de Cáscia Frade, foi muito longo. No processo investigativo iniciado na graduação e no mestrado, ambos também em História, conheci o universo das manifestações culturais populares através de um projeto de pesquisa que participei como bolsista de iniciação científica.

O projeto “Jongos, Calangos e Folias: música negra, memória e poesia”, coordenado pelas historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos, estudou a memória da música negra no estado do Rio de Janeiro. Por meio de reflexões iniciadas no desenvolvimento desse trabalho, desenvolvi a pesquisa "BARRA DO PIRÁÍ AINDA É TERRA DE JONGUEIROS": patrimônio familiar e patrimônio cultural entre permanências e transformações do Jongo no Sudeste, durante o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, entre 2009 e 2011, sob a orientação do professor Paulo Knauss.

Procurei demonstrar como a institucionalização do patrimônio imaterial visa alcançar o diferencial da garantia de direitos culturais através de políticas públicas. Porém, o patrimônio cultural, os bens culturais patrimonializáveis em si, não dependem apenas do título para se manterem vivos, mas também, e principalmente, da sabedoria transmitida e cultivada nas bases familiares dos grupos e comunidades. Entretanto, na conjuntura atual, a partir das lutas e conquistas estabelecidas, o apoio do poder público é legítimo e necessário.

Desse modo, a pesquisa buscou contribuir para a reescrita desta história e para a valorização desses jongueiros, agentes praticantes da cultura popular que constroem sua identidade a partir de uma constante luta por direitos culturais e de memória, para a sua valorização e melhores condições de vida. A conquista do título de Patrimônio Cultural Brasileiro – Jongo no Sudeste – e a entrada para o campo das políticas públicas representam a possibilidade de continuidade dessa trajetória de resistência por meio de novas frentes institucionalizadas. Concluímos então, usando as palavras do jongueiro Jéferson Alves de Oliveira em uma reunião do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, atual liderança da

Associação Quilombola do Tamandaré de Guaratinguetá, São Paulo: “a salvaguarda do jongo é a salvaguarda do jongueiro”.

Dessa forma, entendemos que falar de jongo é falar de jongueiros, assim como falar de folia de reis é falar de foliões, entendemos, então, que o estudo do folclore e do patrimônio imaterial é um estudo sobre pessoas, sobre agentes que possuem determinados saberes relacionados a práticas culturais que marcam identidades. O antropólogo português João Leal¹ (2010), em artigo sobre os usos da cultura popular, apresenta um debate sobre a patrimonialização a partir do conceito proposto por Richard Handler² de *objectificação da cultura* com uma tripla acepção, explica Leal:

Uma **primeira** designa o modo como na ideologia nacionalista a nação é vista como um objecto, no sentido em que, tal como um objecto, se supõe que a nação é uma entidade com fronteiras, fechada e claramente distinguível de outras unidades similares, tal como um objecto se diferencia de outro. Em cima desta primeira acepção, Handler propõe depois uma **segunda** acepção. Nesta, a objectificação designa o modo como determinados traços da cultura popular — dança, arquitectura popular, etc. — «são transformados em coisas discretas que devem ser estudadas, catalogadas e exibidas. Isso envolve selecção e reinterpretação. O objectificador olha para um meio que lhe é familiar e descobre que é composto de traços tradicionais, coisas que ele retira de um contexto adquirido e transforma em espécimes típicos». Quanto à **terceira** acepção do conceito de objectificação, visa designar o modo como, depois de reinterpretada, a cultura popular se transforma em património, no sentido literal do termo: algo de que a nação tem a propriedade, um objecto que ela literalmente possui e que é indispensável à sua existência (LEAL, 2010, p.130).

Os três significados relacionados ao conceito dialogam com uma proposta de compreensão do processo de patrimonialização da cultura popular: primeiro entender a nação como algo delimitado que se distingue de outras nações, segundo seleccionar “traços da cultura popular” para tornarem-se típicos, e terceiro fazer da cultura popular reinterpretada uma propriedade da nação, seu património.

Por esse viés, compreendendo a *objectificação da cultura* como uma tendência moderna que traz desafios complexos para os processos de patrimonialização, buscamos tecer considerações que visam dar a esses “objetos culturais” um protagonismo que lhes é próprio. Leal fala, com base em Barbara Kirshenblatt-Gimblett, em “duas vidas” nos processos de

¹ LEAL, João. Os usos da cultura popular. IN: NEVES, José (coord). *Como se faz um povo*. Ensaio em História Contemporânea de Portugal. Fundação EDP e Edições tinta-da-china, Lda. Lisboa, 2010.

² Os estudos de Richard Handler foram realizados a partir do contexto de formação do património cultural de Quebec, Canadá.

paratrimonialização: “A sua primeira vida era coincidente com a própria vida social e cultural tradicional das comunidades. A sua segunda vida passa a ser vivida nos discursos da identidade nacional moderna construídos pelos eruditos.” (LEAL, 2010, p.131)

A construção de discursos por eruditos sobre a identidade nacional através da cultura popular compete ao que foi feito pelos folcloristas, antropólogos e historiadores do patrimônio cultural. Tais discursos funcionam como instrumentos legitimadores de políticas públicas para o campo cultural. Com isso, novos questionamentos sobre a ação do poder público como elemento fundamental para implementação dessas políticas, bem como os desafios colocados aos historiadores enquanto agentes ativos do dever de memória, dão base à discussão proposta por essa tese.

A aproximação com o campo dos estudos folclóricos veio através da reflexão sobre a história e a memória das práticas culturais populares e a evidência das propostas do patrimônio imaterial. Afinal, quem estudou as tradições populares antes dos antropólogos e historiadores foram os folcloristas. E, dentro do meu espaço inicial de interesse investigativo (região Sul Fluminense), encontrei os estudos de Cáscia Frade.

A primeira obra de sua autoria, ou coordenação, que tive acesso foi o título “Cantos do Folclore Fluminense”, uma publicação de 1986 que chegou até mim junto com um mini LP da série Documentário Sonoro Brasileiro, n.44, Calango – RJ. Por meio do acesso aos seus conteúdos, veio o conhecimento da existência de uma intelectual que desde a década de 1970 pesquisou e produziu um *Acervo do Folclore Fluminense*.

Cáscia Frade iniciou seu trabalho na perspectiva do folclore no estado do Rio de Janeiro em 1975, e construiu uma relevante trajetória profissional e acadêmica que se encerrou em 2016 com a supervisão da pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro. Assim, neste trabalho, usamos diferentes expressões que variam de acordo com o contexto a que estamos nos referindo para denominá-la, são elas: folclorista, intelectual, autora, pesquisadora e professora.

Associar folclore e patrimônio cultural significa juntar e problematizar dois campos que se constituíram oficialmente no mesmo período e pautados em objetivos comuns, porém, com “objetos” de interesse e grupos de intelectuais diferentes no Brasil. O movimento folclórico é paralelo e contemporâneo ao trabalho dos arquitetos modernistas em prol do patrimônio histórico e artístico. Da mesma forma que os folcloristas assumiram a missão de registrar o que acreditam ser a “alma do povo”, os arquitetos do patrimônio assumiram como missão construir a identidade nacional por meio da preservação dos monumentos relacionados ao passado colonial.

A partir desse debate referente ao trabalho dos folcloristas e dos arquitetos do patrimônio, podemos dizer que o tempo histórico é algo muito complexo, pois não é natural, é próprio da história, “se prolonga” e serve para construir o futuro. Na passagem à modernidade, os intelectuais, como homens do seu tempo, viviam uma visão de tempo que discutia experiência e expectativa. Pensavam nas expectativas do futuro, mas relendo as experiências do passado.

Por isso, descrever, registrar, deixar documentado, monumentalizar o que, e da forma que, consideravam ser os principais vestígios do nosso passado, a essência da identidade nacional. Assim, marcaram suas concepções de realidade e ajudaram a formar seu tempo histórico, uma vez que produziram interpretações e registros, pensavam seu presente como composto mais por continuidades do que por transformações.

A proposta central desta pesquisa consiste na realização de um estudo sobre a trajetória profissional e acadêmica de Cáscia Frade no estado do Rio de Janeiro, buscando mostrar como sua atuação percorre os objetivos iniciais dos estudos folclóricos no Brasil, ao associar a prática do estudo das tradições populares no campo do folclore, com carreira acadêmica e atuação nas agências estatais dos campos da cultura, educação e patrimônio cultural. Por este viés, de forma sucinta, a ideia principal que nos orientou foi a de traçar a história das políticas culturais do estado do Rio de Janeiro por meio dos caminhos, redes e percursos evidenciados pela produção, registros e trabalho de Cáscia Frade, tendo em vista seu protagonismo, que vislumbramos no decorrer da pesquisa.

Dessa forma, a intelectual agrega discussão e vivência prática dos estudos folclóricos, assim como as atuais discussões do campo do patrimônio cultural, e ainda possui conceituada carreira acadêmica. Folclore, antropologia e educação em diálogo na atuação de uma intelectual que acompanha as discussões do folclore, da cultura popular e do patrimônio imaterial. Sua atuação e produção suscitam problematizações e permitem profícuas análises sobre o estudo da cultura popular, do folclore e do patrimônio imaterial, assim como da história dos instrumentos, das agências e de agentes sociais envolvidos na construção das políticas culturais do estado do Rio de Janeiro.

Estabelecida a hipótese central, algumas questões norteadoras guiaram as investigações, são elas: 1- Como as agências e os agentes passaram pela alteração de paradigmas que acompanham as discussões conceituais entre o folclore, a cultura popular e o patrimônio imaterial? 2- Em que momentos aconteceram essas mudanças e por quais circunstâncias? Quando os antropólogos assumem o espaço e a gestão que era dos folcloristas no Instituto Nacional de Folclore (INF)? 3- Como Cáscia passou por essas mudanças? Ela

incorporou os novos conceitos e práticas? Ela é aceita? 4- Qual a relação de Cáscia com a Folia de Reis?

A **primeira** questão foi mais trabalhada no capítulo 1 e 2, quando apresentamos e contextualizamos a inserção de Cáscia Frade no movimento folclórico e mapeamos uma rede de agências e agentes deste campo. No capítulo 1 tratamos de uma discussão nacional e no capítulo 2 focamos no trabalho que a pesquisadora desenvolveu na Divisão de Folclore do INEPAC. A **segunda** questão, referente às transformações dos campos do folclore, cultura popular e patrimônio imaterial, perpassa os três capítulos por enfoques diferentes, uma vez que sintetiza a questão central da tese. A **terceira** e a **quarta** questão foram consideradas no capítulo 3 o qual relaciona a trajetória acadêmica da professora universitária com sua história com as folias de reis.

A partir da definição das questões norteadoras, o acesso aos arquivos e acervos foi um elemento que definiu os rumos da organização desta tese. A possibilidade de pesquisar no arquivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro que faz parte do acervo documental da Biblioteca Amadeu Amaral (CNFCP/IPHAN) abriu a possibilidade de abordarmos, no capítulo 1, o movimento folclórico e suas relações políticas no período pós 1964.

A dificuldade de acesso ao Acervo da Divisão de Folclore do INEPAC fez com que priorizássemos, no capítulo 2, uma análise através das publicações e pesquisas coordenadas por Cáscia Frade no tempo em que dirigiu o setor, de 1975 a 1987. O levantamento de artigos e estudo do currículo Lattes da pesquisadora, possibilitou destacarmos sua atuação como professora universitária da UERJ. Assim como, o alcance do material produzido na supervisão da pesquisa do INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro esteve limitado pela não conclusão do processo de registro.

No levantamento realizado para a contextualização do movimento folclórico, o diálogo com a obra *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*, de Luís Rodolfo Vilhena, faz-se fundamental, uma vez que seus estudos inauguram uma abordagem etnográfica da rede de folcloristas conectados à Comissão Nacional de Folclore (CNFL) durante o período que considerou de sua mais intensa atividade.

Porém, mesmo considerando o marco e a relevância dos estudos de Vilhena, trazemos um questionamento do seu recorte temporal e da visão de que em 1964 há um fim do movimento. Junto com outros tantos pesquisadores, apresentados no capítulo 1, defendemos a ideia de que a ruptura de 1964 é seguida de um quase imediato revigoramento que acontece com a tomada de novos direcionamentos consolidados na década de 1970.

Partimos do folclore para traçarmos as transformações dos campos das ciências sociais e humanas nas décadas de 1970 e 80. As mudanças relativas ao conceito de cultura promoveram uma mudança na antropologia acompanhada de uma mudança geral, inclusive entre os folcloristas que sempre dialogaram com esse campo, como apresentamos a partir do exemplo de Cáscia Frade. A concepção que se forma e traz um diferencial para este momento é a perspectiva do trabalho dos historiadores³, por meio de uma discussão interdisciplinar entre História e Antropologia.

Nesse sentido, o diálogo da história com a antropologia, e de ambas com o folclore, é essencial. A análise da produção dos folcloristas consiste em uma parte importante das fontes das pesquisas realizadas para os inventários do patrimônio imaterial. Thompson⁴ (2001) destaca e sustenta a defesa de uma atenção renovada pelas fontes do folclore: “Não se trata de usá-las acriticamente, mas de empregá-las seletivamente quando do exame de questões frequentes desconhecidas pelos antigos folcloristas.” (THOMPSON, 2001, p.243)

O autor ressalta as dificuldades teóricas da associação da história com a antropologia ao evidenciar a complexidade e sofisticação do trabalho dos antropólogos de realizarem descobertas sobre as estruturas de sociedades particulares e gerais. Então, concluímos, a partir de Thompson, que o diálogo entre as disciplinas é de fundamental importância para a ampliação dos métodos e fontes através do debate interdisciplinar entre História e Antropologia.

A proposta de construir uma argumentação sobre a relação dos estudos folclóricos e o patrimônio imaterial no Rio de Janeiro com a referência da trajetória acadêmica e profissional de Cáscia Frade, uma intelectual da contemporaneidade, significa relacionar memória e história. Hebe Mattos⁵ coloca que uma das principais interações entre história e memória é que as duas se apropriam do passado. A memória é sempre construída no presente, através das suas variadas formas de expressão e materialidade, escrita, visual ou oral. Proporciona ao historiador analisar diferentes fontes e abordagens do passado que é, através da memória, interpretado e reconstruído no presente.

³ BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Ed. HUCITEC/ UNB. 1987. /GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. 2a. edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1987./ BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989./ DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. 2.ed.. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1988. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1990.

⁴ THOMPSON, E.P. *Folclore, Antropologia e História Social*. IN: NEGRO, Antonio Luigui e SILVA, Sérgio. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

⁵ MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro*. In: Rios, A L. e Mattos, H. *Memórias do Cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Abordar a memória é lidar também com a construção de identidades. As recordações prevalecem na subjetividade e cada indivíduo só ganha consciência de si em comunicação com os outros. A memória e a identidade são processos relacionais e intersubjetivos, recordar é, em si mesmo, um ato de alteridade, de reconhecer-se como diferente, mas ao mesmo tempo pertencente a um conjunto.

Como uma intelectual que integra uma rede vinculada a campos de estudo e instituições, as memórias e identidades de Cáscia Frade, nesse caso, devem ser pensadas individual e coletivamente. Esta característica colocou a necessidade da pesquisa em acervos e com fontes que vão desde documentos oficiais e publicações, até fotografias, discos e entrevistas de história oral. Por isso, associamos a necessidade de usar registros escritos justapostos aos depoimentos orais, tal como Mark Roseman⁶ apresenta esta possibilidade de justaposição:

Talvez se possa falar em justaposição de fontes de diferentes tipos de contemporaneidade, uma vez que o que é revelador frequentemente não é o contraste específico entre o “escrito” e o falado, mas entre percepções e lembranças já consolidadas ou registradas em diferentes pontos de distância dos acontecimentos descritos, isto é, em relatos e cartas “da época”, em entrevistas e conversas “de hoje”. (ROSEMAN, 2000, p.123)

As fontes escritas que associamos aos depoimentos orais – recolhidos através de entrevistas executadas a partir de um roteiro confeccionado previamente dentro dos objetivos da pesquisa – referem-se às leis e produções do Estado relacionadas ao campo da cultura, do folclore e do patrimônio, publicações variadas, jornais, revistas, toda a produção de Cáscia Frade, enfim, todo material impresso referente ao tema e ao período delimitado que pudemos reunir.

No capítulo 1, *Cáscia Frade: uma folclorista em formação*, apresentamos uma contextualização do movimento folclórico e realizamos um debate historiográfico por um viés específico para delimitar os tempos, os espaços e os conceitos fundamentais para o desenvolvimento da argumentação central proposta. Em seguida, passamos por uma apresentação da trajetória acadêmica de Cáscia Frade e lançamos novos olhares e interpretações para o folclore nos anos de 1970 e 80, a partir de um diálogo com a tese de

⁶ ROSEMAN, Mark. Memória Sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o holocausto. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral – desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

Luís Rodolfo Vilhena. O capítulo é finalizado com o mapeamento de uma rede de agências e agentes por onde Cásia Frade se inseriu nos estudos folclóricos no Rio de Janeiro.

O capítulo 2, *Divisão de Folclore do INEPAC (1975-1987) – política públicas culturais do Rio de Janeiro e a formação de um Acervo do Folclore Fluminense*, aborda a criação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC) na conjuntura da fusão do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara e uma proposta de uma política integradora da capital com o interior fluminense. A Divisão de Folclore e o trabalho de Cásia Frade através de um diálogo com a educação e a rede estadual de escolas na estruturação das ações do setor. Assim como as pesquisas e publicações, a realização de trabalhos de campo que “reviraram o Rio de Janeiro de cabeça pra baixo” e formaram um Acervo do Folclore Fluminense, associado com uma rede de pesquisadores ligados aos museus do antigo Estado da Guanabara.

O capítulo 3, *Folclore, Cultura Popular e Patrimônio Imaterial: uma trajetória com a folia de reis*, é iniciado com uma relevante conquista intermediada por Cásia Frade que levou legalidade à jornada dos foliões de reis: a lei nº 1989, de 23 de abril de 1992. Depois trazemos uma análise de sua atuação na UERJ, os caminhos e espaços da vida acadêmica que nos levam a traçar um posicionamento sobre a discussão conceitual do folclore e da cultura popular. O INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro encerra o capítulo e a trajetória da pesquisadora com a concretização de um trabalho no campo do patrimônio cultural imaterial.

Dessa forma, a trajetória de Cásia Frade, profissional e acadêmica, funciona como um “fio condutor” para o desenvolvimento dos contextos e conceitos que atravessam seu percurso junto às discussões de folclore, cultura popular e patrimônio imaterial. A pesquisadora que se aproximou na infância das manifestações culturais populares, deixa bem delimitado na sua obra uma temática principal que expressa através da formulação de uma concepção de religiosidade popular ou catolicismo popular.

Em uma publicação referente aos trabalhos apresentados na Semana de Cultura Popular 2011, da UERJ, a pesquisadora, que foi uma das organizadoras do evento e do livro que teve como tema *Religiosidade Popular*⁷, publicou um texto de abertura das apresentações da mesa “O saber do viver: reflexões de uma prática”, tema de sua pesquisa de doutorado. Além de toda uma introdução da temática, a autora destaca que, no Brasil, a definição de

⁷ FRADE, Cásia, BORGES, Gustavo, LIMA, Ricardo Gomes. *Religiosidade Popular*. Rio de Janeiro: UERJ, DECULT; FAPERJ, 2011. 176p.

religiosidade popular passa por uma oposição à erudita que marca uma certa “redução” das suas especificidades, nas suas palavras:

Ainda no caso brasileiro, a par do etnocentrismo, um outro aspecto que pode surgir como complicador é a dificuldade em se traçar, com precisão, as fronteiras que delimitam justamente essa categoria, isto é, as práticas populares daquelas institucionalizadas. Com frequência elas surgem imbricadas, umas nas outras, resultantes de um movimento dialético que a cultura permite aos homens traçar. Tomo, como exemplo, a tradição natalina, que decorre do processo de disseminação e consolidação do cristianismo. Em solo brasileiro, ela estimula o imaginário e legitima o surgimento de adaptações da matriz original, ressignificações que emergem em variados tipos de grupos, rituais, música, culinária, artes plásticas. (FRADE, 2011, p.152)

A dificuldade de delimitação entre as práticas culturais é algo sublinhado pela autora que introduz o exemplo das tradições natalinas no Brasil e assim chega à presença dos Reisados que assumem diferentes formas: “Folia de Reis, Terno de Reis, Bumba meu boi, Guerreiros, Lapinhas, Pastoris, Pastorinhas, dentre outros”. (Idem). Por esse movimento, ressalta que a religiosidade popular pode ser pensada como uma forma de sincretismo ao misturar “dogmas, ritos e objetos de crença”. Ainda reforça a dificuldade de entendimento dos termos popular/povo.

Mais do que uma temática ou um objeto de suas pesquisas, Cáscia assume uma identificação afetiva com essa religiosidade popular e se declara adepta de um catolicismo popular, aspecto que se sobressai na relação que constrói com as folias de reis, seus mestres e foliões. Na reportagem “IPHAN faz estudo para o tombamento da folia de reis como patrimônio brasileiro”, divulgada no Jornal O DIA, de 23 de agosto de 2014, aparece o seguinte depoimento de Cáscia Frade:

“É uma forma de transmissão do conhecimento fora da escola. Esse movimento tem importância afetiva para mim, porque eu gosto e me identifico muito com esta forma de religiosidade. Como acadêmica, é meu instrumento de trabalho. Vejo que consegui transformar uma ocupação profissional em prazer.”⁸

⁸ Fala de Cáscia destacada da reportagem “IPHAN faz estudo para o tombamento da folia de reis como patrimônio brasileiro”, publicada no Jornal O DIA, em 23 de agosto de 2014.

Com este depoimento que sintetiza sua visão das folias de reis, seu posicionamento diante do trabalho e traduz um pouco da percepção e da postura de Cáscia Frade, convido-os para seguir pelos capítulos e conhecer melhor a trajetória dessa mulher que percorreu a história das políticas culturais de folclore e patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o papel central que assumiu, viabilizando a efetivação dessas políticas e contribuindo para a formação de um Acervo do Folclore Fluminense e para a legitimação e desmarginalização de práticas culturais populares.

CAPÍTULO 1

CÁSCIA FRADE: UMA FOLCLORISTA EM FORMAÇÃO

*“Dê a paz a sua casa pra nossa folia
Em nome dos santos reis
E do santo filho de Maria”
(Roque Ferreira e Maria Bethânia)*

Ao buscar entender Cáscia Frade como um agente social específico, que se inseriu e atuou no movimento folclórico e no patrimônio imaterial, através das “ferramentas” oferecidas pela disciplina História, nos deparamos com muitas questões, alternativas e problemas, pois são muito variados e diversos os modos de se escrever a história. Os fenômenos da história estão sempre em movimento, assim como as questões que esses suscitam, por isso os conhecimentos produzidos são sempre provisórios, seletivos e limitados. A história, que de acordo com Thompson (1981) é entendida como produto da investigação histórica, considera um diálogo entre conceito e evidências e estabelece uma “lógica histórica”:

um método lógico de investigação adequado aos materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo produzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro. O interrogador é a lógica histórica (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas (THOMPSON, 1981, p.49)

A ideia de um diálogo produzido por hipóteses sucessivas leva Thompson (2001) a afirmar em outro momento que: “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar novas funções, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.” (THOMPSON, 2001, p.243) A mudança sinalizada por Thompson é fundamental para pensarmos a relação do folclore com o patrimônio imaterial, uma vez que o objeto de interesse de ambos, nomeadamente as práticas

e tradições culturais⁹, é o mesmo, e o que muda é a forma de abordagem. Essa mudança é explicada pela alteração dos contextos e a elaboração de novos conceitos e debates.

Nesse sentido, é relevante destacar a consciência sobre os riscos e os desafios de pesquisar a trajetória de uma intelectual contemporânea para compreender uma conjuntura cultural e política específica. Com foco na investigação dos estudos folclóricos das décadas de 1970 e 1980 e no percurso das políticas públicas do folclore e do patrimônio cultural no estado do Rio de Janeiro, esta construção se dará através de um diálogo com a história e seus contextos.

Para tanto, apresentaremos a trajetória de uma mulher, uma intelectual que mergulhou no universo da cultura popular fluminense e se encantou pelas manifestações associadas à religiosidade popular¹⁰, em especial, pelas folias de reis. Uma mulher que defende a ideia de que fundamentos essenciais são adquiridos na vivência, por isso desenvolveu trabalhos marcados por uma observação sensível, um fazer cuidadoso e a valorização da inteligência atenta e criativa. Nas suas palavras: “*o saber do viver*”.

Conhecer o trabalho de Cáscia Frade é conhecer as manifestações culturais populares¹¹ do estado do Rio de Janeiro, é refletir sobre cultura, política e educação, é se encantar com a complexidade e a diversidade das tradições fluminenses.

1.1 FOLCLORISTA E INTELLECTUAL: OS ESTUDOS FOLCLÓRICOS E CÁSCIA FRADE

1.1.1 Delimitando tempos, espaços e conceitos

⁹ A discussão sobre práticas e tradições culturais é realizada por Roger Chartier em sua obra *A história cultural entre práticas e representações* (1988). O autor constrói sua argumentação a partir de três noções: representação, prática e apropriação. Chartier observa que o diálogo entre a confrontação do documento e o esclarecimento metodológico constitui o objeto de uma história cultural que leva a repensar completamente a relação tradicional postulada no meio social. Dessa forma, essa história cultural deve ser entendida **como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido**. Para isso, o autor ressalta que é preciso levar em conta as especificidades do espaço próprio das práticas culturais. Apenas assim é possível compreender as práticas, como “complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação”.

¹⁰ Termo utilizado por Cáscia Frade em seus textos e apresentado na Introdução.

¹¹ A problematização do termo **popular**, assim como dos conceitos de cultura popular e práticas culturais populares são um desafio para este estudo e serão abordados ao longo dos capítulos. Esses termos estão presentes nas fontes e com sentidos variados. Usaremos o conceito de cultura popular a partir da discussão proposta pela historiadora Martha Abreu. A autora diz que a concepção de cultura popular, por mais limitado que seja esse conceito, nos mostra que esse campo ainda está em disputa, estando além do nosso controle e formando identidades. A cultura é o lugar do conflito e falar em cultura popular é destacar o conflito. Uma vez que considera que a cultura popular não é determinada pelas práticas, mas sim pelos sujeitos sociais que a praticam.

A relação do folclore com os folcloristas e os estudos folclóricos, assim como a contextualização dessas categorias, é o ponto fundamental para a construção de uma apresentação de Cáscia Frade como intelectual que entra no campo do folclore na década de 1970. A partir de sua trajetória de aproximação com os estudos folclóricos, visa-se entender como iniciou suas pesquisas e como passou a fazer parte da rede de intelectuais atuantes nas ações da Comissão Nacional de Folclore (CNFL) e na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB). Porém, antes de entrar na trajetória da intelectual, faremos uma contextualização geral do campo do folclore, de discussões conceituais e perspectivas teóricas.

A Comissão Nacional de Folclore (CNFL) foi criada em 1947, como um órgão vinculado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), no domínio do Ministério das Relações Exteriores. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a UNESCO¹² foi criada e incentivou a criação de iniciativas locais para preservar a cultura popular de diversos países. Regina Abreu (2007) associa o trauma do pós-guerra com a noção de cultura formulada por antropólogos como Franz Boas e Bronislaw Malinowski para explicar as noções de diversidade e valorização das diferenças na contextualização da solução buscada como saída para a construção de permanente paz entre os povos, sendo a criação da UNESCO, em 1947, uma culminância dessa junção.

A CNFL, como representante brasileira, é uma das pioneiras e foi fundada com dois objetivos: “o registro e proteção das manifestações folclóricas, bem como a inserção dos estudos de folclore enquanto disciplina autônoma no espaço acadêmico brasileiro.” (REIS, 2008, p.8). Sua mobilização e importância são destacadas na organização de ações em nível nacional, como os Congressos Nacionais e diversos eventos divulgadores, envolvendo o poder público instituído, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal (VILHENA, 1997).

Nesse sentido, o movimento buscava centralizar as produções e discussões dos intelectuais, pois reconhecia que se não estivessem associados a centros de prestígio e poder, não alcançariam visibilidade e legitimidade. A estratégia usada para promoção de uma maior abrangência nacional foi a criação de subcomissões, que operavam vinculadas à sede,

¹² A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. É a agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. Fonte: ONU BR Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em: 14 mar. 2017.

localizada no Rio de Janeiro, o que fornecia mais destaque e notoriedade. Essas subcomissões receberam de Renato Almeida, primeiro Secretário Geral da CNFL e seu principal articulador, a denominação de “comissões estaduais” e tinham também como meta realizar parcerias com os órgãos estaduais e municipais (REIS, 2008, p.8).

De 1948 a 1950, a CNFL dedicou-se ao processo de implantação das Comissões Estaduais de Folclore e, a sede no Rio de Janeiro funcionava como um centro articulador, nas palavras de Vilhena, como um “Quartel General” (VILHENA, 1997, p.33). Essas comissões e a constituição de uma rede nacional se deram pelo reconhecimento e envolvimento com a missão de registrar as tradições populares. Pois, para os estudiosos envolvidos com essa temática, tais tradições representavam verdadeiramente a identidade nacional, o que promoveria a integração da nação. Também estavam preocupados em construir e legitimar um campo científico de pesquisa, uma rede de intelectuais articulada que trabalhasse em prol de um reconhecimento oficial.

Para traçar uma análise historiográfica que nos permita delinear uma compreensão geral da discussão sobre a inserção dos folcloristas no meio acadêmico e científico, vamos precisar recuar um pouco no tempo, uma vez que nosso foco são as décadas de 1970 e 80 que serão aprofundadas no próximo tópico deste capítulo, e abordar as décadas de 1930 e 1940, período sublinhado pela passagem à modernidade.

A historiadora Martha Abreu (2003), em artigo que propõe esboçar a história do conceito de cultura popular, indica que a passagem à modernidade é marcada pela preocupação dos folcloristas em descrever as tradições populares como “matéria de interesse nacional”, demarcando a cara do Brasil pelo tom da miscigenação e a partir do que consideravam ser o seu diferencial, e ainda considerando que essas tradições populares estavam fadadas ao fim.

A autora indica que do final do século XIX até por volta de 1950, com a predominância dos estudos folclóricos no campo de pesquisa das manifestações culturais, tal visão “romântica” pautada pelo tom da miscigenação começou a ser problematizada principalmente quando se passou a questionar o “mito da democracia racial” no Brasil. Divulgada com mais ênfase entre 1930 e 1940, essa perspectiva estabelecia a imagem de um convívio pacífico e conformado entre brancos, negros e índios.

Abreu aponta ainda, que os questionamentos vieram em parte pela escola de sociologia da Universidade de São Paulo¹³ (USP), representada principalmente por Florestan Fernandes, que com uma nova interpretação da escravidão, passa a apresentar o Brasil como um país racista e atacava a posição dos folcloristas como de colecionadores. Os apontamentos sobre as críticas de Florestan Fernandes aos estudos folclóricos foram trabalhados por Maria Laura Cavalcanti e Luís Rodolfo Vilhena.

Cavalcanti e Vilhena apresentam a tensão que se formou entre a “escola sociológica paulista” e o movimento folclórico, entre os sociólogos paulistas e os teóricos da CNFL: “No plano intelectual, esta foi a mais poderosa oposição que o projeto do Movimento Folclórico encontrou na tentativa de legitimar sua disciplina.” (CAVALCANTI e VILHENA, 1990, p.7) Os autores defendem que Fernandes preocupava-se em demarcar as fronteiras da sociologia, a partir de uma perspectiva marxista, compreendia os estudos folclóricos como positivista, evolucionista, romântico: “define este movimento como uma forma de ideologia burguesa, incluindo todos os valores que constituíram a afirmação de classes vitoriosas”. (ibid., p.9-10)

Assim, através da discussão esboçada acima, concebe-se um pensamento dominante sobre o folclore e sobre os folcloristas, uma vez que sua produção não era reconhecida como científica e acadêmica. Outro pesquisador que se debruça sobre o tema, em período próximo ao de Cavalcanti e Vilhena, é Renato Ortiz (1992). Porém, o autor realiza seus estudos a partir de outra conjuntura e estabelece como objetivo de sua obra, *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*, fazer “uma espécie de arqueologia do conceito de cultura popular”.

Ortiz produz um estudo sobre os folcloristas ingleses do século XIX, contexto que identifica como de emergência da noção de cultura popular na Europa, e propõe uma contraposição com a análise de uma obra romântica brasileira, *O Guarani*, de José de Alencar. Sinaliza, desse modo, que a visão que questiona os folcloristas, vem da relação romântica que estabeleceram com seus objetos de estudo, ao adotarem uma perspectiva colecionista e uma postura empiricista.

O estudo destaca dois diferentes grupos de intelectuais no período, os românticos, que produzem uma visão do popular como ingênuo e anônimo, e os folcloristas, seguidores dessa visão e influenciados pelo Positivismo: “Contrários às transformações impostas pela

¹³A escola de sociologia da Universidade de São Paulo, fundada em 1934, tem sua origem associada à “missão francesa”. Grandes nomes da ciência social da França – Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Paul Arbousse Bastide, Paul Hugon – lançaram as bases de uma tradição que nas décadas seguintes foi assumida como referência para a estruturação das Ciências Sociais da USP. (Informações retiradas do link: <http://sociologia.fflch.usp.br/institucional>, acessado em 02 de setembro de 2019)

modernidade, eles insurgem contra o presente industrialista das sociedades europeias e ilusoriamente tentam preservar a veracidade de uma cultura ameaçada.” (ORTIZ, 1992, p.6)

Ortiz busca esclarecer suas inquietações e dúvidas em relação ao conceito de cultura popular e ressalta seu mal estar ao ler os folcloristas: “eles dizem pouco sobre a realidade das classes subalternas, muito sobre a ideologia dos que os coletaram” (ibid, p.7). Entretanto, evidencia o pioneirismo na sistematização de uma reflexão sobre a tradição popular e a importância de entendê-los como “inventores” do folclore, de uma compreensão da cultura popular.

Tal perspectiva é corroborada por Canclini (2008) ao destacar que o movimento folclorista trouxe uma invenção melancólica das tradições, os estudos não foram guiados por uma delimitação precisa dos objetos de pesquisa e nem por métodos especializados. O autor aponta como principal ausência nos trabalhos dos folcloristas o não questionamento sobre o que muda nas culturas populares quando a sociedade se transforma.

Entretanto, essa visão herdada dos românticos não é exclusiva dos folcloristas, também está presente em outros campos intelectuais do contexto em questão. Por isso, precisamos problematizar e entender o porquê de em alguns campos intelectuais, como o da arquitetura¹⁴, por exemplo, essa visão não foi impeditiva da aceitação dos seus representantes na academia¹⁵, como professores universitários nos cursos de arquitetura. Para tanto é necessário esclarecer que a ideia de modernidade e a necessidade de construção de uma identidade nacional marcam as décadas de 1930 e 1940.

Porém, esse espaço acadêmico e científico do folclore não foi legitimado e a abordagem sobre os folcloristas e suas produções ainda é carregada de uma perspectiva pejorativa. Thompson¹⁶ aborda o descrédito acadêmico dos estudos folclóricos através de uma análise comparativa entre as universidades britânicas e francesas, fazendo uma aproximação do folclore com a antropologia.

O autor sinaliza que nos anos 30, devido à ascensão do fascismo, os estudos folclóricos passaram a ser identificados como reacionários e racistas nas universidades britânicas. Os antropólogos, inseridos nesse “cenário”, enxergavam no folclore indagações antiquadas de, nas palavras do autor: “reliquias míticas e consuetudinárias, deslocadas do seu

¹⁴ Ver mais sobre os arquitetos modernistas em: CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

¹⁵ Podemos citar os arquitetos do Iphan Dora Ancantara e Augusto Carlos da Silva Telles (professores na UFRJ); Silvio de Vasconcelos (professor na UFMG) e outros tantos.

¹⁶ THOMPSON, Edward. Palmer. *Folclore, Antropologia e História Social*. IN: NEGRO, Antonio Luigui e SILVA, Sérgio. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp. 2001.

contexto em uma cultura total, sendo então comparadas e sistematizadas de modos incorretos”.¹⁷ Thompson acrescenta desconfianças políticas dos marxistas radicais a essa “desconceituação” das coleções folclóricas.

A discussão mapeada acima, a partir do que aconteceu na Grã Bretanha, pode ajudar a compreender as influências dos estudiosos brasileiros da escola sociológica paulista. Deste debate em torno da configuração do campo das Ciências Sociais no Brasil vem em parte da marginalização e não aproximação dos folcloristas e dos estudos folclóricos com o meio acadêmico no período em questão, em São Paulo. Entretanto, é preciso considerar que os intelectuais da Universidade de São Paulo (USP) foram colocados pela historiografia no centro deste debate. Por isso não podemos generalizar, pois em outras regiões do país há a aproximação de folcloristas com antropólogos e a ocupação pelos mesmos de espaço nas universidades dos estados brasileiros, como se observa em Pernambuco com Roberto Benjamin, Piauí com Noé Mendes, Alagoas com Théó Brandão, Rio de Janeiro com Manuel Diégues Júnior, entre outros.

A constatação da centralidade assumida pela conjuntura paulista ajuda a explicar o estigma que é construído em torno dos folcloristas e também o porquê desse segmento ser mais rotulado por sua visão romântica do que outros. Thompson reforça que mesmo na história, o interesse pelo “comportamento costumeiro”, pelas práticas culturais populares, tende a ser visto como de historiadores com perfil conservador.

Esse perfil conservador mencionado pelo autor inglês é ponto relevante a ser questionado e motivador do desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que identificamos na trajetória de pesquisadores da cultura popular, como Cáscia Frade, uma atuação notável no campo das políticas culturais e educacionais. Visto que buscam desenvolver pesquisas que compreendem um diálogo com agentes culturais populares e objetivam aprender com as suas práticas e valorizar seu conhecimento e sabedoria, denotando uma prática participativa, aos moldes de uma pedagogia freireana¹⁸.

A proposta de trabalhar a trajetória profissional e acadêmica de Cáscia Frade para mapear a história das políticas públicas referentes à cultura popular no Estado do Rio de Janeiro, entre 1970 e 1990, é audaciosa, e, de certa forma, arriscada. Por isso, assumindo esses riscos, algumas ressalvas e considerações são necessárias e para tanto buscamos o

¹⁷ THOMPSON, Edward. Palmer. Op. Cit. p. 232.

¹⁸ Paulo Freire, autor de *Pedagogia do Oprimido* (1968), lançou bases para uma prática educativa voltada para a conscientização dos alunos, de levá-los a entender sua situação de oprimidos e agir em favor da sua libertação, desenvolvendo a capacidade crítica. O autor propagou a ideia de que a escola deve ensinar o aluno a “ler o mundo” para poder transformá-lo.

suporte teórico de alguns autores que discutem conceitos como: trajetória, agente, campo, rede e intelectual.

Pierre Bourdieu (1996), ao discutir o que chama de *ilusão biográfica*, realiza uma análise historiográfica dos trabalhos com histórias de vida. Defende que falar em história de vida é entender que a vida é uma história. No entanto, é preciso deixar claro que esta pesquisa não se configura como um estudo biográfico, ao mesmo tempo está estruturada a partir de uma trajetória individual. Por isso, apresentará relatos autobiográficos que são entendidos como uma construção narrativa, explica Bourdieu:

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis (BOURDIEU, 1996, p.184).

Com isso, ao interpretar tais relatos, temos a compreensão da existência da formação de um sentido condicionado, uma lógica na elaboração dos relatos. Para a investigação de uma trajetória, a organização da vida estabelece a ordem cronológica como uma ordem lógica.

É por esse viés que o autor alerta que tratar a vida como uma história, como uma sequência de acontecimentos direcionados “talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica”. (BOURDIEU, 1996, p.185) Diante disso, Bourdieu conclui que não podemos assimilar uma trajetória sem antes construir um estudo sobre o contexto, sobre as características do campo onde tudo aconteceu, assim como é fundamental associar e contrapor o conjunto de “relações objetivas” que conectaram o agente em questão com os outros agentes envolvidos no mesmo campo.

Para realizar um estudo de trajetória, por meio da proposta de Bourdieu, é preciso fazer uma análise dos campos, o que significa passar pela tessitura de relações de poder que os compõem e delinear relações e posições ocupadas pelos agentes e pelos grupos. É preciso enquadrar o campo a ser estudado, uma vez que o autor entende que uma trajetória “é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo.” (MONTAGNER, 2007, p.254)

Pensar o campo como o espaço social onde a trajetória se delinea, no caso desse estudo, significa associar diferentes espaços e contextualizar uma rede de agentes e agências, tarefa que será desenvolvida no próximo item deste capítulo. Por isso, outro conceito de

Bourdieu que precisa ser abordado é sua ideia chave de *habitus*: “sistema de disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas, estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1998).

Nesse sentido, Bourdieu defende a trajetória como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde está expresso o *habitus* e se reconstrói uma série de posições que podem ser ocupadas por um mesmo agente ou um mesmo grupo em espaços sucessivos. Por isso, é fundamental: “acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem.” (MONTAGNER, 2007, p.256)

O historiador Geovanni Levi (1996) também argumenta no sentido de que é imprescindível correlatar as originalidades aparentemente individuais com os padrões recorrentes dos contextos históricos. Destaca o autor: “Essa perspectiva deu ótimos resultados, tendo-se em geral conseguido manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo.” (LEVI, 1996, p.175) Por essas considerações, iniciamos este capítulo contextualizando a institucionalização do campo do folclore e situando alguns debates estruturantes e conceituais básicos.

Em publicação de estudos recentes, as historiadoras Ângela de Castro Gomes e Patricia Hansen (2016) apresentam uma coletânea de artigos introduzindo a discussão ensaística de uma nova acepção de intelectual, chamado de *intelectual mediador*. Apresentam um balanço historiográfico e propõem uma ampliação para a visão tradicional associada à categoria:

são homens da produção de conhecimento e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem ser tratados como atores estratégicos nas áreas culturais e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento viável da vida social. (GOMES e HANSEN, 2016, p.10)

Com isso, estende-se o campo de atuação dos intelectuais, considerando a importância de estarem conectados entre si e com organizações, em diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo.

Na proposta do livro citado, passam a compor a categoria intelectual: editores, tradutores, escritores, professores, autores de obras para o público infantil, entre outros. Com isso, os intelectuais mediadores são entendidos como figuras estratégicas e por consequência,

as autoras destacam a necessidade de incorporação de duas categorias fundamentais ao uso do conceito: trajetória intelectual e geração. Ao seguir o caminho de Bourdieu com o estudo de trajetória profissional, individual ou coletiva, e, associando à proposta das autoras, é relevante associar o percurso profissional e os vínculos estabelecidos com “matrizes, tradições e genealogias intelectuais, e atentando sempre para sua dupla face cultural e política” (GOMES e HANSEN, 2016, p.25). Além de estruturar e articular suas redes de relações e lugares.

Nesse caso, a partir da temática deste trabalho, é indispensável situar Cásia Frade como uma intelectual que, pelo contexto em que atuou, seguiu os padrões de sua época e acompanhou a reformulação do estudo das tradições culturais. Parte dos estudos folclóricos, marcados pela prática da separação dos resíduos culturais de seus contextos, pelo fatalismo e por consensos homogeneizadores, acompanha a transformação que a valorização da concepção de práticas sociais representa. Tal concepção quebra o vínculo com o fatalismo, com os consensos homogeneizadores e com as continuidades ao considerar as interações culturais, tanto com as culturas de elite quanto com as indústrias culturais.

Desse modo, reafirmamos como pressuposto metodológico que através da trajetória de Cásia Frade, podemos contribuir para a reconstrução da história dos estudos folclóricos, buscando valorizar e contextualizar a atuação dos estudiosos desse campo. Também consideramos essencial demonstrar como atuaram além da produção de estudos bibliográficos, realizaram uma prática e consolidaram uma rede de agentes e agências que estudaremos a seguir.

Desse modo, falar de Cásia Frade é, em primeiro lugar, destacar a atuação de uma mulher no movimento folclórico. Junto com Maria de Lourdes Borges Ribeiro¹⁹, são os nomes femininos de maior destaque no eixo Rio de Janeiro e São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980.²⁰ É também traçar uma trajetória que envolve a tradição popular musical brasileira, o folclore, a antropologia e a educação. E, por último, é buscar a compreensão de uma rede de agentes e agências que produziram nas décadas citadas uma grande movimentação de atividades como: cursos, prêmios, congressos, festas e publicações.

¹⁹ Maria de Lourdes Borges Ribeiro foi folclorista, pesquisadora, poeta e escritora com publicações no Brasil e no exterior. Publicou, entre outros, os livros: “A Dança do Moçambique”, “O Jongô”, “O Baile dos Congos” e “Na Trilha da Independência”. Membro de várias Instituições como a Comissão Nacional do Folclore e do Museu do Folclore, participou de Simpósios e Congressos Nacionais e Estrangeiros, representando o Brasil em diversos países da América do Sul, Estados Unidos, Portugal, Inglaterra, França e Espanha. Representou o Brasil em diversas Missões Oficiais junto a Unesco e exerceu importantes funções na Funarte. Fonte: Jornal Lince. Disponível em: <http://www.jornalolince.com.br/2013/fev/retrato/4906-maria-de-lourdes-borges-ribeiro-a-folclorista>. Acesso: em 10 mar.2017.

²⁰ Destacamos o eixo Rio de Janeiro e São Paulo, mas é relevante citar o nome de Regina Lacerda, de Goiás que foi estudada por Paulo Britto do Prado e Mônica Martins Silva.

Por meio de duas entrevistas na perspectiva da história oral, uma realizada em junho 2011 pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI – UFF) e outra realizada em novembro de 2016, no processo de desenvolvimento desta pesquisa, a intelectual abriu possibilidade de concebermos um panorama de sua história de vida e seu envolvimento com o folclore e as tradições populares. Atentos aos “riscos” já ponderados e elucidados por Bourdieu, teceremos seu percurso com base em relato autobiográfico associado a documentos e publicações que validam e engrandecem a análise narrativa em construção, como foco em sua trajetória profissional.

1.1.2 Apresentando Cáscia Frade e seus itinerários

Maria de Cáscia do Nascimento Frade nasceu em 1935, em Carangola, região da Zona da Mata de Minas Gerais. Devido às suas vivências na infância em Minas, cultivou uma afinidade por manifestações culturais de rua, de bairros da sua cidade:

Como mineira interiorana, na minha cidade e, até uma moça que trabalhava, uma empregada nossa de muitos anos, participava de caxambu, na nossa terra lá era o caxambu, escola de samba e tal, não sei o que. E eu gostava muito, e era contadora de histórias, então eu tinha uma aproximação com essas coisas populares por conta da própria história inicial de minha vida, né. E sempre gostei da música brasileira. Embora a gente coloque como música erudita, mas que tem raízes populares, por exemplo, a congada do Mignone, a ciranda do Villa Lobos, tem várias canções aí que estão referidas por uma tradição musical.²¹

A referência do primeiro contato com o universo da cultura popular ter sido através da infância e no ambiente familiar está presente nas duas entrevistas mencionadas. Em ambos os depoimentos a entrevistada cita a empregada da família que a aproximou das manifestações culturais populares. Assim, demonstra a presença dessa temática desde o início da sua vida. É por esse viés que inicia a elaboração de um enredo sobre si que envolve características interpessoais e as conjunturas espaço-temporais nas quais esteve inserida. Seu conhecimento musical é traço marcante e citar Francisco Mignone e Villa Lobos, músicos eruditos que dialogaram com a tradição popular, é sublinhar sua formação em música.

Pianista e professora de música durante muitos anos, Cáscia iniciou a graduação em Música na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1963, tendo concluído o curso

²¹ Entrevista com Cáscia Frade, realizada em 07 de novembro de 2016, para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

em 1968 com a escrita da monografia “A música como fator educativo”. De acordo com a intelectual, o estudo da música também foi um “instrumento” que favoreceu seu interesse pelas expressões tradicionais. Caminho semelhante ao de figuras emblemáticas da história dos estudos folclóricos no Brasil, de músicos que se tornaram pesquisadores das tradições populares, como Renato Almeida²², Mário de Andrade²³ e Rossini Tavares de Lima²⁴, sendo o último seu professor e grande incentivador.

Nas entrevistas, Cáscia relata que teve uma vida errante até mudar-se em definitivo para o Rio de Janeiro em 1974, pois se casou com um engenheiro de petróleo que percorreu o país a trabalho. Pelos lugares onde passou sempre se interessou por manifestações da cultura popular e a partir do olhar de pesquisadora de música, mantinha interesse pelos gêneros musicais, pelos ritmos e sua relação com o fraseado musical.

Percorrer o país favoreceu conhecer de perto a diversidade brasileira, ter uma dimensão de Brasil em termos da sua cultura popular. Nas suas palavras, mais do que visitar os lugares como turista e ver o “show”; ela morou em regiões diferentes e pôde explorar territórios e costumes diversos. Diz que passou por Fortaleza, Maceió, João Pessoa, interior de São Paulo, interior de Minas Gerais, até chegar ao Rio de Janeiro.

No início da década de 1970, morava em São José dos Campos, estado de São Paulo, período em que realizou um curso de pós-graduação Lato Sensu na capital. O curso, com duração de um ano, 360 horas, era organizado pelo Museu de Artes e Tradições, ficava no Parque Ibirapuera e tinha como responsável, o folclorista, já mencionado, Rossini Tavares de Lima. A pesquisadora conta que foi a partir do contato com Rossini que se sentiu estimulada a realizar trabalhos de campo:

Uma coisa muito importante pra mim foi estimular o trabalho de campo. Nós tínhamos, o grupo tinha todo final de semana que assistir, ele (Rossini) sempre foi muito articulado, alguma manifestação. No bairro do Limão ver o

²² Musicólogo e alto funcionário de carreira do Itamaraty. Mais dados sobre Renato Almeida podem ser obtidos no livro de Vasco Marins. *Três musicólogos brasileiros*: Mário de Andrade; Renato Almeida; Luiz Heitor Correa de Azevedo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 91-130.

²³ Mário de Andrade (São Paulo SP 1893 - idem 1945). Poeta, cronista e romancista, crítico de literatura e de arte, musicólogo e pesquisador do folclore brasileiro, fotógrafo. Nome expoente do modernismo brasileiro. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20650/mario-de-andrade>. Acesso em: 15 mar. 2017.

²⁴ Rossini Tavares de Lima, historiador e folclorista, nasceu em Itapetininga, SP, em 25/4/1915, e faleceu na cidade de São Paulo, SP, em 5/8/1987. Fundou e dirigiu a extinta revista Folclore, de São Paulo, SP, participando ainda da criação do Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade, vinculado ao Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e do Museu de Artes e Técnicas Populares Mário de Andrade. Foi Presidente da Associação Brasileira de Folclore e diretor do Museu de São Paulo, instalado no Parque do Ibirapuera. Fonte: Enciclopédia da Música Brasileira - Art Editora e Publifolha – 2.ed., 1998.

batuque, fomos para Itapeirica assistir o samba de tamanco, tudo, estimulava muito isso. Ele foi um grande pesquisador e era músico também, a música abriu a porta para muita gente, como Renato Almeida, Rossini, Mário de Andrade.²⁵

Ao final do curso de pós-graduação produziu uma monografia sobre algumas expressões tradicionais de São José dos Campos. De acordo com Angela Savastano, atual presidente do Centro de Estudos da Cultura Popular de São José dos Campos (CECP) e apresentada como *folclorista e cientista social*²⁶ pelo site do Museu do Folclore do município, a monografia de Cáscia Frade representa um trabalho pioneiro na localidade, tendo incentivado toda uma mobilização cultural no município.

O CECP é gestor do Museu do Folclore, criado em 1987, o órgão é detentor de grande acervo e ponto de articulação de pesquisadores da cultura popular. O museu é gerido a partir de um convênio com a Fundação Cultural Cassiano Ricardo e, de acordo com Cáscia Frade, o Centro de Estudos de São José dos Campos, por receber algumas edições do Congresso Brasileiro de Folclore, realizar publicações e manter o acervo e um museu em atividade, está se tornando um centro de referência dos estudos de folclore no Brasil.

Cáscia mudou-se para o Rio, logo depois do final do curso feito com Rossini, ainda no início dos anos de 1970 e continuou suas investigações sobre as tradições populares. Mantinha seu interesse centrado principalmente na música, até ir a uma Festa do Divino Espírito Santo, em Paraty. Lá assistiu à apresentação de um grupo de pescadores, dançadores de ciranda da comunidade de Tarituba, composto por mais de 20 danças e cantigas diversas. A intelectual conheceu e se aproximou do mestre do grupo e esse encontro gerou uma pesquisa de maior fôlego, pois, a partir de uma história contada pelo mestre pescador “Chiquinho”, percebeu que teria que ampliar seu olhar: a música não daria mais conta do seu interesse e precisava se aprofundar nas questões ligadas à vida social, experiência de vida, relação da comunidade e linguagem. Nas palavras de Cáscia:

Eu então me aproximei do mestre do grupo e marquei com ele se eu podia ir a casa dele pra ver aquilo melhor, que me identifiquei e tal e acabei lá na casa dele. Fiz uma grande pesquisa, até que um dia, eu transcrevendo fita, daquele tempo ainda das fitas k7, 60, 90, gravador... e tal. Transcrevendo a fita, havia um momento que ele falava assim: “Quando eu pescava com meu pai de canoa e de lambreta”, eu pensei, não é possível, eu voltei essa fita inúmeras vezes achando que estava mal gravado aquilo e eu não ouvia bem.

²⁵ Entrevista com Cáscia Frade, realizada em 14 de junho de 2011, acervo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI – UFF).

²⁶ Informações tiradas do site: <http://www.museudofolclore.org>. Acessado em 08 de fevereiro de 2017.

Eu tive a oportunidade de retornar, eu disse que são pescadores, né? Uma comunidade de pescadores. Eu digo: “Seu Chiquinho eu acho que essa coisa aqui eu não gravei direito não, pescar de lambreta?” e ele disse “é isso mesmo, pescava de lambreta”. Lambreta pra mim era aquela motoreta, e como vai pescar com aquilo. Ele falou “vem cá que vou te mostrar o que é a lambreta”, era um implemento de pesca exclusivo para pegar um peixe chamado cavala. Aí eu me dei conta de que a música não ia resolver meu caso, eu teria que ter um outro olhar ou ampliar meu olhar, por questões da vida social, né? Porque há uma experiência de vida deles, a relação da comunidade, a linguagem daquele grupo social. Aí eu falei “meu Deus, já sei, vou fazer Antropologia”.²⁷

Foi assim que se aproximou da Antropologia, resolveu se “arriscar” e tentar o mestrado no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Escreveu um projeto sobre Folia de Reis, pois já vinha acompanhando grupos no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense. No decorrer do curso, decidiu fazer a dissertação sobre a comunidade de pescadores de Tarituba e descobriu que tinha um professor da área de música no Museu Nacional, o americano Anthony Seeger. Entretanto, o orientador precisou voltar para seu país e Cásia retomou a temática da religiosidade popular. Procurou o pesquisador Rubem Cesar Fernandes que trabalhava com a linha de Antropologia da religião e acabou estudando a devoção popular ao santo canonizado pelos devotos. Concluiu o mestrado em 1981 com a dissertação “Santo de casa faz milagre”²⁸.

Pesquisou sobre uma menina chamada Odetinha que faleceu aos nove anos de idade, viveu de 1930 a 1939, e atualmente está em processo de beatificação, podendo virar a primeira santa carioca. Sua principal motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa esteve atrelada à questão do preconceito e da estigmatização do folclore, como, em suas palavras: “coisa de roça, de gente atrasada, subdesenvolvido”²⁹.

Desse modo, buscou levar essa perspectiva ao extremo, pesquisando como se comportam pessoas da Zona Sul de uma cidade como o Rio de Janeiro na questão da religiosidade, na eleição e canonização de um santo. No cemitério mais chique da cidade, o São João Batista, encontrou seu objeto de estudo, uma menina de família muito rica, Odetinha, e todo um processo complexo e instigante de eleição dessa menina como santa, a

²⁷ Entrevista com Cásia Frade, realizada em 14 de junho de 2011, acervo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI – UFF).

²⁸ FRADE, Maria de Cásia Nascimento. *Santo de casa faz milagre*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1982.

²⁹ Entrevista com Cásia Frade, realizada em 14 de junho de 2011, acervo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI – UFF).

relação com a hierarquia da igreja e todo um conjunto de práticas e rituais, como por exemplo, a realização de festas de aniversário com bolo e refrigerante no túmulo da menina.

Na primeira entrevista realizada com Cásia Frade para o desenvolvimento desta pesquisa, ela reforça a importância de sua passagem pelo curso de mestrado em Antropologia do Museu Nacional. Conta que mesmo sendo da área de música, foi muito bem recebida, que foi aluna de Gilberto Velho e de Messias Basques, o último, muito vibrante com as pesquisas que envolviam o universo da cultura popular. Atribui a este período um grande amadurecimento intelectual, quando descobriu autores que não conhecia, novas possibilidades de análises e uma experiência metodológica mais organizada.

Obteve o título de mestre em 1982 e, apenas em 1993 iniciou o doutorado, relata que não queria repetir a temática trabalhada na dissertação e, como havia se aproximado da área da educação desde que entrou para Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 1978, não quis desprezar sua trajetória e tinha como ideia somar tudo que havia trabalhado: articular música, antropologia e educação.

Entre 1993 e 1997, cursou o doutorado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Iniciou e concluiu o doutorado com o projeto de pesquisa sobre Folia de Reis, escreveu sobre a construção do saber e sua transmissão e sobre os fundamentos e as formas estéticas presentes na manifestação cultural em questão. Seu estudo argumenta o potencial de ensinamento da cultura popular: o que é transmitido entre as gerações; como os ensinamentos são construídos; como há um saber que é organizado; a existência da preocupação com a sua permanência e a perpetuidade desse conhecimento. Complementa a autora: “Foi muito elogiada a ideia de ver o que ocorre, porque eu sempre disse que a grande universidade da vida não é essa com parede e tijolo não, é essa aí que a gente está vivendo no dia a dia, sempre disse isso. E aí, então, eles acolheram isso.”³⁰

Sob a orientação de Pedro Benjamin Garcia, professor da área da educação com doutorado em Antropologia no Museu Nacional, defendeu a tese que teve como título: “O saber do viver – redes sociais e a transmissão do conhecimento”³¹. É por essa trajetória que Cásia Frade se define como uma professora: “No fundo eu sou professora. Tudo o que fiz na vida, eu sou uma professora.”³²

³⁰ Entrevista com Cásia Frade, realizada em 07 de novembro de 2016, para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

³¹ FRADE, Maria de Cásia Nascimento. *O saber do viver - redes sociais e a transmissão do conhecimento*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil.1997.

³² Entrevista com Cásia Frade, realizada em 07 de novembro de 2016, para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

Em paralelo à formação acadêmica descrita acima, a atuação profissional de Cásia Frade reforça a argumentação central defendida aqui, de que através de sua trajetória, é possível percorrer a história das políticas culturais de folclore e patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro.

A intelectual é integrante da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), atuou na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) como pesquisadora e professora. Ministrou cursos sobre folclore para professores em todo Brasil e foi membro da comissão dos Prêmios Nina Rodrigues e Marechal Rondon, ambos organizados na década de 1970 pela CDFB, como podemos ver registrados nas imagens 1 e 2. Cásia Frade é autora do livro sobre o estado do Rio de Janeiro da série FOLCLORE BRASILEIRO, editado pela Funarte em 1979 e organizado pela CDFB. Esta relação de Cásia com a CNFL e a CDFB será detalhada e mais explorada no último item deste capítulo.

A autora publicou obras de referência sobre o folclore fluminense no período em que dirigiu a Divisão de Folclore do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), de 1975 a 1987, assunto central a ser tratado no capítulo 2. Esteve vinculada aos cursos de licenciatura ligados ao conteúdo de Educação Artística e ao Departamento Cultural da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde se aposentou. Sua última ação ligada à UERJ foi em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizando a supervisão da pesquisa que deu base para a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais³³ (INRC) das Folias de Reis Fluminenses. Sua atuação na UERJ e a relação com IPHAN são os focos investigativos do capítulo 3.

Dessa forma, a intelectual agrega discussão e vivência prática dos estudos folclóricos, assim como as atuais discussões dos campos da cultura popular e do patrimônio cultural, e ainda possui reconhecida carreira acadêmica. Folclore, antropologia e educação em diálogo na atuação de uma intelectual que acompanha as discussões do folclore, da cultura popular e do patrimônio imaterial. Sua atuação e produção suscitam problematizações e permitem profícuas análises sobre o estudo da cultura popular, do folclore e do patrimônio imaterial, assim como da história dos instrumentos, das agências e de agentes sociais envolvidos na construção das políticas culturais do estado do Rio de Janeiro.

³³ O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Fonte: IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>> Acesso em: 15 mar. 2017.

1.2 ENTRE OS ANOS 70 E 80: NOVOS OLHARES E INTERPRETAÇÕES

A proposta de apresentar novos olhares e interpretações para os estudos folclóricos entre as décadas de 1970 e 1980 está embasada em uma análise bibliográfica e de fontes que busca dialogar com uma produção acadêmica mais recente que trata da intensidade das ações e articulações dos folcloristas nas décadas de 1960, 70 e 80. Objetiva-se assim, contribuir para a construção de uma interpretação que problematiza a sacralização do período de 1947 a 1964 como o mais ativo do movimento folclórico e a ideia de que o período da Ditadura Militar e o afastamento de Edison Carneiro³⁴ teriam enfraquecido totalmente o movimento e a atuação dos folcloristas.

Ao ressaltar esse objetivo que envolve o questionamento do marco final especificado por Luís Rodolfo Vilhena (1997), fica estabelecido um diálogo direto com as pesquisas de doutorado de Ana Teles da Silva³⁵ e de mestrado de Valério Negreiros³⁶, que em seus trabalhos também buscaram comprovar essa ideia, porém, a partir de objetos de investigação distintos do aqui apresentado. Com isso, junto à análise de documentos da criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro que será feita a seguir, elencamos, além dos pesquisadores já citados, Luciana Aguiar³⁷, Rita Silva³⁸, Ana Soares³⁹, Mônica Silva⁴⁰, entre

³⁴ Etnólogo, folclorista, historiador, foi um dos mais destacados pesquisadores da cultura popular, tendo participado de movimentos que visavam ao conhecimento e valorização do folclore nacional. Nascido em Salvador (BA), e formado em Ciências Jurídicas, viveu no Rio de Janeiro desde 1939, onde trabalhou como jornalista, ensaísta e professor, sempre voltado para as questões que tocavam a brasilidade e o popular. Dentre as instituições em que atuou, destacam-se, além de várias universidades brasileiras, o Conselho Nacional de Folclore, a Comissão Nacional de Folclore, vinculada à Unesco, e entidades internacionais como as Sociedades de Folclore do México, Argentina e Peru. O Museu de Folclore tem seu nome desde 1976, numa homenagem pela atuação fundamental para a história da instituição. Edison Carneiro foi um dos inspiradores da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), criada em 1958. Em sua gestão como diretor-executivo da Campanha, no período 1961-64, foi inaugurada a Biblioteca Amadeu Amaral e iniciada a aquisição de peças para o Museu, cuja criação (1968) era uma de suas aspirações. A transformação da CDFB em órgão de caráter permanente foi conquista sua, concretizada pela criação do Instituto Nacional de Folclore (1978), atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Faleceu em 1972. Fonte: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=162>. Acesso em: 01 mar. 2017.

³⁵ SILVA, Ana Teles da. *Na trincheira do folclore: Intelectuais, Cultura Popular e Formação da Brasilidade - 1961-1982.* 206p. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2015.

³⁶ NEGREIROS, Valério Rosa de. *Por uma Cultura Integrada: Noé Mendes e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980.* Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGH – ICHF – UFF, 2016.

³⁷ AGUIAR, Luciana de Araújo. *Celebração e Estudo do Folclore Brasileiro: O Encontro Cultural de Laranjeiras/Sergipe.* Dissertação (Mestrado em Antropologia e Sociologia) – PPGSA-IFCS/UFRJ, 2011.

³⁸ SILVA, Rita Gama. *A Cultura Popular no Museu de Folclore Edison Carneiro.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

³⁹ SOARES, Ana Lorym. *Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961-1976).* Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

outros, como autores que desenvolveram dissertações de mestrado e teses de doutorado que dialogam com a documentação, publicações, registro de atividades, congressos, prêmios, cursos, festas, exposições, promovidos pela CDFB em articulação com uma rede de Comissões estaduais, instituições e agências estatais ativas e bastante produtivas no período em questão.

Dessa forma, depois de termos no início do capítulo, apresentado e iniciado discussão sobre a trajetória de Cáscia Frade e sua inserção no campo do folclore, abriremos um grande parêntese para tratar especificamente do período em que inicia sua produção e atuação profissional. Nesta parte do capítulo realizaremos uma contextualização geral, por isso não abordaremos a intelectual em foco neste estudo, trataremos apenas da discussão sobre o folclore e as políticas culturais do período sinalizado para depois inseri-la.

A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) foi criada em 1958, através de decreto presidencial de Juscelino Kubitschek, havia sido prometida por Getúlio Vargas e incrementava os objetivos da Comissão Nacional de Folclore em âmbito nacional. A CDFB estabeleceu como metas:

- a) promover registros, pesquisas e levantamentos, cursos de formação e especialização, exposições, publicações, festivais;
- b) proteger o patrimônio folclórico, as artes e os folguedos populares;
- c) organizar museus, bibliotecas, filmotecas e centros de documentação;
- d) manter intercâmbio com entidades congêneres;
- e) divulgar o folclore do Brasil.⁴¹

A Campanha, como evidencia Soares (2010), não tinha o formato institucional inicialmente desejado pelo grupo de folcloristas, mas pôs em execução vários projetos ligados às políticas e ações culturais relacionadas ao folclore.

É por esse caminho e contexto que Luís Rodolfo Vilhena (1997), referência incontornável neste campo de estudos, tendo sido o primeiro a publicar uma pesquisa antropológica que discute os estudos de folclore como parte integrante do processo de constituição das ciências sociais no Brasil, destaca a relevância do movimento folclórico no período entre 1947 e 1964. (SILVA, 2015, p.6) O autor defende esse tempo como o de maior relevância e prestígio “marcado por um engajamento de um expressivo contingente de intelectuais na valorização da cultura popular, concebida por eles não apenas como um objeto

⁴⁰ SILVA, Mônica Martins da. *A Escrita do Folclore em Goiás: uma história de intelectuais e instituições* (1940-1980). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2008.

⁴¹ Informação estampada na quarta capa dos exemplares da Revista Brasileira de Folclore, veículo de divulgação da Campanha, que circulou entre 1961 e 1976.

de pesquisa, mas principalmente como o lastro para a definição de nossa identidade nacional”. (VILHENA, 1997, p.22) Vilhena reforça e defende a ideia da década de 1950 como “particularmente ativa” e justifica:

Essa demarcação cronológica baseia-se na versão de Carneiro, ele mesmo folclorista e diretor da CDFB de 1961 a 1964, sobre a "Evolução dos estudos de folclore no Brasil", escrita em 1962. Sua posse, em 1961, coroou um movimento anterior ao longo do qual se esboçam a extensão, os limites e os dilemas do campo dos estudos de folclore no país. Enfim, assumia a direção daquela entidade um folclorista plenamente identificado com um movimento que realizara, a partir de 1947, vários encontros nacionais e um internacional (CAVALCANTI e VILHENA, 1992, p. 102)⁴²

O termo Movimento Folclórico foi usado pelos próprios estudiosos do folclore para identificar a grande mobilização promovida em torno do tema. Dessa maneira, a formação de um movimento reconhecido, Movimento Folclórico Brasileiro (MFB), pelos próprios agentes, foi propulsor de intensos debates sobre as fronteiras entre as ciências sociais e os estudos folclóricos, tema muito bem fundamentado e consolidado nos estudos de Vilhena. Entretanto, novos pesquisadores vêm questionando seu marco final no ano de 1964 e a ideia de que o período da Ditadura Militar e o afastamento de Edison Carneiro teriam “enfraquecido” totalmente o movimento e a atuação dos folcloristas na CDFB⁴³.

Soares (2010) e Silva (2008), por exemplo, em trabalhos distintos, apresentam análises que cruzam o plano de ação dos folcloristas com o do regime militar, apresentando, na década de 1970, um “redimensionamento” do folclore:

Por um lado, o Governo militar cuidou de estabelecer diretrizes orientadoras da ação estatal na esfera cultural nas décadas de 1960 e 1970, por outro, os folcloristas inseriram-se nesse contexto usando como moeda de troca a conveniência do discurso homogeneizante de defesa do folclore e as relações pessoais e políticas das lideranças do Movimento, especialmente, Renato Almeida e Manuel Diégues Júnior⁴⁴, este último, figura de destaque no campo das políticas culturais do Governo (SOARES, 2010, p.11).

⁴² CAVALCANTI, Maria Laura; BARROS, Myriam Lins de; VILHENA, Luís Rodolfo; SOUZA, Marina de Mello e ARAÚJO, Silvana. *Os Estudos de Folclore no Brasil. Série Encontros e Estudos. Vol 1.* Seminário Folclore e Cultura Popular. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Folclore. Funarte. MinC. 1992. Pp. 101-112. p.102.

⁴³ De acordo com Silva (2015), ao analisar a *Revista Brasileira de Folclore*, podemos citar como principais estudiosos do folclore do período: Renato Almeida, Rossini Tavares de Lima, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Manuel Diégues Júnior, Luís da Câmara Cascudo, Altimar de Alencar Pimentel, An'Augusta Rodrigues, Dante de Laytno, entre outros.

⁴⁴ Manuel Diégues Júnior era folclorista e sociólogo, tornou-se membro do Movimento do Folclore Brasileiro desde cedo, e pôde gozar de relativo destaque na estrutura organizacional da área cultural quando integrou o Conselho Federal de Cultura, e, sobretudo, quando assumiu a diretoria do Departamento de Assuntos

Os folcloristas, inseridos no referido contexto, vão aproveitar, usufruir do momento e se beneficiar da valorização do campo da cultura para promoverem seus estudos e projetos. Com Renato Almeida à frente da Comissão Nacional de Folclore, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro é reinstituída, passando, em 1978, a Instituto do Folclore Brasileiro (IFB), órgão vinculado à Funarte.⁴⁵

Instituições como a Funarte e a Embrafilme foram criadas para serem financiadoras de produção cultural. Mônica Silva (2008) esclarece que, no regime militar, a Política Nacional de Cultura é definida tanto como recurso ideológico para a legitimação de um projeto nacional quanto como meio para a reordenação da esfera cultural.

Tal argumentação é apresentada por Chuva e Lavinias (2016) ao constatarem que a preservação da cultura tornou-se artigo de segurança nacional. A tática de juntar desenvolvimento e cultura por meio da segurança nacional é aspecto claro apresentado no Plano Nacional de Cultura, associado a uma noção de *Brasil Grande* ou *Brasil Potência*. A perspectiva das autoras “visa observar essas ações no plano cultural como parte constituinte e coerente do projeto desenvolvimentista que se estrutura graças à modernização autoritária em curso.” (CHUVA e LAVINAS, 2016, p.81) Salientam ainda que, paralelamente, esse mesmo regime institucionalizou a censura e a repressão, medida que atingiu também o Ministério da Educação e Cultura.

Lia Calabre ao tratar da política cultural nos tempo da ditadura militar ressalta o fortalecimento do papel da área cultural através da elaboração do Plano de Ação Cultural (PAC), durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), lançado em 1973 e apresentado pela imprensa da época como um projeto de financiamento de eventos culturais. Com isso, a pesquisadora esclarece que o Plano teve como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais patrocinados pelo Estado: “com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema com circulação pelas diversas regiões do país, ou seja, uma atuação no campo da promoção e difusão de atividades artístico-culturais” (CALABRE, 2007, p.7).

Por essa perspectiva, Silva (2008) reforça que a política voltada para a segurança nacional foi reformulada, incorporando também conceitos difundidos no período, como os de

Culturais, órgão responsável pela execução das ações em torno da cultura dentro do MEC. Fonte: SOARES, 2010, p.11.

⁴⁵ SILVA, Mônica Martins da. Folclore e Patrimônio Imaterial: caminhos cruzados na construção de uma cultura “popular” brasileira.

“pluralidade cultural” e “desenvolvimento cultural”. A autora mostra como o período dos governos militares é marcado por uma contrariedade entre o movimento do folclore e as políticas culturais, pois existia uma questão estabelecida a partir das mudanças conceituais da noção de cultura e a constituição de uma nova ideologia política cultural.

Em pesquisa no Arquivo documental da Biblioteca Amadeu Amaral, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), entre os documentos de criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em uma pasta datada de 1961 a 1978, consultamos uma série de registros que mostram como o período pós 1964 foi de muita atividade e produção. Por meio de uma série de relatórios de atividades, encontramos evidências de um calendário ativo e da realização de projetos que foram concretizados e compõem um momento de destaque da produção e articulação do Movimento Folclórico Brasileiro através da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

Na pasta que guarda os **Relatórios de Atividades**, o primeiro registro refere-se a um documento de três folhas descrito como “Realizações 1961 – CDFB, Diretor-Executivo – Edison Carneiro”. Em seguida, destacamos um texto de duas folhas intitulado “Ano folclórico de 1964”. A leitura e análise desse documento são de grande relevância para o entendimento e questionamento do marco final estabelecido nos estudos de Vilhena.

As primeiras palavras do texto já determinam seu objetivo, marcar o ano de 1964 como de “revigoramento” da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro: Entretanto, há a preocupação de dissociar o seu anterior “enfraquecimento” da atuação de Edison Carneiro como Diretor Executivo. O texto explica que a situação estava crítica pela falta de verbas e o abandono em que se encontrava o Ministério da Educação e Cultura.

Tanto a ideia do início de um novo período quanto a preservação da imagem de Edison Carneiro como gestor são fatores que corroboram a necessidade da construção de um novo olhar para o campo do folclore no período dos governos militares. Uma vez que o termo revigorar inclui o sentido de colocar novamente em vigor, e, com isso, não exclui o passado, destaca a necessidade de voltar a ser ativo. Por consequência, assim como o passado é associado a um período de vigor, é importante proteger uma figura tão central e de relevância extrema como foi Edison Carneiro, que fica associado ao passado, a um tempo que não volta mais.

Porém, há a intenção de colocar o ano de 1964 como um marco, como uma referência de mudança tendo em vista o momento antecedente imediato. Vale frisar que o documento não aborda assuntos de conjuntura política do país, não faz referência aos acontecimentos que levaram à transição de regime político.

Nesse sentido, a notícia da nomeação de Renato Almeida como novo Diretor é acompanhada da informação da obtenção da liberação das verbas e do início da elaboração de um “programa de trabalho”. Um novo momento, um novo dirigente, ou melhor, remetendo à já mencionada ideia da sede do Rio de Janeiro como um “Quartel General”, colocada por Vilhena (1997), um novo comandante e um novo plano de ação. São destacados dois projetos principais: levantamento do folclore brasileiro para a elaboração de um Atlas e a implementação de uma cadeia de Museus do Folclore pelo país.

Esses dois grandes projetos, anunciados em 1964, têm objetivos que podem ser relacionados com a Política Nacional de Cultura⁴⁶ que só será oficializada na década de 1970 e “integrada ao projeto desenvolvimentista do governo militar baseado no binômio **regionalismo e descentralização**” (CHUVA e LAVINAS, 2016, p.78). O texto “Ano folclórico de 1964” segue exatamente pontuando os convênios e parcerias executadas pela CDFB com instituições e Comissões de Folclore de variados estados brasileiros: Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Maranhão. Destaca o reestabelecimento e reorganização da *Revista Brasileira de Folclore* em 1965 e a realização de diversos cursos de Folclore sob seu patrocínio.

O documento relata a realização de dois prêmios de Folclore, o “Prêmio Sílvio Romero” e o Prêmio “Folcloristas de Amanhã”. O primeiro, em 64, teve como vencedor o folclorista Bráulio do Nascimento, nome de destaque no movimento folclórico como um todo, com quem Cáscia Frade manteve estreito contato, que em 1974 substituiu Renato Almeida no cargo de diretor executivo da CDFB, função que ocupou até 1982. Em seguida, o texto cita realizações e eventos, e ressalta, principalmente, as comemorações do Dia do Folclore (22 de agosto) nos estados do Brasil.

Depois de falar dos acontecimentos, buscando dar a amplitude do território brasileiro, aborda o que aconteceu “no estrangeiro”. Traz uma notícia relevante e apresenta uma crítica reivindicativa, noticia a mudança de nome da Comissão Internacional de Artes Populares (CIAP) para Sociedade Internacional de Etnologia e Folclore (SIEF), fundada na reunião de Atenas, realizada em setembro de 1964, com a participação de vinte e quatro países. O documento ressalta que desses, apenas dois eram da América do Norte e um da Ásia, releva a ausência de sul-americanos na diretoria de uma associação que almeja ter representatividade

⁴⁶ De acordo com Chuva e Lavinias (2016), o documento intitulado “Política Nacional de Cultura: Diretrizes” delineou as bases das políticas culturais dos anos 1970. Escrito em 1973 a pedido do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho (1969 – 1974), foi lançado em versão mais elaborada apenas em 1975.

internacional. Apresenta para tal ausência uma expressão de indignação “altamente chocante”. Esta é a única parte do texto que expressa claramente um posicionamento reivindicatório.

Na parte final, elenca as nomeações dos secretários Gerais das Comissões Estaduais e conclui com notas de falecimento no Brasil e no exterior, nomes de notoriedade aparecem em 1964, os brasileiros, Joaquim Ribeiro⁴⁷, Cecília Meireles⁴⁸, Henriqueta Galeno⁴⁹ e o mexicano Vicente T. Mendonza⁵⁰. O texto não é assinado, ao final consta apenas um registro de identificação com a sigla da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e numeração para organização interna, data de 30 de dezembro de 1964.

A pasta dos relatórios segue com o “Ano folclórico de 1965”, texto com formato e tipo de informação que segue o padrão do de 1964. Aborda como o maior acontecimento do ano, a instituição, pelo Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965, do Dia do Folclore, em 22 de

⁴⁷ Joaquim Brás Ribeiro Filho nasceu em 27 de maio de 1907 e morreu em 27 de abril de 1964. Formado em Direito pela Universidade do Brasil, pertenceu, desde a sua fundação, a Comissão Nacional de Folclore, a que prestou relevantes serviços. Deve-se em grande parte a ele a Carta do Folclore Brasileiro. Teve participação nos Congressos de Folclore, no de 1963 em Fortaleza, foi autor da Recomendação sobre Folclore e Psicologia e proferiu conferência sobre Gustavo Barroso. Era membro do Conselho Nacional de Folclore. Publicou diversas obras literárias, históricas, filológicas e folclóricas. (Informações retiradas do Boletim da Comissão de Folclore – O Folclore de Luto Morreu Joaquim Ribeiro. Correio do Ceará 12/09/1964. Arquivo Temático, Acervos Digitais do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular). (Fonte: Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=tematico&pagfis=24173>> Acesso em: 28 fev. 2017).

⁴⁸ Professora, folclorista, poeta. Nasceu no Rio de Janeiro a 7 de novembro de 1901. Órfã muito cedo, foi educada pela avó materna, vindo diplomar-se professora primária em 1917 pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro, cidade em que viveu, embora tenha viajado largamente pelo estrangeiro. Seguiu carreira do magistério. Ensinou na Universidade do Distrito Federal (1936 – 1938) e na Universidade do Texas (1940). Estreou em livro de poesia, em 1919, com *Espectros*, sob o signo do Parnasianismo. De 1922 em diante deixou-se atrair pela revolução modernista então iniciada. Do ponto de vista técnico, era dotada de raro virtuosismo no manejo do teclado lírico, dominando toda a gama de metros da língua. O feitiço geral de sua poesia é a tendência ao misticismo e à universalidade. Faleceu em novembro de 1964. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/cecilia_meireles. Acessado em 28 de fevereiro de 2017.

⁴⁹ Nasceu em Fortaleza, fez os seus estudos no Colégio da Imaculada Conceição e no Liceu do Ceará, diplomando-se em Direito (1918). Em 1919 fundou e dirigiu o Salão - depois, Casa - Juvenal Galeno, que sob sua orientação, foi o principal centro de desenvolvimento cultural do Ceará; ali foram criados e instalados o Centro de Estudos Juvenal Galeno, a Ala Feminina e a Editora Henriqueta Galeno. Professora da Escola Normal e no Liceu. Representou o Ceará no 1º Congresso Feminista, reunido no Rio de Janeiro sob a presidência de Bertha Lutz. Foi membro atuante da Associação Cearense de Imprensa, e ocupou a cadeira nº 23, da Academia Cearense de Letras, tendo como patrono seu pai, o criador da poesia popular brasileira. Poetisa, ensaísta. Publicou estudos sobre Júlia Lopes de Almeida, Maria Quitéria - A Primeira Mulher-Soldado do Brasil e Mulheres Admiráveis, obra póstuma, morreu em Fortaleza no dia 10 de setembro de 1964. Patrona da cadeira nº 1 da Academia Nacional de Letras e Artes (RJ). Fonte: NOBRE, F. da Silva. 1001 Cearenses Notáveis. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora. 1996.

⁵⁰ Vicente T. Mendoza (1894-1964), um pesquisador popular de destaque, foi o autor de obras importantes: O romance espanhol e o corrido mexicano (1939), 50 corridos mexicanos (1944), O décimo no México (Buenos Aires, 1948), Lyrical crianças do México (1951), O folclore de San Pedro Piedra Gorda, Zacatecas (1952), em colaboração com Virginia RR Mendoza, corrido mexicano (1954) e A música mexicana (1961). Don Vicente também publicou o Anuário da Sociedade de Folclore do México (10 volumes, 1938-1955), que foi um esforço sério para transformar a ciência que tinha sido apenas um hobby. Fonte: Dicionário folha de Literatura mexicana do século XX. José Luis Martínez (México: Conselho Nacional de Cultura e Artes, 1995) Disponível em: <<http://www.elem.mx/autor/datos/4287>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

agosto. E como maior realização, “a pesquisa empreendida pela CDFB junto o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, sobre cerâmica popular do Nordeste, por uma comissão chefiada por Hermilo Borba Filho”⁵¹.

O texto relata ações, inaugurações, cursos de Folclore realizados pelo território brasileiro e os Prêmios “Sílvio Romero” e “Folcloristas de Amanhã”. Destaca também a regularização da publicação da *Revista Brasileira de Folclore* e a publicação do *Manual de Coleta Folclórica*, de Renato Almeida, “como guia para os levantamentos a serem realizados por pessoas não especializadas em tais investigações”⁵². É finalizado com informações sobre Festivais de Folclore e parcerias com instituições estaduais e municipais.

O documento “Ano folclórico de 1966” apresenta a consolidação das atividades apresentadas no ano anterior e é iniciado com texto sobre as comemorações do Dia do Folclore, dizendo que o ano foi bastante movimentado:

A toda parte levou-se a mensagem que a data significa: a importância crescente dos estudos e das pesquisas do Folclore, em seus aspectos antropológico, social e artístico, inclusive como fator legítimo para o maior conhecimento e mais ampla divulgação da cultura popular. Poucas vezes uma ciência nova mobilizou tantos recursos publicitários, numa espontânea coordenação de propaganda, como está acontecendo presentemente no Brasil em relação ao Folclore. Passada a fase do pioneirismo, em que vozes distantes se faziam ouvir, quase sem ressonância, o Folclore, modestamente, sem maiores pretensões, evoluiu e chegou aos nossos dias, pode-se dizer, vitorioso. O Decreto n. 56747, de agosto de 1965, que instituiu no Brasil o DIA DO FLOCCLORE, não apenas marcou o calendário dos fatos históricos a data em foi lançada a palavra *Folk-lore*, em Londres, em 1846, por William John Thoms, mas, ao recomendar sua celebração nacional, realçou a importância do Folclore na formação cultural do país.⁵³

Assim, o trecho destacado apresenta a valorização do folclore como uma ciência nova – de acordo com as palavras usadas: antropológica, social e artística – que divulga a cultura popular através de recursos publicitários. Desse modo, enfatiza e anuncia uma vitória do movimento folclórico, através da ideia de ter deixado a fase do pioneirismo e assumido um

⁵¹ Hermilo Borba Filho (Engenho Verde, Palmares, Pernambuco, 1917 - Recife, Pernambuco, 1976). Autor, encenador, professor, crítico e ensaísta. Diretor artístico do Teatro do Estudante de Pernambuco e fundador do Teatro Popular do Nordeste, é um dos homens de teatro mais atuantes no Nordeste brasileiro. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa7224/hermilo-borba-filho>. Acessado em 28 de fevereiro de 2017. O trecho citado foi extraído do documento “Ano folclórico de 1965”. Arquivo de criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Biblioteca Amadeu Amaral, Rio de Janeiro.

⁵² Idem.

⁵³ Trecho extraído do documento “Ano folclórico de 1966”. Arquivo de criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Biblioteca Amadeu Amaral, Rio de Janeiro.

status vitorioso. Esta vitória é associada à conquista de um Decreto presidencial, e da consequente obtenção de um espaço no calendário comemorativo oficial do país. Por isso, é frisada sua relação com um movimento internacional a partir da associação com o termo em inglês e sua característica de fortalecedor do ideal nacional.

Depois do destaque ao Dia do Folclore, o texto de 1966 segue com informações sobre as Comissões Estaduais, Prêmios, planos de pesquisa, convênios e parcerias, exposições, cursos e notas de falecimento. Não há registros sobre o ano de 1967. Depois consta o “Ano folclórico de 1968” com duas folhas que seguem o padrão dos anos anteriores. Entretanto, não é iniciado com algo de destaque excepcional, começa salientando a consolidação e o enaltecimento de uma atividade cotidiana de trabalho da CDFB, que objetiva marcar e fortalecer a continuidade do programa de trabalho divulgado por Renato Almeida em 1964.

A peculiaridade do documento sobre 1968 está na proeminência da nota relacionada à participação de uma “Delegação Brasileira” na XV Assembleia Geral da Unesco, realizada em Paris, entre os meses de outubro e novembro. No evento foi aprovada:

a realização em Salvador de um Colóquio Afro-Brasileiro de Etnologia e Folclore, como ainda, por proposta da Delegação Brasileira, o estudo de projetos para o Programa Futuro, atinente à proteção da música folclórica, bem como a proteção de seus artistas e artesãos. Ficou ainda decidida a publicação de um LP de música folclórica brasileira, na série da Unesco.⁵⁴

As propostas e articulações citadas evidenciam a atuação e engajamento brasileiro com uma movimentação internacional de discussões e ações em torno do folclore. É relevante frisar que nenhum dos documentos analisados faz menção à conjuntura política que vivia o país no período em questão.

Para finalizar este ponto argumentativo sobre o questionamento do marco final estabelecido nos estudos do Luís Rodolfo Vilhena, apresentamos a análise do Relatório de Atividades de 1970, sendo que não há documento referente ao ano de 1969. Com o título “Folclore 70”, o texto é iniciado referenciando os vinte e quatro anos da Comissão Nacional de Folclore, do IBECC, e a instalação da CDFB como órgão do Ministério da Educação e Cultura, como indicativos de uma normatização das atividades realizadas no setor da cultura popular.

⁵⁴ Trecho extraído do documento “Ano folclórico de 1968”. Arquivo de criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Biblioteca Amadeu Amaral, Rio de Janeiro.

O documento sublinha o primeiro decênio da *Revista Brasileira de Folclore* e a relevância da regularidade de sua publicação: “constitui uma das raras revistas consagradas ao Folclore, com larga repercussão internacional, e que nos dá em síntese, através de estudos, ensaios e do noticiário, o interêsse e o desenvolvimento que merecem hoje, no Brasil, os estudos folclóricos”⁵⁵. Nesse sentido, lista outras publicações viabilizadas pela Campanha, como os *Cadernos de Folclore* e destaca:

a pesquisa sobre Folclore de Januária, dirigida pelo saudoso mestre Joaquim Ribeiro, e que é a quarta pesquisa de campo publicada em volume pela Campanha. A pesquisa feita, por convênio com a Universidade Federal da Bahia, sôbre o Folclore do Recôncavo Baiano, já foi publicada por essa Universidade⁵⁶.

Com isso, frisa seu empenho em promover os estudos folclóricos como científicos, ponto que é reforçado pela informação divulgada na sequência do texto que aborda o empenho em incluir o folclore nas atividades de ensino:

Em particular relevo, queremos noticiar que a Universidade Federal da Bahia inclui o estudo do Folclore no nôvo currículo de História e salientar também que o Folclore já é lecionado nas Universidades Federais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, na de Minas Gerais e na PUC de Pôrto Alegre, em várias Faculdades de Filosofia, Letras e Educação, além de cursos particulares, e obrigatoriamente em tôdas as escolas de música do Estado de São Paulo.

Podemos destacar também o forte vínculo com a Universidade. Muitos estudiosos do folclore, distribuídos pelos estados brasileiros, atuaram como professores nas universidades. Como é o caso de Noé Mendes no Piauí, Roberto Benjamin em Pernambuco, Theo Brandão em Alagoas, Manuel Diégues Júnior no Rio de Janeiro, entre outros. Tal constatação abre a possibilidade de dizermos que a separação entre folcloristas e universidade à qual Vilhena se refere parece só ocorrer mesmo em São Paulo.

Retomando os objetivos iniciais da CNFL e da CDFB de “promover registros, pesquisas e levantamentos, cursos de formação e especialização, exposições, publicações,

⁵⁵ Trecho extraído do documento “Folclore 70”. Arquivo de criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Biblioteca Amadeu Amaral, Rio de Janeiro.

⁵⁶ Idem.

festivais”⁵⁷, o texto “Folclore 70” passa por todos esses fatores, elencando exposições, festivais e seminários realizados associados à comemoração do Dia do Folclore.

Além disso, versa sobre o sentido cívico do Folclore, sua inclusão nas comemorações do Dia da Pátria e o intuito de envolver os jovens no sentido de: “amarem e compreenderem a sociedade onde vivem, as suas tradições, considerando-se o Folclore como fator legítimo para o maior conhecimento e mais ampla divulgação da cultura de nossa gente do povo”⁵⁸.

O documento ressalta como de grande importância o Seminário realizado em São Paulo, em agosto, sob o patrocínio da Comissão Paulista de Folclore, Secretaria de Educação, Esportes e Turismo, Conselho Estadual de Cultura e Comissão Estadual de Folclore e Artesanato, além do apoio da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, da Universidade de São Paulo e o SENAC paulista. Teve como tema principal o Folclore e o Turismo Cultural: “no qual êsse binômio foi focado por especialistas nas duas atividades, chegando a conclusões da maior importância”.⁵⁹

É relevante pontuar, a partir de Chuva e Lavinias (2016), que a associação das áreas da cultura e do turismo foi estimulada como uma das principais frentes das políticas culturais brasileiras do regime militar dos anos 1970, com a finalidade de desenvolver a indústria turística nacional. As autoras discorrem sobre os objetivos do já referenciado “Plano Nacional de Cultura: diretrizes” e demonstram que o documento sugere a tomada de medidas fundamentais como: “a descentralização das ações, a promoção do turismo e aquelas que aliem cultura e educação.” (CHUVA e LAVINAS, 2016, p.79)

“Folclore 70” é finalizado com uma nota de pesar pelo falecimento de Manoel Bergstron Lourenço Filho, educador e um dos mestres da Pedagogia nacional e que prestou ao Folclore relevantes serviços dando justo e exato sentido à cultura popular na formação dos

⁵⁷ Informação estampada na quarta capa dos exemplares da Revista Brasileira de Folclore, veículo de divulgação da Campanha, que circulou entre 1961 e 1976

⁵⁸ Trecho extraído do documento “Folclore 70”. Arquivo de criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Biblioteca Amadeu Amaral, Rio de Janeiro

⁵⁹ Idem.

professores e nas suas atividades. O documento data de 6 de janeiro de 1971 e consta carimbo e assinatura de Vicente Salles⁶⁰, Redator Chefe da Revista Brasileira de Folclore.

A análise desses textos referentes aos anos de 1964, 1965, 1966, 1968 e 1970, relatos anuais de atividades, mostra o prosseguimento de um programa de trabalho a partir de 1964 que dialoga com o passado da CNFL e da CDFB. Assim, destacamos que a ideia de revigoração, e não a de enfraquecimento, é mais condizente com o período pós 64. Muitos outros relatórios dos anos seguintes e com outros tipos de informações, como balanços financeiros, compõem a referida pasta do arquivo de criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

Outro aspecto fundamental apresentado nos textos, diz respeito à formalização de atividades regulares que possibilitam estruturar um calendário e programa de atividades da CDFB. Entre as atividades que apareceram com recorrência vale destacar: comemorações do Dia do Folclore, Seminários, Congressos, Festas, cursos de Folclore, Prêmios, a publicação da Revista Brasileira de Folclore, a publicação dos Cadernos de Folclore e a publicação das pesquisas, exposições comemorativas, a atuação das Comissões Estaduais e a implantação de Museus de Folclore pelo país.

Para Ana Teles da Silva (2015), Renato Almeida e Bráulio do Nascimento marcam dois momentos distintos da rearticulação que defendemos ocorrer no pós-1964. O primeiro momento vai de 1964 a 1974 e se deu em torno da figura de Renato Almeida. O segundo momento aconteceu com a chegada de Bráulio Nascimento à direção da CDFB, compreendendo o período entre 1974 e 1982.

⁶⁰ Vicente Juarimbu Salles foi um dos maiores pesquisadores e difusores da história e da cultura amazônicas. Nascido em 1931, na Vila de Caripi, Município de Igarapé-Açu, a 117 km de Belém, capital do Pará, formou-se em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia. Destacou-se pelos estudos da presença negra na Amazônia e publicou vinte e dois livros e cinquenta e uma microedições (livretos artesanais feitos por ele) em diversas áreas — música, folclore, literatura, teatro. O encontro com Edison Carneiro, folclorista baiano, em 1954, daria um novo curso à sua vida. No Rio de Janeiro, trabalhou no Ministério da Educação e Cultura (MEC) como datilógrafo até 1961, quando foi transferido para a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), onde permaneceu até 1972, sendo responsável por uma pesquisa de abrangência nacional sobre cultura popular. Atuou ainda na organização da Biblioteca Amadeu Amaral, hoje integrada ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, e na redação da *Revista Brasileira de Folclore*. No Conselho Federal de Cultura, foi membro da Câmara de Artes ocupando o cargo de secretário. Transferido para Brasília em 1975, colaborou com a criação da Fundação Nacional de Artes (Funarte). Nesta época, trabalhou com diversos produtores e artistas do país e participou da elaboração de vários discos. Aposentou-se em 1990, no Governo Fernando Collor de Mello. Mas não ficou parado. Continuou atuando e escrevendo. Salles voltou ao Rio de Janeiro em 2012 e faleceu nessa cidade, em março de 2013, deixando três livros prontos para publicação, entre eles *Lundu: canto e dança do negro no Pará*, e um enorme legado. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, Biblioteca Blanche Knof. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1035%3Avicente-salles&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1>. Acesso em: 07 mar. 2017.

Sobre o segundo período, Silva assinala: “o fortalecimento ou mesmo a recriação das Comissões estaduais, a criação do Museu de Folclore Edison Carneiro, o financiamento do Festival de Laranjeiras de Sergipe e uma valorização do conhecimento do folclore dos diferentes estados compondo o todo da nação” (SILVA, 2015, p. 8). Nesse sentido, para ilustrar a sistemática de ações que acontecem no período que Bráulio do Nascimento foi o diretor executivo da CDFB, tecemos uma análise do Relatório de Atividades mais completo que encontramos no arquivo de criação da CDFB, um documento com 29 páginas e com o título “Relatório de 1974- 1978”.

Na capa do Relatório, existe um cabeçalho onde aparecem elencadas as agências oficiais sob as quais a CDFB está submetida a partir da ordem de vinculação, do maior para o menor: “Ministério da Educação e Cultura; Departamento de Assuntos Culturais; Fundação Nacional de Arte; Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro”. Na página seguinte está o sumário, sua composição expressa a organização das ações e projetos que marcam a sistemática do trabalho no período em questão, consta: Apresentação; Breve Histórico; Publicações; Documentário Sonoro do Folclore Brasileiro; Documentário cinematográfico; Cursos; Concursos; Biblioteca Amadeu Amaral; Museu de Folclore Edison Carneiro; Grupos Folclóricos; Festa do Folclore Brasileiro; Museus de Folclore; Atlas Folclórico do Brasil; Recursos financeiros.”

O texto de apresentação é assinado por Bráulio do Nascimento, diretor executivo, e esclarece no início do documento um duplo aspecto: apresentar o elenco das realizações nas diversas áreas de atuação, história e estruturação, ao mesmo tempo em que não determina que o trabalho tenha sido empreendido apenas nesse período. O texto deixa claro que realizações do período anterior a 1974 caracterizam-se por um esforço pessoal sem adequado apoio financeiro e a defesa da ideia de que apenas a partir de 74, um recurso foi assegurado à Campanha. Bráulio faz questão de citar que esse apoio foi concretizado pela intervenção e empenho de Manuel Diégues Junior, Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Culturais e de Roberto Parreira, inicialmente na Gerência do Programa de Ação Cultural e, em continuidade, na Direção-Executiva da Fundação Nacional de Arte.

O documento segue destacando os agradecimentos pela condição de execução dos planos de trabalho e destaca que não são apenas seu, como diretor-executivo da Campanha, mas de todos os folcloristas brasileiros que desde os anos 1950 pleiteiam apoio da administração pública. Acrescenta a informação:

com o apoio recebido pela atual Direção-Executiva da Campanha pode esta equiparar-se aos demais órgãos da área cultural do Ministério da Educação e da Cultura, com atuação em âmbito nacional, prestando substancial colaboração a Universidades, Secretarias de Educação e Cultura e outras entidades, e convocando esses órgãos, bem como as Comissões Estaduais de Folclore para um trabalho comum na defesa, pesquisa e estudo do folclore brasileiro.

A passagem demarca a amplitude das ações por meio dos principais parceiros envolvidos no desenvolvimento do trabalho. O parágrafo seguinte do texto composto por apenas uma frase registra a ênfase dada a projetos específicos “ligados à cultura popular” desenvolvidos nas Universidades. A apresentação é finalizada com a explicação de que para a realização das “imensas tarefas”, que representam desafios, é necessário o esforço coletivo. Por isso, conclui com um agradecimento especial à Equipe da Campanha: “cujo entusiasmo, esforço e dedicação possibilitaram a realização dos objetivos”.

A próxima parte do documento exibe um “Breve Histórico” que remonta a criação da CDFB em 1958: estabelece os objetivos, a forma como os mesmos foram elaborados, a instalação do órgão. O documento conta sobre a conquista da sede, na Rua do Catete, e do período que tiveram que se transferir para a sede da Funarte, de março de 1976 a novembro de 1978, devido aos danos causados no imóvel pelas obras do Metrô. O texto expõe informação geral sobre os recursos orçamentários e tudo o que possibilitava realizar. Assim, o histórico é concluído com a diretriz da Campanha:

Inserir em seus projetos a participação de Universidades, Secretarias de Educação e Cultural, de Trabalho e Planejamento, Conselhos de Cultura, Fundações Culturais, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Fundação Projeto Rondon, Comissões Estaduais de Folclore, Estabelecimentos de 1º e 2º. Graus, e várias Entidades Culturais.

Mais uma vez o texto reforça os parceiros e pontua a rede de articulação em que os projetos estavam envolvidos.

O item seguinte do relatório refere-se a “Publicações”, a primeira descrita é a série *Cadernos de Folclore* que: “objetiva a divulgação de estudos e pesquisas sobre as diversas manifestações folclóricas, em forma monográfica, com bibliografia e ilustrações musical e fotográfica. Foram lançados 28 títulos; alguns já em reedição”. O documento lista as edições publicadas dos *Cadernos* e informa o tema, autor, ano e edição.

A segunda publicação é a série “Folcloristas Brasileiros” que tinha como objetivo promover o levantamento biográfico e bibliográfico de folcloristas brasileiros, divulgando

trechos de suas obras. O texto também é acompanhado da lista que consta apenas uma edição publicada. A terceira é “Monografias Folclóricas”: “Série destinada à divulgação de pesquisas de campo, especialmente de trabalhos classificados no Concurso Sílvia Romero, na categoria de Menções Honrosas”. O documento informa que existe a programação de publicação de vários títulos, mas até o momento apenas um é citado como publicado.

A quarta série de publicações desperta um interesse especial, uma vez que Cásia Frade, intelectual foco deste estudo, é autora do exemplar referente ao Estado do Rio de Janeiro, publicado em 1979. A série, iniciada em 1977, buscava apresentar um panorama do folclore em cada Estado: “de forma sistemática, possibilitando o conhecimento e estudos comparativos das diversas manifestações. Acompanha bibliografia abrangendo os principais trabalhos em livros, revistas e jornais, discografia, documentação fotográfica e musical”. O relatório lista sete publicações entre 1977 e 1978 e acrescenta a informação de que os volumes referentes a Santa Catarina, Pernambuco e Rio de Janeiro já estão prontos para publicação.

O quinto item tem como título “Bibliografia Folclórica” e consta a publicação de três números que se referem ao registro da bibliografia folclórica brasileira: “incluindo livros, folhetos, revistas e jornais”. A sexta parte é anunciada com a palavra “Avulsos” e não compreende uma série, o texto a descreve como uma rubrica que inclui: “edições de pesquisas que obtiveram o Prêmio Sílvia Romero, reedições, coedições e obras editadas com a colaboração de outras entidades, ou da própria Campanha. Incluem-se também as Revistas e Boletins publicados pelas Comissões Estaduais de Folclore, com patrocínio da Campanha”.

Chegamos assim a outro tópico do relatório “Documentário Sonoro Brasileiro” em que consta a descrição de uma série iniciada em 1972 com a produção de discos compactos que apresentavam as diversas manifestações musicais folclóricas. Esse tipo de registro possibilitou a divulgação de pesquisas realizadas em vários Estados numa ação conjunta da CDFB com as Comissões Estaduais. Os discos eram complementos dos Cadernos de Folclore. No período correspondente ao relatório, 1974 a 78, foram lançados 26 títulos, incluindo reimpressões que seguem listadas por título, tiragem e ano.

O texto segue com a apresentação de “Documentário Cinematográfico”, parte em que são apresentados títulos de documentários que contaram com a colaboração da CDFB. O registro cinematográfico é descrito como uma complementação “natural” da documentação das pesquisas folclóricas e são listados cinco títulos com as informações básicas sobre a direção, ano e duração.

“Cursos” é o tópico seguinte, dentre os apresentados até aqui, um dos de maior interesse de acordo com os objetivos desta pesquisa. Como abordaremos no item 1.3 deste

capítulo, Cásia Frade atuou ministrando cursos de folclore pela Campanha pelos estados brasileiros. O texto explicativo é iniciado com o objetivo geral dos cursos que visam formar novos quadros para a pesquisa, o estudo e o ensino do folclore. Por isso, a Campanha instituiu cursos para diversos níveis de formação e, para tanto, contava com a colaboração de universidades, Secretarias de Educação e outros estabelecimentos de ensino nos vários Estados brasileiros.

O texto é complementado com as seguintes informações: “Tais Cursos, com carga horária compatível com seus objetivos, se destina à especialização em pesquisa folclórica, em música folclórica, formação de professores, divulgação e informação”. É acrescentada ainda a referência de que os cursos eram ministrados por folcloristas de diversos Estados convidados pela Campanha.

O documento apresenta uma descrição de cada tipo de curso oferecido com os dados sobre a carga horária, público alvo, os parceiros, onde e quando foi realizado e as demais especificidades, as modalidades eram: Curso de Especialização em Pesquisa Folclórica; Curso de Especialização em Música Folclórica; Curso de Especialização em Literatura Oral; Curso de Divulgação; Curso de Informação; Curso de Treinamento (vinculado ao Projeto Rondon⁶¹); Curso de Formação de Professores; Curso de Folclore para Professores de 1º grau e Avulsos.

O próximo tópico “Concursos”, também é central para esta pesquisa, uma vez que a intelectual em questão participou das Comissões Julgadoras das edições dos Concursos Marechal Rondon⁶² e Nina Rodrigues⁶³ que constam no relatório. O texto é iniciado com o

⁶¹ A ideia de levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e a participar do processo de desenvolvimento surgiu em 1966, durante reunião realizada no Rio de Janeiro, com a participação de universidades do então Estado da Guanabara, do Ministério da Educação e Cultural e de especialistas em educação. O Projeto Rondon foi criado, pelo Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968, que estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) denominado de “Grupo de Trabalho Projeto Rondon”, subordinado ao Ministério do Interior. Posteriormente, em 1970, esse GT foi transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta pelo Decreto nº 67.505, de 6 de novembro de 1970, e em 1975, pela Lei Nº 6.310 de 15 de dezembro, foi instituída a Fundação Projeto Rondon. Em janeiro de 1989, o Projeto Rondon foi extinto pela Medida Provisória nº 28/89 convertida posteriormente na Lei 7.732, de 14 de fevereiro de 1989. Em 1990, foi criada por ex-rondonistas a Associação Nacional dos Rondonistas, uma Organização Não Governamental (ONG) qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
Fonte: Projeto Rondon. Disponível em:
<<http://www.projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>> Acesso em: 10 mar. 2017.

⁶² Marechal Rondon (1865-1958) foi militar e sertanista brasileiro. Foi o idealizador do Parque Nacional do Xingu e Diretor do Serviço de Proteção ao Índio. Integrou a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, atravessou o sertão desconhecido, na maior parte, habitado por índios bororos, terenas e guaicurus. Abriu estradas, expandiu o telégrafo e ajudou a demarcar as terras indígenas. Fonte: E-Biografais. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/marechal_rondon/> Acessado em: 15 mar. 2017).

objetivo geral: “estimular a pesquisa de campo na área universitária e despertar o interesse pelos valores da cultura popular na área estudantil de 1º grau”. A campanha promovia três concursos.

O primeiro apresentado é o “Concurso Sílvio Romero” de monografias em nível universitário, dos três listados, é o único que ainda acontece nos dias atuais com algumas alterações no formato, mas como uma ação regular do Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular (CNFCP). As premiações aconteciam através de um valor indivisível em dinheiro para o primeiro colocado e duas menções honrosas, além da publicação dos mesmos pela CDFB.

Os outros dois concursos, Marechal Rondon e Nina Rodrigues, como colocado acima, merecem uma atenção especial tanto pela participação de Cáscia Frade quanto pelas temáticas que abrangiam, além dos agentes que os nomeiam, do público a que se dirigem e por terem sido extintos. É relevante evidenciar que na década de 1970-80 concursos que pretendiam estimular o interesse de alunos para a temática indígena e do negro usavam nomes de agentes com trajetórias marcadas por uma relação de superioridade, como construtores de visão pejorativa dos grupos em questão. Marechal Rondon em sua atuação como demarcador de terras indígenas e Nina Rodrigues como médico que defendia uma inferioridade biológica do negro em relação ao branco, não podiam ser referências de valorização.

De acordo com o documento:

Destinados à população estudantil de 1º. Grau, objetivam, respectivamente, o estudo da contribuição do índio e do negro ao folclore brasileiro. Os Concursos, de início promovidos anualmente, a partir de 1978 passaram a ser realizados em anos alternados, em duas etapas, com a colaboração das Secretarias de Educação e Cultural de todos os Estados. Na primeira etapa, em âmbito estadual, são atribuídos prêmios pelas Secretarias (...) O trabalho classificado em primeiro lugar, em cada Estado, é encaminhado à Campanha para a segunda etapa do Concurso, em âmbito nacional.

⁶³ Médico e antropólogo brasileiro nascido em Vargem Grande, MA, fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país. Na Bahia assumiu a cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia (1891), onde promoveu a nacionalização da medicina legal brasileira, até então inclinada a seguir padrões europeus. Desenvolveu profundas pesquisas sobre origens étnicas da população e a influência das condições sociais e psicológicas sobre a conduta do indivíduo. Com o resultado de seus estudos propôs uma reformulação no conceito de responsabilidade penal, sugeriu a reforma dos exames médico-legais e foi pioneiro da assistência médico-legal a doentes mentais, além de defender a aplicação da perícia psiquiátrica não apenas nos manicômios, mas também nos tribunais. Também analisou em profundidade os problemas do negro no Brasil, fazendo escola no assunto e faleceu em Paris, França. Fonte: Só Biografias. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RaimNina.html>> Acesso em: 15 mar. 2017.

Além dos três concursos promovidos pela CDFB, o relatório apresenta outros dois, realizados por órgãos públicos do Estado de São Paulo, são eles: Concurso Mário de Andrade, para monografias e o Prêmio Amadeu Amaral que aconteceu em 1975 em comemoração ao nascimento que dá nome ao concurso.

O relatório fornece histórico e informações em tópicos separados da “Biblioteca Amadeu Amaral” e do “Museu de Folclore Edison Carneiro”, descrevendo seus acervos, exposições e eventos realizados. Depois, aborda “Grupos Folclóricos”:

objetivando apoiar e estimular a recuperação de grupos folclóricos para atuação na Comunidade, realizou a Campanha com o patrocínio da FUNARTE um levantamento em vários estados, proporcionando-lhes ajuda direta, sensibilizando, desse modo, as Prefeituras e Secretarias para a preservação desses grupos.

A passagem expressa a relação que a Campanha vinha estabelecendo com os grupos, sua preocupação no envolvimento dos poderes locais e ainda lista pelos estados os grupos que receberam patrocínios.

“Festa do Folclore Brasileiro” é o assunto seguinte e refere-se à comemoração do Dia do Folclore em 22 de agosto. Entre 1974 e 78, a Campanha promoveu a Festa em diferentes capitais, no período de uma semana. A programação inclui desfile de grupos folclóricos, lançamentos de livros, discos, exposições seminários, palestras e cursos, com a participação de folcloristas de diversos Estados. A I Festa, em 1974, realizou-se em Brasília e Rio de Janeiro, seguindo-se Natal (RN), 1975, Belo Horizonte (MG), 1976, Maceió (AL), 1977 e João Pessoa (PB), 1978.

Um dos objetivos da Festa é conscientizar a comunidade para valores da cultura popular. Por isso, envolvem nas programações as Prefeituras locais, para assegurar-se da permanência dos grupos com apoio dos municípios. A realização da Festa acontecia sob a Coordenação-Geral da Campanha, envolvendo a participação do Governo Estadual, através de várias Secretarias e Prefeituras, de entidades culturais e empresas comerciais. O documento descreve a programação da III, IV, V e VI Festa do Folclore Brasileiro.

O penúltimo tópico abordado é o “Atlas Folclórico do Brasil”, projeto que visava produzir um maior conhecimento de nossa realidade cultural, integrando a população universitária na pesquisa e no estudo do nosso folclore:

Tratando-se de um levantamento exaustivo, pois abrange a totalidade dos municípios de cada Estado, pela primeira vez realizado no país, os dados

obtidos não se destinarão apenas ao mapeamento cultural, mas também e principalmente a fornecer subsídios aos programas federais e estaduais de amparo ao desenvolvimento do artesanato, bem como de preservação de grupos folclóricos. Numa primeira etapa, o cadastramento inclui artesanato, dança e folguedos.

O Projeto contava com o financiamento da Fundação Nacional de Arte, a participação das Universidades Federais, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e Fundação Projeto Rondon. O relatório apresenta um quadro com a indicação dos Estados cadastrados até 1978 e sinaliza a participação de 1387 universitários, abrangendo um total de 1384 municípios. Entretanto, o projeto do Atlas Folclórico só foi concluído no Estado do Espírito Santo, único a ter a publicação da pesquisa realizada e publicada.⁶⁴

O último tópico do Relatório de Atividades 1974 – 1978 é “Recursos Financeiros” e é apresentado em uma tabela organizada por ano e fonte do recurso que estão divididas entre a verba orçamentária do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), verba do Programa de Ação Cultural (PAC) e verba da Fundação Nacional de Arte, repassada mediante convênio.

Assim, fica detalhada a sistematização das principais ações desenvolvidas pela CDFB entre as décadas de 1970 e 1980, por meio da análise dos registros encontrados na documentação oficial, que sinaliza para uma importância fundamental para o debate sobre políticas culturais e para a consideração de uma concretização das atividades da rede de folcloristas. Como sede da CNFL e da CDFB, a capital do Rio de Janeiro retoma a posição de polo articulador, reconhecida por Vilhena no período entre 1947 e 1964. No âmbito das políticas culturais estaduais do Rio de Janeiro, em 1975, ano da fusão do antigo estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, Paulo Afonso Grisolli⁶⁵, Diretor do Departamento de Cultura da então Secretaria de Educação e Cultura do Estado, criou o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – INEPAC, com três divisões: Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico; Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural e Divisão de Folclore.

Aqui, fechamos os parênteses abertos no início desta argumentação e retomamos Cáscia Frade, uma vez que a folclorista foi convidada para a direção da última divisão mencionada, cargo que assume em 1975 e fica até 1987. Dessa forma, a criação do INEPAC,

⁶⁴ INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE. Atlas folclórico do Brasil – Espírito Santo. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982, 93p.

⁶⁵ Paulo Afonso Grisolli (Bragança Paulista SP 1934 - Lisboa, Portugal 2004). Diretor e autor. Um dos pioneiros da revolução cênica que transformam o teatro brasileiro no fim da década de 60 e no decorrer da de 70, criador do grupo A Comunidade, que funde palco e platéia. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa349397/paulo-afonso-grisolli>> Acesso em: 13 dez. 2016).

sua estruturação e a atuação de Cáscia no órgão são a temática central do segundo capítulo desta tese.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o projeto dos folcloristas que Vilhena trabalhou mudou muito na década de 1970. Assim, podemos dizer que no pós 1964 aconteceram rupturas que não representaram o fim do movimento, mas trata-se de um novo momento. Desse modo, não podemos dizer que o pesquisador estava enganado, apenas que não considerou as mudanças e estabeleceu, dentro dos seus objetivos, padrões e delimitações para o que considerou o auge do Movimento Folclórico.

Para finalizar o debate sobre os anos 1970 e 1980, Ana Teles da Silva (2015), em sua tese de doutorado, fala em dois períodos chave para compreensão dos estudos e do movimento folclórico no Brasil. O primeiro, citado acima e estudado de forma sistemática por Vilhena, de 1947 a 1964: “a primeira fase de institucionalização da rede de relações articuladas pelo Movimento Folclórico Brasileiro (MFB) que tem como ponto culminante a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) em 1958, e se estende até 1964” (SILVA, 2015, p.5). A autora, com análise que ratifica o argumento desenvolvido aqui, apresenta a segunda fase, de 1964 a 1982, como uma nova fase:

uma nova fase de institucionalização da CDFB (uma autarquia ligada ao Departamento de Assuntos Culturais do então Ministério de Educação e Cultura – MEC), com a sua transformação em 1976, no Instituto Nacional de Folclore – INF, integrante da Fundação Nacional de Arte, criada em 1975 no âmbito do MEC. **O ano de 1982 foi eleito como marco final do período aqui abordado, pois nele a direção do INF passa de Bráulio do Nascimento – renomado integrante da rede de estudiosos de folclore que participara ativamente da criação da Campanha, havia articulado e sua transformação em INF – à museóloga Lélia Coelho Frota, ligada a uma outra rede de intelectuais, cujo expoente era Aloísio de Magalhães, e que trabalhava desde a década de 1970 com uma visão de cultura diversa daquela que orientava a ação e os estudos dos intelectuais folcloristas, uma visão orientada por paradigmas antropológicos modernos.** (SILVA, 2015, p.5)

A citação acima e a delimitação de tempo proposto por Silva, afirma a vertente defendida neste estudo, uma vez que pontua as conquistas e transformações ocorridas na década de 1970 e sinaliza uma nova mudança de perspectiva na década de 1980, influenciada por “paradigmas antropológicos modernos”.

Novos conceitos e discussões ganham espaço e Aloísio de Magalhães, nome de destaque na ampliação do conceito de cultura e sua aplicação em políticas culturais, se destaca por ter uma visão de cultura popular diferente da perspectiva tradicional, já apresentada, dos folcloristas. De acordo com Fonseca (2005), Magalhães representa outra tendência intelectual de atuação e propostas, esteve à frente do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC),

que fazia parte do Ministério da Indústria e Comércio e articulava as noções de cultura brasileira e desenvolvimento. Assumiu em 1981 a recém-criada Secretaria de Cultura do MEC, órgão que reunia pela primeira vez a gestão da política cultural federal. (FONSECA, 2005, p.152).

A principal contribuição do trabalho desenvolvido pelo grupo de Aloísio de Magalhães foi a ampliação do conceito de cultura, os debates sobre direitos culturais e patrimônio cultural, que subsidiaram as discussões para elaboração do texto da Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216⁶⁶. Com isso, vemos que a década de 1980, concretizou discussões e propostas que foram articuladas e desenvolvidas nos anos 1970.

Por esse viés, o marco da mudança institucional de gestão do INF, em 1982, e da transferência de direção de Bráulio do Nascimento para Lélia Coelho Frota, por intermédio de Aloísio de Magalhães, determina uma mudança oficial de perspectiva da instituição com a “saída” dos folcloristas e a “entrada” oficial dos antropólogos. Tal passagem não acontece sem uma certa tensão e precisa ser problematizada. Claudia Marcia Ferreira⁶⁷, atual diretora do CNFCP que iniciou seu trabalho no INF como estagiária de museologia e estava na instituição desde a gestão de Bráulio, relata:

a troca dele (Bráulio) por Lélia foi recebida como um acaso, pois Aloísio havia feito uma visita recente com ele e imagino que tenha sido de supetão. Não posso garantir, o Bráulio sempre foi um gentleman e jamais fez um comentário a respeito disso, e Lélia sempre foi uma pessoa muito altiva, agoniada, inconstante. Então, eu acho que ela também entrou, no meu modo de ver, ela entrou muito de sola... Num isolamento quase da perspectiva de trabalhar em conjunto com as comissões. E aí tinha uma discussão muito forte na casa de que, a antropologia, ela trouxe um grupo de antropólogos de fora, trouxe muita gente para a unidade de pesquisa e... então, a Maria de Lourdes Borges Ribeiro que era a grande pesquisadora da casa ficou quase numa função decorativa, ela tinha o cargo ali, mas a Lélia tinha um *staff* e a casa era o Instituto Nacional de Folclore. Então, e uma fala muito eloquente sobre a antropologia, perspectiva antropológica e tal e a gente nas pontas, tanto que mais tarde é que a gente se incorporou à equipe como um todo, incorporou esse discurso de proximidade com a antropologia como se fora uma novidade, o que na verdade não é. Não tem nada de novo, o Edison Carneiro estava dentro do Museu Nacional, que era a meca da antropologia brasileira, ele constrói com a Heloisa Torres, enfim, é o Arthur Ramos que indica o Edison para receber a Ruth Landes. A história da instituição sempre foi marcada por uma conversa com a área da antropologia e foi muito

⁶⁶Texto completo dos artigos 215 e 216 disponíveis, respectivamente, em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_215.pdf e http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf.

⁶⁷ Museóloga e Diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/ IPHAN. Entrevistada para o desenvolvimento desta pesquisa em 16 de novembro de 2017.

fragilizada, não só muito pelo que o próprio Edison dizia, a questão da área e dos ataques às inconsistências teóricas e conceituais do campo não se devia necessariamente aos embates com a sociologia, dizia respeito muito ao diletantismo dos próprios folcloristas. Ele sempre afirmou isso e nunca achou que o problema estava fora, o problema estava dentro.⁶⁸

O depoimento em destaque sinaliza para questões centrais de discussão deste estudo, pois pontua sobre os embates e lugares ocupados por folcloristas e antropólogos na principal instituição brasileira do assunto. Ao apontar para o fato de que não havia uma grande novidade e que o diálogo com a antropologia já era feito pelos folcloristas, marca um ponto fundamental de debate sobre a generalização dos folcloristas como diletantes e de uma problema interno que o folclore ainda enfrenta. A transformação dos campos do folclore e da antropologia serão abordados a partir das pesquisas de Cáscia Frade no capítulo 2.

Como podemos ver, novos agentes e agências aparecem neste período e a proposta desta pesquisa vai ao encontro da argumentação esboçada acima, fixando como espaço de investigação o estado do Rio de Janeiro. Com isso, frisamos a delimitação do recorte cronológico que tem início na década de 1970, com a referência da produção dos folcloristas e o desenvolvimento de debates e de políticas culturais durante o regime militar. Além da evidência do início do trabalho de Cáscia Frade no INEPAC e seu diálogo com outras instituições. O recorte temporal se estende até o ano de 2016, com o destaque das políticas do patrimônio imaterial, os desafios da contemporaneidade e a aposentadoria de Cáscia Frade associada à conclusão do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)⁶⁹ das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro e sua entrega para o IPHAN.

Nesse sentido, finalizamos com a sinalização que o período em questão, décadas de 1970 e 1980, representa um momento expressivo da produção de tais estudos folclóricos, uma vez que gerou um rico acervo de fontes para os atuais pesquisadores da cultura popular e do patrimônio imaterial que enfrentam a nova missão de inventariar e registrar práticas culturais. Assim como, de forma geral, visamos contribuir para a construção de uma interpretação mais ampla sobre os estudos folclóricos e para a problematização do marco temporal consagrado

⁶⁸ Trecho de entrevista realizada com Claudia Marcia Ferreira para o desenvolvimento desta pesquisa em 16 de novembro de 2017.

⁶⁹ O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Fonte: Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685>> Acessado em: 01 mar. 2017.

por Luiz Rodolfo Vilhena (1997). Além de colaborar para a valorização da produção dos folcloristas no campo das pesquisas sobre cultura popular e o patrimônio imaterial.

1.3 CÁSCIA FRADE E OS ESTUDOS FOLCLÓRICOS NO RIO DE JANEIRO: ENTRE AGÊNCIAS E AGENTES

Com o intuito de realizar um mapeamento dos estudos folclóricos no Rio de Janeiro, evidenciando as principais agências e agentes atuantes entre as décadas de 1970 e 1980, tendo como eixo principal para a composição deste mapa a inserção e articulação de Cáscia Frade na rede de estudiosos do folclore. Por este objetivo, buscaremos apresentar e associar seus membros e instituições a partir das relações estabelecidas pela intelectual.

A análise sobre uma rearticulação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro pós-1964, mostra a reestruturação de uma rede de agentes e agências que promoveu, como demonstrado acima, uma grande movimentação no campo do folclore e a consolidação de um programa de trabalho que teve início quando Renato Almeida assumiu o cargo de Diretor Executivo em 1964, após a saída de Edison Carneiro. Esse “plano de trabalho” foi financiado com recursos do Plano de Ação Cultural (PAC) do Ministério da Educação e Cultura, que no início dos anos 1970 determinava uma proposta de modernização cultural e proporcionou à CDFB retomar suas metas e objetivos.

A atuação de Renato Almeida é ponto fundamental para o fortalecimento dessa rede, por isso ele é o primeiro agente que abordaremos. A centralidade da figura de Renato é incontestável, uma vez que foi um dos fundadores do Movimento Folclórico e sua posição como funcionário do Itamaraty foi estratégica desde 1947, data da criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), como um órgão vinculado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), no domínio do Ministério das Relações Exteriores.

Assim, por estar no movimento desde o início, ser uma figura respeitada e ocupar uma colocação notável, Renato Almeida assumiu a direção executiva da CDFB em 1964 e não esmoreceu diante da conjuntura política no encaminhamento dos objetivos centrais da Campanha. Seu prestígio e liderança foram destacados por Cáscia Frade em entrevista realizada no desenvolvimento desta pesquisa, ao relatar sobre a reativação da Comissão Nacional depois do afastamento de Renato:

Renato montou aquilo com amigos, só dava trabalho, não tinha compensação financeira nenhuma, ao contrário, despesas, as pessoas pagavam. Então, ele

convidava os amigos dele, um amigo que tinha na Bahia... Renato trabalhou na ONU, no Ministério das Relações Exteriores, então tinha uma rede. Então ele conhecia um cara na Bahia, um sujeito em Mato Grosso, outro em Manaus, outro no Paraná, outro em Minas Gerais, tudo assim e todos esses nomes, Ático Vilas Boas da Mota, uma rede. **Você vê que interessante o que se chama hoje de internet, o homem criou isso sem internet nenhuma, entendeu? Na base da fala, do telefone, da amizade, do carinho, da carta, de ser uma pessoa que as pessoas tinham grande admiração, porque era competente e um líder, com todas as letras maiúsculas.** Então, o Renato faleceu e esse negócio deu uma murchada e aí o Bráulio, que tinha sido secretário do Renato, achou que era legal reativar. Então, ele conseguiu algumas pessoas que ainda estavam trabalhando, outras não, mas conseguia porque ele também tinha conhecimento por causa do Instituto de Folclore, né?⁷⁰

Há alguns pontos a serem destacados na fala de Cásia. Primeiro, chamamos a atenção para a forma como explica a atuação de Renato Almeida, evidencia suas relações pessoais como de grande prestígio ao dizer que montou as Comissões estaduais com seus amigos, sendo esses todos os nomes de destaque dos estudos folclóricos nos diferentes estados brasileiros, como dá o exemplo de Ático Vilas Boas da Mota, de Goiás. Ressalta que os envolvidos nas Comissões não recebiam pelas funções desempenhadas, muito pelo contrário, gastavam e tinham despesas para desenvolverem o trabalho. Reforça a importância de Renato ter trabalhado na ONU e no Ministério das Relações Exteriores, e assim a intelectual nos ajuda a listar as agências e agentes envolvidos nessa grande rede.

Ao falar da rede organizada por Renato, a intelectual faz uma comparação muito interessante e, mais uma vez, destaca sua influência e capacidade, diz que a conexão e mobilidade representadas na atualidade pela internet, como uma rede, foram construídas por Renato na base de meios simples e elementares de comunicação, como a fala, o telefone e a carta, junto ao que dava o diferencial, à amizade e ao carinho. Assim, reforça a imagem de um líder admirado, e, com isso, Cásia não deixa dúvidas da sua visão sobre Renato Almeida.

Na mesma entrevista, a pesquisadora conta que nunca trabalhou com Renato, mas teve o privilégio de conhecê-lo e de forma inusitada, por uma “coincidência” da vida. Em 1974 foi realizado o VII Congresso Brasileiro de Folclore, em Brasília. Neste momento Cásia finalizava uma pós-graduação Lato Sensu em São Paulo com o folclorista paulista Rossini Tavares de Lima. Rossini a incentivou muito a ir ao Congresso de Brasília, a pesquisadora relata a fala de seu professor: “Renato está dizendo que é o canto de cisne dele, que já é idoso

⁷⁰ Trecho transcrito de entrevista com Cásia Frade, realizada em 07 de novembro de 2016, para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

e não sei o quê. E que não vai mais, e eu vou por causa do Renato”⁷¹. Cáscia acabou indo com o marido, foi lá que conheceu o “pessoal” da Comissão Nacional e também Renato Almeida.

Conta que ficaram hospedados no mesmo hotel, que a organização do Congresso ficou de mandar um transporte para buscá-lo, mas o carro não apareceu e Renato acabou andando de carona com Cáscia e o marido, que a acompanhava na viagem. Assim, ficaram próximos e na volta ao Rio de Janeiro, Renato ofereceu um jantar para Cáscia; nas suas palavras: “Renato era uma pessoa chique, uma pessoa elegante”⁷². Acrescenta ainda que na ocasião, recebeu de presente de Renato a primeira edição de seu livro, a *História da Música Brasileira*, de 1926, com o registro das revisões anotadas à mão por ele para a segunda edição.

Retomando o depoimento citado acima, Cáscia também exalta Bráulio do Nascimento, outro nome fundamental do Movimento Folclórico, figura atuante desde os tempos de Edison Carneiro. Atribui a Bráulio o grande mérito de ter reativado as Comissões estaduais depois do afastamento de Renato Almeida. Na entrevista em questão, a intelectual conta que foi depois do falecimento de Renato, em 25 de janeiro de 1981, que Bráulio assumiu a vice-presidência da Comissão Nacional de Folclore, junto com Ático Vilas Boas da Mota e a “convocou” para entrar e trabalhar com ele.

Relata que Bráulio lhe telefonou solicitando sua ajuda para reorganizar a Comissão Nacional de Folclore (CNFL). Ela quis saber o que faria e ele sugeriu que entrasse na parte da tesouraria, mas que podia ficar tranquila que não tinha dinheiro nenhum, era só pra justificar um cargo. Ela completa dizendo que foi a tesoureira que nunca “pegou em um tostão”, mas que fizeram muitos projetos juntos.

Dessa maneira, Cáscia desvenda que foi ela que recomendou para Bráulio mudar a estrutura da Comissão, deixar de ser na base da “amizade”, para ter um processo mais legítimo, nas palavras de Cáscia, “mais democrático” e realizar eleições. Diz que nesse processo contaram com o apoio do jurista e folclorista pernambucano Roberto Benjamin⁷³,

⁷¹Trecho transcrito de entrevista com Cáscia Frade, realizada em 07 de novembro de 2016, para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

⁷² *Idem*.

⁷³ Nascido em 1943, Roberto Benjamin cursou jornalismo e direito, tendo obtido título em livre-docência em ciência política e sido professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Discípulo dos estudos de Luiz Beltrão, Benjamin publicou vários artigos e livros sobre educação, cultura popular e herança cultural. Foi dele o primeiro artigo sobre os maracatus rurais. À frente da Comissão de Folclore, o pesquisador ajudou a reerguer nações como o Leão Coroado. O pesquisador atuou na universidade como professor de Folkcomunicação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), foi diretor do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH) e criador do Programa de Pós-Graduação em Administração Rural e Comunicação Rural, agora extinto. Fonte: Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://www.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=14291:morre-roberto-benjamin&catid=30&Itemid=122> Acessado em: 11 mar. 2017.

criaram um estatuto e a CNFL ganhou uma identificação oficial como Organização não Governamental (ONG). As eleições acontecem de 6 em 6 anos e Bráulio foi o primeiro presidente eleito.

Cáscia Frade também conheceu Bráulio no Congresso de Brasília e descreve como se aproximaram, já no Rio, no momento em que ele estava à frente da CDFB e, com a ajuda de Manuel Diégues Júnior, então diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) e mais um nome relevante da rede que estamos traçando, trabalhavam para transformar a Campanha em Instituto. Nas palavras de Cáscia:

E aí foi uma luta danada, consegui aquele espaço lá no Catete, foi ele (*Bráulio*) que conseguiu aquilo e falou assim: “Cáscia, eu vi que você é de música, vi lá em Brasília, o setor de música está todo embolado, você não quer ir pra lá? A Funarte está criando lá um setor específico e eu posso montar equipe”. Eu falei, “ah, tudo bem”. Então, tinha umas horas e eu ia pra lá, voluntária, entendeu, não recebi nada, mas eu fui com disposição e vontade de fazer. Muita gravação, a história de fazer disco e não sei o que, tinha um monte de gravação, tudo em K7 “inho”, aquilo tudo empilhado e eu comecei a trabalhar nisso.⁷⁴

A ida ao VII Congresso Brasileiro de Folclore, assim como o curso de pós-graduação realizado em São Paulo com Rossini Tavares de Lima, são momentos chave para entender os vínculos que Cáscia estabelece e a forma como passa a integrar a rede. No Congresso, ao conhecer o “pessoal” da Comissão, também se torna conhecida e os estudos que vinha fazendo no campo da música e da educação, vão despertar o interesse de Bráulio do Nascimento. Por isso, ele a procura e convida para desenvolver um trabalho na CDFB.

Neste momento, novamente, a intelectual frisa que não recebia nada, era um trabalho voluntário. A falta de recursos para pagamento do trabalho desenvolvido pelos estudiosos do folclore é um fator sublinhado do trabalho de Vilhena (1997), que associou a não remuneração dos membros dessa rede, como mais um elemento que enfraquecia a institucionalização do campo do folclore, característica presente na fundação do movimento que persiste até o período tratado aqui.

Tal informação corrobora a ideia de que o movimento folclórico foi formado por uma elite intelectual que se reuniu para tratar de cultura popular, agentes inseridos em uma realidade bastante distanciada da realidade dos agentes de produção das práticas, aqueles que hoje seriam os “detentores” do patrimônio imaterial, como são denominados pelos

⁷⁴Trecho transcrito de entrevista com Cáscia Frade, realizada em 07 de novembro de 2016, para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

especialistas. Por isso, fica a ideia da construção de uma fala distanciada e descritiva, a fala do especialista. Porém, para a comprovação desta hipótese, fica colocada a necessidade da realização de um mapeamento dos modos de sobrevivência dos folcloristas e suas fontes de renda.

Cásia narra os principais indícios do contexto de transformação da CDFB em Instituto Nacional de Folclore (INF), demarca a relevância do apoio que Bráulio do Nascimento recebeu de Manuel Diégues Júnior e como foi Bráulio o responsável por conseguir o espaço referente à sede do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Silva (2015) nos ajuda a demarcar as transformações institucionais ao longo do tempo:

Em 1975, é criada a Funarte e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro é incorporada em 1978 e esta nova instituição como Instituto Nacional do Folclore. Mais tarde, em 2003, o Instituto Nacional de Folclore tornou-se Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, tendo sido também integrado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com a alteração de suas denominações e inserções, a CDFB existe, portanto, sem solução de continuidade até os nossos dias (SILVA, 2015, p.21).

A citação mostra como esta rede de estudiosos não foi em nenhum momento completamente extinta, existindo até os dias atuais. Tal constatação é confirmada pela atuação de Cásia Frade, o que remete a hipótese central deste estudo que, através da trajetória da intelectual, percorre a história das políticas culturais de folclore e patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o papel central que assume, viabilizando a efetivação dessas políticas e contribuindo para o entrelaçamento dessa rede. Pois, mais do que fixar marcos temporais, o fragmento acima nos permite evidenciar o primeiro encontro institucional oficial entre os campos do folclore e do patrimônio cultural, junção que só acontece em 2003.

Assim, a relação de Cásia com a CDFB começa pelo convite de Bráulio para que atue na catalogação do setor de música. Porém, ela não ficou muito tempo executando esta função, uma vez que recebeu outro convite de trabalho que a deixou muito interessada:

E aí, o Grisolli vai criar o INEPAC e eu sou indicada para ir com o Grisolli. Como eu sempre gostei de trabalho de campo e o trabalho lá (na CDFB) era um trabalho burocrático, enfiada numa sala que eu não sabia se estava chovendo ou fazendo sol, se era noite, se é dia, não, eu gosto de ver isso, fui criada assim, bicho solto. Aí eu falei Bráulio: “olha só, eu vou fazer uma opção aqui, mas eu não quero cortar, não quero que ache que não estou

colaborando, pode contar comigo. Mas, ele está me chamando para dirigir um setor de pesquisa, um setor que vai fazer o mapeamento do Rio de Janeiro”. Ele disse: “sinto muito, mas acho que você tem que ir mesmo, acho que você tem capacidade pra isso, não sei o que...”⁷⁵

Um novo nome aparece, Paulo Afonso Grisolli, e uma nova agência, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). De acordo com Cásia, “Grisolli criou o INEPAC”, ele era diretor do Departamento de Cultura, hoje uma Secretaria, foi uma pessoa que trabalhou em jornal e teatro: “um paulista interiorano com vivências de infância das tradições paulistas e tinha uma sensibilidade muito grande para cultura popular. Queria saber como era o Rio de Janeiro, se era apenas futebol e carnaval?”⁷⁶ Fez o convite para Cásia através de uma indicação de Rossini, os dois haviam sido colegas de trabalho no jornal Folha de São Paulo e mantinham correspondência.

Dessa forma, em 1975 Cásia Frade assume a direção da Divisão de Folclore do INEPAC, foi a primeira diretora e ficou lá até 1987: “Ganhava pouco, não tinha nenhuma projeção política, o que é ótimo por ninguém ficar de olho no seu trabalho, aí foi que reviramos o Rio de Janeiro de cabeça para baixo”⁷⁷. Uma considerável pesquisa foi desenvolvida que gerou um grande acervo e algumas publicações, material que será explorado no capítulo 2.

Entretanto, a ida para o INEPAC não significou uma ruptura com a CDFB, muito pelo contrário, manteve contato com Bráulio do Nascimento e passou a participar pontualmente de ações promovidas pela Campanha. Em pesquisa ao Arquivo da CDFB do período referente à década de 1970, encontramos o nome de Maria de Cásia Nascimento Frade em variados tipos de documento, como: ofícios, relatórios, correspondências e declarações. Uma declaração pro forma de 1975 demonstra a relação que Cásia vinha estabelecendo com a Campanha e com Bráulio do Nascimento. O texto diz:

Declaro para os devidos fins que a Professora Maria de Cásia Nascimento Frade vem prestando à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro colaboração técnica na programação folclórica do Projeto Minerva⁷⁸.

⁷⁵Trecho transcrito de entrevista com Cásia Frade, realizada em 07 de novembro de 2016, para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado.

⁷⁶ *Idem*

⁷⁷ *Idem*

⁷⁸ Projeto criado em 1970 para atender os objetivos do governo militar brasileiro que, desde 1964, propunha mudança radical no processo educativo com a utilização do rádio e da televisão. Fonte: MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Projeto Minerva. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/projeto-minerva/>>. Acesso em: 09 de mar. 2017.

O interesse e entusiasmo que tem dedicado às tarefas que lhe são confiadas, aliados ao conhecimento permanentemente renovados, tornam-na elemento de destaque entre a nova geração de folcloristas.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1975.

Bráulio do Nascimento (assina)⁷⁹

Além de agradecer de maneira formal pelos serviços prestados, o diretor elogia a atuação e ainda a inclui como destaque no que chama de “nova geração de folcloristas”. Tal passagem é relevante para enfocar o reconhecimento de Cáscia Frade como folclorista e sua inserção no Movimento Folclórico e na rede de estudiosos do folclore.

Como dito, a partir de 1975 são variados os documentos em que encontramos o nome da intelectual no arquivo da CDFB, por meio da leitura dessas fontes, podemos salientar algumas ações recorrentes que demarcam a atuação de Cáscia, como: professora nos cursos de folclore, membro da comissão julgadora de prêmios, sua participação em eventos e publicações, conforme tratado no item 1.2 deste capítulo.

Na pasta “Release/ Programação/ Noticiário – 1971 a 1981”, em “Noticiário 1975/1976”, um texto despertou atenção por conta do título: “Folia-de-Reis encerra hoje o Curso Vivo”. A nota, com data de 2 de dezembro de 1975, informa sobre a apresentação de um grupo de folias de reis depois da palestra da professora Maria de Cáscia do Nascimento Frade, no encerramento do referido curso, promovido pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, nome que vem acompanhado das siglas “DAC/MEC”, marcando as agências responsáveis. É pertinente observar que em 1975 Cáscia já desenvolvia estudo sobre folia de reis e tinha contato com grupos, assunto que será abordado no capítulo 3.

O parágrafo seguinte do documento explica que o “Curso Vivo de Folclore” contava com o patrocínio do Programa de Ação Cultural (PAC), tinha entrada franqueada ao público e: “apresentou aulas ao vivo sobre diversos folguedos e danças do folclore brasileiro, acompanhados de explicações a cargo dos professores convidados pela Campanha.”⁸⁰ A intelectual esteve presente em diversas edições dos cursos, tanto no Rio de Janeiro quanto pelos estados brasileiros. Apenas em o ano de 1977, encontramos registros de que conferiu cursos em Natal, Aracajú e Manaus⁸¹.

⁷⁹ Documento consultado e transcrito do Acervo Arquivístico da Biblioteca Amadeu Amaral, do Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular.

⁸⁰ Documento consultado do Acervo Arquivístico da Biblioteca Amadeu Amaral, do Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular.

⁸¹ Dados extraídos da leitura das correspondências expedidas pela CDFB em 1977, ofícios: 988/77, 1044/77, 1390/77. Documentos consultados do Acervo Arquivístico da Biblioteca Amadeu Amaral, do Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular.

Cáscia foi membro da Comissão Julgadora de concursos oferecidos pela CDFB para estudantes do primeiro grau, o primeiro foi realizado em 75 com o título “Folclore do Negro”, que a partir de 1976 passa a chamar “Concurso Nina Rodrigues”, quando também é lançado o “Concurso Marechal Rondon”, com temática indígena. De 1975 até 1979 constam documentos que registram a participação de Cáscia nas comissões julgadoras.

Os concursos, como apontado no item 1.2 deste capítulo, eram de abrangência nacional, realizados em etapas estaduais e para sua divulgação contavam com a parceria das Secretarias de Educação e Cultura locais e também com as Comissões estaduais. No acervo da CDFB existem vários documentos que registram a comunicação da direção com os parceiros, como ofícios-convite e de solicitação de patrocínio, telegramas de comunicação com as pessoas premiadas, ofícios com a divulgação dos vencedores, programa das edições dos concursos, entre outros.

Cáscia Frade também foi atuante na organização e discussões conceituais das Festas do Folclore Brasileiro, evento organizado sempre no mês de agosto, devido às comemorações do Dia do Folclore (22 de agosto), que desde 1974 passou a incluir em sua grande programação, o Congresso Brasileiro de Folclore. Nesse sentido, destacamos uma carta⁸², de Raul Geovanni da Motta Lody⁸³, outro nome recorrente nos assuntos sobre o folclore, principalmente ligado à temática dos estudos sobre a cultura negra, dirigida a Cáscia Frade, refere-se a uma solicitação de texto final para a publicação de um documento em decorrência do Seminário sobre o problema da conceituação de grupos folclóricos, tema de um dos painéis realizado em Maceió durante a V Festa do Folclore Brasileiro (1977).

Além dos cursos, prêmios e os eventos, a intelectual teve participação expressiva nas publicações financiadas pela CDFB. Começando pelas publicações que ganharam regularidade depois dos anos 1960, temos a referência principal da *Revista Brasileira de Folclore* (1961-1976) e os *Cadernos de Folclore* (1975-1986). A análise destas publicações é foco central da tese de Ana Teles da Silva (2015). A pesquisadora esclarece que: “Na *Revista*

⁸² Documentos consultados do Acervo Arquivístico da Biblioteca Amadeu Amaral, do Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular.

⁸³ Raul Geovanni da Motta Lody (Rio de Janeiro, 1952), antropólogo, museólogo, curador, escritor; especialista em antropologia da alimentação com projetos de pesquisas no Brasil e no exterior a partir de 1972. Criador do Grupo de Antropologia da Alimentação (Fundação Gilberto Freyre). Representou o Brasil no International Commission on the Anthropology Food. Criador e curador do Museu da Gastronomia Baiana (Senac Bahia, 2006). Autor de mais de duzentos trabalhos publicados sobre os temas comida e cultura. Foi professor visitante da UNAM (México) e da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Coordenou o projeto de patrimonialização do Ofício das Baianas de Acarajé (IPHAN). Participa de instituições acadêmicas e científicas no Brasil. Fonte: Brasil Bom de Boca. Disponível em: <https://brasilbomdeboca.wordpress.com/sobre-raul-lody/>. Acessado em 09 mar. 2017.

publicavam-se artigos de folcloristas de todo o país e também de folcloristas estrangeiros, resenhas bibliográficas e noticiários. Sua tônica era a divulgação das pesquisas dos folcloristas e a promoção do intercâmbio entre eles” (SILVA, 2015, p.22).

Já os *Cadernos* tinham uma proposta diferente, “é monotemático, trazendo um artigo com imagens, eventualmente partituras e notações coreográficas e uma bibliografia no final” (SILVA, 2015, p. 38). Fora editado em duas séries, a primeira com 17 números (1964 – 1974), a segunda com 35 números (1975 – 1986)⁸⁴, nenhum dos números publicados é de autoria de Cáscia Frade.

Nas edições da *Revista Brasileira de Folclore* no Acervo Digital do CNFCP, encontramos apenas um registro do nome de Maria de Cáscia Nascimento Frade. No “Noticiário” do último número publicado da Revista, número 41, de 1976, consta uma sessão sobre os Cursos de Folclore e lá está o nome da pesquisadora. O noticiário apresenta a realização de cursos em diversos níveis, o nome de Cáscia aparece entre os professores que lecionaram no Rio de Janeiro em um curso de 60 horas, direcionado para professores. O curso aconteceu entre 12 e 30 de julho, com a colaboração do Departamento Geral de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Município do Rio de Janeiro, mais uma agência envolvida nas ações. O texto relata que o curso foi realizado no Centro Educacional Calouste Gulbenkian, no Centro da cidade, e 140 alunos concluíram o curso.

O aspecto de não encontrar nenhum texto de sua autoria em uma revista tão relevante do campo do folclore no Brasil, pode ser explicado pelo fato da *Revista Brasileira de Folclore* ter parado de ser publicada em 1976, e observamos que a inserção de Cáscia Frade no Movimento Folclórico acontece concretamente entre 1974 e 1975. Desse modo, ela teve um tempo muito curto para ocupar um espaço de publicação, ao mesmo tempo em que no último exemplar consta seu nome, e vinculado à atividade que esteve presente em sua vida desde antes de estar no Rio de Janeiro, a prática docente.

Cáscia não aparece entre os autores das publicações periódicas da CDFB⁸⁵, porém participou de um programa editorial vinculado ao PAC que mobilizou os estados brasileiros através dos representantes das Comissões estaduais. Podemos citar dentro deste programa,

⁸⁴ SILVA, Ana Teles da. *Na trincheira do folclore: Intelectuais, Cultura Popular e Formação da Brasilidade - 1961-1982.* 206p. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2015

⁸⁵ De acordo com Silva (2015), ao analisar a *Revista Brasileira de Folclore*, podemos citar como principais estudiosos do folclore do período: Renato Almeida, Rossini Tavares de Lima, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Manuel Diégues Júnior, Luís da Câmara Cascudo, Altimar de Alencar Pimentel, An’Augusta Rodrigues, Dante de Laytno, entre outros

dois grandes projetos que envolveram os estados brasileiros, a *Série Folclore Brasileiro* e o *Atlas Folclórico do Brasil*. Valério Negreiros (2016), em sua dissertação de mestrado, explicita que a execução dos projetos se deu, durante a década de 1970 e início de 1980, por meio de uma série de parcerias oriundas da ligação em entre a CDFB e a Funarte, destaca: “as das Universidades Federais, das Secretarias de Educação e Cultura, dos Conselhos de Cultura, das Fundações Culturais, do Projeto Rondon e claro, das Comissões Estaduais de Folclore”. (NEGREIROS, 2016, p. 94)

No arquivo da CDFB encontramos documentos que relacionam Cásia Frade aos dois projetos mencionados nos ofícios com convites e solicitações, recortes de jornais e relatórios de atividades. No *Ofício 628/77*, com data de 28 de abril de 1977, Bráulio do Nascimento redige um documento destinado ao “Senhor Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro”, senhor Paulo Afonso Grisolli. O assunto aparece destacado “Atlas Folclórico do Brasil” e em seguida o seguinte texto:

Senhor Diretor,

Esta Campanha iniciará no próximo mês de junho o Projeto do Atlas Folclórico do Brasil, com a participação de Universidades Federais, Secretarias de Educação e Cultura e Comissões Estaduais de Folclore.

O Estado do Rio de Janeiro está incluído na etapa inicial do Projeto, com o Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Goiás.

A colaboração do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, que possui uma Divisão de Folclore, torna-se imprescindível para a execução do Projeto.

Nesse sentido, convidamos a professora Maria de Cásia Nascimento Frade para a coordenação da pesquisa no âmbito do Estado.

Na expectativa do pronunciamento de VS^a., antecipo os agradecimentos pela continuidade do trabalho comum que a Secretaria vem realizando com esta Campanha, no estudo e divulgação de nossa cultura popular.

Aproveito a oportunidade para apresentar os protestos de estima e elevada consideração.

(Assina Bráulio do Nascimento – Diretor-executivo)

Sobre o *Ofício 628/77*, consta a explicação dada por Bráulio do Nascimento do projeto do Atlas, suas etapas e parcerias. Assim como, a ênfase que dá ao papel do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, por ter uma Divisão de Folclore. Divisão esta que era dirigida pela “professora Maria de Cásia Nascimento Frade”, a quem encaminha o convite de coordenação da pesquisa referente ao estado do Rio de Janeiro. Com isso, Bráulio conclui o texto manifestando suas expectativas positivas e saudando Grisolli.

Entretanto, a informação do ofício não chegou até Cásia, pois em entrevista, indagamos sobre seu envolvimento com o projeto do Atlas Folclórico, pergunta realizada com base na leitura do documento acima, e ela disse não ter nenhum conhecimento sobre este convite. Já o convite para a pesquisa e redação do exemplar sobre o Rio de Janeiro do projeto *Série Folclore Brasileiro* foi concretizado e realizado. No *Ofício 58/1977*, encontrado na pasta “Correspondência Expedida – 1977 Jan./ Fev./ Mar.”, consta, sob o título “Folclore em todos os Estados”, o convite para a professora Maria de Cásia do Nascimento Frade.

O livro resultado do projeto foi lançado em 1979, imagem 1, e representa uma relevante fonte para este trabalho, visto que apresenta um texto de autoria da intelectual em questão, numa edição patrocinada pelas principais agências do Movimento Folclórico no período em questão, CDFB e Funarte, com informações sobre o estado do Rio de Janeiro, núcleo espacial do nosso estudo.

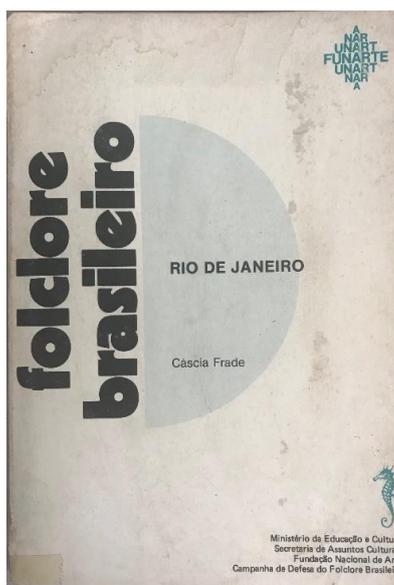


Imagem 1: Série Folclore Brasileiro, livro Rio de Janeiro, de Cásia Frade. Fonte: Autoria pessoal, 2019 (Acervo Biblioteca Amadeu Amaral (CPFNP/IPHAN)).

O texto de Cásia, numa descrição ampla e geral, é muito rico em informações e mostra um amplo repertório sobre a cultura popular do estado do Rio de Janeiro. É marcado por algumas generalizações ao não citar os sujeitos e nem situar bem o tempo e os espaços, e por também apresentar algumas manifestações como em vias de desaparecer, conforme os padrões da época, do objetivo da CDFB e avança em fatores que serão destacados adiante.

O exemplar do Rio de Janeiro segue estruturação proposta e tem o seguinte sumário: Introdução histórico-geográfica; Componentes culturais do folclore; Linguagem popular; Danças folclóricas; Folguedos Folclóricos; Cultos populares; Arte e artesanato folclóricos; Culinária; Outras manifestações, Calendário de festas tradicionais; Bibliografia; Ilustrações.

Na primeira parte, a Introdução histórico-geográfica situa a localização do Rio de Janeiro dentro do Brasil e apresenta uma divisão do Estado a partir do IBGE em quatorze “Microrregiões homogêneas”. Em seguida faz uma descrição topográfica, rios, solos, vegetação, clima, etc. Apresenta uma descrição histórica que inicia em 1501-1502, data de uma expedição da qual fez parte Américo Vespúcio, até 1975, quando através de Lei Complementar há a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro. Em um texto de apenas duas páginas, a autora passa de forma superficial e descritiva por fatos que elege como fundamentais para se compreender a dinâmica histórica do Estado.

No item seguinte “Componentes Culturais do Folclore”, define a formação de um “variado e opulento” folclore fluminense que divide as origens entre: “grupos nativos indígenas”, “colonizador português”, “escravo africano” e “etnias de emigrantes”, destacando tanto os estrangeiros quanto habitantes de estados limítrofes. A autora faz uma interessante divisão nas práticas e costumes que cada grupo influenciou e termina dizendo que o Rio de Janeiro compreende características de algumas regiões brasileiras, mas frisa ao final: “É evidente que, sejam quais forem as procedências, essas manifestações possuem características inconfundíveis, que as situam como definitivamente fluminenses.” (FRADE, 1979, p.12)

Depois de defender a ideia de manifestações culturais “definitivamente fluminenses”, Cásia Frade parte para um detalhamento, dentro das categorias propostas pelo editorial e listadas no sumário, do que considera específico do estado do Rio de Janeiro. A perspectiva assumida pela autora condiz com o objetivo principal da *Série Folclore Brasileiro* de apresentar um painel de cada estado. Entretanto, o texto avança no sentido de expor o conteúdo de uma pesquisa de campo documentada e analisada com uma base fundamentada, ao mesmo tempo em que não faz uma contextualização de quando fora realizada, não situa todas as localidades visitadas e quem foram seus principais agentes informantes.

A ausência apontada acima remete às críticas feitas aos folcloristas, ao mesmo tempo em que identificamos uma transição entre o olhar romântico e o início do diálogo com as discussões que vinham sendo colocadas pelas ciências sociais. Sabemos que Cásia ingressou no Curso de Mestrado em Antropologia do Museu Nacional em 1978 e é possível identificar nesse texto um olhar que sinaliza temáticas não comuns aos estudos folclóricos. Como por exemplo, na parte de “Folguedos Folclóricos”, quando aborda a Folia de Reis, evidencia a

presença feminina e depois transcreve um “Estatuto” em que constam as regras de uma Folia de Reis, nesta parte a autora cita a localidade e o nome do Mestre responsável pelo documento, ao final da transcrição tem o nome, faltando apenas data.

Além disso, aponta para um sincretismo da Folia de Reis com as manifestações religiosas de matrizes africanas, o que mostra sua percepção atenta para processos de transformação. Entretanto, fala das práticas sem situar o espaço e o tempo, fazendo assim generalizações.

Algumas características e críticas ao formato e tamanho determinados pela CDFB para a publicação podem esclarecer os limites do texto. Para tanto, faremos um diálogo a partir de uma notícia sobre o lançamento de três livros da série, publicada num jornal de Natal, assinada pelo folclorista Veríssimo de Mélo⁸⁶ (Imagem 2).

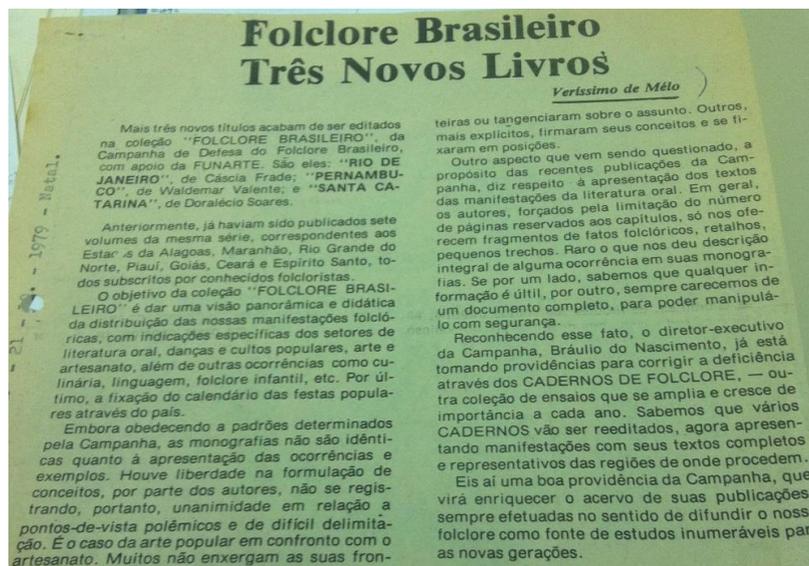


Imagem 2: Matéria de jornal sobre o lançamento da Série Folclore Brasileiro. Fonte: Acervo da Biblioteca Amadeu Amaral (CNFCP/IPHAN), 28 de julho de 2016.

Mais do que noticiar a publicação dos livros ao falar do lançamento de três novos exemplares: “RIO DE JANEIRO”, de Cásia Frade; “PERNAMBUCO”, de Waldemar Valente; e “SANTA CATARINA”, de Doralécio Soares, o autor constata a publicação de sete

⁸⁶Veríssimo de Mélo (Natal, 9 de julho de 1921 — Natal, 18 de agosto de 1996) foi um advogado, juiz, professor de Etnografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de Natal e de Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de jornalista brasileiro. Publicou, além de outros trabalhos, ensaios, artigos e participação em congressos e seminários folclóricos. Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ver%C3%ADssimo_de_Melo>. Acessado em: 11 mar. 2017.

anteriores: “Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Goiás, Ceará e Espírito Santo, todos subscritos por conhecidos folcloristas”. A notícia esclarece o objetivo da Série:

dar visão panorâmica e didática da distribuição das nossas manifestações folclóricas, com indicações específicas dos setores de literatura oral, danças e cultos populares, arte e artesanato, além de outras ocorrências como culinária, linguagem, folclore infantil, etc. Por último, a fixação do calendário das festas populares através do país.

Apresenta então as características dos textos e expõe críticas sobre a forma de abordagem de conceitos em alguns exemplares. Veríssimo também fala das principais dificuldades enfrentadas pelos autores devido ao tamanho estabelecido pelo editorial:

Embora obedecendo a padrões determinados pela Campanha, as monografias não são idênticas quanto à apresentação das ocorrências e exemplos. Houve liberdade na formulação de conceitos, por parte dos autores, não se registrando, portanto, unanimidade em relação a pontos-de-vista polêmicos e de difícil delimitação. É o caso da arte popular em confronto com o artesanato. Muitos não enxergam as suas fronteiras ou tangenciam sobre o assunto. Outros, mais explicativos, firmaram seus conceitos e se fixaram em posições.

Outro aspecto que vem sendo questionado, a propósito das recentes publicações da Campanha, diz respeito à apresentação dos textos das manifestações da literatura oral. Em geral, os autores, **forçados pela limitação do número de páginas reservados aos capítulos**, só nos oferecerem fragmentos dos fatos folclóricos, retalhos, pequenos trechos. Raro o que nos deu descrição integral de alguma ocorrência em suas monografias. Se por um lado, sabemos que qualquer informação é útil, por outro, sempre carecemos de um documento completo, para poder manipulá-lo com segurança.

O texto, então, chama atenção para a variação de pontos de vista e de conceitos, uma vez que a Campanha estabeleceu um padrão de formato, mas os conteúdos ficaram a cargo dos autores. Dessa forma, o autor salienta a diferença entre a visão dos autores, fator relevante para associarmos à análise antes apresentada do exemplar do Rio de Janeiro, escrito por Cáscia Frade, pois consideramos que a autora está mais próxima dos que marcaram conceitos e fixaram posição, mesmo não sendo explícito em todo o texto. Nesse sentido, a reportagem nos ajuda a entender como a limitação do número de páginas é um aspecto a ser considerado na avaliação dos exemplares. Assim, a notícia é finalizada com uma justificativa de Bráulio do Nascimento e a divulgação de outra publicação da CDFB como alternativa para a complementação de informações da Série, os *Cadernos de Folclore*.

Reconhecendo esse fato, o diretor-executivo da Campanha, Bráulio do Nascimento, já está tomando providências para corrigir a deficiência através dos CADERNOS DE FOLCLORE, - outra coleção de ensaios que se amplia e cresce de importância a cada ano. Sabemos que vários CADERNOS vão ser reeditados, agora apresentando manifestações com seus textos completos e representativos das regiões onde procedem.

Eis aí uma boa providência da Campanha, que virá enriquecer o acervo das suas publicações, sempre efetuadas no sentido de difundir o nosso folclore como fonte de estudos inumeráveis para novas gerações.

Fica claro, mais uma vez, o empenho de Bráulio e a necessidade de sempre se considerar nas produções e publicações da CDFB seus avanços e suas limitações, sendo a maioria delas condicionada por fatores financeiros. Os três livros mencionados na notícia tratada acima, foram lançados no Rio de Janeiro em evento de comemoração ao Dia do Folclore, em 22 de agosto de 1979, no Catete. Entre os documentos da CDFB encontramos o *Ofício 502/79*, um convite, de Bráulio para Cásia, para o lançamento do livro *Folclore Brasileiro – Rio de Janeiro*.

Assim, depois de passar por todo esse repertório de pessoas, projetos, instituições e organizações, damos o primeiro passo para o objetivo principal desta tese. Iniciamos o capítulo com uma contextualização e correspondente discussão teórico conceitual para apresentar dados gerais da Cásia Frade, sua formação e inserção na rede de estudiosos do folclore. Em seguida, abordamos e problematizamos as interpretações sobre os estudos folclóricos entre os anos 1970 e 1980 e buscamos montar sua rede inicial de relações.

Nesse sentido, com a consciência de que o mapeamento proposto por esta pesquisa só estará completo no final do terceiro capítulo, cumprimos a tarefa de traçar a inserção da intelectual no campo do folclore. Demonstramos como o começo de seu trabalho e atuação percorre as principais agências e agentes que compõem a história dos estudos folclóricos no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 2

DIVISÃO DE FOLCLORE DO INEPAC (1975-1987) – POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO RIO DE JANEIRO E A FORMAÇÃO DE UM ACERVO DO FOLCLORE FLUMINENSE

Este capítulo discutirá políticas culturais do Estado do Rio de Janeiro através de ações da Divisão de Folclore do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – INEPAC. O órgão foi criado em 1975, ano da fusão do antigo Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento de Cultura da então Secretaria de Educação e Cultura do Estado – SEEC. No momento de sua criação, o INEPAC possuía três divisões: Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico; Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural e Divisão de Folclore. Para a direção da última divisão mencionada, foi convidada a folclorista Cáscia Frade que assume em 1975 e permanece no cargo até 1987.

O período em que a intelectual esteve à frente da Divisão de Folclore foi o momento de criação do órgão e da implantação de medidas e ações voltadas para o folclore no âmbito estadual. Por este caminho, visa-se conhecer o funcionamento da Divisão de Folclore do INEPAC, suas principais linhas de pesquisa e formas de atuação; identificar as principais publicações de pesquisas realizadas pela equipe do órgão, considerando o momento e as temáticas focadas; associar as publicações ao respectivo acervo e buscar conexões entre a Divisão e o Departamento de Educação, uma vez que a articulação com as escolas e a preocupação com a capacitação dos professores é algo marcante desde a sua fundação, assim como o diálogo com a educação é recorrente em toda a trajetória de Cáscia Frade.

Nesse sentido, são questões centrais do capítulo: o que, quando e a partir de que políticas ou projetos foram realizados as principais ações da Divisão de Folclore do INEPAC? Como se deu a relação da Divisão de Folclore com o Departamento de Educação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro? Existem registros dos materiais didáticos desenvolvidos para esses cursos, como relatórios, fotos e acompanhamentos de desdobramentos do trabalho de capacitação dos professores?

Dessa forma, esse capítulo busca também mapear o alcance das ações (publicações, pesquisas, eventos, cursos para professores, etc.) desenvolvidas no campo do folclore no Estado do Rio de Janeiro no período em que Cáscia Frade atuou como diretora da Divisão de Folclore do INEPAC. Assim como, problematizar a relação do folclore com o campo de

práticas educativas e a elaboração de políticas públicas que marcam a passagem da Divisão de Folclore do INEPAC para Departamento de Patrimônio Imaterial.

Para tanto, é preciso deixar registrado desde o início a grande dificuldade encontrada em ter acesso ao acervo da Divisão de Folclore do INEPAC. Em um primeiro contato em abril de 2016, havia a informação da mudança de endereço do órgão da Rua da Ajuda para a Rua da Quitanda, do acervo estar encaixotado no prédio antigo e de não haver uma catalogação disponível para consulta. Na ocasião, foi realizada uma visita ao Departamento de Patrimônio Imaterial e disponibilizadas algumas publicações e monografias de pesquisas realizadas no tempo da Divisão de Folclore. Em seguida, foram feitas novas tentativas de consulta e agendamento de visita que não se concretizaram pela justificativa de estarem em processo de mudança do acervo, portanto impossibilitados de atendimento e o com material ainda inacessível.

No final de 2016, foi anunciada de forma oficial uma grande crise econômica no Estado do Rio de Janeiro, jornais noticiaram “estado de calamidade” para 2017 por um grande rombo na economia e a previsão de 2018 ser ainda pior. O principal portal de notícias do país, o G1, relatou em matéria de Carlos Brito em novembro de 2016:

Obras paradas, salários atrasados, fornecedores sem receber, uma absoluta incerteza quanto ao futuro e quase nenhuma perspectiva de melhora. A frase soa pessimista – e é. A situação financeira do Estado do Rio de Janeiro não dá margem a uma perspectiva otimista – pelo menos não a curto prazo.⁸⁷

Com isso, o então governador Luiz Fernando Pezão, preso por corrupção em novembro de 2018, anunciou um pacote de medidas radicais que deixou servidores do Estado com salários atrasados e outra série de medidas relacionadas à condição de falência das contas públicas. Um sério contexto de crise se instalou no Estado do Rio e, obviamente, afetou de forma direta os setores culturais, como: museus, teatros, arquivos, bibliotecas e o INEPAC.

Não cabe a este estudo se aprofundar nos motivos da crise, porém vale assinalar que em julho de 2019, fomos surpreendidos com a seguinte manchete: “Secretaria Estadual de Cultura cumpre despejo e funcionários encaixotam documentos às pressas”⁸⁸. Tal notícia inclui o INEPAC, pois sua sede era a mesma da Secretaria de Cultura e a situação caótica

⁸⁷ BRITO, Carlos. *Em estado de calamidade, RJ entrará em 2017 com rombo de R\$ 17 bilhões*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/em-estado-de-calamicidade-rj-entrara-em-2017-com-rombo-de-r-17-milhoes.html>> Acesso em: 06 ago. 2019.

⁸⁸ Na matéria consta a nota oficial do governo sobre a situação do despejo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/secretaria-estadual-de-cultura-cumpre-despejo-funcionarios-encaixotam-documentos-as-pressas-23787762>> Acesso em: 07 ago. 2019.

colocada afeta prontamente todo o acervo e o trabalho em discussão desta pesquisa. É lamentável, mas relevante fazer este apontamento de relatos sobre a “dissolução do INEPAC”⁸⁹, nas palavras da arquiteta e ex-diretora do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural.

Em 2018, a situação de instabilidade dos órgãos públicos estava evidente e a informação era que todo o material do acervo da Divisão de Folclore do INEPAC teria sido levado para o Museu do Ingá e que continuava encaixotado sem possibilidades de abertura. Isso fez com que buscássemos caminhos alternativos de fontes para a pesquisa e em visita ao Museu do Ingá, encontramos a possibilidade de consulta à Coleção de Artes e Tradições Populares. Desse modo, chegamos a uma nova via indireta para o mapeamento de alguns objetos, documentos e registros de ações da Divisão de Folclore.

De todo este percurso de pesquisa e com este sucinto panorama apresentado, uma observação se faz indispensável: a disponibilidade, envolvimento e abertura das pessoas que trabalham nas instituições por onde passamos. Com isso, chegamos ao conhecimento de um notável Acervo do Folclore Fluminense, ameaçado de deterioração pelo seu estado de conservação, o qual será apresentado e problematizado adiante.

2.1 O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO DE JANEIRO (INEPAC)

Para falar da criação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro é preciso contextualizar sua fundação e falar da história do próprio Estado. O professor Sérgio Linhares, ex-diretor do Departamento de Pesquisa e Documentação do INEPAC que ocupou o cargo por mais de dez anos, ao tratar da história da formação do Estado do Rio de Janeiro, esclarece que, em 1960, a cidade do Rio de Janeiro perdeu o título de Capital Federal para Brasília: “Foi criado então o Estado da Guanabara, que possuía as terras do antigo Distrito Federal. O Estado do Rio de Janeiro continuava separado da cidade que lhe dava nome.”⁹⁰ (LINHARES, p.5).

Apenas a partir do dia 15 de março de 1975, sob o regime militar, houve a

⁸⁹ Texto completo disponível em: <https://diariodorio.com/o-buraco-da-fechadura/?fbclid=IwAR3d_LMsqCh1jtjOateGivygChPuF1CpM0SbVbNBav763kzLffZWc1v4qQ> Acesso em: 07 ago. 2019.

⁹⁰ Texto “Histórico do Estado do Rio de Janeiro” de autoria do professor Sérgio Linhares, anexado no site oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Cultura – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img//site/Historico_Estado.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

reintegração da cidade do Rio de Janeiro, a extinção do Estado da Guanabara e a formação do novo Estado do Rio de Janeiro. Pela Lei Complementar nº 20, de 3 de junho de 1974, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente Ernesto Geisel, ficava estabelecida a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, com nome de Estado do Rio de Janeiro.⁹¹

O projeto de fusão foi analisado pela historiadora Marieta Ferreira⁹² através da pesquisa “O novo estado do Rio de Janeiro: laboratório da transição política”, desenvolvida pelo Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas que já havia criado, desde o início de 1983, a linha de pesquisa “História do Rio de Janeiro”. Os pesquisadores da instituição buscavam preencher a lacuna existente na produção historiográfica sobre questões ligadas ao espaço da política na história fluminense e carioca. Nesse sentido, Ferreira apresenta um estudo específico sobre “a fusão em suas relações com o regime militar e a transição política” (FERREIRA, 2006, p.164).

A autora apresenta as interpretações existentes sobre a fusão do Rio de Janeiro destacando duas correntes: uma focada em um problema político-partidário e outra em problemas técnico-econômicos. Descarta a primeira por meio da análise de fontes ligadas ao Arquivo Ernesto Geisel, marcando a postura do presidente que não corrobora a hipótese da fusão ter como intenção a neutralização da força partidária do MDB⁹³ na cidade do Rio de Janeiro: “Acima da fusão, portanto, o que estava em jogo eram a autonomia do antigo Distrito Federal em relação ao governo federal e o consequente controle do poder local.” (ibid., p.174)

Ao evidenciar a questão da autonomia e do controle do poder local, Geisel deixa claro que mesmo antes de ser presidente já cogitava a fusão e que não realizou um plebiscito, porque além de dispendioso, não mudaria de opinião. Assim, esclarece que tal medida vinha no sentido do plano de melhorar a divisão administrativa do país: “Segundo parecer do relator do projeto da fusão, deputado Djalma Marinho, a criação do “novo” Estado do Rio de Janeiro seria parte de uma reestruturação federativa capaz de garantir o desenvolvimento harmonioso dos estados, a segurança interna e externa e, fundamentalmente, a integração nacional.” (ibid., p.176)

⁹¹ FREIRE, Américo. A fusão: notas bibliográficas e comentários (críticos) sobre uma nova intervenção na cidade do Rio de Janeiro. In: AZEVEDO, André Nunes. (Org.). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p.171-180

⁹² FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, Alzira Alves. (Org.). *A redemocratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap.6, p.163-203.

⁹³ Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido político que abrigou os opositores do Regime Militar de 1964.

Dessa forma, ainda de acordo com a autora, o projeto de fundir a Guanabara ao Rio de Janeiro estava ligado ao plano maior de construção de um “Brasil Grande”, expresso no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o que reforça a vertente de o governo associar a fusão a uma medida técnica vinculada ao plano estratégico de desenvolvimento nacional. (ibid., p.176). Entretanto, Ferreira evidencia que mesmo destacando o caráter técnico da medida, havia uma dimensão política que fica nítida nas “preocupações das lideranças militares com a construção de uma nova identidade política para o novo Estado do Rio de Janeiro, o que envolveu vários aspectos de ordem simbólica.” (Ibid., p.177)

É exatamente neste ponto que fazemos a conexão do projeto da fusão com a criação do INEPAC, uma vez que refletiu em uma reforma administrativa e, desse modo, o INEPAC é sucessor direto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), criado por em 1963. A preocupação com a reconstrução de uma “genealogia da cidade e do estado do Rio de Janeiro” está expressa em documento citado por Marieta Ferreira, encontrado no Arquivo Geisel e enunciado pela historiadora como um rascunho base para a formulação da Lei Complementar n.20. Destacamos a seguir a parte que aborda o papel da história, da memória e das tradições fluminenses:

Deve reconhecer-se, entretanto, que uma coletividade – nacional ou regional, estadual ou simplesmente local – é dotada de memória e de valores históricos, que precisam ser cultivados, numa fase de transição de civilização, ativamente preservados com carinho. As tradições fluminenses, de que a cidade do Rio de Janeiro sempre foi parte e parcela, são componentes necessários dessa personalidade. Preservá-las é, para as atuais gerações, dever tão grande quanto o de manter a integridade territorial da nação. (Apud FERREIRA, 2006, p.177)

Tal passagem reforça as preocupações e objetivos estabelecidos por Paulo Afonso Grisolli ao assumir a direção do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, em 1975, e criar o INEPAC. Grisolli assume essa perspectiva de pensar o estado de forma integrada, associando a cidade do Rio de Janeiro aos municípios do estado e valorizando a memória e a história. Incentiva a pesquisa e a preservação das tradições fluminenses ao propor divisões específicas para seu estudo e preservação. Postura que reforça sua afinidade com o movimento folclórico e o trabalho dos folcloristas, ponto central de discussão deste estudo que será trabalhado adiante. Uma vez que, como sinalizado no capítulo 1, a valorização do folclore foi um aspecto característico das ações dos governos militares no plano das políticas de cultura e o Rio de Janeiro seguiu tais premissas.

A criação da DPHA estava associada às reformas administrativas conduzidas por

Carlos Lacerda, empossado em 1960, como o primeiro governador do recém-criado Estado da Guanabara.⁹⁴ O ideal da modernização difundido pelo então governador visava manter o Rio de Janeiro como capital cultural do país e por isso uma série de medidas na área cultural foram tomadas, a criação da DPHA foi uma delas. A Divisão estava vinculada à Secretaria de Estado de Educação e Cultura, com o objetivo de preservar o patrimônio do novo Estado da Guanabara, e foi o primeiro órgão de patrimônio cultural em nível estadual de todo país.⁹⁵

Dessa forma, de acordo com Peixoto, foi a criação da DPHA que deu início às políticas de proteção do patrimônio artístico e histórico, e abriu caminho para a prática da preservação do patrimônio estadual de forma legal. Data de 15 de julho de 1965 o primeiro tombamento estadual do Brasil, o Parque Henrique Lage cuja preservação não correspondia aos rigorosos critérios de seleção de bens para tombamento que vigoravam naquele momento. Assim, por conta dessa autonomia em relação ao nível federal, Peixoto sublinha que o órgão se tornou emblemático desde o início (PEIXOTO, 1990, p.8).

A criação do INEPAC acontece, então, no contexto da fusão e da criação de um novo Estado e o órgão herda o que já vinha sendo desenvolvido pela DPHA. Entretanto, a mudança do nome parece sinalizar um novo direcionamento, uma vez que “patrimônio cultural” é um conceito mais amplo do que o passado “histórico e artístico”⁹⁶. Aspecto que é corroborado por Motta (2000) em sua análise sobre o início da atuação do órgão, quando usa depoimento de Dina Lerner, arquiteta do INEPAC, desde 1983, ao identificar que a “ênfase no patrimônio cultural traz consigo significado muito importante e o compromisso com uma nova visão mais ampla da questão cultural e conseqüentemente da responsabilidade do órgão” (Apud MOTTA, 2000, p. 60).

Tal discussão também está presente no histórico do órgão divulgado no seu portal oficial na internet em texto sem autoria e sem data de publicação.⁹⁷

A ampliação da conceituação de patrimônio implicou algumas mudanças na estrutura do órgão. Foram criadas três divisões: a divisão

⁹⁴ LACERDA, Carlos. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>> Acesso em: 14 mar. 2017.

⁹⁵ PEIXOTO, Gustavo Rocha. Inepac: um perfil dos 25 anos de preservação do patrimônio cultural no Estado do Rio de Janeiro. *Arquitetura Revista*, v.8, n.8, p.8. 1990

⁹⁶ O conceito de patrimônio cultural estava em construção naquele momento, discutido por um grupo conduzido por Aloísio Magalhães (Ver Boletim do Iphan n. 0)

⁹⁷ Optamos por analisar as informações do site e por isso é relevante situar que se trata do canal de comunicação do órgão, que estabelece uma versão que tornou-se recorrente e que, com base nas análises do material empírico da época trabalhada aqui, vamos utilizá-la para parâmetro para concordar ou não.

de Folclore, encarregada de identificar, recolher e divulgar as manifestações folclóricas vigentes no estado; a divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural, responsável pelas tarefas de identificar, cadastrar, incentivar e divulgar os múltiplos aspectos de manifestações culturais, e a divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, responsável pela preservação dos bens culturais perenes do estado. Essa última atuava em quatro áreas: produção do inventário de patrimônio cultural fluminense, estudo das alternativas legais de proteção e preservação desse patrimônio - sendo o tombamento a principal delas -, ações de restauração e ações de divulgação do patrimônio cultural fluminense.⁹⁸

Ressaltamos então, que ao propor a organização de três divisões, a manutenção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico e a criação da Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural e da Divisão de Folclore, Paulo Afonso Grisolli marca um diferencial por não ficar restrito às práticas do tombamento. Tal divisão destaca uma perspectiva mais ampla de patrimônio cultural ao envolver tanto o trabalho com bens móveis e imóveis, relacionados à prática do tombamento, quanto o trabalho com as tradições populares. Vale evidenciar que o universo de práticas e tradições, os chamados bens culturais de natureza imaterial, no âmbito de políticas federais do patrimônio, só entraram em redação oficial na Constituição Federal de 1988, no artigo 216, e receberam atenção especial das políticas de estado com o Decreto-lei 3551 de 2000, o que demonstra uma visão inovadora de Grisolli na concepção do INEPAC.

A atuação de Grisolli foi referenciada pelo antropólogo Ricardo Gomes Lima⁹⁹ em entrevista realizada no âmbito desta pesquisa. Ao ser questionado sobre a atuação do movimento folclórico das décadas de 1970 e 80, respondeu: “nessa época, dirigiu o Departamento Cultural o Paulo Afonso Grisolli, que era um grande “animador cultural”, alguém que causou uma ebulição nesse campo da política pública de folclore e de cultura popular principalmente no Estado do Rio de Janeiro”.¹⁰⁰ A associação direta do período

⁹⁸ Informação disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/histórico>> Acesso em: 03 ago. 2019

⁹⁹ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF (1978). Mestre em Artes Visuais / Antropologia da Arte pela Escola de Belas Artes da UFRJ (1993). Doutor em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (2006). Professor Adjunto do Instituto de Artes da UERJ (desde 1995) e do Programa de Pós-Graduação em Artes. Membro do Núcleo de Cultura Popular e coeditor da Revista Textos Escolhidos de Cultura e Artes Populares. Foi pesquisador do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular / IPHAN / MinC (1983 - 2011), onde foi responsável pelo Setor de Pesquisa e Coordenador da Sala do Artista Popular. Assumiu, no período de 2009 a 2011, a Coordenação Técnica do Promoart - Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural. Realiza pesquisas sobre o universo da cultura popular, em especial o campo da arte e do artesanato populares. Desde 2008 é Diretor do Departamento Cultural da UERJ e foi coordenador do Ecomuseu Ilha Grande da UERJ no período de 2009 a 2015.

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.

questionado com a gestão do diretor deixa claro, mais uma vez, que foi um momento notável de ações no campo das políticas públicas para a cultura popular.

O termo “animador cultural”, utilizado por Ricardo Lima para definir Grisolli é significativo para a discussão de políticas culturais abordadas nesta pesquisa. A animação cultural é uma ferramenta pedagógica que pode ser empregada em diferentes contextos e espaços sociais e que possui uma finalidade clara de intervenção¹⁰¹ e foi um dos princípios da educação proposta por Darcy Ribeiro na implementação dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) no Governo Brizola. O papel desses educadores nas escolas estava ligado à parte recreativa, com atividades culturais, de artes, teatro e música. No contexto de sua criação, no primeiro mandato do governador no Estado do Rio de Janeiro, entre 1983 e 1987, os animadores culturais estavam comprometidos com uma intervenção social nas comunidades e se envolveram com os movimentos dos, então, grupos folclóricos. Ao associar o diretor a um animador cultural, o entrevistado acentua sua característica mobilizadora e sua relação com as tradições populares.

A existência da separação entre a Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural e Divisão de Folclore também suscitou um ponto de investigação para esta pesquisa¹⁰²: por que uma separação entre Pesquisa da Manifestação Cultural e Folclore? Essa questão abre ainda mais o campo de atuação do INEPAC, de acordo com Cáscia Frade¹⁰³, o diretor do instituto explica a separação de forma simples: tudo que é cultura e não é folclore entra nessa divisão, como por exemplo os arquivos das ordens religiosas, as fotografias antigas de famílias tradicionais, enfim, tudo que não é do setor do tombamento e nem do folclore, será trabalhado pela Divisão de Pesquisa em Manifestação Cultural.

O musicólogo José Maria Neves¹⁰⁴, ao redigir uma apresentação para a publicação *Cantos do Folclore Fluminense*, da Divisão de Folclore do INEPAC, em 1986, retorna ao histórico do órgão e afirma: “Esta integração buscava mais do que o agrupamento de órgãos

¹⁰¹ REIS, Leoncio José de Almeida; CAVICHIOLLI, Fernando Renato. Resenha do livro “A Animação Cultural: conceitos e propostas” de Victor Andrade de Melo. *Movimento*, v.15, n.3, p.357-371, jun. 2009.

¹⁰² Destacamos a dificuldade que encontramos em pesquisar no Acervo do INEPAC, devido a uma mudança de localização do órgão.

¹⁰³ Entrevista realizada com Cáscia Frade em 16 de julho de 2019.

¹⁰⁴ Musicólogo. Violinista. Regente. Na Universidade do Texas em Austin (EUA) e na Universidade Nova, de Lisboa, cursou Pós-Doutorado. Especializado em música eletroacústica. Desde 1968 pertencia ao corpo docente do Instituto Villa-Lobos da Uni-Rio, recebendo o título de "Professor Titular Emérito" ao se aposentar em 1997. A partir de 2001 assumiu a presidência da Academia Brasileira de Música. Foi membro do Conselho Editorial de periódicos do Brasil e dos Estados Unidos. Fez parte da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música entre os anos de 1975/1999. Sua obra editada sobre música tem mais de 50 títulos entre livros, edições críticas de partituras e artigos. (JOSÉ MÁRIA NEVES. In: *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/jose-maria-neves/biografia>> Acesso em: 13 mar. 2017).

públicos aparentemente em grandes blocos, para fins puramente burocráticos; ao contrário, apoiava-se em audacioso projeto cultural” (NEVES, 1986). Temos como hipótese que este “audacioso projeto cultural” mencionado acima também estava relacionado, por remeter ao mesmo contexto, ao projeto desenvolvimentista dos governos militares que criou o Plano de Ação Cultural (PAC). Essa discussão da política cultural no âmbito nacional foi apresentada no capítulo 1, e buscaremos evidenciar uma sintonia entre a política nacional e estadual favorecida pela conjuntura da fusão.

Grisolli esteve à frente do Departamento de Cultura de 1975 a 1979, e escolheu o arquiteto e artista plástico Alex Nicolaeff para dirigir o INEPAC. Ambos, Grisolli e Alex ficaram até o fim do mandato do governador Floriano Peixoto Faria Lima, que chegou ao Palácio Guanabara nomeado como primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1975. As eleições diretas para governador estavam suspensas desde a promulgação do Ato Institucional número 3 (AI-3), em fevereiro de 1966, pelo general presidente Castelo Branco. O AI-3 estabelecia que os governadores e vices seriam eleitos indiretamente por um colégio eleitoral formado pelos deputados estaduais.

Faria Lima esteve na carreira militar desde os anos 1930 e entrou para reserva em 1971 com a patente de vice-almirante. Nomeado o primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro pelo então presidente Ernesto Geisel, recebeu o cargo das mãos do ministro da Justiça, Armando Falcão, na presença do ex-governador da Guanabara, Chagas Freitas, e do ex-governador do Estado do Rio, Raimundo Padilha. Faria Lima e Grisolli foram vistos juntos em eventos político culturais do governo, como na inauguração da Escola Estadual de Dança Maria Olenewa (Imagem 3).



Imagem 3: Paulo Afonso Grisolli (à direita) com o Governador Faria Lima, fevereiro de 1978. Fonte: Acervo do INEPAC, 2019.

Um mês depois, o governador ingressou na Arena, partido de apoio ao governo federal. Sua administração foi responsável por consolidar a fusão e por elaborar a Constituição do estado. Sua gestão foi marcada por obras estruturais e nova organização para os serviços públicos. Contudo, seu governo foi acusado pelo Superior Tribunal Militar de se omitir, em 1978, diante de abusos policiais e torturas.¹⁰⁵

Em 1979, Faria Lima deixa o governo e é sucedido pelo ex-governador da Guanabara, Antônio de Pádua Chagas Freitas, do então MDB. Freitas era jornalista e político também eleito indiretamente, em setembro de 1978, pelo Colégio Eleitoral do estado e tomou posse em 15 de março de 1979. Nesse mesmo dia, tomou posse da presidência do país o general João Batista Figueiredo que assumiu e renovou o compromisso de dar prosseguimento à política de abertura inaugurada por seu antecessor. O início de seu governo, no entanto, foi marcado pela repressão ao movimento grevista de professores que reivindicavam melhores salários. No ano seguinte:

Chagas promoveu a fusão da Fundação de Teatros do Estado do Rio de Janeiro (Funterj) com a Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro (Femurj), criando a Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj). O mesmo processo ocorreu entre a Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (Fiderj) e o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Educação e Cultura (CDRH), originando a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). (KELLER e XAVIER, 2001)¹⁰⁶

Atuou também na ampliação de sistemas de abastecimento de água e na construção de estradas, além do início das operações do metrô, ligando as zonas Sul, Centro e Norte da capital.

No período referente à gestão de Chagas Freitas, de 1979 a 1983, esteve à frente do INEPAC o sociólogo e antropólogo, professor Manuel Diégues Júnior. Dentro do que foi discutido no capítulo 1, sobre a existência de uma rede de intelectuais que atuou no campo dos estudos folclóricos e que relaciona tanto uma trajetória pelas instituições culturais quanto

¹⁰⁵ LIMA, Faria. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/floriano-peixoto-faria-lima-2>> Acesso em: 08 ago. 2019.

¹⁰⁶ FREITAS, Chagas. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-padua-chagas-freitas>> Acesso em: 08 ago. 2019.

pela universidade, e que remete aos objetivos gerais deste estudo, é relevante situar um breve histórico de atuação de Diégues, com dados recolhidos na plataforma digital do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, do qual era sócio¹⁰⁷.

Alagoano nascido em 1912, graduou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Frequentou cursos de Sociologia e Antropologia, ministrados por Gilberto Freyre. Em 1945, muda-se para o Rio de Janeiro e atua:

como chefe de Difusão Cultural da Secretaria Geral do IBGE e, três anos depois, é designado para dirigir o Serviço de Biblioteca e Intercâmbio Geral da mesma Secretaria. Neste período, foi eleito membro da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão da Unesco. Entre 1958 e 1979, exerceu o cargo de Diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais e do Departamento de Ações Culturais do Ministério da Educação. Foi professor de Antropologia Cultural e Antropologia no Brasil e diretor do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Teve intensa participação nos estudos relacionados ao folclore e ministrou cursos em universidades estrangeiras. Entre outras instituições culturais, foi membro da American Anthropological Association, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico Geográfico Alagoano (IHGA), da Associação Latino Americana de Sociologia, do Conselho Federal de Cultura, Academia Alagoana de Letras, Sociedades Brasileira de Geografia e a de Sociologia, e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.¹⁰⁸ (BARBOSA, 2009)

Pelo trecho destacado, fica clara a notabilidade do diretor e sua passagem pelo INEPAC, no contexto de luta pela redemocratização, marca uma atuação diferenciada do órgão. De acordo com Motta (2000), a busca por um discurso condizente com o novo momento e o projeto de atendimento às demandas provenientes da conjuntura estão presentes desde os primeiros anos no INEPAC por estarem relacionados com o que recomendava o documento Política Nacional de Cultura, editado pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1975. A partir daí, ficou estabelecida a ideia de buscar nas regiões o que havia de plural e diverso na cultura brasileira: “a noção de pluralismo cultural associada à diversidade regional surge como indicativo de uma ação oficial do poder público.” (MOTTA, 2000, p.60)

Por essa perspectiva, a partir da narrativa institucional, buscou-se encontrar um caminho mais próximo da regionalização e do respeito à legitimidade das comunidades e suas reivindicações. Assim, o INEPAC, na gestão de Manuel Diegues Júnior, não abriu nenhum

¹⁰⁷ Informação disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/mdjunior.html>> Acesso em: 08 ago. 2019.

¹⁰⁸ BARBOSA, Virgínia. *Manuel Diégues Júnior*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

processo de tombamento por iniciativa própria. Apenas um tombamento foi solicitado pelo Conselho Estadual de Cultura, e os demais por agentes externos.

O governo seguinte a Chagas Freitas, já no período de redemocratização do país e de eleições diretas, foi do gaúcho Leonel Brizola que governou o Rio Grande do Sul entre 1958 e 1962. Com o golpe de 64, passou a viver no exílio. E voltando ao país após a anistia, fixou-se no Rio de Janeiro, onde fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Brizola elegeu-se governador duas vezes, em 1982 e em 1990. Seu primeiro mandato ficou marcado pela ênfase na criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Pioneiras, as escolas de turno integral que forneciam aos alunos alimentação e assistência médica, e ficaram conhecidas como "Brizolões".¹⁰⁹

Para a gestão do INEPAC, Brizola escolheu o arquiteto Ítalo Campofiorito, 1983 a 1987, que é apresentado pelo histórico oficial do órgão como um fortalecedor do discurso de valorização da participação das comunidades. Dessa maneira, Campofiorito é destacado pela tentativa de pôr em prática o que se propunha o governo de Leonel Brizola, eleito com grande apelo popular, fortemente guiado pelas orientações do Secretário de Cultura, Darcy Ribeiro.

Também são da primeira gestão de Brizola obras como o Sambódromo, que proporcionou um lugar definitivo para os desfiles de escolas de samba da cidade, e a criação do Hemorio, instituição que se tornou referência para a doação de sangue no estado. No período da sua administração, ocorreram saques, greves gerais e confrontos nas ruas.

Nos governos Brizola, a Secretaria de Educação e Cultura foi subdividida, permanecendo o INEPAC na recém-criada Secretaria de Estado de Ciência e Cultura. Nesse estágio, ele foi dirigido pelos arquitetos Ítalo Campofiorito, de 1983 a 1985, e Dina Lerner, de 1985 a 1987. Nesse último ano, o órgão passou a integrar a nova Secretaria de Estado de Cultura. A partir de então, se sucederam na direção o professor Jorge Czajkowski, de 1987 a 1990, e a arquiteta Dina Lerner, de 1990 a 1991.

Com essa breve contextualização, delimitada pelo recorte temporal de atuação de Cáscia Frade no INEPAC, podemos dizer que a criação do órgão, tendo em vista o que será apresentado sobre a Divisão de Folclore, marca a produção e construção do que aqui vamos chamar de *Acervo do Folclore Fluminense* e que trabalharemos adiante em um item específico neste capítulo.

¹⁰⁹ Informação disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>> Acesso em: 20 ago. 2019.

Dentro de um contexto político de incentivo às ações culturais e do trabalho em prol do sentimento nacionalista, o “novo” Estado do Rio de Janeiro investiu, nas décadas de 1970 e 1980, em pesquisa e no mapeamento das tradições fluminenses. Adiante mostraremos como tanto na área do folclore quanto no campo dos museus, um grande trabalho de pesquisa foi feito. Diante do que vemos no contexto atual, só podemos lamentar a falta de recursos e condições de acesso e conservação deste vasto e profícuo acervo.

2.2 DIVISÃO DE FOLCLORE E CÁSCIA FRADE: PESQUISA E EDUCAÇÃO

A Divisão de Folclore foi criada em 1975 com o objetivo de pesquisar, registrar e divulgar o folclore do Estado do Rio de Janeiro. Na busca de atingir esses objetivos, diversas pesquisas de campo foram realizadas, e foi a partir do entusiasmo em desenvolver esse tipo de trabalho que Cáscia Frade aceitou o convite do Diretor do Departamento de Cultura da então Secretaria de Educação e Cultura do Estado, Paulo Afonso Grisolli.

A intelectual, como já mencionado no capítulo 1, aproximou-se do trabalho de campo como metodologia de pesquisa em um curso de pós-graduação realizado em São Paulo, no Museu de Artes e Tradições Populares, com o renomado folclorista Rossini Tavares de Lima. Por isso, ao ouvir a proposta de Grisolli que queria um levantamento geral da cultura popular dos municípios do estado, ficou muito animada. Nas suas palavras:

foi aí que reviramos o Rio de Janeiro de cabeça para baixo. A Divisão nos deu toda a condição material para fazer pesquisa e montar uma equipe e tem um acervo lá até hoje. (...) Um dia ele (Grisolli) lançou um desafio, falou: “Cáscia, eu quero montar um museu de arte popular em Niterói e você está intimada a me trazer pelo menos uma peça de cada município do Rio de Janeiro, nem que seja um remedinho para curar calo, mas eu quero uma referência de cada município do Rio de Janeiro”. Essa foi a ideia que acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos lá. Trabalhamos muito com escolas.¹¹⁰

O desafio de percorrer o Estado, ter uma equipe de trabalho e poder conhecer de perto a cultura popular fluminense fascinou Cáscia. Conta também que foi montando sua equipe com os próprios funcionários do estado e aos poucos foi encontrando as pessoas certas para trabalhar.

¹¹⁰ Entrevista com Cáscia Frade, realizada em 14 de junho de 2011, acervo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI – UFF).

Em outro momento da entrevista, ao relatar sobre a composição da equipe da Divisão, Cáscia destaca sua parceria com a pedagoga Delzimar Coutinho, professora da rede estadual que atuava na Baixada Fluminense e chegou até Grisolli pela necessidade de uma transferência para a capital. Delzimar foi acolhida por Cáscia, que acabava de assumir a Divisão de Folclore. As duas tornaram-se grandes companheiras de trabalho.

Cáscia é minha eterna mestra. Com ela aprendi tudo o que sei, mas principalmente aprendi que, em relação ao saber do povo, o aprendizado é constante. Nunca sabemos tudo. Eu era recém-chegada no Departamento de Cultura e o Grisolli fez uma reunião para apresentar o INEPAC. Nesse dia conheci a Cáscia e ela me convidou para trabalharmos juntas.¹¹¹ (COUTINHO, 2004, p.30)

Delzimar veio a ser sucessora de Cáscia, quando esta saiu do INEPAC, em 1987, para trabalhar apenas na UERJ. Sua trajetória como docente da universidade havia começado em 1978, inicialmente no regime de 10 horas semanais, depois passando para 20 e ao atingir 40 horas semanais, resolveu sair do INEPAC para se dedicar somente à UERJ. Ela conta que sempre gostou muito da sala de aula e sentia que seu futuro estava no espaço universitário. Além disso, achava que seu tempo na direção da Divisão já havia se esgotado, que um novo olhar podia trazer uma nova dinâmica para o trabalho e que ficou muito satisfeita quando soube que Delzimar ficaria no seu lugar, pois tinha conhecimento de tudo que já havia sido feito e era muito envolvida.¹¹²

No trecho da fala de Cáscia destacado acima, é exposto que, junto com Delzimar e o resto da equipe, trabalhou muito com escolas e esse ponto é de grande relevância em seu trabalho e atuação. A proposta de um trabalho educativo através do folclore acompanha a intelectual desde sua formação inicial quando em 1968 concluiu a graduação em Música na UFMG com a monografia “A música como fator educativo”. Em entrevista realizada no processo deste estudo, quando indagamos para Cáscia como ela se define: pesquisadora, intelectual, folclorista, respondeu sem hesitar que é uma professora.

Por isso, o tradicional diálogo folclore e educação é algo marcante em sua trajetória. Por meio de análise de registros orais e da produção geral de Cáscia ao longo de sua atuação, o que observamos não é o uso do folclore apenas como um fator educativo no sentido da imposição de uma visão pronta e autoritária colocada de cima pra baixo. Não é a ideia de

¹¹¹ Trecho de texto escrito por Delzimar Coutinho sobre as ações desenvolvidas pela Divisão de Folclore, apresentado no Fórum Cultural, Arte e Tradições Fluminenses, realizado em agosto de 2002 e publicado em 2004: GOÉS, Fred (Org.) *Cultura, arte e tradições fluminenses*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. 223p.

¹¹² Informações retiradas de depoimento realizado em entrevista com Cáscia Frade em 16 de julho de 2019.

intelectuais ensinando o folclore para criar a consciência da cultura nacional através das tradições populares o que Cáscia defende e pratica.

Muito pelo contrário, o que observamos na sua fala e na forma como se apresenta, é uma postura de querer aprender com a experiência e respeitar o conhecimento e a sabedoria do outro. Nos registros de seus cursos e trabalhos, desde a década de 1970, consta a presença de agentes praticantes da cultura popular, como mestres foliões, e é esta perspectiva, da valorização de um saber não formal, que defendeu em sua tese de doutorado¹¹³.

Cáscia relata em entrevista que ao pensar como começaria a pesquisa da Divisão de Folclore do INEPAC, como realizaria e o levantamento pelos municípios, chegou à conclusão que já existia uma rede de escolas estaduais presente nas localidades. Pensou, então, em fazer um projeto, apresentar para a Secretaria de Educação e Cultura e ver se conseguiria seu apoio. Assim foi iniciado o projeto *Crianças Pesquisam Cultura Popular* e foi realizado o primeiro levantamento das manifestações culturais do Rio de Janeiro. Os temas iniciais do trabalho foram as festas, as brincadeiras e a arte popular, contando com o apoio de “32 municípios do Estado do Rio de Janeiro”: “Foram respondidos cerca de onze mil questionários, cujas informações se constituíram nos primeiros registros da Divisão de Folclore.”¹¹⁴

Tal passagem é corroborada por Delzimar Coutinho no painel “Panorama atual da cultura popular fluminense” no Fórum Cultura, Arte e Tradições Fluminense, realizado em 2002. No texto referente à apresentação, fornece um histórico das ações da Divisão e realiza um mapeamento preliminar do Acervo do INEPAC. A autora conta que iniciaram o trabalho da Divisão com esse projeto de pesquisa voltado para o recolhimento de informações através de questionários aplicados a alunos de escolas estaduais:

Cáscia, eu e Djalma, outro funcionário do Departamento de Cultura, compúnhamos a equipe. Três almas perdidas, sem saberem exatamente como e nem por onde começar a descobrir o estado do Rio de Janeiro. Cáscia teve então a brilhante ideia de trabalharmos com as escolas estaduais. Afinal, as escolas estaduais estão presentes em todos os municípios fluminenses. Éramos só três pessoas, melhor seria se trabalhássemos com os professores das escolas estaduais (COUTINHO, 2012, p.30).

¹¹³ FRADE, Maria de Cáscia Nascimento. *O saber do viver - redes sociais e a transmissão do conhecimento*. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

¹¹⁴ Informação disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/histórico>> Acesso em: 21 ago. 2019

Assim foi iniciado o acervo da Divisão de Folclore, pelos dados de um levantamento feito através do treinamento dos professores e da aplicação de questionários com perguntas simples e objetivas para alunos de 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental. Reforça Coutinho:

Questões bem simples e objetivas foram para a criança responder, do tipo: “Dentro da sua escola você conhece alguém que faça isso ou aquilo outro?”. Ou: “Dentro da sua casa há alguém que faça isso ou aquilo? A única exigência era que a criança tivesse total liberdade para escrever, e desenhar também, por essas questões abrangiam festas, danças, folguedos, artesanato e a lúdica infantil, isto é, os jogos e as brincadeiras (COUTINHO, 2001, p.31).

O trabalho educativo e o uso de questionários são aspectos que também remetem à influência de Rossini Tavares de Lima e o aprendizado que Cáscia obteve com o seu curso. Pois, de acordo com a pesquisa de doutorado de Ana Teles da Silva (2015), o folclorista tinha como marca de suas pesquisas o uso de questionários como forma de recolhimento de dados.

Por esse viés, podemos dizer que o projeto *Crianças Pesquisam Cultura Popular*, desenvolvido em 1976, foi uma proposta de pesquisa que segue os padrões dos estudos folclóricos. A relação entre folclore e educação fica estabelecida pela opção da intelectual ao buscar uma rede institucional consolidada, a rede de escolas estaduais, e propor um envolvimento e uma troca entre os agentes envolvidos. Assim, o início do trabalho da Divisão de Folclore acontece seguindo um modelo usual entre os folcloristas. Porém, observamos também que Cáscia inicia um diálogo com o campo da antropologia e é essa discussão que apresentaremos ao longo do texto.

2.2.1 Folclore e educação

Propostas que relacionam folclore e educação remetem aos “três problemas fundamentais” elencados em artigo por Renato Almeida que marcam uma “agenda consensual” estudada por Luís Rodolfo Vilhena (1997) ao analisar um programa do movimento folclórico, seriam eles: “a pesquisa, para o levantamento do material, permitindo o estudo; a proteção do folclore, evitando a sua regressão; e o aproveitamento do folclore na educação” (Apud ALMEIDA, 1953, p. 341). De acordo com Vilhena, aproveitar o folclore na educação é um ponto estruturante e caberia a ele garantir a eficácia definitiva dessa política: “Só ele permitiria ‘ativar na consciência da juventude o sentido de comunidade nacional’. A

introdução do folclore se daria em todos os níveis educacionais, tanto no universitário e normal, quanto no primário e secundário.” (VILHENA, 1997, p.174)

Nesse sentido, o autor reforça a ideia de que a articulação entre os três pontos – pesquisa, proteção e educação – resumem a essência do programa do movimento folclórico. Com isso, menciona a discussão recorrente no campo que é a necessidade de combate ao diletantismo, tema apontado por Mário de Andrade e Édson Carneiro, e colocado por Almeida como “o autodidatismo infecundo”. Com o estudo do folclore na universidade e a formação de especialistas, Almeida acreditava que haveria policiamento e esclarecimento dos estudos da área. Entretanto, sabemos que a resistência e as críticas ao folclore não foram superadas, uma carga pejorativa segue associada ao trabalho dos folcloristas e esta pesquisa visa discutir e entender transformações que nos levam a problematizar tais preconceitos e esboçar novas possibilidades de leituras através de trajetórias como a de Cásia Frade.

O tema “folclore e educação” esteve presente na I Semana Nacional de Folclore, realizada de 22 a 28 de agosto de 1948 no Rio de Janeiro, em uma mesa redonda e ficou a cargo de Cecília Meireles a sua apresentação. Vilhena descreve o episódio e frisa que a folclorista destacou duas vertentes centrais para a temática, uma diz respeito à não entrada do folclore como um conteúdo curricular e sim como uma orientação geral da ação pedagógica e recreativa dos professores. A outra vertente educativa do folclore associada por ela esteve relacionada à valorização do papel dos museus (VILHENA, 1997, p.193).

Dessa forma, Vilhena introduz e analisa também as ideias de Amadeu Amaral, pioneiro nesse campo, e promove um diálogo entre suas ideias e as de Meireles ao mostrar que ambos pensam no ensino do folclore como algo a ser “sentido” como “vivência”, algo além do ensino intelectual e que teria efeitos mais duradouros:

Ainda que os folcloristas afirmem que, em seus estudos, estão apenas tentando flagrar algo que espontaneamente se produz nas camadas populares da sociedade, há algumas expectativas muito claras do que se irá encontrar. Uma das mais salientes por tudo que temos examinado aqui é a “identidade nacional”, elemento em função do qual se justifica mesmo essa introdução do folclore na educação (VILHENA, 1997, p.196).

A relação da introdução do folclore na educação com a “missão” dos folcloristas de construção de uma identidade nacional nos remete à colocação de Vilhena sobre os três pontos estabelecidos por Renato Almeida. Uma vez que, na apresentação do programa do movimento folclórico, o autor reafirma sua visão da aplicação do folclore no processo educativo como central para o sucesso da pesquisa e da defesa das manifestações populares.

Por essa centralidade, muitas questões e críticas emergem, principalmente decorrentes de divergências que separam posições teóricas de sociólogos e folcloristas.

Vilhena aponta Roger Bastide e Florestan Fernandes como dois importantes críticos da proposta de inserção do folclore no ensino e faz distinção entre o posicionamento deles. Assim, deixa claro que este debate que envolve a educação “oferece algumas das principais implicações das posições em cheque nas polêmicas” que envolvem a marginalização dos estudos folclóricos (VILHENA, 1997, p.197). Por esse viés, não pretendemos nos aprofundar nessa discussão que já foi trabalhada a fundo na tese de Luís Rodolfo Vilhena, apenas traçamos uma introdução para situar a complexidade do campo e traçar alguns paradigmas bases para partirmos para a análise do que foi produzido pela Divisão de Folclore do INEPAC em diálogo com a educação.

Para adentrar na abordagem educativa do início do trabalho da Divisão de Folclore, usamos as palavras de Cáscia, que conta sobre seus receios, motivações e o resultado final:

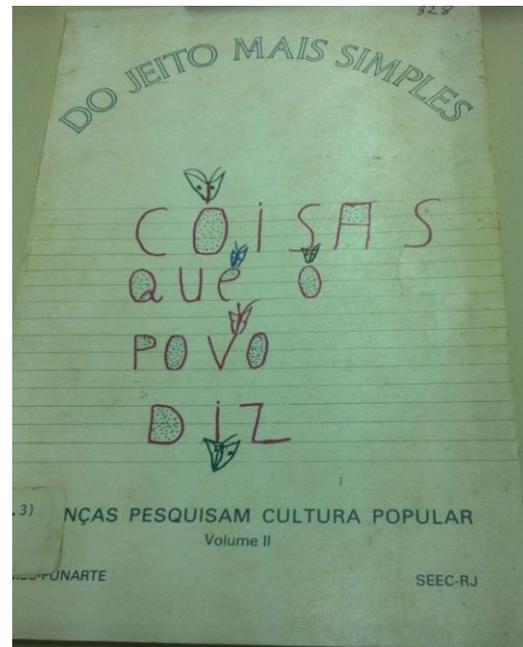
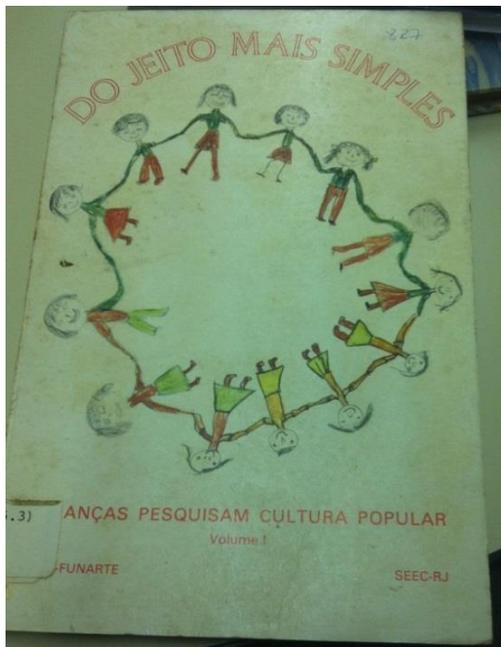
Primeiras informações, as que as crianças nos deram, eu confesso a você que em um primeiro momento eu não tinha muita segurança daquilo que eles tinham informado. Eu pensei que eles podiam ter pensado assim, mais uma tarefa que a professora chata mandou fazer. Mas, deixa estar que ninguém achou chato fazer aquilo, entendeu? Até dizia assim: “como estou feliz em poder dizer isto, porque na minha casa, minha mãe faz isso, meu avô faz aquilo, meu pai...” A escola nunca tinha olhado pra eles, pra ver o que a criança já traz quando ela senta no seu banco lá, não é um sujeito inerte, ela tem uma história... Mas eu tinha dúvida se o menino tinha inventado pra acabar logo com aquilo, aquela coisa de criança, né? Você sabe que não tinha nada equivocado, não tinha nada inventado. Tudo, as festas, as pessoas que eles informaram, tudo certinho, foi tudo conferido. Aí a gente começou a trabalhar pelos temas, o artesanato e veio essa coisa da renda. Depois, culinária no litoral... Enfim, fizemos esse levantamento todo e isso foi tudo cadastrado por município.¹¹⁵

Os questionários respondidos pelas crianças trouxeram para a pesquisadora, em um primeiro momento, muitas dúvidas quanto à veracidade das informações recolhidas. Também deixa claro sua insegurança inicial com o comprometimento e envolvimento dos alunos com a tarefa por estar associada ao formato de tarefa escolar que inclui certa obrigatoriedade. Entretanto, ressalta que foi surpreendida pelas declarações de satisfação e empolgação dos alunos com a pesquisa. O que permite ressaltar sua visão da importância de se trabalhar “o que a criança traz quando ela senta no seu banco lá”, suas histórias e vivências.

¹¹⁵ Entrevista com Cáscia Frade, realizada em 07 de novembro de 2016.

Além disso, reforça que depois deste primeiro levantamento feito através das escolas, pôde comprovar que os relatos eram verídicos, pois, com base neles, traçaram temas de pesquisa pelos municípios e encontraram o que havia sido informado. Com isso, veio uma nova produção temática que originou relatórios e publicações, como os citados em sua fala sobre a renda de bilro e a culinária no litoral. Todas as pesquisas temáticas da Divisão seguem listadas e analisadas em tópico a seguir.

Desse projeto desenvolvido com alunos da rede estadual de educação, algumas publicações foram originadas, como a já citada: “*Do jeito mais simples – crianças pesquisam cultura popular*”, dois volumes editados pela Funarte (Imagens 4 e 5) e publicados em 1979 e o “*Guia do Folclore Fluminense*” publicado em 1985 (Imagem 6).



Imagens 4 e 5: Livros *Do Jeito Mais Simples* volume I (à esquerda) e volume II (à direita), de 1976. Fonte: Autoria pessoal, 2019 (Acervo Biblioteca Amadeu Amaral – CNFCP/IPHAN).

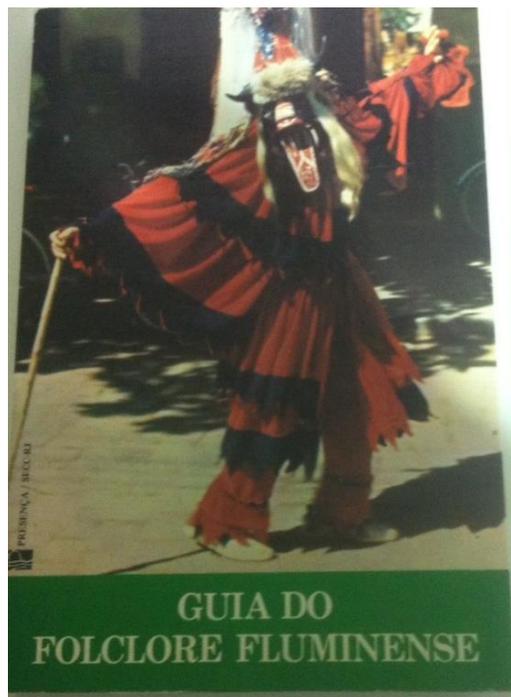


Imagem 6: Livro Guia do Folclore Fluminense, de 1985. Fonte: Autoria pessoal, 2019 (Acervo Biblioteca Amadeu Amaral – CNFCP/IPHAN).

A publicação *Do jeito mais simples – crianças pesquisam cultura popular* tem a coordenação geral da pesquisa feita por Cáscia Frade. A pesquisadora assina como coordenadora e quando relata sobre a autoria das publicações, pesquisa e redação, nas entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa, faz questão de enfatizar que todo o trabalho foi realizado em equipe e cita o nome das principais pessoas envolvidas, para a elaboração dos livros e monografias que compõem o acervo da Divisão de Folclore: de pedagogia, Delzimar do Nascimento Coutinho e Magaly Neiva Seixas; de letras e literatura, Ana Rita Paixão e Marilza Simão Riça; de artes plásticas, Amélia Zaluar; de arquivo, Carlos Djalma de Assis; de música Alvarina Jannoti Nogueira e Ana Maria de Souza Chaves.

Na apresentação do volume I, consta um breve detalhamento do trabalho que foi realizado a partir de depoimentos de alunos de 3ª e 4ª séries do ensino fundamental em 32 municípios do Estado do Rio de Janeiro. A experiência que deu origem aos textos, como já colocado, foi executada em 1976 por meio de uma parceria entre a Divisão de Folclore do INEPAC com a Coordenação de Ensino de 1º Grau da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro.

O texto de abertura explica que a pesquisa com as crianças foi orientada por um questionário-base, copiado no anexo do livro, distribuído às escolas após contato direto com

os professores participantes do trabalho. Destaca ainda que o principal tema desenvolvido foram as festas, divididas no índice: Natal, Festas juninas e outras festas, além de músicas e danças, brincadeiras e artesanato.

Ao final da apresentação, esclarece uma característica essencial que dá à publicação uma especificidade relevante ao se considerar a importância dessas publicações como fontes para esta pesquisa: “Selecionaram-se para a publicação apenas os textos de autenticidade comprovada, respeitando-se, inclusive, a ordem-desordem manifesta: redação corrida e sem pontuação; respostas sem referência às perguntas que as originaram; parágrafos sem final aparente de início e fim.” A comprovação de autenticidade dos textos é reforçada por Cásia Frade em passagem de entrevista citada acima e, como já mencionado, será articulada no desenvolvimento desde capítulo a partir de análise de parte do acervo de fotos e documentos da Divisão de Folclore que conseguimos consultar.

É interessante observar também que ao respeitarem a “ordem-desordem”, fazem praticamente uma transcrição dos depoimentos, o que reforça a característica de terem usado os questionários como documentos nesta publicação que relaciona textos com desenhos. Na passagem abaixo Cásia reforça essa ideia e a forma que conduziram a orientação para os professores.

esses meninos sabem das coisas, então a gente fez um questionário bem objetivo: “quando você está na aula, do que você brinca? Como é a brincadeira? E tal, tal... Na sua cidade tem festa? Quem é que faz a festa? O que acontece na festa?”, tinha umas quinze ou vinte perguntas. “Tem comida na festa? E na sua casa? Na sua casa tem alguma coisa feita a mão da festa?”... Aí foi convencer o professor que podia deixar o menino escrever errado, que ninguém ia tá lá pra corrigir português e nem ia dizer que você não sabe ensinar os alunos, que em uma linguagem tradicional, uma linguagem regional é isso que a gente vai olhar, e convencemos as mulheres... “ah não vou mandar não, tá mal escrito, vamos censurar” (risos).¹¹⁶

Destacamos um trecho do livro, entre as páginas 13 e 14¹¹⁷, com o formato de questionário do município de Pádua. O subtítulo que a enuncia é **Festas populares – Folia de Reis**, e no texto encontram-se respostas bem detalhadas com descrição das roupas, nome de quem fazia e é dividido com informações sobre Dança; Enfeite, com referência à anexação de foto da bandeira; Música, instrumentos, canto e dança, com dados sobre confecção de

¹¹⁶ Entrevista realizada com Cásia Frade em 16 de julho de 2019

¹¹⁷ As imagens das páginas seguem no Anexo I – Imagens do livro *Do jeito mais simples*.

instrumentos e O Festeiro, com nome e endereço. Ao final, constam os nomes dos membros da equipe que realizou a pesquisa.

Apenas analisando este fragmento, temos a noção da riqueza do material recolhido, uma vez que traz dados como nomes, endereços e fotos. O que reforça a alusão constante, feita em entrevistas e publicações, a este primeiro levantamento dos municípios do Estado do Rio de Janeiro através da aplicação de questionários em parceria com as escolas da rede estadual.

A partir das imagens abaixo (Imagens 7 e 8), podemos também observar que em alguns trechos não aparece a autoria das informações, como no citado acima, o que ressalta a característica de não haver um padrão bem definido. Há textos soltos e textos em formato de questionários, e em todos encontramos as cidades de referência, assim como nos desenhos.

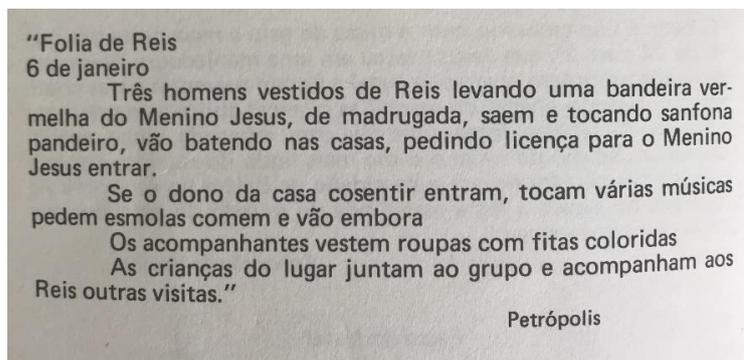


Imagem 7: Trecho do livro *Do jeito mais simples*. Fonte: Autoria pessoal, 2019 (Acervo Biblioteca Amadeu Amaral – CNFCP/IPHAN).

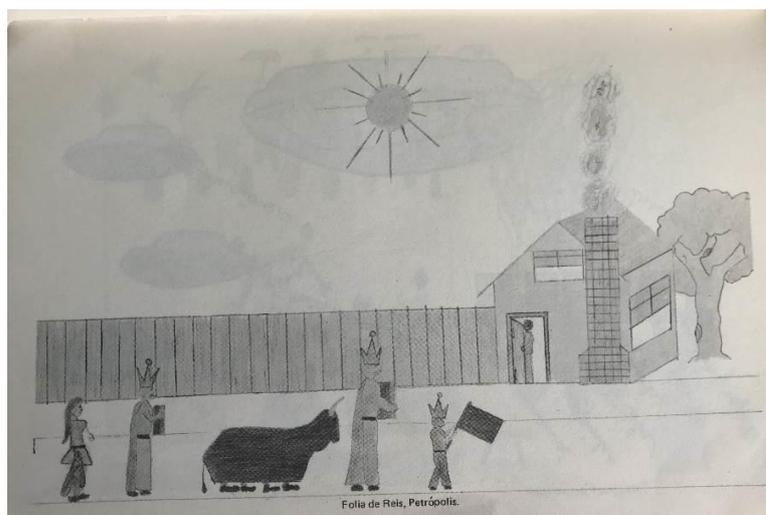


Imagem 8: Ilustração do trecho “Folia de Reis” do livro *Do jeito mais simples*. Fonte: Autoria pessoal, 2019 (Acervo Biblioteca Amadeu Amaral – CNFCP/IPHAN).

No anexo do livro, encontramos o material que foi direcionado ao professor e que evidencia a parceria entre o Departamento de Educação e o Departamento de Cultura através da Divisão de Folclore. Devido à dificuldade de acesso ao material do acervo da Divisão de Folclore, analisaremos esse anexo como um modelo base para discutir os projetos educativos de forma geral. Com isso, sabemos que, por ser o primeiro projeto desenvolvido, alterações de direcionamentos podem ter acontecido ao longo dos anos, mas como não temos meios de acompanhá-las pelos registros escritos, acentuamos seu contexto de produção e frisamos tal delimitação.

No documento consta um título com a temática “Festa e Artesanato” que em seguida é subdividido. O item I compreende um parágrafo de orientações “Palavra ao professor”. Ali encontramos instruções e o encaminhamento de um questionário específico para o professor, junto a uma narrativa de abertura de diálogo e a declaração de interesse em qualquer tipo de observação que o professor queira dar que possa contribuir com a pesquisa.

O item II tem como título “O sentido deste trabalho” e o subtítulo “Festa”. O texto segue o diálogo com o professor, estabelecendo seus objetivos e destacando o interesse nas crianças como observadoras das festas. Destaca também o papel da escola como parte do “grupo social” ao qual a criança pertence e local de troca para compreensão dos aspectos mais característicos das comunidades em que estão inseridas. Em seguida, há uma orientação sobre o que se pretende com o envolvimento das crianças:

Mas não basta apenas usar a criança para obter dela aquilo que nós queremos: interessa-nos muito mais envolvê-la no processo de identificar-se com os valores peculiares do seu grupo social, assumi-los e orgulhar-se deles. Assim sendo, procuramos fazer com que ela se articule com parentes, os conhecidos e sobretudo os velhos do lugar onde mora, para colher destas pessoas as informações necessárias e trazer para a escola um quadro sugestivo do mundo encantado das festas da sua comunidade. Com isso, procuramos desenvolver nos alunos a capacidade de observar, refletir e participar, trazendo-nos ao vivo sua experiência. (FRADE, 1979, p. 115)

O texto fala em identificar-se e em assumir com orgulho os valores da sua comunidade, incentiva e valoriza as relações de parentesco e, principalmente, o papel dos mais velhos como guardiões de informações e memórias. A perspectiva pedagógica defendida é de protagonizar as crianças e desenvolver habilidades que as façam reconhecer sua própria experiência.

Ao mesmo tempo estabelece que: “Buscamos também uma síntese do saber da nossa gente para abrir-lhes os olhos quanto ao seu modo de viver, agir, sentir, afim de que assumam a

maior consciência possível a sua identidade individual e coletiva, orgulhando-se de tudo o que é” (FRADE, 1979, p.115). Com isso, aborda um trabalho educativo que propõe uma reflexão sobre identidade, a identificação do indivíduo e do coletivo. Ao mesmo tempo, fica um certo resquício de um discurso imperativo ao pretender “abrir-lhes os olhos”, porém prevalece a indicação de uma prática que foge apenas do relato descritivo e romantizado associado aos folcloristas.

Entendemos então que mesmo seguindo um formato de formulários e da inserção do folclore na educação por linhas temáticas, há uma preocupação com o diálogo e com a forma da coleta de informações. Com isso, entendemos que as proposições de folcloristas tradicionais como Amadeu Amaral e Cecília Meireles estão expressas no texto em muitos aspectos, como na defesa de um trabalho contínuo com o folclore, ideia claramente expressa no seguinte trecho: “Queremos lembrar ainda que o dia do folclore não se resume a ser um dia por ano” (Ibid., p.116). Dessa forma, a perspectiva do campo dos estudos folclóricos aparece como base, porém percebemos outras interações e proposições que sinalizam para transformações e atualizações.

A parte seguinte do texto aborda o tema **Artesanato** e vai direcionar o professor para um trabalho direto com objetos e, assim como feito com o item **Festas**, é orientado a iniciar a partir da realidade do aluno “sua casa, seus brinquedos, sua escola”. Frisa a importância de demarcar bem a diferença entre: *objetos naturais, industriais ou artesanais* e o objetivo de despertar o respeito pelos objetos artesanais. Frisa também a importância de descobrir seu potencial criativo de fazer objetos com as próprias mãos, para então associar as frustrações causadas pela industrialização.

Em seguida, novamente encontramos um tom impositivo ao propor a tarefa de *revalorização* dos objetos domésticos: “Tentamos evidenciar os aspectos positivos do uso da rede, da esteira ou do jirau, estimulando, inclusive, a produção das velhas colchas de retalhos, tapetes, dos trabalhos de agulha, das rendas, das coisas culturalmente enraizadas no dia-a-dia de nossas comunidades” (FRADE, 1979, p.116). Tal passagem nos permite o questionamento de uma prévia existência dessa relação positiva e se sua manutenção depende mesmo dessa interferência. O foco do trabalho com elementos das casas dos alunos pode ser visualizado nos desenhos produzidos por eles, como no livro *Do jeito simples* (Imagem 9), que apresenta a descrição de objetos artesanais pelos cômodos da casa.

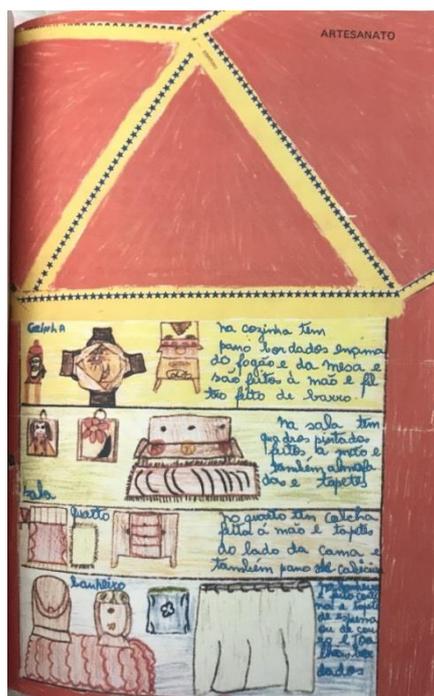


Imagem 9: Livro “Do jeito simples”, vol. I, p. 71. Fonte: Autoria pessoal, 2019. (Acervo Biblioteca Amadeu Amaral – CNFCP/IPHAN).

A preocupação com a manutenção dos objetos artesanais e o posicionamento de incentivo à proposição de uma atuação direta ficam bem explícitos quando são reforçados no apelo feito ao professor:

Você, professora, vai ajudar seus alunos a reconhecer e a zelar pela manutenção das características da comunidade à qual pertence sua escola. Como? Através do carinho pelos seus objetos na sua função meramente estética, recreativa ou religiosa; por isso insistimos tanto nas listas, trazendo com elas seus enfeites, brinquedos e coisas de devoção, além de utensílios ou do móvel da casa, de função utilitária. (FRADE, 1979, p.117)

A intenção de despertar afeto pelos objetos como se isso não existisse é suscetível a críticas, uma vez que, num trabalho de pesquisa, podemos avaliar qual a relação dos sujeitos com seus objetos antes de propor um trabalho de revalorização. Entretanto, reconhecemos no contexto em questão, meados dos anos 1970, um discurso corrente e contínuo de temor à industrialização relacionado ao fim das práticas tradicionais.

No fechamento do texto, temos o item III com o título **Vejamos agora o encaminhamento dos trabalhos**, com a definição de uma proposta de desenvolvimento das atividades em 10 dias, divididas em seis dias para o trabalho com as **Festas** e quatro com o **Artesanato**. Há a recomendação do uso de pelo menos uma hora por dia para a discussão e

resposta das questões encaminhadas. Estabelece o sexto e o décimo dia para a realização da montagem de murais e exposição do que foi pesquisado sobre os temas festas e artesanato.

A última frase do documento é sobre a intenção clara de se fazer uma publicação com o material coletado durante a pesquisa. Em seguida, está anexado o roteiro com os formulários detalhados dos questionários¹¹⁸ que são acompanhados de um texto que propõe um guia com atividades direcionadas. A pesquisa segue com orientações pormenorizadas nos questionários, e é apresentado um passo a passo com a descrição do que deveria ser feito a cada dia e com a sugestão das perguntas a serem realizadas.

Já o volume II da publicação *Do jeito mais simples – Coisas que o povo diz* apresenta um recorte mais específico da pesquisa. O livro reúne entrevistas realizadas nas ruas sobre o tema Literatura Oral. A pesquisa foi realizada em 1977 pelos alunos da 5ª série da Escola Alencastro Guimarães, em Copacabana.

A Divisão de Folclore, do Instituto do Patrimônio Cultural, orientou os professores de Comunicação e Expressão e de Moral e Cívica, estimulados para descobrir o folclore vivo nas ruas de Copacabana. É interessante observar que a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) tornou-se obrigatória no currículo escolar brasileiro a partir de 1969, por meio do Decreto Lei 69/68, juntamente com a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB)¹¹⁹:

Ambas, EMC e OSPB, foram adotadas em substituição às matérias de Filosofia e Sociologia e ficaram caracterizadas pela transmissão da ideologia do regime autoritário ao exaltar o nacionalismo e o civismo dos alunos e privilegiar o ensino de informações factuais em detrimento da reflexão e da análise. O contexto da época incluía a decretação do AI5, desde 1968, e o início dos “anos de chumbo” – a fase mais repressiva do regime militar cujo “slogan” mais conhecido era “Brasil, ame-o ou deixe-o” (MENEZES e SANTOS, 2001).

Por essa perspectiva, podemos observar a inserção do folclore na escola também através de proposta de conteúdos criada pelo autoritário regime militar e com isso a associação, mais uma vez, das políticas culturais do período em questão com o já apresentado Plano Nacional de Cultura (PNC), de 1975. As disciplinas citadas foram condenadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da

¹¹⁸ As imagens das folhas do livro com os questionários seguem no Anexo I – Imagens dos livros *Do jeito mais simples*.

¹¹⁹ MENEZES, Ebenezzer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete EMC (Educação Moral e Cívica). In: *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/emc-educacao-moral-e-civica/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

Educação (LDB), de 1996, que defendia uma proposta pedagógica “inspirada nos princípios de solidariedade humana”¹²⁰.

A pesquisa do volume II, então, foi desenvolvida a partir de um plano básico onde cada turma desenvolveu seu próprio modo de atuação para *pesquisas, adivinhas, anedotas, casos e histórias, pregões, provérbios, simpatias e superstições*. As entrevistas de rua foram selecionadas para publicação, por expressarem, de forma direta e livre, a realidade encontrada. Na 1ª parte está o material apresentado, sob forma de texto, com títulos criados pelos alunos. Na 2ª parte está o material recolhido em cassetes. As entrevistas foram desenvolvidas por autoria, individual ou de grupo.

Dessa forma, para fechar a discussão sobre o primeiro projeto de pesquisa da Divisão de Folclore, retomando os pontos apresentados, usaremos as palavras de Cáscia:

Aí menina, chegaram (os questionários), a Delzimar foi muito formidável, chegaram pilhas de questionários, tudo impresso e depois no papel escrito, de computador nem tinha nada... aquela pilha, a gente analisou aquilo tudo, você conhece o livro “Do jeito mais simples”? Pois é, foi isso tudo deles... Aí tem uma menina de Angra dos Reis que me comoveu muito, ela disse: “como eu estou feliz em poder falar nisso”, olha só, ninguém tinha perguntado nada pra esses moleques né? “na minha casa, a minha vó faz aquele papel que recorta com figurinha e que minha mãe enfeita a prateleira da cozinha”. Você conhece aquilo, né? “O meu pai faz umas panelas de barro que faz uns peixes que é uma delícia”. Ai gente, foi um negócio que me comoveu muito. Aí os professores foram além, Paraíba do Sul, por exemplo, o que que fez: fez os meninos levantarem nas suas famílias, quem é que sabia chazinho, reza, benzeção pra curar doença... “sua mãe, seu pai, seu avô, quem é?”. Depois menina, fizeram uma exposição maravilhosa dentro da escola com o material que recolheram, levaram os velhos e sei lá quem que sabia das coisas, ah gente... eu chorei muito esse dia, muito emocionante. Uma felicidade dos professores, dos meninos, dos velhos... porque geralmente ignoram né, escola guarda distanciado do povo, aí botamos essa turma na escola, gente foi muito legal! Muito legal, Paraíba do Sul. Enfim a gente fez, eu fico até triste de saber que a Divisão de Folclore que fez, que não fui eu não, a equipe fez isso tudo e acabou.¹²¹

Seu depoimento emocionado completa bem as ideias que foram discutidas sobre seu envolvimento e empenho no trabalho desenvolvido em parceria com as escolas da rede estadual. Ao citar de forma satisfeita o grande volume de questionários que receberam e pontuar casos isolados que a marcaram, deixa evidente sua emoção e foi com os olhos rasos d’água que essas memórias foram relatadas. Desse modo, Cáscia reforça sua visão da

¹²⁰ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, v.164, n.248, 23 dez. 1996.

¹²¹ Entrevista com Cáscia Frade, realizada em 16 de julho de 2019.

importância da aproximação da escola com o povo, e finaliza marcando sua tristeza em saber que todo este trabalho que fizeram em equipe não existe mais no INEPAC¹²².

Assim, depois de apresentar um panorama do início das atividades da Divisão de Folclore sob a direção de Cáscia Frade, de situar as discussões e associações das ações nas propostas com folclore e educação e de analisar o primeiro projeto de pesquisa realizado pelo setor, seguiremos com a apresentação e estudo dos outros projetos, pesquisas e publicações que compõem o acervo da Divisão de Folclore do INEPAC

2.2.1.1 Cursos de iniciação ao folclore

Outra vertente das atividades desenvolvidas pela Divisão de Folclore foram os cursos de folclore realizados nos municípios para os professores da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Os cursos eram de iniciação ao folclore e foram iniciados com o grupo de professores que participou do projeto, *Do jeito mais simples – Crianças pesquisam a cultura popular*, descrito acima. Nas palavras de Coutinho:

Dentre os objetivos, um deles era despertar no professor a valorização dos aspectos da cultura local. Outro era promover mais integração entre escola e a comunidade. Mas a principal meta era elevar a auto-estima das nossas crianças, porque aquele saber oriundo de pai, mãe, vizinho, tio ou avô, que para elas não significava nada, passou a ser valorizado pela escola. (COUTINHO, 2002, p.37)

Tais objetivos retomam os pontos destacados na análise do projeto, feita no item anterior, e são de extrema relevância a partir da relação entre folclore e educação. Por isso, buscaremos analisar como os cursos foram executados, as parcerias e convênios relacionados e o diálogo com as pesquisas produzidas.

Eu falei: gente, nós temos que formar, os professores precisam, não adianta a gente tá discutindo essas coisas querendo valorizar as pessoas do local que tem que saber... as pessoas da terra que tem que ter um olhar especial para seus conterrâneos e não sei o que.... Aí a gente montou cursos com a equipe da Divisão, às vezes a gente conseguindo uma verba trazia uma pessoa de fora...¹²³

¹²² A referência do fim deste trabalho no INEPAC se dá por todo o contexto de crise do estado do Rio de Janeiro e da escassez de recursos para o investimento em políticas culturais, quadro que se iniciou na década de 1990 e se agravou de forma determinante a partir de 2016.

¹²³ Trecho de entrevista realizada com Cáscia Frade em 16 de julho de 2019.

Como já anunciado, o percurso desta pesquisa é marcado por uma grande dificuldade de acesso ao acervo da Divisão de Folclore. Na única oportunidade de consulta ao material, não encontramos documentos e registros específicos referentes aos cursos. Assim, é a partir de depoimentos de história oral e de materiais paralelos que abordaremos o tema em questão, uma vez que encontramos referências da participação de Cáscia Frade neste mesmo período em outras instituições além do INEPAC¹²⁴.

De acordo com Coutinho (2002), a Divisão “realizou cursos de folclore em 36 municípios fluminenses, numa época que o estado possuía 74 municípios. Agora são 92.” (COUTINHO, 2002, p.37) O número apresentado é considerável e foi através da organização desses cursos que Cáscia Frade se aproximou do antropólogo Ricardo Gomes Lima, que também se tornou grande companheiro de trabalho. O encontro de Cáscia e Ricardo é muito significativo para entendermos a aproximação da folclorista com o campo da antropologia, a formação e as transformações do seu olhar e atuação.

O Grisolli estava com a Cáscia e eles pensaram um curso de cultura popular para levar aos municípios do estado do Rio de Janeiro. Era um curso que revia o que havia de cultura popular pelo interior do estado, uma vez que as equipes que passavam pela Divisão de Folclore ou pelo INEPAC aqui no Rio desconheciam a realidade do estado, quadro que não mudou muito não, acho que melhorou um pouco, mas o desconhecimento do interior do estado é vergonhoso em relação a quem conduz a política pública de cultura popular desse estado no Departamento de Cultura. Foi pensado um curso e era um curso em cima dos moldes do folclore tradicional, tinha uma aula sobre artesanato, uma sobre música, uma sobre dança e tinha uma aula sobre o conceito de folclore, campo do folclore e uma aula sobre trabalho de campo e aí já com um perfil mais de antropologia mesmo e foi aí que entrei a convite de Cáscia.¹²⁵

O trecho acima foi extraído de entrevista realizada com o antropólogo Ricardo Lima no desenvolvimento deste estudo e é relacionado à sua atuação nos cursos direcionados para os municípios do interior do estado. Em sua fala, Ricardo faz uma observação relevante que vai ao encontro dos depoimentos de Cáscia sobre a necessidade de se conhecer melhor o que existia de folclore e cultura popular no estado do Rio de Janeiro. O pesquisador aponta para a questão do desconhecimento dos técnicos da Secretaria de Cultura sobre os municípios interioranos não ter mudado muito e fica evidenciada uma problemática antiga da realidade do

¹²⁴ Podemos citar a participação de Cáscia Frade em cursos organizados por convênios com a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Museu do Ingá e escolas particulares do município do Rio de Janeiro.

¹²⁵ Trecho de entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.

Rio de Janeiro, no âmbito da cultura, que privilegia o contexto da grande capital carioca em detrimento do seu conjunto total.

Além de explicar a intenção dos cursos, Ricardo fornece características do seu formato ao destacar que seguia *os moldes do folclore tradicional* com aulas temáticas sobre artesanato, música, dança, o folclore como conceito e campo de estudos e sobre a metodologia do trabalho de campo, aspecto que vinha se desenvolvendo na antropologia e que levou Cásia a procurar um profissional específico.

Pera aí... Quem dirigia o setor todo era o Manuel Diégues Júnior, pai do Cacá, do DAC. E aí tinha... Daqui a pouco eu me lembro... Quem criou e quem fez transformar isso com a criação da FUNARTE foi o Bráulio né, que botou então o Instituto. Então, o Ricardo já estava lá trabalhando e eu, você sabe que eu saí de lá pra ir pro INEPAC. Aí eu precisava de alguém e eu fui conversar com o Bráulio. Lá eu não conhecia o Ricardo não, porque eu ficava lá ouvindo as gravações... Aí eu fui falar com o Bráulio: “Ah, eu tenho uma pessoa aqui que fez Ciências Sociais na UFF e é uma pessoa muito dedicada...”, de repente aí me apresentou o Ricardo e ele topou. E foi maravilhoso, Ricardo e Delzimar, menina o negócio começou assim e ficou pro resto da vida, impressionante né...

Foi através de uma indicação de Bráulio do Nascimento que Cásia chegou até Ricardo para convidá-lo a participar dos cursos, em 1976, e a estrutura dos cursos declarada pelo pesquisador é também encontrada nos registros da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB). Na imagem 10, abaixo¹²⁶, encontramos o registro da realização de cursos no mês de junho/ julho de 1976 e a indicação de terem acontecido no Rio de Janeiro e em Curitiba.

¹²⁶ Imagem disponibilizada em tamanho maior no Anexo II – Imagens dos materiais sobre os cursos de folclore.

Ministério de Educação e Cultura
Departamento de Assuntos Culturais
Fundação Nacional de Arte - FUNARTE
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

CURSO DE FOLCLORE
CURITIBA - 1976

| DIAS | MATERIAS | TOPICOS | PROFESSORES | CUSTOS |
|---|---|--|--|--------------------------|
| 28.06 | <u>Teoria do Folclore:</u> | A palavra Folclore. Quando surgiu, suas raízes determinadas. O Folclore no quadro das ciências. Elementos formadores e suas características. Setores do Folclore Brasileiro. O Fato folclórico. Partes do Folclore. Os estudos de cultura folclórica. Pesquisa folclórica. | Maria de Lourdes Borges Ribeiro de São Paulo. | 300,00 por hora de aula. |
| 29.06 | <u>Folclore na Educação:</u> | O Folclore como fator didático e meio de informação. Aproveitamento da Literatura Oral, Música, Artesanato, Danças e Folclore. | Maria de Lourdes Borges Ribeiro de São Paulo. | 300,00 por hora de aula. |
| 30.06 | <u>Artes e Artesanatos Folclóricos:</u> | Conceituação de Artes e de Artesanatos de Artista e de Artífice. Processos e Técnicas de Trabalho. Classificação: Cerâmica, fibras e trançados, filar e tecelagem, esvoitos, rendas e bordados, couro, madeira, metais, papel, pedras, plásticos, silografuras, máscaras, etc. | Saul Martins - de Belo Horizonte | 300,00 por hora de aula. |
| 01.07 | <u>Ritos Populares:</u> | Conceituação. Características Gerais das Culturas Africanas. Ritos e Cultos Afro-Brasileiros. Ritos e Cultos de Influência Indígena. O catolicismo da Igreja. | Raul Giovanni da Motta Lody de Rio de Janeiro | 300,00 por hora de aula. |
| 02.07 | <u>Medicina Popular:</u> | Conceituação. Medicina Espiritual e seus origens. Medicina Teológica. Medicina Material. Medicina no período colonial e a contribuição portuguesa. Contribuição indígena e contribuição africana. Plantas medicinais. Formas e modalidades terapêuticas. Benzedor e Curandiro. | Maria Thereza Lemos de Arruda Carmo - de São Paulo | 300,00 por hora de aula. |
| 03.07 | <u>Música, Danças e Folclore Folclóricos:</u> | Características gerais de Música folclórica. Instrumentos musicais folclóricos. Danças e Folclore: Influências étnicas, finalidade e distribuição geográficas. | Maria de Cássia Nascimento Frade de Rio de Janeiro | 300,00 por hora de aula. |
| HORÁRIOS: - TURMA A - de 28.06 a 02.07 - de 08,00 às 12,00 horas. - TURMA B - de 02.06 a 02.07 - de 13,30 às 17,00 horas. - TURMA A e TURMA B: - dia 03.07 - de 08,00 às 12,00 hs. e de 14,00 às 18,00 hs. | | | | |
| PROVA DE APROVEITAMENTO: - DIA 04.07 - de 10,00 às 12,00 horas. | | | | |
| CLIENTELA: - TURMA A - Professores do 1º grau, Professores de Faculdade e de Educação Artística. - TURMA B - Alunos do 2º grau e pessoal de turismo. | | | | |

NOTA: - As aulas serão ilustradas com slides, filmes e gravações.

Imagem 10: Tabela com o organograma de curso realizado de Curitiba em 1976. Fonte: A autoria pessoal, 2019 (Acervo Biblioteca Amadeu Amaral – CNFCP/IPHAN).

Como já mencionado, a atuação de Cássia em cursos de folclore não ficou restrita ao âmbito das ações da Divisão de Folclore e seu nome aparece com recorrência em Relatórios de Atividades da CDFB localizados no arquivo da Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), tanto na participação de cursos quanto como membro da comissão de concursos. Em meados da década de 1970, Cursos de Folclore eram promovidos em todo o Brasil pela CDFB e ao analisar a documentação referente ao ano de 1976, encontramos o registro de um convênio estabelecido entre a Campanha e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro¹²⁷.

Pela tabela ilustrada na imagem 8, temos a possibilidade de compreender como era montada pela CDFB a grade completa de um curso voltado para: “Turma A: Professores de 1º grau, Professores de Faculdade e de Educação Artística/ Turma B: Alunos de 2º grau e pessoal de turismo”. A variedade de temas e de professores especialistas de diferentes estados é algo a se destacar. As duas primeiras matérias, “Teoria do Folclore” e “Folclore na Educação”, foram ministradas por Maria de Lourdes Borges Ribeiro de São Paulo. Em seguida veio “Arte e Artesanatos Folclóricos com Saul Martins, de Belo Horizonte; “Ritos

¹²⁷ As imagens dos documentos da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro com o registros dos cursos e participação de Cássia Frade compõem o Anexo II.

Populares” com Raul Giovanni da Motta Lody, do Rio de Janeiro, “Medicina Popular” com Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo, de São Paulo, e por último, encerrando o curso, “Música, Dança e Folguedos Folclóricos” com Maria de Cásia Nascimento Frade, do Rio de Janeiro. Consta ainda na tabela a informação da realização de uma “Prova de Aproveitamento” e de que as aulas seriam ilustradas com slides, filmes e gravações.

As descrições e as modalidades dos cursos aparecem nos relatórios assinados por Bráulio. O relatório de 1976¹²⁸, ano que estamos detalhando aqui, distingue três tipos: Curso de especialização em pesquisa folclórica, Curso de folclore para professores e Curso de especialização em música folclórica. Antes de falar dos cursos, Bráulio apresenta seus objetivos gerais: “a criação de novos quadros para o estudo, a pesquisa e a divulgação do nosso folclore”. Os fatores elencados - estudo, pesquisa e divulgação - estão diretamente relacionados com a discussão apresentada anteriormente sobre folclore e educação, e a centralidade do ensino do folclore apontada por Renato Almeida no programa do movimento folclórico que foi estudado por Vilhena.

O mesmo texto do relatório de atividades com as informações sobre os cursos foi publicado na Revista Brasileira de Folclore, ano XIV nº41, maio/agosto de 1976¹²⁹. Vale evidenciar que o ano de 1976 também foi o ano de desenvolvimento das atividades do projeto *Do jeito mais simples*, que também contou com cursos de folclore para professores com a intenção de treinamento e preparação. O depoimento sobre a participação do antropólogo Ricardo Lima nos cursos do INEPAC marca um diferencial em relação à tabela analisada acima, uma vez que em seu quadro de professores só encontramos folcloristas e não há matéria voltada para a metodologia antropológica do trabalho de campo.

Esse aspecto de uma aproximação com a Antropologia, destacado por Ricardo como uma preocupação de Cásia, reforça nossa questão central de pensar sua atuação numa perspectiva de transformação do campo dos estudos folclóricos. Por esse viés, podemos dizer que os cursos de folclore para professores da rede pública marcam a atuação de Cascia Frade no INEPAC. Assim como a realização de convênios tanto com a CDFB/ Instituto Nacional de Folclore (INF) quanto com secretarias municipais e estaduais de educação, é um ponto que também corrobora nossa hipótese sobre uma rede de agentes e agências que atuaram na

¹²⁸ As imagens do Relatório de Atividades de 1976 da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro constam no Anexo II.

¹²⁹ As imagens da capa de folhas da Revista Brasileira de Folclore, ano XIV nº41, maio/agosto de 1976 com o conteúdo sobre Cursos constam no Anexo II.

construção de um programa de atividades do movimento folclórico no período pós 1964, nas décadas de 1970 e 80.

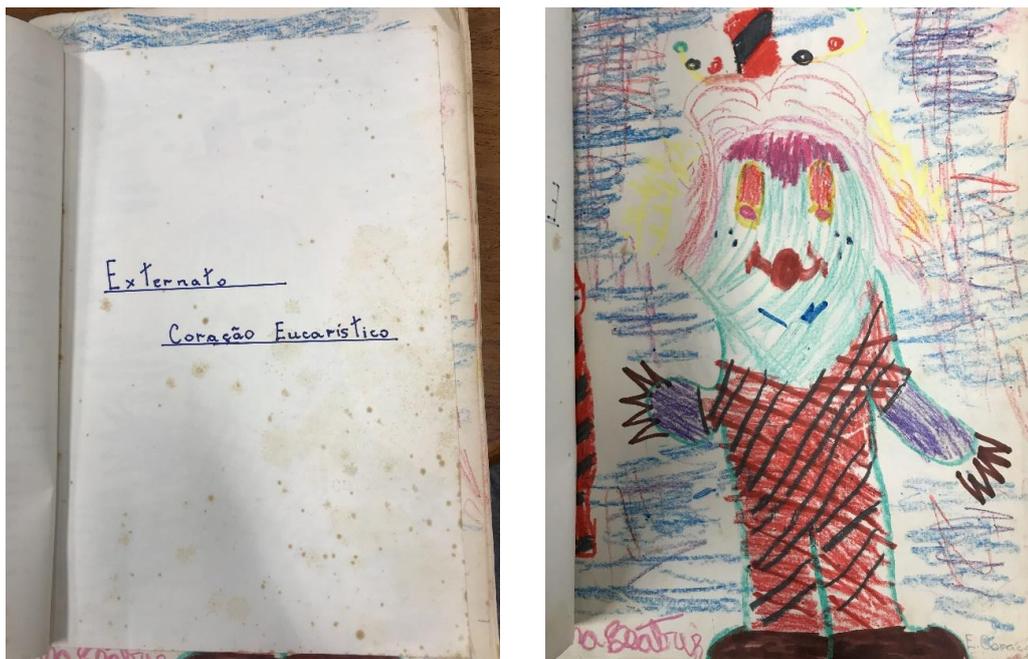
2.2.1.2 Projeto sala

O Projeto Sala foi realizado pela Divisão de Folclore e consistiu em propostas de ocupação de um espaço ocioso na antiga sede do Departamento de Cultura. A sala ficava no primeiro andar, localizada na travessa Euclides de Matos, em Laranjeiras, em uma casa que pertencia à UERJ. A iniciativa envolvia professores, alunos das escolas vizinhas e pessoas da comunidade. De acordo com o texto de uma versão do projeto de 26 de março de 1981¹³⁰, encontrada no acervo do INEPAC, o objetivo era: *incrementar atividades de cunho cultural (...), divulgando aspectos do folclore fluminense, praticamente desconhecidos dentro da grande metrópole.*

O desenvolvimento do projeto compreende a produção de artesanato, palestras com a projeção de slides e documentários, oficinas dos artesãos com as crianças, etc. Estabelece o direcionamento para o atendimento de escolas da rede pública, estadual e municipal, e colégios particulares. A programação seria divulgada em circulares enviadas às escolas. Os encontros/ aulas teriam duração de duas horas e seriam ministrados pelos funcionários da Divisão: *ficaria estabelecido um dia, por quinzena, para o evento. Caso haja muito interesse, as aulas serão dadas semanalmente. Em seguida às aulas, os alunos e professores, visitariam nas dependências da Divisão, o acervo relativo ao folclore do nosso estado.* Tanto a disponibilidade de atendimento ao público quanto a informação da exposição de acervo na Divisão são relevantes para reforçar a dinamicidade do trabalho da equipe coordenada por Cáscia Frade e a existência de uma coleção de objetos que compõem um acervo, hoje inacessível.

As atividades com “Artesanato folclórico” contariam com a presença de artesãos convidados residentes na cidade do Rio de Janeiro para que houvesse demonstração prática das técnicas, o projeto elenca: *modelagem em barro ou miolo de pão, aproveitamento de sucata, confecção de brinquedos e outros.* Na versão encontrada do projeto, inclui-se um calendário de datas e temas das palestras, são eles: *artesanato, literatura de cordel, folguedos, literatura oral, lúdica infantil.* Também encontramos no projeto registros da produção das atividades realizadas (Imagens 11 e 12).

¹³⁰ A cópia do Projeto Sala de 1981 segue no Anexo III.



Imagens 11 e 12: Registros das produções das atividades do Projeto Sala. Fonte: Autoria pessoal, 2019 (Acervo INEPAC)

No final do projeto analisado, é colocada a sugestão de outros usos para a sala sob a organização do próprio setor, como: exposições de artistas “eruditos ou populares” do estado do Rio, artistas de outros estados que trabalhem com a temática da cultura fluminense, lançamentos de livros ou publicações editadas pelo Departamento de Cultura da SEEC e exposições de trabalhos de alunos das escolas estaduais. O uso da distinção de artistas eruditos e populares é interessante, pois marca a posição da Divisão de delimitar e abrir um canal de diálogo com a produção dos artistas classificados como eruditos por estarem associados aos padrões clássicos de produção de arte, o que inclui tanto o formato quanto os materiais, pois a temática estabelecida era a cultura fluminense.

O documento é encerrado com a listagem de nomes de alguns artistas populares do Rio de Janeiro que *mereceriam a organização de uma mostra de seus trabalhos*. Alguns dos nomes pautados são exatamente os que se destacam tanto na Coleção de Artes de Tradições do Museu do Ingá quanto no trabalho *O Homem Fluminense* de Vera de Vives, ambos serão abordados a seguir. Os nomes listados são: Adalberto Fernandes Lopes (cerâmica); Antônio de Oliveira (figuras mecanizadas em madeira); Oswaldo Ferreira da Silva e Celestino Gomes da Cunha (modelagem em miolo de pão); Ciro dos Anjos (xilogravura); Nelson Duarte (escultura em madeira); Isabel Conrado (paneleira – barro); Mudinho (escultura em madeira).

Dessa forma, com a leitura e análise do documento Projeto Sala de 1981, podemos dizer que a proposta é mais um conjunto de atividades da Divisão de Folclore com foco no

trabalho direcionado para o setor educativo em diálogo com a arte e a cultura popular. Assim como também abre informações sobre o funcionamento do setor, a existência de um acervo exposto quando a sede era em Laranjeiras e a relação de temas e nomes de artistas escolhidos e considerados conceituados para o trabalho em questão.

2.2.2 Pesquisas e publicações – acervo do folclore fluminense

Revirar o Rio de Janeiro de cabeça para baixo, essa foi a expressão utilizada por Cásia Frade para definir a ideia de Grisolli para o trabalho que desenvolveria no INEPAC. Assim, depois de realizarem o primeiro levantamento através do projeto *Do jeito mais simples – Crianças pesquisam a cultura popular*, de posse das informações obtidas através da leitura do material coletado e já com uma equipe de trabalho formada, foram pensadas maneiras de ampliar e aprofundar a pesquisa através de projetos temáticos específicos. Alguns deles resultaram em publicações e outros permanecem inéditos no formato de relatórios/monografias que compõem o acervo da Divisão de Folclore.

Em pesquisa no portal oficial do INEPAC¹³¹ na internet, ao acessar o link *Publicação* e em seguida *Patrimônio Imaterial*, chegamos a *Aspectos do Patrimônio Imaterial* que está dividido entre: *Arte e Artesanato e Tradição Oral; Dança/ Música/ Folgedos; Festas Populares; Tecnologias Rurais Fluminenses*. Ao acessar o primeiro item, encontramos uma listagem com doze títulos, todos referentes às pesquisas temáticas realizadas no tempo de Cásia na Divisão, o que sinaliza para a questão de que o material de referência do atual Departamento de Patrimônio Imaterial ainda é o produzido pela equipe da folclorista.

Ao clicar nos títulos, observamos sempre um resumo com a data da pesquisa, alguns possuem um arquivo em PDF anexado no final e outros a informação *Pesquisa Completa no INEPAC*. Nos arquivos PDF abertos, encontramos a data de digitalização das pesquisas, entre 2004 e 2005, sob a gestão de Delzimar Coutinho durante o governo de Rosinha Garotinho.

Desta forma, grande parte do conteúdo das pesquisas está disponibilizada e acessível na internet. Segue no Quadro 1, os títulos, informação se está publicada na internet ou não e a data da pesquisa.

¹³¹ Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/aspectos>> Acesso em 10 ago. 2019

Quadro 1: Pesquisas Divisão de Folclore

| Título da pesquisa | Publicada no site | Pesquisa completa no INEPAC | Data da pesquisa |
|--|-------------------|-----------------------------|------------------|
| 1-As aves no folclore fluminense | X | | 1978 |
| 2-A culinária no litoral fluminense | X | | 1978 |
| 3-Literatura de Cordel no Grande Rio | | X | 1976 |
| 4-Arteiros – artesanato de brinquedos na Baixada Fluminense | X | | 1981 |
| 5-Rendeiras de bilro no estado do Rio de Janeiro. | X | | 1978 |
| 6-Artesanato popular | X | | 1978 |
| 7-Artesanato de instrumentos musicais | | X | 1978 |
| 8-Jogos e brincadeiras infantis no estado do Rio de Janeiro. | X | | 1978 |
| 9-Lendas, mitos e outros ditos. | | X | 1977 a 78 |
| 10-Medicina popular | X | | 1979 |
| 11-Contos populares fluminenses | | X | 1978 a 82 |
| 12-Par ou ímpar (lúdica infantil). | | X | 1978 |

Além dos títulos da tabela acima, em artigo já citado sobre o trabalho da Divisão de Folclore, Coutinho (2002) ainda relaciona: 1- O caxambu no Vale do Paraíba; 2- O artesanato dos balões na Zona Norte do Rio de Janeiro; 3- Festas populares no Estado do Rio de Janeiro; 4- Arte popular no estado do Rio de Janeiro; 5- Teatro, devoção e canto no estado do Rio de Janeiro; 6- Pescados, suas técnicas e seu folclore; 7- O palhaço das Folias de Reis e a literatura de cordel; 8- Crônicas do Rio de Janeiro na literatura de cordel; 9- De raiz, de santo e reza; 10- O Reis-de-Boi em Arraial do Cabo.¹³²

Pelos 12 títulos elencados na tabela e os 10 citados por Coutinho, totalizando 22 títulos, temos um pouco da dimensão da riqueza temática e da amplitude do trabalho que abrangeu desde o grande Rio, Zona Norte e baixada fluminense até as regiões do interior do estado: litoral norte e sul fluminense, Vale do Paraíba e noroeste fluminense. Percorreu também todas as áreas clássicas dos estudos folclóricos, o que Cásia Frade esclarece em publicação de 1997:

¹³² Para acessar um breve resumo de todas as pesquisas da Divisão de Folclore do INEPAC, recomendamos a leitura do texto de Delzimar Coutinho na publicação: GOÉS, Fred (Org.). *Cultura, arte e tradições fluminenses*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. 223p.

Entre os folcloristas, a classificação mais recorrente é aquela que agrupa as manifestações populares pelas áreas ou temas seguintes: **Artesanato, Culinária, Danças Folclóricas, Devoções populares, Autos ou Folguedos, Jogos de Adulto, Literatura Oral, Lúdica Infantil, Medicina Caseira, Música Folclórica**. Cada uma dessas áreas comporta subdivisões determinadas pela especificidade de seus conteúdos. (FRADE, 1997, p.35)

Ao reconhecer essa variedade temática e analisar o material das pesquisas listado acima, podemos dizer que o trabalho da Divisão de Folclore foi extenso e relevante. Por isso, suas publicações e acervo precisam ganhar visibilidade e acesso para contribuir para a produção de conhecimento quer sobre práticas culturais, quer sobre políticas dirigidas a elas. Na fala utilizada de Ricardo Lima acerca dos cursos de folclore, ele se refere ao desconhecimento existente da cultura popular do interior do estado, começando pelos próprios técnicos da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, e a importância da retomada de um trabalho educativo de valorização da história, memória e das tradições populares locais.

Reconhecer a extensão deste trabalho é um primeiro passo e apenas com as publicações das pesquisas isso já fica evidente. O segundo passo seria conhecer o acervo de objetos e registros dos projetos e pesquisas e neste ponto está colocada uma discussão central que defendemos aqui. Existe um vasto Acervo do Folclore Fluminense que está inacessível e em situação de risco eminente, uma vez que se encontra encaixotado e sem nenhuma manutenção.

Por uma oportunidade inusitada¹³³ de aproximação com o atual Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do INEPAC, o historiador Leon Araújo, já na etapa final da pesquisa para esta tese, conseguimos acessar parte pequena do acervo. Depois de uma situação de chuvas devastadoras no grande Rio, em abril de 2019, o diretor foi até o Museu do Ingá, onde o material está guardado, e buscou algumas caixas com a intenção de “preservar” o possível e iniciar o mapeamento do material. Sua escolha foi aleatória e sua seleção veio bem ao encontro do que traçamos neste estudo. Possibilitou-nos encontrar fotos e documentos, registros materiais que validam o que apresentamos neste capítulo e na tese de forma geral.

Nas caixas acessadas, encontramos envelopes, identificados por etiquetas, com fotografias, legendadas no verso, que correspondem às temáticas das pesquisas. Começamos

¹³³ O atual Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do INEPAC ingressou no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Unirio (PPGH Unirio) no primeiro semestre de 2019 e entrou para o Grupo de Estudos sobre História das Políticas de Patrimônio Cultural, do Núcleo de Documentação, História e Memória – NUMEM, coordenado pelas professoras Leila Bianchi Aguiar e Márcia Chuva, do qual também faço parte, o que ocasionou nossa aproximação. Deixo aqui registrado meu agradecimento ao Leon Araújo por ter me recebido e permitido pesquisar no Acervo do INEPAC, em 28 de junho de 2019.

destacando o envelope “Congresso/ Seminário/ Simpósio” por conter fotos de Cáscia e sua equipe de trabalho atuando na Divisão de Folclore e em outros espaços. O Congresso a que se refere é o I Congresso Nacional de Literatura de Cordel realizado em 1980, no Rio de Janeiro. Há também, no mesmo envelope, fotografias de um Simpósio de Cerâmica realizado em 1979, no Parque Lage. Os preparativos para o evento do cordel foram registrados em fotografias da equipe da Divisão de Folclore em reunião na sua sede (Imagens 13 e 14).



Imagem 13: Equipe na Divisão de Folclore. Destaque para as estantes ao fundo com objetos expostos. Fonte: Acervo INEPAC.

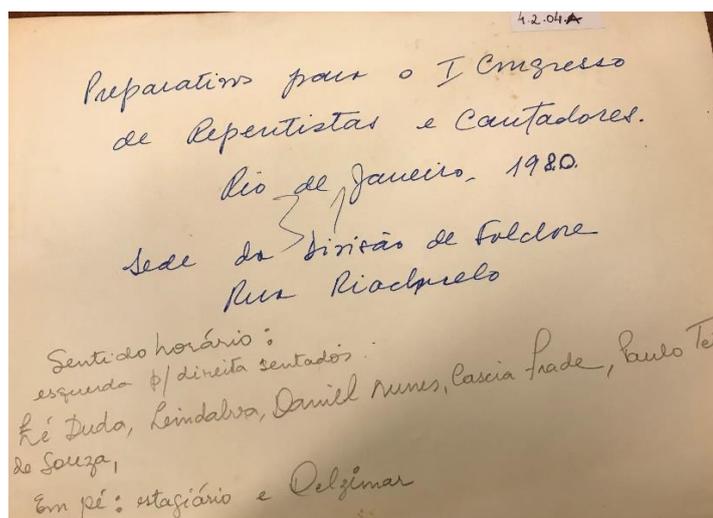
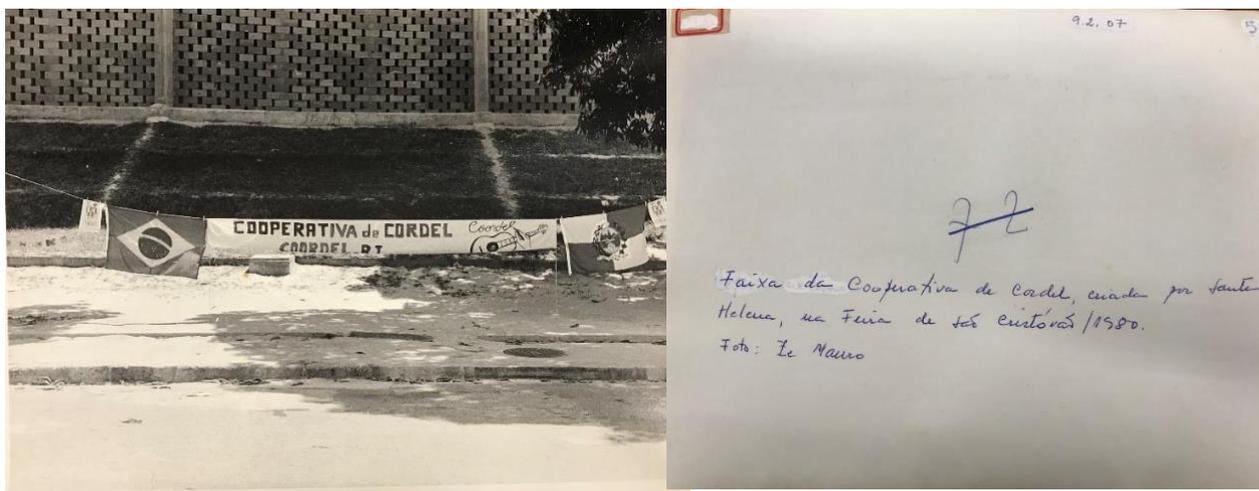


Imagem 14: Verso da foto acima com a seguinte descrição: Preparativos para o I Congresso de Repentistas e Cantadores. Rio de Janeiro, 1980. Sede da Divisão de Folclore/ Rua Riachuelo. Sentido horário: esquerda p/ direita sentados Zé Duda, Lindalva, Daniel Nunes, Cáscia Prado, Paulo Teodoro de Souza, em pé: Estaciário e Delzimar.

Dentro desta mesma temática do cordel, um envelope com a etiqueta Literatura Oral, guarda fotos de cordelistas na Feira de São Cristóvão, em 1980, imagens de xilogravuras e a indicação da criação da Cooperativa de Cordel por Raimundo Santa Helena¹³⁴, como podemos ver nas imagens 15 e 16.



Imagens 15 e 16: Foto da faixa da Cooperativa de Cordel, na Feira de São Cristóvão e verso da foto com a seguinte descrição: Faixa da Cooperativa de Cordel criada por Santa Helena, na Feira de São Cristóvão/1980. Fonte: Zé Mauro, 1980 (Acervo INEPAC).

O trabalho de pesquisa realizado com o cordel tem expressividade dentro do material consultado e entre as publicações impressas da Divisão encontramos um livro chamado “O Cordel no Grande Rio – Catálogo”, cuja capa está retratada na imagem 17. Como aparece no Quadro 1 acima, no item 3, este conteúdo não está disponibilizado na internet e na versão impressa não há a data da publicação. A coordenação é de Cáscia Frade e Ana Paula Lima Ribeiro, Delzimar do Nascimento Coutinho e Magaly Neiva Seixas assinam a pesquisa e organização.

¹³⁴ Raimundo Luiz do Nascimento, mais conhecido como Raimundo Santa Helena, paraibano natural da cidade de Santa Helena que veio para o Rio de Janeiro na década de 1940 como marinheiro. “Contestador, crítico, mas também sensível e lírico, sua maior preocupação sempre foi a de divulgar a literatura de cordel. Com esta finalidade fundou a Cordel-Rio, depois a Cordelbrás e candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, onde obteve quatro votos.” (Entrevista realizada em 1985) (O Cordel no Grande Rio, p.149)



Imagem 17: Capa da publicação “O Cordel no Grande Rio – Catálogo”. Fonte: Acervo INEPAC.

O catálogo é organizado a partir de um sumário que apresenta as *Abreviaturas usadas*, divididas entre os nomes dos autores (21 cordelistas compõem essa lista) e as seguintes instituições, que apresentamos nominalmente por marcar uma vinculação com o tema e contribuir para a contextualização do texto: Biblioteca Nacional, Casa de Cultura São Saruê¹³⁵, Casa Rui Barbosa, Divisão de Folclore e Instituto Nacional de Folclore. Em seguida, o conteúdo é apresentado através dos *Autores* com a listagem de seus cordéis por *Assuntos* que formam o item seguinte do sumário que apresenta os mesmos cordéis por esta outra divisão.

São 13 assuntos elencados com algumas subdivisões que demonstram o conhecimento da investigação realizada nos cordeis: 1- ABC; 2.1 – calamidade, 2.2- fato histórico; 3- Animais (História de); 4- Cangaço, 4.1 cangaceiros, 4.2- Lampião; 5- contos, 5.1- castigo e recompensa, 5.2- humor, 5.3- maravilhosos; 6- Cordel, 6.1- biografia, 6.2- obra; 7- Descrição, 7.1- cidade/ Estado, 7.2- evento, 7.3- natureza, 7.4- regional; 8- Mitos e Lendas; 9- Pelejas e Discussões; 10- Política; 11- Religião; 12- Romance; 13 Sociedade, 13.1- crítica, 13.2- exaltação, 13.3- moralizante, 13.4- sátira.

¹³⁵ A Casa de Cultura São Saruê, museu de cultura popular e de tradições nordestinas foi transformada na Academia Brasileira de Literatura de Cordel. Fundada em 1988, é uma organização da sociedade civil e de natureza cultural sem finalidade lucrativa. Ocupa dois andares de um pequeno prédio no bairro de Santa Teresa. O prédio é fruto da doação feita pelo General Humberto Pelegriño, em 1990. Disponível em: <http://www.museusdoriorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=17:academia-brasileira-de-literatura-de-cordel>. Acesso em: 20 ago. 2019.

O item seguinte do sumário é *Dados biográficos* e aqui vale um destaque para as informações biográficas de cinco cordelistas com o nome do pai e da mãe, data e local do nascimento, instrução, religião, estado civil, profissão/ outra atividade e endereço. Além de um texto com uma biografia, ao final consta o ano em que foi realizada a entrevista referente ao conteúdo apresentado, as datas variam de 1977 a 1985.

A informação biográfica presente nessa publicação, e em algumas outras, além do registro do nome das pessoas envolvidas com os grupos de cultura popular em questão marcam um diferencial da atuação de Cáscia Frade no campo dos estudos folclóricos e este ponto é sinalizado por Ricardo Lima ao defini-la como uma folclorista em transformação:

Eu acho que Cáscia é uma folclorista, mas é uma folclorista que faz um folclore que se transformou também, não é uma disciplina estagnada. Então várias coisas que eu me lembro na década de 1970 serem assim listadas como as características do folclore, tipo: anonimato, aceitação social, ser coletivo e não sei o que, uns pressupostos do folclore, a Cáscia não segue isso. Não segue essa questão do anonimato, por exemplo, o que é anonimato, ela reconhece que por trás de cada expressão de folclore, de cada objeto do folclore tem um autor, um artista que produz em determinadas condições, etc. Entende? Agora, isso tem muito a ver com a Antropologia, mas eu acho que tem a ver com os estudos de folclore também, e como a própria Antropologia mudou muito.¹³⁶

O relato de Lima vem ao encontro da questão central de discussão desta tese, ao identificar um folclore que se transforma, que não é uma disciplina estagnada e que se aproxima da Antropologia, assim como da História, para se legitimar e se atualizar. Tal transformação é muito expressiva na trajetória de Cáscia Frade que, como associa o pesquisador na sua entrevista, e comprovamos na análise das produções da Divisão de Folclore, rompe com características típicas do folclore como o *anonimato* e o *ser coletivo*. Os sujeitos das pesquisas e produções da folclorista possuem nome, sobrenome e endereço.

O antropólogo continua sua reflexão chamando atenção para uma mudança geral na própria Antropologia:

A Antropologia mudou muito, que no começo estava preocupada com as origens, com o evolucionismo, uma antropologia totalmente evolucionista e portanto cheia de preconceitos em relação à culturas distintas. Eu acho que essa antropologia mudou e o folclore contaminado pela antropologia muda também. E a Cáscia quando vai buscar, a meu ver, o mestrado em Antropologia, ela vai em busca de uma legitimidade pra ela no campo: não

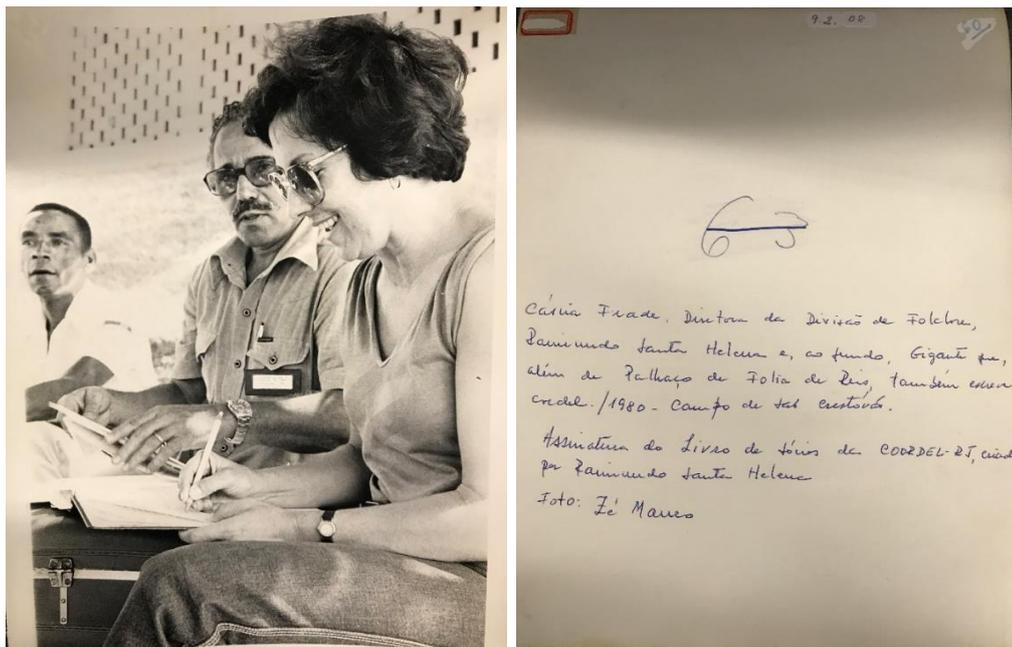
¹³⁶ Trecho de entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.

se pode falar nada porque eu sou uma antropóloga formada pelo Museu Nacional, isso é legitimidade. Mas ela vai também, a meu ver, por uma sede de conhecimento, porque ela percebe que no que ela vai fazer enquanto folclorista ela tem que atualizar o conhecimento dela, ela sente a necessidade de mudar, de avançar nesse meio. É a impressão que eu tenho, você acha que a Cáscia foi fazer mestrado porquê. Por um lado por essa necessidade de legitimidade. Eu de certa forma fui fazer mestrado e fazer doutorado em Antropologia é porque eu precisava se eu queria seguir trabalhando nisso eu tenho que ter a carreira disso, né. E ela fez o doutorado também na PUC em Educação, mas com um tema muito afetivo, preocupação dela que tem a ver com antropologia, com o folclore também que é sobre a transmissão de saber, formas de transmissão de saber.¹³⁷

As mudanças apontadas em relação à Antropologia, que afetam todo o campo das ciências humanas e também o folclore, estão relacionadas com a quebra do paradigma evolucionista e da carga etnocêntrica que o mesmo carregava para uma abertura de visão em relação à diversidade cultural através de uma nova conceituação de cultura. A partir dessa mudança de perspectiva, novas possibilidades de leituras são abertas e Cáscia vai se aproximar deste conhecimento, na visão colocada por Ricardo, tanto para se legitimar dentro de um universo de atuação que envolvia o INEPAC, a UERJ e a Comissão Nacional de Folclore, quanto para buscar ampliar seu entendimento sobre o universo que já pesquisava há tantos anos.

A proximidade da pesquisadora com os agentes praticantes da cultura popular é algo que ficou registrado nas fotografias do Acervo do INEPAC, como podemos ver na imagem 18 e na descrição contida na imagem 19: “Cáscia Frade, Diretora da Divisão de Folclore, Raimundo Santa Helena e, ao fundo, Gigante que, além de Palhaço de Folia de Reis, também escrevia cordel. / 1980 – Campo de São Cristóvão. Assinatura do Livro de Sócios da COORDEL-RJ, criada por Raimundo Santa Helena”.

¹³⁷ Trecho de entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.



Imagens 18 e 19: Cásia Frade com Raimundo Santa Helena e Gigante, Feira de São Cristóvão. Fonte: Zé Mauro, 1980 (Acervo INEPAC).

Pela análise realizada do tema Literatura de Cordel e a exibição de algumas fotos, temos um demonstrativo do acervo fotográfico da Divisão de Folclore. Os outros envelopes consultados também estão associados aos temas elencados e seus conteúdos estão distribuídos ao longo dos capítulos para que o texto não fique repetitivo e exaustivo. Entretanto, é importante deixar bem sublinhado o mal estado de conservação das fotos, algumas já estão colando no papel de seda que as separam. Verificamos que nos versos das fotografias existe uma numeração, mas não há conhecimento de uma catalogação correspondente acessível.

Ainda com a intenção de mapear e conhecer o Acervo da Divisão, perguntamos em entrevista para Cásia Frade se há entres as publicações alguma que proporcione um conhecimento geral e que reúna mais informações sobre o material das pesquisas que compõem o acervo. Ela respondeu prontamente que é o *Guia do Folclore Fluminense*, publicado em 1985.

Grizolli deu todo apoio né, e a gente conseguiu verba pra pesquisa de campo né, e aí então montei uma equipe lá, quem vai pra aqui, quem vai pra lá e a gente se enfiou pra esses matos todos aí e fizemos os levantamentos de praticamente todos os municípios. O que que existe em Santo Antônio de Pádua? Nisso depois eu fui e fiz... aí que vem o Gavino, que vem as folhas, que vem o... o Mineiro pau, né...? O caxambu, uma coisa maravilhosa, dona Sebastiana, enfim... aí a gente fez esse mapeamento aí né, das cidades e, ficaram aqueles dados todos lá e eu falei: gente isso tem que circular. Fazer

as coisas pra ficar aqui dentro do gabinete né? Aí que veio a ideia de fazer esse... esse guia, entendeu?¹³⁸

Neste mesmo sentido, Delzimar também faz referência ao livro: “O Guia é o nosso dicionário, com a licença do Câmara Cascudo e do seu *Dicionário de folclore brasileiro*. O Guia é o dicionário do folclore fluminense, porque abrange vários aspectos: festas, danças, folguedos, culinária, lendas, tradição oral...” (COUTINHO, 2004, p. 36). A distinção entre os termos *guia* e *dicionário* foi problematizada por Cáscia¹³⁹ ao ressaltar que a publicação não tem preocupação com o turismo, mas não pôde ser chamada de dicionário, pois esse termo tem várias outras implicações que foram pontuadas por Ana Rita Paixão, profissional da área de letras, responsável pela redação final do livro.

A relevância da publicação também fica destacada quando encontramos o registro da sua revisão e reedição, em 2015, com o título **Patrimônio cultural imaterial fluminense: cultura popular e diversidade**¹⁴⁰:

tem o objetivo de reunir em uma publicação todo o conteúdo do GUIA DO FOLCLORE FLUMINENSE, atualizado em pesquisa desenvolvida de 2012 a 2014. O Guia é resultado de amplo trabalho de pesquisa iniciada em 1975 pela antiga Divisão de Folclore do INEPAC, hoje Departamento de Patrimônio Imaterial. Publicado em 1985, o Guia apresenta mais de 580 verbetes sobre as diferentes manifestações culturais ditas populares. Estas manifestações estão presentes em todo o território do estado, portanto, podemos afirmar que todas as pessoas produzem cultura, independentemente da classe social, do poder econômico ou da educação formal que receberam. Ter consciência disto é extremamente importante para a preservação do Patrimônio Cultural Fluminense, dos saberes tradicionais e para a defesa da diversidade cultural, base fundamental da identidade de uma sociedade.¹⁴¹

O trecho destacado da apresentação da reedição da obra, assinado por Paulo Eduardo Vidal Leite, então Diretor-geral do INEPAC, traz um breve histórico e, ao dizer que o Guia apresenta 580 verbetes, ressalta a variedade de conteúdo da publicação. A narrativa institucional visa marcar uma linha de continuidade, entretanto, não ficam claras as mudanças que ocorreram: se mantiveram a mesma apresentação de verbetes do livro anterior, se houve uma mudança metodológica de levantamentos entre o livro novo e o antigo.

¹³⁸ Trecho de entrevista realizada com Cáscia Frade em 16 de julho de 2019.

¹³⁹ Discussão abordada em entrevista de história oral realizada com Cáscia Frade em 07 de novembro de 2016.

¹⁴⁰ Título acessado pelo link: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/exibir/18/0>. Acesso em: 02 set. 2019.

¹⁴¹ INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - INEPAC. *Patrimônio cultural imaterial fluminense: cultura popular e diversidade*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/exibir/18/0>>. Acesso em: 02 set. 2019.

Em seguida, o texto caminha para a associação com as ideias presentes nos conceitos de cultura popular, diversidade e patrimônio cultural, buscando certa atualização ao falar em preservação, saberes tradicionais e defesa da diversidade cultural. Porém, apenas a mudança dos termos não garante uma mudança de visão e de práticas. Identificamos, então, uma falta de referência geral no trecho, como quando diz “todas as pessoas produzem cultura” e não situa o grupo a que está se referindo, a limitação dessa perspectiva é reforçada quando, ao final, fala “base da identidade de uma sociedade” sem nenhuma contextualização.

A indicação da publicação foi encontrada no portal oficial do INEPAC, entre as suas publicações, anunciada pela seguinte informação: “Com grande satisfação o Inepac, por meio do Departamento de Patrimônio Imaterial, finaliza o livro: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL FLUMINENSE: CULTURA POPULAR E DIVERSIDADE.”¹⁴², como podemos ver na imagem 20. Na mesma página está disponibilizado um arquivo em PDF com a apresentação geral da obra, ficha catalográfica e a indicação de não conter o “miolo” do livro. A imagem 21 traz o que seria a capa do livro e a imagem 22 a folha de rosto, ambas compõem o arquivo PDF. Quando fomos procurar a edição completa, no Acervo do INEPAC, encontramos um desconhecimento sobre a publicação, os funcionários foram buscar informações e descobriram que o livro não foi finalizado por falta de revisão da redação final. Com isso, não tivemos acesso ao conteúdo, pois ele não está publicado.

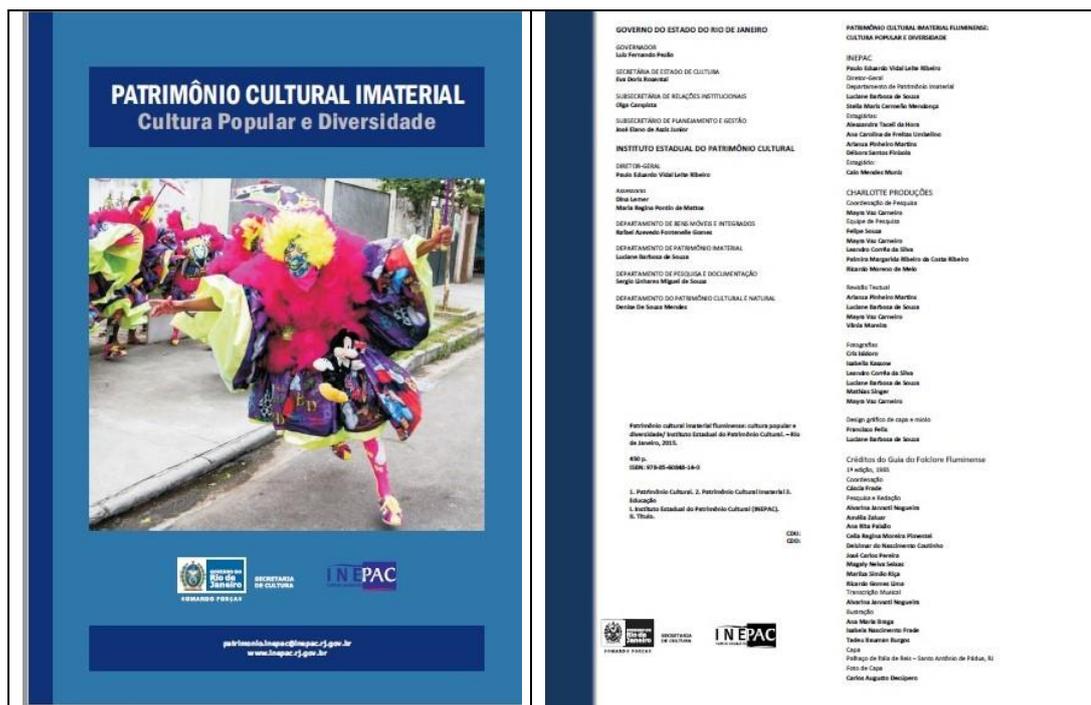
The screenshot shows the INEPAC website interface. At the top, there is a navigation menu with links for 'O INEPAC', 'CET', 'Legislação', 'Bens Culturais', 'Publicação', and 'Mapa de Cultura'. Below this, there are social media icons for YouTube and Facebook. The main content area features a search bar with a 'BUSCAR' button. To the right of the search bar, there is a table with the following data:

| TÍTULO | DESCRIÇÃO | TAMANHO | AÇÕES |
|--|---|---------|-----------------|
| PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL FLUMINENSE: CULTURA... | Com grande satisfação o Inepac, por meio do Depa... | 3.07Mb | [Download icon] |

Below the table, it says 'Exibindo 1 registros' and there is a 'VOLTAR' button.

Imagem 20: Página oficial do INEPAC com a informação da publicação e disponibilização do livro “Patrimônio cultural imaterial fluminense: cultura popular e diversidade”.Fonte: <<http://www.inepac.tj.gov.br/index.php/acervo/exibir/18/0>> Acesso em: 02 set. 2019.

¹⁴² Informação disponível em: <<http://www.inepac.tj.gov.br/index.php/acervo/exibir/18/0>> Acesso em: 02 set. 2019.



Imagens 21 e 22: Capa e folha de rosto do livro “Patrimônio cultural imaterial fluminense: cultura popular e diversidade”, retiradas do arquivo PDF disponibilizado no portal oficial do INEPAC.

Voltando à “Apresentação” do livro que de fato não existe, vemos a intenção de uma mudança de direcionamento quando comparamos com a apresentação da edição de 1985, que fala em manifestações folclóricas e as apresenta a partir de divisão clássica dos estudos folclóricos, em aspectos, como podemos observar abaixo:

Os textos organizados em forma de verbetes descrevem manifestações folclóricas presentes no Estado do Rio de Janeiro nos seus aspectos mais diversos, tais como artesanato, culinária, medicina caseira, festas, música, dança, autos populares, lúdica infantil, literatura oral (mitos, lendas, adivinhas, parlendas, refrãos, superstições, pregoes, cordel, provérbios, simpatias, dísticos de comunhão).

Os objetivos da primeira edição também aparecem de forma muito emblemática no texto das orelhas do livro assinado por Paulo Afonso Grisolli, que frisa a relação dos estudos folclóricos com a construção da identidade nacional, ideia fundamental da matriz do pensamento que guiou os expoentes do movimento folclórico no Brasil, como Renato Almeida, Amadeu Amaral e outros. Ele conclui: “Tenho a certeza de que, quando este país emergir para dias mais seus, mais livres e mais felizes, estas jóias catadas na cultura de raiz tornarão a ser procuradas com avidez, apesar de toda a massificação do mundo futuro. Com elas se recomporá o caráter da nação.”

Por esse viés, voltamos aos objetivos do projeto político cultural das décadas de 1970 e 80 e da abrangência da pesquisa realizada pela Divisão de Folclore. Voltamos também à proposta da criação de um Museu de Arte Popular em Niterói, por Grisolli, mencionada por Cáscia em entrevista já citada. Proposição que foi concretizada, assim como a recolha de peças e a formação de um acervo. A principal referência encontrada acessível deste acervo é a Coleção de Artes e Tradições Populares que hoje pertence ao Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro (Museu do Ingá) que foi criado da união de dois museus: Museu de Artes e Tradições Populares e Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, ambos extintos em 1991.

No site oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro, encontramos um histórico do Museu do Ingá e o detalhamento do seu acervo geral, onde consta a coleção acima referida e o registro de 2.097 itens, além da seguinte descrição:

Esta coleção pertenceu ao extinto Museu de Artes e Tradições Populares, criado no antigo Estado da Guanabara, em 1964, e instalado em prédio no Aterro do Flamengo. Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975) e a criação da Fundação Estadual de Museus, o MATP foi transferido para o Palácio do Ingá (1976) onde também foi instalado o Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro, MHAERJ. São peças representativas dos diversos estados do país, sobretudo do Estado do Rio de Janeiro, agrupadas por temas como instrumento de trabalho doméstico e rural, brinquedos, objetos rituais de culto afro-brasileiros, adornos e utensílios domésticos, ex –voto, literatura de cordel, arte indígena e outras. Destacam-se as cerâmicas de Mestre Vitalino, Zé Caboclo, as esculturas em madeira de Mudinho, as carrancas do Mestre Biquiba Guarany. Há também gravuras, xilogravuras e aquarelas.¹⁴³

Tais informações nos permitem juntar algumas “peças” para a elaboração de um mapa da formação do *Acervo do Folclore Fluminense*. A Coleção de Artes e Tradições Populares reúne artigos muito variados e teve início com o Museu de Artes e Tradições Populares, criado em 1964 e transferido em 1976 para o Museu do Ingá.

A historiadora Marieta Ferreira no texto “*De Solar da Marquesa de Santos a Museu do Primeiro Reinado*”¹⁴⁴ traça um panorama da política cultural do Rio de Janeiro para museus e contextualiza o período da fusão. Trabalha com a ideia de que o governo de Faria Lima, de 1975 a 79, esteve atento à tarefa de estabelecer uma estrutura administrativa e uma nova identidade para o novo estado do Rio. Com o apoio da secretária de Educação e Cultura,

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.museusdoestado.rj.gov.br/museu-do-inga/>> Acesso em: 09 jul. 2019.

¹⁴⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. De solar Marquesa de Santos a Museu do Primeiro Reinado. In: GOMES, A. C. *Direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. cap.13, p.295-320.

Mirtes Wenzel, criou a Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro (FEMURJ), cuja primeira diretora foi Neusa Fernandes¹⁴⁵. A nova instituição tinha por finalidade "estimular o aprimoramento educacional e cultural" e administrar os órgãos sob a gestão da Secretaria de Educação e Cultura, do antigo Estado do Rio de Janeiro, e da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, do antigo estado da Guanabara (FERREIRA, 2007, p.314).

A autora traz em seu artigo um depoimento de Neusa Fernandes que aponta Paulo Affonso Grisolli como figura central de atuação para a implementação do projeto do governo de promover uma integração cultural entre a antiga Guanabara e o interior fluminense:

Grisolli era uma figura especial que investiu no desejo de participação do povo do interior do estado no campo da cultura. Ele vestiu a camisa da fusão e ficou encantado com o interior. Queria levar cultura ao interior. Era teatrólogo e trabalhava na TV Globo. Largou tudo para ser diretor do Departamento de Cultura. Era um homem ágil e inteligente, de posições políticas bem definidas. Fez muitos projetos culturais no interior e investiu no desejo de participação do povo do interior. (Apud FERREIRA, 2007, p. 314)¹⁴⁶

O depoimento acima ratifica a discussão apresentada no início do capítulo sobre a atuação marcante de Grisolli no campo cultural e seu objetivo de realizar pesquisas e divulgar o interior do estado na perspectiva integradora da proposta da fusão. Tal constatação nos permite perceber que a política da FEMURJ foi orientada por uma valorização das atividades dos museus e, assim como a do INEPAC, visava uma integração com o setor de ensino por meio do projeto "Ação educativa dos museus".¹⁴⁷

Desse modo, Ferreira nos apresenta o conteúdo do Decreto-Lei n ° 126, de 9 de junho de 1975, que autorizou a cessão, por parte do Poder Executivo, do Palácio Nilo Peçanha, também conhecido como Palácio do Ingá, localizado em Niterói, para nele ser instalado o Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, como unidade da FEMURJ:

De acordo com o decreto de criação da Femurj, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura ficava "autorizada a adotar as medidas necessárias para a criação do Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de reunir acervo que preserve a memória das duas unidades federativas que deram origem ao novo estado". O museu, que seria instalado no Palácio Nilo

¹⁴⁵ Neusa Fernandes possui graduação em Pedagogia pela UERJ (1960) e Museologia pela Unirio (1968), mestrado em História Social pela USP(1999), doutorado em História Social pela USP(2002) e pós-doutorado pela UERJ(2009). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1469872/neusa-fernandes>>. Acesso em: 19 set. 2019.

¹⁴⁶ Trecho de entrevista com Neusa Fernandes concedida à autora Marieta Ferreira em maio de 2007.

¹⁴⁷ FERREIRA, Op. Cit., p. 315.

Peçanha, em Niterói, constituía uma tentativa de reunir no acervo de um único espaço elementos de identificação das memórias fluminense e carioca. (FERREIRA, 2007, p. 315)

A criação do Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro e a manutenção do Museu de Artes e Tradições Populares representam a tentativa de reunir um acervo com elementos de identificação das memórias fluminense e carioca, e envolveu de algumas formas o trabalho da Divisão de Folclore, o que nos fez chegar a outra rede de profissionais, relacionados aos museus, que também atuaram na formação do *Acervo do Folclore Fluminense*.

A primeira referência encontrada ao pesquisar sobre o extinto Museu de Artes e Tradições Populares foi o livro “O Homem Fluminense”¹⁴⁸ de Vera de Vives, a publicação é de 1977, mas a pesquisa foi realizada anteriormente¹⁴⁹, dado que é confirmado por Cásia Frade:

Vera era assessora (do Grisolli) e eu me lembro quando a gente foi num negócio de cultura popular e não sei o que... eu falei: olha Grizolli, eu não sei nada do estado do Rio, se eu sei alguma coisa do estado do Rio de Janeiro... é Carnaval, é o que eu sei. Cultura popular aqui eu não sei. Aí ele disse: “não mas a gente tem alguns dados, algumas coisas e tal” e aí fez uma reunião, trouxe a Vera e ela deu umas dicas do Jongo de Angra dos Reis, que eu me lembro muito bem disso, do Mudinho lá em Cabo Frio, e teve uma outra coisa que eu sei lá o quê. Aí ela falou, se quiser fazer um evento eu tenho uns contatos... tanto que a gente montou depois mais um pouquinho pra frente um evento, eu fiz contato com o pessoal de Angra e eles vieram se apresentar aqui no Rio de Janeiro, mas nem conhecia a Vera até então.¹⁵⁰

Pelo trecho acima, fica claro que Vera de Vives¹⁵¹ iniciou suas pesquisas pelo estado do Rio de Janeiro antes de Cásia e estava relacionada com outra rede de profissionais, não diretamente associada ao movimento folclórico, mas ligados aos museus do antigo estado da Guanabara. A leitura da obra trouxe algumas questões, uma vez que os temas abordados e nomes relacionados às práticas culturais destacadas coincidiam diretamente com as pesquisas

¹⁴⁸ VIVES, Vera de. *O Homem Fluminense*. Rio de Janeiro: LABHOI/UFF. 1977.

¹⁴⁹ A pesquisa de campo realizada por Vera de Vives através do Museu de Artes e Tradições Populares foi patrocinada pela Fundação de Museus do Estado do Rio de Janeiro (FEMURJ). O material fotográfico e as informações resultantes da pesquisa, que abrangeu 23 municípios fluminenses deu origem a publicação “O Homem Fluminense” (1977) e proporcionou também a aquisição das peças que formavam a exposição “As Mãos do Povo”, adquiridas diretamente dos artistas investigados, e que passaram a compor o acervo do Museu. (MACHADO, Elenora Neves Nora. Formação das Coleções do Museu de História e Artes do Rio de Janeiro (Museu do Ingá). Junho de 2014.)

¹⁵⁰ Trecho de entrevista realizada com Cásia Frade em 16 de julho de 2019.

¹⁵¹ Vera de Vives foi diretora adjunta do Museu de Artes e Tradições Populares, atuou como assessora de Paulo Afonso Grisolli, enquanto o mesmo foi Secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Ficou conhecida pela publicação do livro “O Homem Fluminense” e escreveu alguns romances.

realizadas por Cásia Frade. Essas questões foram esclarecidas por Cásia e chegamos à conclusão que o universo cultural popular do Estado do Rio de Janeiro foi estudado e documentado por, pelo menos, duas redes de pesquisadores e que seu acervo é vasto e profícuo.

Na ficha técnica do livro “O Homem Fluminense”¹⁵², encontramos o nome de alguns desses profissionais relacionados ao Museu de Artes e Tradições Populares. Como diretora do Museu aparece Pascoalina de Almeida Stilben e sua diretora-adjunta era Vera de Vives. Outro nome de destaque que foi citado por Cásia nas entrevistas é o de Olga Cacciatore¹⁵³, museóloga que aqui representará um elo para o encontro da coleção que já existia do Museu e das peças recolhidas pela Divisão de Folclore.

Museu do Ingá, então, ele conseguiu com a então diretora Olga Cacciatore, que tem um dicionário¹⁵⁴, você conhece né? A Olga dirigia lá, gaúcha, a Olga então abriu espaço pra esse museu, então já houve uma preocupação de ao sair em campo trazer algumas peças, algumas coisas ligadas a essas expressões populares, por exemplo o tambor do, angoma puíta do jongo, do, do... caxambu. Então já houve uma preocupação de coleta de material pra lá e ela montou um acervozinho, não sei nem... cadê isso?¹⁵⁵

A passagem da entrevista de Cásia esclarece sobre a atenção em coletar peças durante as viagens para a realização de pesquisa de campo que fizeram com a equipe técnica da Divisão de Folclore pelo interior do Estado e a atuação de Cacciatore na organização do acervo. No trecho acima, há a referência de um instrumento musical utilizado na prática do jongo/ caxambu chamado *Angoma puíta* que é uma espécie de cuíca grande que era utilizada nas rodas junto com os tambores.

¹⁵² Segue no Anexo V a ficha técnica completa e o sumário do livro “O Homem Fluminense” de Vera de Vives.

¹⁵³ Olga Gudolle Cacciatore (1920 -2013), educadora, museóloga e dicionarista brasileira. Formada em desenho e pintura no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde fez o Curso de Museus (Museus Históricos e Artísticos) no Museu Histórico Nacional. A partir de 1973, trabalhou como museóloga do Estado do Rio de Janeiro. Durante 20 anos atuou em três museus da Funarj: MATP – Museu de Artes e Tradições Populares, Museu Histórico de Niterói e Museu Carmem Miranda. Além de trabalhar na catalogação e conservação dos acervos dos três museus, desenvolveu pesquisas e atuou como curadora de inúmeras exposições. Durante a realização de pesquisas para o MATP, sobre influências negras, interessou-se pelas religiões afrobrasileiras e aprofundou-se no assunto, do que resultou o *Dicionário de Cultos Afro-brasileiros*. Recebeu, em 2006, o Prêmio Clio de História, concedido pela Academia Paulistana da História, pela autoria do *Dicionário Biográfico de Música Erudita Brasileira*. (Informação disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Olga_Gudolle_Cacciatore> Acesso em: 19 set. 2019.)

¹⁵⁴ CACCIATORE, Olga. *Dicionário de cultos afro-brasileiros: com origem das palavras*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1977. 279p.

¹⁵⁵ Trecho de entrevista realizada com Cásia Frade em 16 de julho de 2019. Não encontramos o nome completo do Sr. Gavino, apenas a referência que viveu em Monte Alegre, distrito de Santo Antônio de Pádua, confeccionava instrumentos para o jongo/caxambu e foi mestre folião. Encontramos referência sobre sua angoma puíta em texto sobre o Caxambu de Pádua no link: <http://www.pontaojongo.uff.br/caxambu-de-padua>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

Mais uma vez volto a ideia de *peças soltas*, como um “quebra cabeça”, que estamos organizando para formar um mapeamento do acervo. Como peças que vão se encaixando, no trecho da entrevista utilizado anteriormente sobre o *Guia do Folclore Fluminense*, Cásia relata seu encontro com Gavino¹⁵⁶ do caxambu e folia, em Santo Antônio de Pádua, e na pesquisa realizada no Acervo do INEPAC, no envelope com etiqueta “Caxambu – Santo Antônio de Pádua”, encontramos fotografias de Gavino, imagens 23 e 24, com sua angoma puíta e, na imagem 25, temos Gavino com a bandeira de sua folia de reis.



Imagens 23 e 24: Gavino com sua angoma puíta/ Instrumentos do caxambu de Santo Antônio de Pádua. Da esquerda para direita: tambu, candongueiro, angoma puíta e puíta. Informações do verso da foto. Fonte: Sem registro de autoria, 1985 (Acervo INEPAC).



Imagem 25: Gavino com sua bandeira de São Sebastião. Monte Alegre – Santo Antônio de Pádua. Informações do verso da foto. Fonte: Sem registro de autoria, 1985 (Acervo INEPAC).

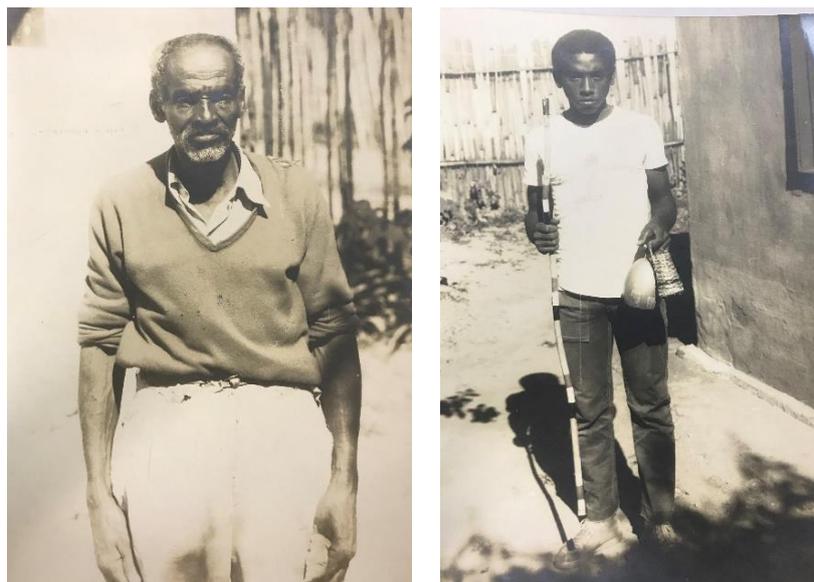
¹⁵⁶ O trecho encontra-se na p. 44.

A pesquisa sobre instrumentos musicais também merece destaque por sua singularidade e variedade, elementos que são destacados no depoimento do antropólogo Ricardo Lima a respeito de uma coleção que pertencia ao Acervo do INEPAC e encontra-se no Museu do Ingá.

Tinha uma coleção maravilhosa de uma pesquisa que ela (Cásia) coordenou sobre instrumentos musicais no estado do Rio, isso eu tenho a publicação e foi uma coleção fantástica que veio pra cá para o Museu do Ingá, ela veio inteira, era uma coleção de peso, os instrumentos eram fantásticos, ela era muito abrangente e uniforme, outros objetos não, algumas coisas ficaram por lá registrados lá mesmo, como as máscaras de palhaços, as indumentárias, isso tudo estava no INEPAC e está lá, até muito recentemente, mas tive notícias de que veio pra cá. Eu quando estava fazendo o inventário lá das folias a gente ainda teve acesso a esse material lá no INEPAC ainda e depois disso foi tirado, se não me engano na gestão do Manuel Vieira, ele preocupado com esse acervo, porque lá não tinha a menor condição de guarda e de cuidar, esse material precisa de conservação e eu te digo, é difícilimo conservar. No Museu do Folclore nós tínhamos máscaras de palhaços e coisas e um belo dia se abre o armário e as máscaras estavam se desmanchando e você não tinha como deter esse processo, o pelo vai naturalmente soltando do coro, você pegava a máscara e passava um pincel e caía o pelo inteirinho, o pelo da preguiça, da cotia, o pelo foi embora e só ficou o coro pelado, isso dentro de um museu que tem uma preocupação na conservação. Você imagina dentro de uma divisão de folclore no INEPAC, agora que eles tem museólogo lá, mas muito recentemente, não tinha quem pensasse a conservação dos objetos.¹⁵⁷

Lima fala sobre a publicação *Instrumentos Musicais* e também da existência de uma coleção fantástica de objetos adquiridos durante a pesquisa. A publicação, edição simples em formato de apostila, traz um estudo detalhado que, no mesmo caminho do Catálogo analisado do Cordel, apresenta textos sobre a pesquisa com introdução, desenvolvimento e conclusão. Os conteúdos são divididos pelos tipos de instrumentos: *de corda, de sopro, percussão e ritmo, outros e raridades*. A publicação também é composta por breves biografias, sob o subtítulo *Nossos artesãos* e no Acervo do INEPAC encontramos fotografias de nomes que constam nas biografias, como podemos ver nas imagens 26 e 27. Nos anexos encontramos desenhos dos instrumentos e músicas.

¹⁵⁷ Trecho de entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.



Imagens 26 e 27: Dionísio Matias. Faz Tambores. / Arlete Mateus. Faz Berimbau. “Biquinha”, Valença – RJ Em 20 de maio de 1978. Informações do verso da foto. Fonte: Sem registro de autoria, 1978 (Acervo INEPAC).

O material fotográfico e o exemplar original do relatório da pesquisa que teve como título “Artesanato de Instrumentos Musicais”¹⁵⁸ estão no Acervo do INEPAC e conseguimos consultá-los, como podemos observar nas imagens 28, 29, 30 e 31. Ricardo Lima não exagera ao dizer que foi um trabalho que reuniu uma coleção fantástica, pois a diversidade de instrumentos e o detalhamento das informações, tanto dos artesãos quanto do modo de fazer as peças, são notáveis. Os desenhos descrevem os materiais utilizados que estão listados em um item específico do sumário denominado *Classificação dos vegetais mais utilizados na construção de instrumentos*. A investigação cobriu um extenso número de municípios de regiões diferentes do estado do Rio: Valença, Magé, Campos, Miracema, Duas Barras, Rio de Janeiro, Santo Antônio de Pádua, Saquarema, Itaocara, Vassouras, Bom Jesus do Itabapoana e Duque de Caxias.

¹⁵⁸ Mais imagens das páginas do relatório original encontrado no Acervo do INEPAC compõem o Anexo IV.

o material das exposições foi doado para o acervo do museu, entrando pelo livro de registro e depois passando para o livro de tomo. Com isso, consta uma expressiva doação, referente às exposições, realizada pelo Departamento de Cultura, em 20 de abril de 1979, documentada pelo *Ofício nº 183 DCDG de 1979* e registrada no livro de tomo entre 1982 e 83. Na pesquisa realizada no livro de tomo do Museu do Ingá, encontramos uma registro de doação feita por Cásia Frade (Imagem 30).

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MUSEUS DO RIO DE JANEIRO
BENS MOVEIS EM SERVIÇO
ARROLAMENTO DAS EXISTÊNCIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980
DA UNIDADE MUSEU DE ARTES E TRADIÇÕES POPULARES - ACRVO

3.1.1.0.08

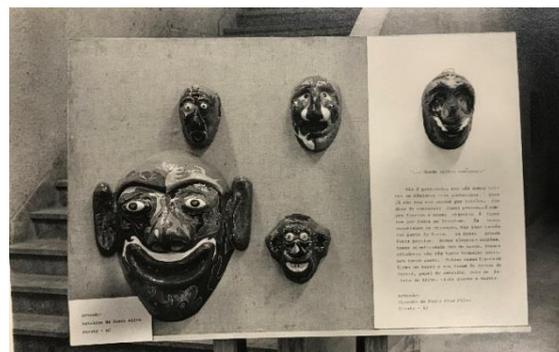
| CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO | CARACTERÍSTICAS DE IDENTIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR | | OBSERVAÇÕES |
|-------------------------|--|-------------------|------------|----------|------------|--|
| | | | | UNITÁRIO | GLOBAL | |
| | TRANSPORTE | | | | 270.798,00 | |
| 01.01.06 | INDUMENTÁRIA DE PALHAÇO DE FOLIA "DE REIS" - "Estrela Dalva do Oriente" (roupa do palhaço "Gigante"). Tecido de algodão estampado (verde, amarelo, vermelho). Duas peças: camisa e calça. Procedência: Rio (Penna) - RJ. Medidas: camisa 1,00m. Calça: 1,13m. Trez uma sacola e/ou, de altura: 0,20m. 05.80. Aut. 0 dirigentes do grupo. | | 1 | 1,00 | 1,00 | Doação: Divisão de Folclore - DEC - por intermédio de Cásia Frade. |
| " | LAMPARINA - Folha (lata) - O bojo da peça é uma lata de extrato de tomate. A parte inferior é um funil usado. Procedência: Rio - RJ. Med. 1... 0,20m alt. Entrada: 03.06.80. Aquisição do MATP. | | 1 | 1,00 | 1,00 | |
| | A TRANSPORTAR | | | | 270.760,00 | |

Imagem 32: Página do Livro de Tombo do Museu do Ingá. Fonte: Autoria pessoal, 2019 (Acervo Museu do Ingá).

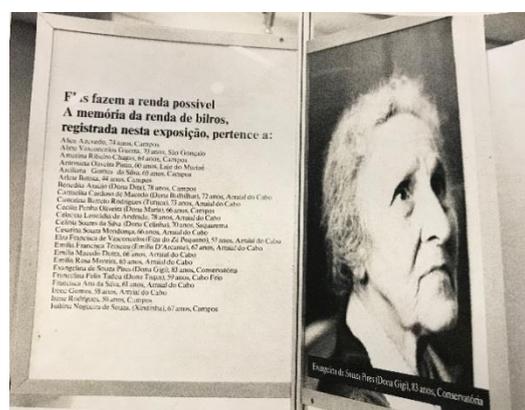
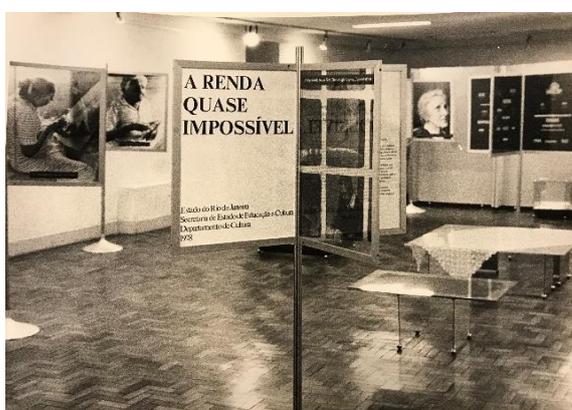
As exposições possuem os seguintes títulos: 1- *Máscaras, devoção e festas* (17 peças); 2- *A renda quase impossível* (89 peças entre amostras de rendas, colcha, centro de mesa, pala, fotos de rendeira, painéis de acrílico); 3- *Mudinho fala pela madeira* (12 peças); 4- *Hélcio do Suruí* (18 peças); 5- *As mãos do povo* (já era do acervo do Museu, pois refere-se à pesquisa de Vera de Vives para "O Homem Fluminense"); 6- *Retratos de família* (10 painéis).

O registro fotográfico de algumas montagens das exposições faz parte do Acervo do INEPAC e o encontramos no envelope com a etiqueta Exposições¹⁵⁹, que apresentamos a seguir por um demonstrativo de seis imagens, da 33 a 38.

¹⁵⁹ Todas as fotos encontradas e digitalizadas deste envelope compõem o Anexo VI.



Imagens 33 e 34: Exposição: Imagens do Povo Máscaras, Devoção e Festa. 1º Encontro Latino Americano de Educação através da Arte, 1977. Fonte: Lena Fruidas, 1978 (Acervo INEPAC).



Imagens 35 e 36: Exposição A Renda Quase Impossível. FUNARTE, novembro 1978. Fotografias de Lena Frias. Fonte: Lena Fruidas, 1978 (Acervo INEPAC).



Imagens 37 e 38: Exposição Mudinho fala pela madeira. 1º. Encontro Latino Americano de Educação através da Arte, 1977. Fonte: Lena Fruidas, 1978 (Acervo INEPAC).

Não encontramos imagens de todas exposições listadas, por isso trazemos um demonstrativo limitado. Porém, as fotografias nos permitem ter uma noção sobre seus painéis e textos, além de alguns dados sobre suas montagens, datas e eventos. E, mais uma vez, nos deparamos com material muito interessante e repleto de pesquisa, com objetos e peças expressivas e, principalmente, com sujeitos produtores de cultura. Como está estampado nos

painéis da exposição “A renda quase impossível” com fotos da rendeira Dona Gigi, de Conservatória, que foi fotografada pelo próprio Grisolli.

Assim, por tudo o que foi apresentado, reconhecemos, entre todos os temas abordados e elencados, um relevante estudo sobre as tradições populares fluminenses. Os anos em que Cásia Frade esteve à frente da Divisão de Folclore do INEPAC, de 1975 a 1987, representam um tempo de muita produção, pesquisa e trabalho. Desde o diálogo com o setor educativo, os projetos de pesquisa e a formação de um *Acervo do Folclore Fluminense*¹⁶⁰ que aqui sinalizamos.

Por meio de toda a análise desenvolvida com publicações, entrevistas de história oral, documentos e fotografias consultadas em arquivos, verificamos que as décadas de 1970 e 80 foram marcadas por transformações no campo das ciências sociais e humanas e que a trajetória de Cásia Frade nos mostra a possibilidade de um diálogo através de mudanças ocorridas na Antropologia. Tal conjuntura propiciou uma outra prática de investigação, registro e redação, sobre os indivíduos e os grupos representantes das tradições populares, que rompe com a perspectiva romântica, diletante e genuína associada por muitos aos estudos folclóricos.

Para finalizar esse tópico e frisar algo que acompanhou todo o processo dessa pesquisa, sublinhamos, a partir da fala de Ricardo Lima transcrita acima, uma vez que o antropólogo atuou no setor de pesquisa do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular de 1983 a 2011, a dificuldade de acesso aos acervos, principalmente os que estão sob a guarda do governo do Estado do Rio de Janeiro, e de conservação dos seus objetos. A necessidade de cuidados especiais, e além disso, as condições específicas das matérias primas de algumas peças fazem da preservação desses acervos algo minucioso e desafiador.

Entretanto, mais do que cuidados especiais, a questão aqui é a constatação de um abandono, desconhecimento, uma omissão por parte do poder público estadual para com os setores culturais de forma geral. Com isso, mesmo com toda dificuldade de acesso e catalogação para pesquisa, a importância e abrangência do trabalho ficam como um diagnóstico e, como forma de denúncia, deixamos mais um trecho do depoimento corajoso e inconformado de Ricardo Lima:

Minha notícia pra você é a pior possível, uma vez eu estive no Museu do Ingá e eu já trabalhava no Museu de Folclore e vim aqui para ver alguma

¹⁶⁰ Considerando os órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, esse acervo está dividido entre o Acervo do INEPAC e a Coleção de Artes e Tradições Populares do Museu do Ingá.

coisa e essa coleção de instrumentos musicais que era preciosa, estava colocada no corredor, no chão e encostada na parede, você passava assim e chutando braço de viola e eles dizendo que não tinham onde guardar. Eu estava interessado nas figuras de Parati, aqueles bonecos de Parati que tinham aqui, até que a gente chegou em uma sala que era uma grande goteira, a sala estava inundada, cheia de água e era onde estavam essas figuras de papier-marché e todas derretendo e foi um horror, eles não tinham visto, mas aquilo já estava acontecendo há uns três dias de água caindo em cima daquelas peças e tinha destruído muita coisa, foi assim minha última visão desses objetos, foi assim eles dentro d'água numa lagoa ali no Ingá. Porque aquele museu já passou por momentos muito difíceis de conservação, a política cultural desse estado é uma lástima.¹⁶¹

Outro projeto da Divisão de Folclore que destacamos, para encerrar este capítulo e ao mesmo tempo introduzir o tema do seguinte, é a realização de Encontros de Folias de Reis na capital do Rio de Janeiro. De acordo com Coutinho, o Encontro de Folias de Reis acontecia no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião. A relação das folias com este santo é uma peculiaridade das folias do Estado do Rio. O encontro reunia muitas pessoas e aconteceu durante 11 anos em frente à estátua de São Sebastião, na praia do Russel, na Glória. Entretanto, “terminou melancolicamente, porque foi proibido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, de maneira violenta.” (COUTINHO, 2004, p.39).

Na pesquisa realizada no Acervo do INEPAC, explicada e contextualizada no item anterior, não encontramos material correspondente aos Encontros de Folias em questão. Com isso, buscamos informações em entrevista com Cáscia Frade, que relatou o seguinte:

Era Chagas Freitas (...) que era um cara de direita né, ligado aos milicos, por sua vez ligado ao Dom Eugênio Salles que era o bispo e também ligado aos milicos. Aí, a Globo ia fazer o auto de São Sebastião e queria aquele lugar, porque aquele lugar era uma praça linda e maravilhosa, visibilidade incrível e não sei o que... fácil transporte e tudo né... Aí João Rui me procurou. João Rui virou e falou: “Cáscia, tem um problema, o governador liberou junto com o bispo” e eu falei: não acredito! João Rui não tem um jeito não? “Não tem jeito, tá ligado a Brasília” e disse João Rui, vamos criar um caso, “não adianta Cáscia vai ser um problema sério, o máximo que vai fazer é a gente perder o cargo, não sei o que...”. Ai meu deus que agonia, e reuniram então os mestres, os que eu pude contatar e contei a história e aí Geraldo da Mangueira me deu uma lição: “oh dona Cáscia, por que que a senhora tá chateada? Deus tá em tudo quanto é lugar, se você não vai poder ficar ali, vai ficar em outro lugar, vamos arranjar outro lugar pra gente fazer, por exemplo, que tal ali nos Arcos da Lapa? Já que estão tirando da gente, a senhora pode pedir muita coisa pro governador, por exemplo, a senhora pede uma estátua de São Sebastião, a senhora pede pra montar o altar...”, olha só menina, que coisa maravilhosa né? Falei: tá certo e vocês topam isso?

¹⁶¹ Trecho de entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.

Topamos. Falei com João Rui que disse que estava garantido. Eu não sei o que fizeram com aquilo lá em Laranjeiras, na Divisão de Folclore, na entrada, na primeira sala que você chegava assim e estava a estátua de São Sebastião lá, eu levei pra Divisão de folclore depois pra lembrar dessa história (risos), botei ela lá, uma mesinha e tinha um cinzeirinho que vivia cheio de dinheiro, fizemos lá menina, montou o altar de São Sebastião lá e eles foram todos pros Arcos da Lapa.¹⁶²

Ao citar o governador Chagas Freitas, a entrevistada já contribui para a tentativa de periodização do término dos encontros, já que Freitas governou de 1979 a 1983. Também ressalta a aproximação do chefe de Estado e do arcebispo com o governo militar e a necessidade de buscarem uma alternativa naquele momento para não perderem a possibilidade de realização do evento.

Dessa forma, destaca a solução encontrada por um mestre folião, o que demonstra a forma de Cáscia dialogar e sua maneira de trabalhar com os agentes participantes das manifestações culturais. Fica clara com esta passagem, e este aspecto será pormenorizado no próximo capítulo quando propomos analisar o percurso das Folias de Reis que, assim como outras manifestações culturais, o jongo/caxambu é um exemplo, foi perseguida e marginalizada. O percurso que levou ao processo de legitimação de tais práticas culturais é fundamental para o entendimento de como deixam de estar associada à criminalização para ser foco de processos de patrimonialização oficial.

Para finalizar, vale ressaltar que em todas as entrevistas realizadas com Cáscia Frade, percebemos na construção de sua narrativa uma posição geral de oposição aos governos militares, que no trecho acima fica evidenciada ao tratá-los por milicos. Ao mesmo tempo, seu posicionamento não é explicitado com recorrência e seus relatos marcam uma visão de que não houve uma interferência direta e patente no seu setor, a não ser no episódio transcrito acima. Assim, entendemos que mesmo não conjugando com as premissas dos governos do período em questão, Cáscia ocupou um cargo no INEPAC que a permitiu realizar um trabalho de pesquisa e de ações diretas com a cultura popular fluminense.

¹⁶² Trecho da entrevista realizada com Cáscia Frade em 16 de julho de 2019.

CAPÍTULO 3

FOLCLORE, CULTURA POPULAR E PATRIMÔNIO IMATERIAL: UMA TRAJETÓRIA COM A FOLIA DE REIS

*“Mas também tem a bandeira
A Bandeira do Divino
Mais atrás os três Reis Magos
Procurando o Deus Menino
Ô de casa, ô de fora...
Batem lá na sua porta
Pra pagar uma promessa
Levam mestre e contra-mestre
Pra poder cantar a bess’
(Martinho da Vila – Folia de Reis, 1989)*

Folia de reis. Folguedo presente em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, a folia de reis tem caráter essencialmente religioso. Reproduz a viagem dos três reis do Oriente a Belém, em busca do Deus-Menino, e, comumente, é organizada por devoção ou pagamento de promessas. Estas promessas, quase sempre, são feitas com o intuito de obter-se o restabelecimento da saúde do próprio promesseiro ou alguém afetivamente a ele ligado, geralmente um parente próximo. A duração da promessa é de, no mínimo, sete anos e a renovação dos votos faz-se sempre nos múltiplos desse número. (...) Em sua jornada ou giro as folias percorrem ruas, estradas, vilas e povoados cantando as profecias. Caminham ao ritmo das marchas de rua, cantam defronte das casas o pedido de abrigão de portas, fazem a saudação do dono da casa, cantam jornadas dos reis Magos ou passagens da vida de Jesus, finalizando com agradecimento ou despedida. Seu ciclo de apresentação vai de 24 de dezembro a 20 de janeiro, dividido em duas etapas. A primeira começa na noite de dia 24 e vai até 6 de janeiro, quando cantam em louvor aos reis Magos. A segunda, de 7 a 20 de janeiro, é dedicada a São Sebastião e, desde então, os foliões fazem referência ao popular mártir nas cantigas que entoam. (Guia do Folclore Fluminense, Verbete Folia de Reis, 1985)

A presença das folias de reis em todos os municípios fluminenses é a primeira informação dada no verbete, transcrito acima, do Guia do Folclore Fluminense¹⁶³. Esse dado sobre a incidência das folias também é encontrado no livro **Rio de Janeiro** da série *Folclore Brasileiro*, de autoria de Cáscia Frade, publicado em 1979, pela Funarte. O texto do livro referente às folias de reis, que no geral tem poucas diferenças para o verbete publicado em 1985, é iniciado pela ênfase expressiva da presença das folias no Estado do Rio:

¹⁶³ No capítulo 2 apresentamos uma análise sobre o Guia do Folclore Fluminense. De acordo com Cáscia Frade, a publicação é a mais completa no que se refere ao trabalho de pesquisa feito pela Divisão de Folclore do INEPAC.

“Acreditamos ser o Estado do Rio de Janeiro a região mais rica em grupos de Folia de Reis, pelo menos em número e variantes desses bandos religiosos.” (FRADE, 1979, p.41) Entretanto, não dá a precisão de sua existência em todos os municípios como acontece no verbete: “Não se pode estabelecer os locais onde sua presença é, ou não, sentida: sua permanência é viva e pujante, quer no litoral, nas baixadas, nas serras; nisso vejam-se as fazendas, os sítios e roças, e também as zonas urbanas de municípios de pequeno, médio e grande porte, como a cidade do Rio de Janeiro” (ibid., p.41). Esta mudança da informação nos sinaliza para uma continuidade das pesquisas e a verificação para a afirmação que inicia o verbete.

É neste sentido, que quando perguntamos em entrevista para Cásia, o porquê de sempre ter se interessado pelas folias de reis, ela responder: por ser *dominante* e muito *recorrente* no Estado do Rio, nas suas palavras: “Você tem grupo de jongo, você tem grupo de mineiro pau, você tem grupo de não sei o que, mas folia de reis você acha em tudo quanto é canto... no morro Santa Marta, no morro da Mangueira, no morro do não sei o que... entendeu?”¹⁶⁴. Por isso, ao analisarmos suas publicações e principalmente, a sua tese de doutorado¹⁶⁵, o maior trabalho de pesquisa feito individualmente, encontramos a folias de reis como elemento central e que a acompanha por toda sua trajetória profissional e acadêmica.

Dessa forma, o terceiro capítulo tem como proposta analisar a folia de reis como manifestação cultural popular e objeto de estudos que perpassa todo percurso da vida profissional e acadêmica de Cásia Frade. Através de sua relação com a folia, visamos exemplificar as transformações do campo do folclore a partir da discussão conceitual que leva à construção do conceito de patrimônio imaterial; abordar a atuação de Cásia Frade na UERJ, destacando como seu percurso concretiza os objetivos iniciais dos estudos folclóricos no Brasil ao associar a prática da pesquisa das tradições populares no campo do folclore com trajetória acadêmica e atuação nas agências estatais; investigar sobre sua inserção no meio acadêmico, setores de atuação dentro da universidade e seu posicionamento sobre a discussão conceitual do folclore.

Com isso, pretende-se também investigar suas publicações das décadas de 1990 e 2000 e verificar sua atuação em comitês de pesquisa e congressos relacionados ao seu campo de estudos e destacar os prêmios e homenagens que recebeu.

¹⁶⁴ Trecho de entrevista realizada com Cásia Frade em 16 de julho de 2019.

¹⁶⁵ FRADE, Maria de Cásia Nascimento. *O saber do viver - redes sociais e a transmissão do conhecimento*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil.1997.

A última parte do capítulo visa relacionar a perspectiva dos estudos folclóricos e do patrimônio imaterial a partir de estudo de caso sobre o processo de registro das “Folias de Reis Fluminenses”, uma vez que a pesquisa base do Inventário Nacional de Bens Culturais (INRC) foi realizada e coordenada por Cáscia, sendo sua última ação antes de se aposentar por definitivo na UERJ, em janeiro de 2016.

Por esse viés, buscamos verificar como entrou em contato com o conceito de patrimônio imaterial, se participou e acompanhou sua construção, tanto pelas entrevistas quanto através de seus textos. Refletindo sobre as questões: a autora usa o termo patrimônio imaterial? Quando passou a usar? Qual o seu posicionamento sobre a proposta política relacionada ao termo?

Portanto, visamos utilizar a discussão da trajetória de Cáscia Frade como um “fio condutor” para o estudo da construção da história da alteração de paradigmas que acompanham as discussões conceituais entre o **folclore**, a **cultura popular** e o **patrimônio imaterial**. Para assim evidenciar como a construção dos campos do folclore e do patrimônio, no Brasil, se dão no mesmo contexto, porém em sentidos diferentes. O encontro desses campos e dessas políticas acontece através do patrimônio imaterial, tendo como parâmetro o desenvolvimento das políticas a nível nacional.

3.1 LEGALIDADE À JORNADA DOS FOLIÕES DE REIS: A LEI Nº 1989 DE 23 DE ABRIL DE 1992 E SUAS HISTÓRIAS

A promulgação da lei estadual nº 1989, de 23 de abril de 1992, assinada pelo então governador Leonel Brizola, que isenta os grupos de Folia de Reis da *licença especial* tirada nas delegacias de polícia foi uma grande conquista intermediada por Cáscia Frade. Até esse momento, o mestre folião tinha que ir a uma delegacia de polícia para solicitar uma permissão ao delegado para sair com seu grupo e cumprir sua promessa. O mestre ficava nas mãos do delegado que podia conceder ou não a licença e, em algumas situações, até cobrava e pedia alguma coisa em troca. Caso os grupos saíssem sem a licença, poderiam ser presos e Cáscia relata em entrevista que inúmeras vezes, inclusive na noite de natal, seu telefone tocava e ela precisava ir até alguma delegacia, em geral na Baixada Fluminense, para conversar com o delegado, como uma representante da Secretaria de Cultura do Estado, e liberar os foliões.

As folias de reis, assim como outras manifestações culturais populares foram por muito tempo perseguidas e marginalizadas, alvo de preconceitos e genericamente associadas à baderna e bebedeira, são praticadas por pessoas de origem humilde e, em sua maioria negras,

o que é característica marcante dos grupos do estado do Rio de Janeiro. A associação direta das folias fluminenses com *famílias afrodescendentes* é um fator destacado pelas historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu no documentário historiográfico “Jongos, Calangos e Folias: música negra, memória e poesia”, de 2007. Encontramos, no encarte que acompanha o filme, uma definição para Folias e destacamos abaixo trecho do texto onde essa ideia fica evidenciada:

Compostas, em geral, por mestres, contra-mestres, palhaços e músicos, as folias organizadas por famílias afrodescendentes guardam especial apreço ao rei negro. Há registros dessas folias desde o século XIX, quando começaram a ser perseguidas e afastadas dos centros urbanos. Ao longo do século XX as folias continuaram a sofrer preconceitos e restrições por não estarem vinculadas às autoridades religiosas. A organização de federações foi uma resposta a essas perseguições e uma garantia de legitimidade e autorização frente às autoridades policiais.

A identificação de uma folia negra no estado do Rio também foi tema levantado por Martha Abreu em entrevista realizada, em 2011, com Cásia Frade¹⁶⁶. A historiadora levanta essa questão da presença majoritária de negros nas folias fluminenses, porém esse aspecto não é valorizado pela entrevistada que responde: “Tem... tem muito negro, mas tem muito branco também, tem muito branco e negro...”¹⁶⁷

É relevante destacar esta problematização, por evidenciar uma preocupação de identificação dos sujeitos numa perspectiva distinta da visão das historiadoras para a visão da folclorista. Ao salientar o predomínio dos afrodescendentes, a identidade relativa aos foliões agrega mais um aspecto de luta política e resistência cultural, uma vez que o racismo também fica demarcado como elemento de preconceito às folias de reis. Dessa maneira, entendemos que falar em folias de reis e foliões é trazer à tona expressões culturais que evidenciam heranças do período escravista e do pós-abolição.

As restrições e preconceitos, no texto de Mattos e Abreu, ficam vinculadas às autoridades religiosas, o que abre outro campo temático de discussões, por remeter à religiosidade atrelada à prática cultural em questão. Muitas folias, tanto da região metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense quanto dos municípios do interior do

¹⁶⁶ Entrevista realizada em 14 de junho de 2011, e disponibilizada pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi-UFF)

¹⁶⁷ *Ibid.*

estado revelam o sincretismo entre a religião católica e a umbanda¹⁶⁸, o qual entra na questão do preconceito pela intolerância religiosa.

Além da composição e organização de *famílias afrodescendentes*, na citação destacada acima, as pesquisadoras abordam a temática da perseguição às folias desde o século XIX e sinalizam o caminho buscado pelos grupos para obterem legitimidade através da organização de federações. Neste ponto, as autoras não fazem menção específica à lei 1989/ 92 como um divisor para a obtenção de legitimidade para os grupos de folias. A lei foi aprovada através do Projeto de Lei nº 515/ 91¹⁶⁹ de autoria do deputado Paulo Banana de Amorim. Quando fomos investigar a relação do deputado com a questão das folias, recorreremos à própria Cásia que relatou a seguinte história:

Nem te conto a história... Eu tinha um aluno da Uerj que morava na Cidade de Deus e eu contava na sala da faculdade que polícia estava prendendo folia, correndo atrás de folia e aquelas coisas... e ele falou: “professora, tem um deputado que mora na minha comunidade, conheço muito ele, ele é do PT”, e eu falei: “eu não tenho nada contra partido nenhum, eu sou das pessoas, PT, PCdoB, PSDB, não importa, eu quero as pessoas”, e o garoto: “você importa de ir lá?”, “de maneira nenhuma, subir morro é comigo mesma”. Aí fomos pra Cidade de Deus e ele nos recebeu lá, eu fui lá, não fui pra Assembleia não, eu fui lá... aí contei a historinha e ele falou “Ah professora, vou levar isso a diante”, graças a Deus. Meu aluno é o Pablito; outro dia encontrei com ele e almoçamos juntos, ele continua morando lá na Cidade de Deus, você acredita? Aí... é professor do Estado. Aí ele (o deputado) fez um projeto.

- Qual era o nome do deputado?

Aí que tá... Paulo Banana, fez questão de que o nome dele fosse esse, Paulo Banana do PT... Aí o Paulo... Me desculpe que eu fico me emocionando falando dessas coisas, tá? Aí o Paulo fez o projeto e no dia de julgar, avisou. Minha filha, enchemos aquilo de folião de reis, folia, bandeira, palhaço... a Assembleia ficou colorida, linda!! E não tinha como não aprovar... era uma coisa assim de forçar a barra, não tinha como escapar, com aquela quantidade de votos que estavam ali... Aí aprovou.

¹⁶⁸ Umbanda – Religião formada no Brasil (apesar de o negarem alguns crentes) por uma seleção de valores doutrinários e rituais, feitos a partir da fusão dos cultos africanos congo-angola, já influenciados pelo nagô, com a Pajelança (dando um primeiro tipo de candomblé de caboclo) sofrendo ainda influências dos malês islamizados, do catolicismo e do espiritismo (atualmente há uma linha ritual, em certos Centro de Umbanda, com mesas e recepção mediúnica de espíritos mortos comuns, muito próxima do Kardecismo) e, posteriormente, do ocultismo. (Alguns desses cultos sincréticos, a princípio chamados Macumba, no Rio de Janeiro, empregaram a magia negra. Essa corrente da Umbanda é chamada Quimbanda pelos umbandistas da chamada “linha branca”. O termo “macumba” ficou, para os leigos, como sinônimo de feitiçaria.) Essa nova religião – Umbanda – começou a partir do Rio de Janeiro, espalhou-se por quase todo o Brasil e já está saindo para o exterior (já há centros de Umbanda nos Estados Unidos e Argentina). CACCIATORE, Olga Gudolle. In: *Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

¹⁶⁹ Encontramos uma cópia do Projeto de Lei de 1991 e segue no Anexo VI.

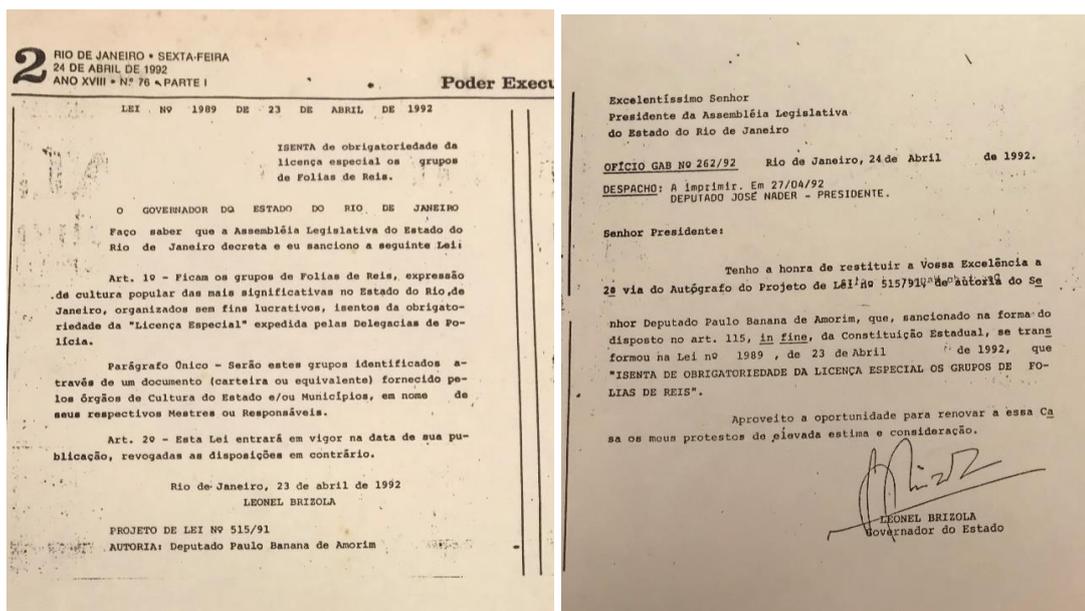
- E eles passaram a ganhar uma carteirinha?

Aí a Divisão do Folclore ficou encarregada de preparar e emitir a carteirinha com o nome do mestre, nome do grupo, etc.¹⁷⁰

Mais uma história inusitada que marca a trajetória de Cáscia Frade e das folias de reis do Estado do Rio de Janeiro, uma situação de sala de aula que a levou até um deputado que desenvolveu um projeto de lei e direcionou a questão para a Assembleia Legislativa. A conquista desta lei marca a passagem dos grupos de uma situação de marginalidade para uma de legitimidade e o uso das carteirinhas é uma marca registrada das folias fluminenses. É interessante como a entrevistada narra seu diálogo com o aluno e como faz questão de mostrar que foi até a comunidade, assim como promoveu uma mobilização com os foliões para o dia de aprovação da lei e deixa evidente a sua emoção ao se recordar de momento tão emblemático. Algo que é reforçado pela continuidade da relação mantida com seu ex-aluno Pablito.

Pelo texto legal, imagens 39 e 40, de redação muito simples e clara, fica estabelecido no Artigo 1º: “Ficam os grupos de Folias de Reis, expressão de cultura popular das mais significativas no Estado do Rio de Janeiro, organizados sem fins lucrativos, isentos da obrigatoriedade da "Licença Especial" expedida pelas Delegacias de Polícia.”, seguido do Parágrafo único: “Serão estes grupos identificados através de um documento (carteira ou equivalente) fornecido pelos órgãos de Cultura do Estado e/ou Municípios, em nome de seus respectivos Mestres ou Responsáveis.” Com isso, fica ratificada a história contada acima e a necessidade do uso de uma carteirinha com o timbre do Estado do Rio de Janeiro, o modelo inicial é demonstrado na imagem 41, o que oficializava e identificava para a polícia a legitimidade do grupo.

¹⁷⁰ Trecho de entrevista realizada com Cáscia Frade em 16 de julho de 2019.



Imagens 39 e 40: Texto do Diário Oficial com a publicação da Lei nº 1989 de 23 de abril de 1992. Fonte: Arquivo pessoal, 2019 (Acervo INEPAC).


 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
INEPAC/DIVISÃO DE FOLCLORE

LEI N.º 1989 de 23/04/92. Isenta os grupos de FOLIAS DE REIS da obrigatoriedade da licença especial expedida pelas Delegacias de Polícia

Registro n.º _____ Data da emissão _____

Grupo a que pertence _____

Função que pertence no grupo _____

DIVISÃO DE FOLCLORE

Nome _____

Filiação _____

Naturalidade _____ Data de nascimento _____

Documento apresentado _____

Endereço _____

Assinatura do portador _____

Imagem 41: Modelo da Carteirinha concedida aos foliões de reis. Fonte: Arquivo pessoal, 2019 (Acervo INEPAC).

Entretanto, em 2003, o deputado estadual André Lazaroni¹⁷¹, conhecido no momento como André do PV, fez uma proposta de alteração da lei que foi aprovada em 13 de janeiro de 2005. A proposição do deputado fez uma pequena alteração no texto do Artigo 1º, mas causou uma mudança significativa para o cumprimento da lei:

* Art. 1º - Ficam os grupos de Folias de Reis, expressão de cultura popular das mais significativas do Estado do Rio de Janeiro, isentos da obrigatoriedade da "Licença Especial" expedida pelas Delegacias de Polícia, desde que organizados em associação sem fins lucrativos e com objetivo de preservação, conservação e incentivo ao folclore brasileiro.

* Nova redação dada pela Lei nº 4509/2005.¹⁷²

Ao inverter a ordem da última frase e inserir o “desde que”, o deputado passou a condicionar a isenção da “Licença Especial” à organização das folias de reis como uma associação, como uma organização não governamental registrada por um estatuto e pela criação de uma identidade jurídica.

A questão da necessidade de organização e institucionalização dos grupos de cultura popular ficou muito patente a partir do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos (2002 – 2006 / 2006 – 2010), nas gestões do Ministério da Cultura (MinC) dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, que fomentaram muitos editais e programas¹⁷³ voltados para o segmento da cultura popular. Para participar e concorrer a tais fomentos é necessário ter uma identidade jurídica.

¹⁷¹ André Lazaroni foi deputado estadual pelo Rio de Janeiro, reeleito para o quarto mandato consecutivo em outubro de 2014, com aprovação de 44.473 eleitores. Formado em Direito, com especialização em Direito Ambiental. Com mais de 30 leis aprovadas, intensificou sua atuação a favor do Meio Ambiente, do Esporte, da Educação e da Cultura, tanto enquanto deputado, quanto durante duas passagens pelo Poder Executivo, como secretário de Estado. Como deputado, André Lazaroni presidiu as comissões de Defesa do Meio Ambiente, Obras Públicas e Educação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), além de ter exercido a liderança de seu partido, o PMDB, na Casa. Atuou como presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Alerj. (Informação disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/304> Acesso em 02 set. 2019.

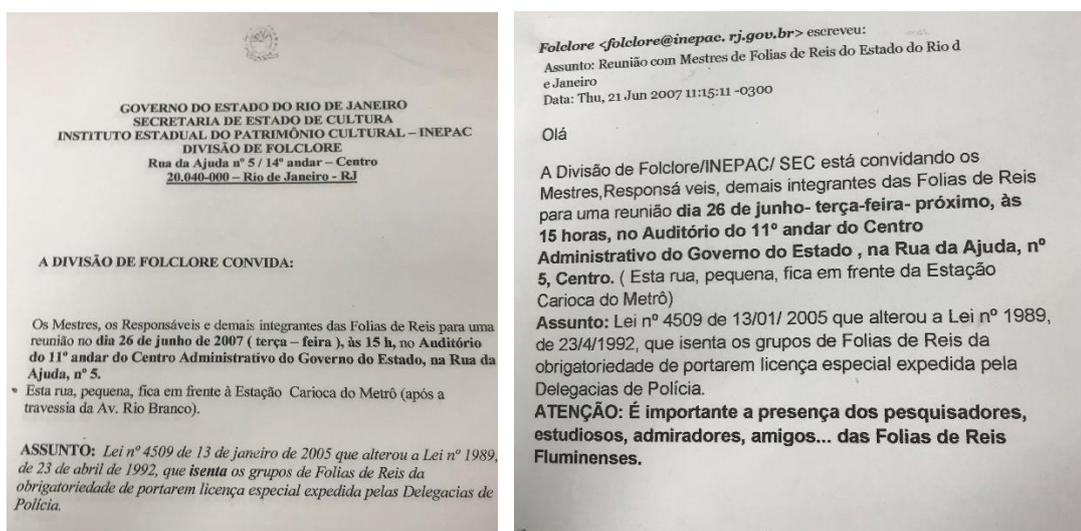
¹⁷² Texto da Lei nº 1989/92. Disponível em <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90709/lei-1989-92>> Acesso em: 02 set. 2019.

¹⁷³ O principal exemplo de programa criado pelo Ministério da Cultura neste contexto foi o Programa Cultura Viva, criado em 2004, com o objetivo de estimular e fortalecer no país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura selecionados por meio de editais públicos, regulamentado pelas Portarias MinC nº 156 e nº 82, de 06 de julho de 2004 e de 18 de maio de 2005, e executado pela Secretaria de Cidadania Cultural (SCC), que até 2008 se chamava Secretaria de Programas e Projetos Culturais. De acordo com os dados publicados pelo MinC, há quase quatro mil Pontos de Cultura em 1.122 municípios de todo Brasil (dados de abril de 2010). O público alvo do Programa incluía habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro, bem como comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos. (Informações retiradas do texto: "Um Panorama das Recentes Transformações no Trato das Culturas Populares no Contexto Brasileiro". In: *Catálogo Culturas Populares e Identitárias da Bahia*. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2010.)

A forma burocratizada de funcionamento dos órgãos estatais emergiu como o principal problema para a concretização do diálogo entre o poder público e os referidos grupos. Essa constatação pode ser sintetizada a partir da seguinte dicotomia: saber formal x saber tradicional, o que ocasionou na organização de produtoras culturais, prestadores de serviço, que passaram a auxiliar os grupos na gestão de seus projetos, nos trâmites burocráticos, beneficiados por verbas públicas.

Nesse sentido, para efetivar uma atuação oficial e estar inserido nesse contexto, muitos grupos da sociedade civil buscaram se organizar em associações e obter personalidade jurídica, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Essa institucionalização de grupos tradicionais e a criação de políticas públicas específicas para suas comunidades acabou suscitando debates sobre questões políticas, econômicas e sociais.

Por estar inserida exatamente nesta conjuntura, a mudança no texto da lei nº 1989/92 provocou discussões e, em pesquisa no Acervo do INEPAC, encontramos registros da convocação de uma reunião para se debater especificamente o assunto (Imagens 42 e 43).



Imagens 42 e 43: Convites para reunião sobre a lei nº 4509 de 13/01/2005 que alterou a Lei nº 1989 de 23 de abril de 1992. Fonte: Arquivo pessoal, 2019 (Acervo INEPAC)

Os convites reproduzidos acima, o primeiro em formato de carta feito em papel timbrado e o segundo em formato de e-mail, nos mostra a mobilização feita pela Divisão de Folclore, convocando: “Os Mestres, os Responsáveis e os demais integrantes das Folias de Reis” além da chamada em destaque no e-mail para os “pesquisadores, estudiosos, admiradores, amigos... das Folias de Reis Fluminenses.” A reunião, realizada em 26 de

junho de 2007 contou com a presença de 28 pessoas¹⁷⁴, entre elas Cásia Frade, que já não trabalhava mais na Divisão de Folclore.

Pela ata encontrada da reunião¹⁷⁵, houve um posicionamento geral de Marcus Monteiro¹⁷⁶, então diretor do INEPAC, e a proposta de procurar o deputado André Lazaroni para que revisse a alteração, uma vez que afetava diretamente os grupos não formalizados. Além disso, considerando que o deputado pudesse não voltar atrás, foi levantada a ideia da criação de uma associação “livre” dentro do INEPAC, que abrigasse de forma genérica todas as folias e viabilizasse a entrega das carteirinhas. Cásia se posicionou a favor desta sugestão e fez ressalvas sobre a intervenção do deputado:

Acho que a associação é ótima. Ela ajuda a resolver problemas, a gente quando está junto fica mais forte. Mas quando um político está interessado que a gente se associe, a gente tem que desconfiar. Não é só porque eu sou mineira não. Por que ele está interessado nisso? Por que está propondo que as folias se associem se ele nem pagou o cachê que está devendo a vocês há quantos anos atrás? Quer dizer, não está pensando em folia não. Eu acho que esta ideia que o Marcus colocou aqui é perfeita, porque cria a associação. Quem quiser que se associe, quem quiser que não se associe e não torna as folias reféns, prisioneiras de nada. A tal história da associação livre tem um duplo sentido, quem quer ficar junto fica, mas isso não inibe a concessão da licença. O reconhecimento da folia de reis como um bem patrimonial centenário do maior valor no cenário da cultura brasileira.¹⁷⁷

Ao indagar sobre o porquê do interesse do deputado pelas folias de reis, Cásia deixa clara sua desconfiança e depois afirma que a preocupação não é com a folia. Por isso aprova a ideia de uma associação livre, uma organização que não limite a concessão das carteirinhas. Ela termina sua fala utilizando um termo que, de acordo com os objetivos deste estudo, merece destaque, refere-se às folias de reis como um *bem patrimonial* de relevância nacional. A fala é de 2007 e com isso já temos um primeiro sinal da aproximação da pesquisadora com a discussão do campo do patrimônio imaterial.

¹⁷⁴ A lista de presença da reunião segue no Anexo VI

¹⁷⁵ A Ata completa da reunião realizada no dia 26 de junho de 2007 no Anexo VI.

¹⁷⁶ Marcus Antonio Monteiro Nogueira - formado em Direito pela Universidade Santa Úrsula, vem atuando como curador de arte, pesquisador em história regional fluminense, arte sacra e mobiliário artístico brasileiros. Como administrador público, ocupou os cargos de secretário municipal de Cultura e de presidente do Conselho Municipal de Cultura, ambos em Nilópolis, e de superintendente estadual de Cultura, entre 1998 e 2002. Exerceu, por seis anos consecutivos, de janeiro de 2003 a maio de 2009, a função de diretor geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e de 2005 a 2009, a de presidente do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro. Em 2011 tomou posse como sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Informação disponível em <<http://marildacamposp.blogspot.com/2011/06/um-grande-momento-no-ihgb.html>> Acesso em 07 set. 2019.

¹⁷⁷ Fala de Cásia Frade transcrita na ata da reunião sobre a Lei nº 4509 de 13/01/2005 que alterou a Lei nº 1989 de 23 de abril de 1992, realizada em 26 de junho de 2007 (Acervo INEPAC).

Junto ao material referente à lei, numa pasta do Acervo do INEPAC com a descrição: ARQ. REDE 46 – 49ª. Folias de Reis/ Atas/ Projeto Lei/ Estatutos, encontramos uma minuta do Estatuto da Associação das Folias de Reis Fluminenses¹⁷⁸. O *Capítulo 1 – Da Denominação, Sede e Fins*, não está completo no documento encontrado, mas a descrição e o endereço deixam indícios de ser referente à proposição da reunião de 26 de junho e da não revogação da alteração da Lei n° 1989/92 pelo deputado André Lazaroni¹⁷⁹. A Associação, fundamentada nos padrões debatidos na reunião de compreender o conjunto dos grupos foliões para cumprir a exigência legal de organização associativa sem restringir a entrega das carteirinhas, é apresentada como *apolítica e sem fins lucrativos* e o endereço é mesmo da sede do INEPAC daquele momento¹⁸⁰.

Dessa forma, ao examinar a história da Lei n°. 1989/92 e a relação de Cáscia Frade com a sua conquista, assim como as implicações da alteração que ocasionou na Lei n°4509/05 e o que todo este percurso representa para os grupos de folias de reis do Estado do Rio de Janeiro, nos deparamos com a possibilidade de refletir sobre os contextos e problemáticas gerais que acompanham as manifestações culturais populares. Alguns pontos levantados aqui sustentam uma das questões centrais desta tese no que se refere a entender as transformações no campo do folclore e da construção do conceito de patrimônio imaterial, assim como as transformações das políticas públicas que os acompanha.

A possibilidade de legitimação da atuação das folias através do respaldo institucional de um setor da Secretaria Estadual de Cultura, como o INEPAC, demarca um diálogo de efetivação de políticas públicas voltadas para a cultura popular. Por esse viés, levantamos a problematização, através do trabalho das historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, da identificação de tais práticas como realizadas por *famílias afrodescendentes*, característica que não é valorizada por Cáscia Frade e que não está presente na discussão dos folcloristas, mas que é fundamental para a historiografia que busca discutir o pós-abolição e seus movimentos de resistência através da cultura.

Ao mesmo tempo, um traço marcante da atuação de Cáscia, abordado no capítulo 2, foi a preocupação de nomear os sujeitos detentores de práticas culturais em suas pesquisas, o que abre a possibilidade de conferirmos a identidade dos grupos. Com isso, além de atuar no trabalho de intermediar e incentivar a obtenção de legalidade para o ciclo de

¹⁷⁸ A minuta completa do Estatuto da Associação das Folias de Reis Fluminense segue no Anexo VI.

¹⁷⁹ Segue no Anexo VI a cópia da versão final da Lei com a alteração.

¹⁸⁰ Endereço: “Rua da Ajuda n° 5 – 14º.andar, Centro, CEP:20040-000, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.”

apresentação das folias de reis, a pesquisadora deixou um material de pesquisa relevante que constitui o *Acervo do Folclore Fluminense* apresentado e discutido no capítulo 2. Acervo este que serviu como base de dados tanto para a publicação *Folias de Reis: Peregrinos do Sagrado*¹⁸¹, de 2009, pelo INEPAC, quanto para a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) das Folias Fluminenses concluído em 2016 para o IPHAN, que veremos mais adiante.

3.2 CÁSCIA FRADE E A UNIVERSIDADE

Nos objetivos iniciais do movimento folclórico, estabelecidos em artigo por Renato Almeida¹⁸² (1953), encontramos três aspectos fundamentais, debatidos no capítulo 2 através da relação folclore e educação, a saber: pesquisa, proteção e ensino. Vilhena (1997) destaca em sua tese que a relação do folclore com a educação aparece como ponto estruturante e que a introdução do folclore se daria em todos os níveis educacionais, tanto no universitário e normal, quanto no primário e secundário (VILHENA, 1997, p.174)

Nesse sentido, ao analisar o caminho trilhado por Cáscia Frade, podemos dizer que ela cumpre tais objetivos e que passa, como docente, por todos os níveis de ensino através do folclore. Sua atuação como professora no Rio de Janeiro se iniciou em 1974/75 em escolas particulares da Zona Sul, onde ensinava música folclórica. Também ministrou, desde 1975, cursos de formação para professores para a CDFB e em 1978 ingressou como docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Iniciou seu trabalho na universidade vinculada ao Departamento de Ensino da Arte, onde trabalhou com arte popular. Conforme sua carga horária de trabalho na instituição foi aumentando, foi também se engajando numa mobilização que visava criar uma unidade própria para o ensino da arte, independente da Faculdade de Educação. De acordo com Cáscia, na Educação, os professores de artes eram vistos como *invasores* e também por isso buscavam ter uma *essência própria*.

Assim, a professora teve participação ativa na organização do movimento de criação do Instituto de Artes, com um direcionamento voltado para as artes visuais, nas palavras de Cáscia: “embora tivesse gente de teatro, mas era uma disciplina. Tivesse um de dança, mas

¹⁸¹COUTINHO, Delzimar.do Nascimento.; NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. *Folias de Reis Fluminense: Peregrinos do Sagrado*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009. 128p.

¹⁸² Primeiro Secretário Geral da CNFL e seu principal articulador, que em 1952 tornou-se diretor-executivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), cargo que ocupou até 1974, quando foi sucedido por Bráulio do Nascimento.

também uma disciplina; o forte mesmo eram as artes visuais.”¹⁸³ Nesse momento, havia atingido um contrato de 40 horas semanais na Uerj, o que a fez, junto com a visão da universidade ser um espaço de crescimento e da consciência da necessidade de renovação na Divisão de Folclore, tomar a decisão de sair do INEPAC, em 1987.

Com a criação do Instituto de Artes, foi possível organizar melhor a estrutura das disciplinas lecionadas por Cáscia, sua matéria ficou dividida em três semestres sob o título Folclore Brasileiro I, II e III. Pelo que a professora nos relatou em entrevista, seu maior objetivo era preparar os alunos para desenvolverem pesquisa de campo, para investigarem práticas culturais populares no seu próprio cotidiano. O conteúdo era iniciado com uma parte mais teórica e discussão conceitual da cultura popular: “conceito, problemática definidora, o que é complicado mesmo até hoje.”¹⁸⁴ Na sequência, trabalhava com metodologias de pesquisa: “eu trabalhava muito bem e é aqui que entravam os autores do campo de antropologia”¹⁸⁵.

Assim, era iniciado o trabalho de campo orientado e supervisionado pela professora. No final, era realizada uma exposição dos trabalhos, chamada “Notório Saberes” com a participação de grupos da cultura popular e artistas pesquisados. A UERJ, além de ceder o espaço cultural para a montagem, permitia a venda de produtos expostos:

E aí levávamos, as pessoas iam, levavam seus objetos, podia vender, podia não sei o que, nossa foi um sucesso e eles amavam isso... e os alunos faziam tudo. Nossa gente, como aluno é bom, né? Montava aquilo ali eu só dava o espaço, Centro Cultural... aquilo tudo, a semana inteira, os alunos ficavam doidinhos... eu me lembro de um aluno que levou um sujeito craque em fazer pipa e olha que eu fiz pipa com meu irmão na minha infância lá em Minas. Gente, mas as pipas daquele homem era a coisa mais linda do mundo, e ele fazendo pipas. Aí quem era professor levava os meninos pra fazer pipa lá... foi muito bom, foi um tempo também muito legal, sabia?!

Tanto o propósito de envolver e dialogar com os alunos quanto o envolvimento da professora ficam expressos na passagem destacada. Por esse viés, Cáscia deixou registrado em um artigo chamado “Universidade e cultura popular”¹⁸⁶ as discussões e suas reflexões que resumiu a parte de quatro palavras-chaves: *tradição, vida acadêmica, conhecimento científico e saber popular*. A autora, ao estabelecer seus objetivos principais, sinaliza a tensão histórica

¹⁸³ Entrevista realizada com Cáscia Frade em 07 de novembro de 2016.

¹⁸⁴ Entrevista realizada com Cáscia Frade em 16 de julho de 2019.

¹⁸⁵ Entrevista realizada com Cáscia Frade em 07 de novembro de 2016.

¹⁸⁶ FRADE, Cáscia. Universidade e Cultura Popular. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 7-15, 2006

entre “o mundo acadêmico e a cultura do povo”, relação que busca revelar no texto. Assim como, visa: “apontar os possíveis diálogos entre esses dois universos, a partir dos códigos que os configuram, o que acarretaria um redimensionamento de ambos, sem prejuízo de seus objetivos e significados” (FRADE, 2006, p.7).

De acordo com os objetivos desta tese, o referido artigo nos possibilita entender a visão de Cásia da experiência acadêmica e conhecer suas referências sobre o campo da cultura popular, por isso teceremos uma análise minuciosa do texto. Um primeiro aspecto a se destacar é que desde o título a autora não usa o termo folclore e assim segue no texto até chegar ao ponto de discuti-lo e problematizar seu uso. Desse modo, no começo também não fala em folcloristas, apresenta os *pioneiros* “Arthur Ramos, Mário de Andrade, Amadeu Amaral, Edison Carneiro e Renato Almeida” como “intelectuais brasileiros em prol da cultura popular” (ibid., p.8).

Tal distinção de uso dos conceitos, cultura popular e folclore, faz sentido dentro de sua proposta discursiva, uma vez que está falando da tensão existente entre as instâncias acadêmicas e a busca por cientificidade das pesquisas realizadas por indivíduos sem formação específica na área. Destaca estratégias utilizadas para o alcance desse objetivo do status de ciência, cita como exemplo a atitude de Mário de Andrade ao criar um curso para formação de folcloristas, com aulas ministradas pela antropóloga Dina Lévi-Strauss, iniciativa que resultou na Sociedade de Etnografia e Folclore (ibid., p.8).

Nesse sentido, Cásia pontua a tentativa de delimitação da área e conceituação de *fato folclórico* através da divulgação da Carta do Folclore Brasileiro, de 1951, e situa outros movimentos paralelos e simultâneos, como: a criação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais e dos primeiros congressos de antropologia. Destaca, então, a participação de Edison Carneiro e Manuel Diégues Júnior, “expoentes do movimento em torno da cultura popular” em eventos e cursos que consolidaram a antropologia no Brasil. Acrescenta a autora:

Há que se referir ainda a participação de Hildegardes Vianna, da Comissão Baiana de Folclore, vinculada à Comissão Nacional de Folclore, e Amadeu Amaral ministrando palestras na II Reunião de Antropologia, ao lado de sociólogos e antropólogos, como Maria Izaura P. de Queiroz, Thales de Azevedo, Octavio Ianni, entre outros. Lembremos também o nome de Edison Carneiro no elenco de palestrantes no Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em São Paulo, em 1954.” (FRADE, 2006, p.8)

Os exemplos acima são usados exatamente para apontar que o uso do termo folclore e a presença dos folcloristas, naquele momento, ainda não eram rejeitados no meio das ciências sociais. Entretanto, essa *aparente harmonia* durou apenas até o final da década de 1950. Em 1957, ocorreu o II Congresso Brasileiro de Folclore e os limites reconhecidos da Carta de 1951 foram retomados e entendidos como ambíguos. No período, os cursos de ciências sociais já se consolidavam no Brasil e a abordagem teórica serviu para separar e introduzir distinções.

Neste contexto, com a criação de cursos de pós-graduação em antropologia e sociologia, essas áreas se fundamentaram nas universidades a partir de sua cientificidade. Já os estudos de folclore não conseguiram se legitimar de forma oficial no meio acadêmico e, de acordo com Cáscia, ocuparam outros espaços, como: museus, institutos e órgãos não governamentais. Na atualidade, o folclore se situa apenas como disciplina em cursos de Educação Física, Turismo e eventualmente, em cursos de Artes.

Depois de apresentar este panorama, a autora deixa demarcada a sua visão e defesa do folclore: “Desse modo, a não-ocupação de certas instâncias acadêmicas pelos folcloristas não revela necessariamente incapacidade política ou intelectual intrínseca, mas o produto de uma conjuntura.” (FRADE, 2006, p.9) Fica clara sua percepção de que foi a conjuntura política associada à rede de intelectuais à frente de cada área de conhecimento que não ofereceu condições para a efetivação do projeto de inserção do folclore nas universidades. Entretanto, sabemos que se o termo folclore ficou de fora, os estudos de folclore estavam presentes no ambiente acadêmico e que esta discussão marca mais a realidade do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em outros estados, como por exemplo, Piauí com Noé Mendes e Alagoas com Théo Brandão, folcloristas são incorporados às universidades, inclusive sendo responsáveis pela criação de cursos de antropologia.

Na análise apresentada, a autora faz questão de mostrar que o processo que envolveu as distinções esboçadas acima não aconteceu sem tensões e conflitos, muito pelo contrário, discussões acirradas vieram a público a partir de artigos em jornais e livros. Edison Carneiro produziu textos direcionados para as colocações de Roger Bastide, assim como para as de Florestan Fernandes, que associava as pesquisas dos folcloristas com “teorias positivistas e evolucionistas e ainda acusava-os de românticos.” (FRADE, 2006, p.9)

Para tentar desvendar e sintetizar essas questões entre o folclore e as ciências sociais, Cáscia Frade usa em seu texto a discussão apresentada pela antropóloga Mariza Peirano, em

um artigo de 1992, publicado por meio do *Seminário Folclore e Cultura Popular: faces de um debate*¹⁸⁷. Peirano aborda as transformações da antropologia e mostra a determinante mudança de paradigma – do “diferente exótico” para o “outro próximo” – que tirou do afastamento e levou à abertura de espaço nas universidades para temas considerados folclóricos, são exemplos elencados no texto: festas populares, carnaval, culinária, dança, música, literatura, jogos, etc.

Entretanto, Cáscia alerta que mesmo com o reconhecimento da antropologia, o *saber popular* continua desqualificado e marginal em outros campos de conhecimento. A ambiguidade do termo “popular/ povo” é um dos elementos que dificulta a aceitação do conceito e o universo de informações e sujeitos ligados a ele. Na busca por uma definição da noção de “povo”, a autora se aproxima do trabalho dos historiadores que tratam a questão a partir da sua complexidade e com o referencial francês de ideias desenvolvidas pela Escola dos Annales. Ao lançar o questionamento “O que é povo?” indica as obras de Jacques Revel¹⁸⁸ (1989), Peter Burke¹⁸⁹ (1989) e Natalie Davis¹⁹⁰ (1990), aborda também a problemática no Brasil com base em José Murilo Carvalho¹⁹¹ (1987) e ressalta as múltiplas repostas como comprovadoras de que a definição é marcada por sua *incompletude* e *inconstância*.

Chega, assim, às ideias de Gramsci¹⁹² (1968) e à perspectiva marxista que denomina “povo” a partir do conceito de luta de classes e da ideia da existência de um “conjunto de classes subalternas e instrumentais” (Apud GRAMSCI, 1968, p.53). Entretanto, tais visões não resolvem o problema, e outros debates surgem no sentido de questionar o discurso dos intelectuais sobre o folclore e a cultura popular, seu papel e o lugar de fala: “falar do, pelo e para o povo”, são eixos centrais colocados em discussão. Na continuidade, Cáscia Frade aborda, a partir de Bourdieu¹⁹³ (1983), as disputas e tensões do universo intelectual que levam a proposições diferentes e ambíguas da palavra “povo”, que o autor apresenta através de uma visão “positiva” e uma “negativa” a partir de um enfoque mais amplo das relações sociais, da

¹⁸⁷ PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. legitimidade do folclore. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular: as muitas faces de um debate*. Rio de Janeiro: Funarte, 1992, 85-8.

¹⁸⁸ REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. 1.ed. Difel. 1989.

¹⁸⁹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

¹⁹⁰ DAVIS, Natalie Z. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna/ Oito ensaios*. Editora Paz e Terra, 1990.

¹⁹¹ CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República Que não Foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁹² GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Editora Civilização Brasileira, 1968.

¹⁹³ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

ordem política e das práticas do poder. O que leva o teórico a entender a não neutralidade dos discursos que competem em termos de soberania.

Com isso, ela conclui que as concepções produzidas pelo mundo acadêmico: “não são discursos neutros, mas existem num campo de concorrências e competições que se enunciam em termos de soberania.” (FRADE, 2006, p.12) Entretanto, a autora salienta que a cultura popular se configura de forma indiferente aos posicionamentos apresentados e que sua complexidade expressa um processo permanente de criação que é independente das apropriações. Para demonstrar tal complexidade, são apresentados alguns exemplos de manifestações culturais populares do Brasil, como a folia de reis, que: “louvam sua crença com viagens peregrinas cuja finalidade legítima reúne, num só conjunto, homens e deuses, folia e oração, festa e devoção, soldados, reis e palhaços” (ibid., p.12).

A discussão é finalizada com a seguinte ideia: “cultura popular é sobretudo uma resistência, uma insubordinação à ordem proposta” (ibid., p.12). Assim, chega na parte conclusiva do texto, onde parte de um questionamento para iniciar suas reflexões sobre as experiências vividas no espaço universitário; a autora pergunta: “Se o conhecimento popular floresce à margem das instituições acadêmicas, e se essas atuam a partir de projetos e programas políticos mais amplos, que importância teria, para ambas uma possível aproximação?” (ibid., p.12)

Para responder à pergunta lançada, usa suas vivências para apresentar suas percepções sobre a interpretação dos *artistas populares* e de *universidade*. Para os primeiros, Cásia atribui a abertura de portas do meio acadêmico como um reconhecimento: “valorização, aceitação e legitimidade de seu saber.” Já para a segunda, seria como: “uma oportunidade de repensar suas práticas, de assumir uma postura crítica frente à busca do tão propalado “conhecimento científico” e às “sequelas” que costumam dele decorrer” (ibid., p.13).

Em seguida, são apresentadas, de forma resumida, as mudanças dos padrões de identidade nas sociedades pós-modernas que também atravessam as universidades, assim como os efeitos dos *programas de ajustes neoliberais*, principalmente nas universidades públicas. Ambos os temas são sintetizados pela autora com dois provérbios populares: “em tempo de murici, cada um cuida de si” e “salve-se quem puder”. Em decorrência desta contextualização, Cásia Frade conclui seu artigo com apontamentos sobre a necessidade de uma modificação da *cultura institucional* universitária, de “despir-se de toda e qualquer arrogância” e valorizar o saber popular, definido pela autora como:

um pensar que dita um fazer; que os conhecimentos não oficiais articulam campos – história, física, literatura, música, educação, artes , etc. – que a própria universidade acolhe; que a arte do povo não é mera reprodução de padrões anteriores, mas uma linguagem em permanente reprocesso, reinvenção, individuação; que as práticas tradicionais, inscritas na dinâmica da cultura, se inserem na contemporaneidade. (FRADE, 2006, p.14)

A definição de saber popular, o que Cáscia chama em sua tese de doutorado de “saber do viver” é algo que defende por todo seu percurso acadêmico e sempre com o intuito de questionar a *arrogância e prepotência* das ciências legitimadas. Para ela, esse saber que está fora dos limites do saber formal e das instituições universitárias possui estrutura de grande complexidade, relacionada de forma intrínseca com todos os aspectos da vida humana, incluindo a racionalidade. Em entrevista para a Revista Digital Art&¹⁹⁴, publicada em abril de 2008, Cáscia exemplifica seu ponto de vista: “Pesquisas sobre medicina tradicional fundamentada em vegetais, por exemplo, comprovam que os componentes químicos neles existentes são cientificamente indicados para os males tratados pela sabedoria popular.” (FRADE, 2008).

Dentro desta argumentação sobre *saber popular*, o objeto central estudado na pesquisa de doutorado de Cáscia Frade foi exatamente ressaltar a educação que se dá fora dos espaços formais de ensino e usou a folia de reis para desenvolver suas argumentações. A pesquisadora defende uma complexidade e densidade para o saber popular compatível ao transmitido nas escolas. Assim como defende a importância da construção de conhecimentos fundamentados nos modos de viver, de fazer, nas maneiras e lógicas próprias que configuram formas específicas de relacionamento e proteção, todas elaboradas a partir de elementos do cotidiano.

São saberes próprios que envolvem rituais, crenças, representações de mundo e símbolos respeitados e legitimados entre os grupos e comunidades. Para tanto, os mestres ocupam um lugar central de propagação e transmissão desses conhecimentos, na visão adotada por Cáscia, o mesmo lugar ocupado pelos professores nas escolas. A valorização do aprendizado adquirido com as experiências vividas e, principalmente, a capacidade de improvisação é algo sublinhado, característica que confere aos mestres sua consagração e adequação ao papel desempenhado.

Nesse sentido, a pesquisadora, mais uma vez, faz um contraponto com os professores com a finalidade de mostrar a preponderância dos mestres populares:

¹⁹⁴ Entrevista com Cáscia Frade. Revista Digital Art& - ISSN 1806-2962 - Ano VI - Número 09 - Abril de 2008

quantas vezes nós professores não sabemos como lidar com os problemas, ao passo que isso não constitui um obstáculo para o mestre popular. Ele resolve, inventa, incorpora o que foi aprendendo ao longo dos anos, pela capacidade de lidar com o diferente. E essa fala ritualizada ordena, orienta, abençoa, exorciza e identifica cada um dos envolvidos no processo. (FRADE, 2004, p.203)

Essa caracterização citada, referente à fala ritualizada dos mestres, marca bem seu trânsito por esferas que não cabem oficialmente ao professor, pois conjuga o sagrado e o profano, sai do conhecimento laico e adentra o universo da crença e da fé. Tal aspecto fica evidente com o uso das palavras *abençoa* e *exorciza* e neste ponto é importante destacar como esta comparação é complexa: o mestre popular e o professor escolar coincidem na prática de ensinamentos, porém exercem papéis e ocupam espaços distintos de atuação, ao mesmo tempo que o diálogo entre eles é fundamental.

Assim, na conclusão geral de sua tese, frisa que a escola só conseguirá cumprir o seu verdadeiro papel de formação quando passar a valorizar o saber popular, *o saber do viver*, e com isso se aproximar da realidade dos alunos. Este é o mesmo posicionamento que defendeu no artigo sobre a universidade e em todas as entrevistas concedidas ao longo desta pesquisa. A coerência discursiva relativa ao conhecimento produzido fora das instituições de ensino, ao saber não formal, está tanto na escrita quanto na fala de Cáscia Frade e marcam uma trajetória profissional de expressiva produtividade dentro e fora da universidade.

3.2.1- Caminhos e espaços da vida acadêmica

Pensar no histórico profissional de Cáscia Frade e nos caminhos que trilhou, partindo dos estudos de folclore e chegando ao patrimônio imaterial através do INRC das Folias de Reis Fluminense é conhecer os espaços que ocupou na carreira universitária. O espaço acadêmico foi o de maior permanência da professora, iniciou sua carreira na UERJ em 1978 e se aposentou oficialmente em 2005. Porém, retornou em 2007/ 2008 para a instituição à convite do antropólogo Ricardo Lima, seu companheiro de trabalho desde o início das ações da Divisão de Folclore do INEPAC, que no momento ocupava o cargo de diretor do Departamento Cultural da Sub-reitoria de Extensão e Cultura (Decult/SR-3/UERJ) e chamou Cáscia para coordenar a seção de *Organização de exposições e seminários*, onde ficou por mais oito anos.

Para traçarmos e visualizarmos melhor a vida acadêmica de Maria de Cásia do Nascimento Frade, realizamos uma análise do seu Currículo Lattes¹⁹⁵, modelo padrão desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão federal de maior confiabilidade na área. Esse formato de currículo é preenchido pelo próprio pesquisador, o que também nos indica uma seleção e direcionamento de informações para a construção de um *perfil acadêmico*, configurado por meio do detalhamento de produções em diferentes atividades que compõem a produção científica.

O currículo é iniciado pela formação acadêmica, já citada algumas vezes nesta tese, seu percurso foi iniciado com a graduação em Música na UFMG (1963-68), o mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional da UFRJ (1978-81) e o doutorado em Educação na PUC-Rio (1993-1997). Contudo, não havíamos mencionado ainda o curso de Especialização em Cultura Popular Brasileira, realizado entre 1987 e 88 na UFRJ, quando foi orientada pela renomada musicista Dulce Martins Lamas¹⁹⁶ e escreveu a monografia “Cultura da gente Fluminense”. A relação de Cásia com a área de música fica explícita também na ligação que manteve, de 1974 a 1990, com o Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário CBM/ CEU, quando ministrou em curso de pós-graduação, como professora titular, a disciplina *Cultura popular: música rural e urbana*.

A atuação profissional indicada no currículo se restringe ao trabalho como docente do ensino superior e de pós-graduação, não há menção ao vínculo que teve com o INEPAC quando foi diretora da Divisão de Folclore, dado que não se refere ao trabalho acadêmico em si, mas que diz sobre seu percurso como pesquisadora. A atividade docente não se restringiu à UERJ, tendo desempenhado a função de professora visitante na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), em 2009. Além da vinculação com a Faculdade Angel Vianna (FAV), instituição que oferece curso de graduação em Dança, onde ministrou a disciplina *Formas cênicas do imaginário popular brasileiro*. A última atualização registrada pela Plataforma Lattes é de agosto de 2015 e neste momento sua relação com a FAV ainda era vigente.

¹⁹⁵ O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. (Texto disponível em: <http://lattes.cnpq.br/> Acesso em: 12 set. 2019)

¹⁹⁶ Dulce Martins Lamas (1941-1992) - significativa personalidade da pesquisa músico-cultural do Brasil e do ensino superior como Professora da *Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. A interdisciplinaridade nos estudos músico-culturais marcaram sua pesquisa da música popular na história da música e a tradição dos estudos do folclore no exemplo de Heitor Villa-Lobos. (Texto disponível em: http://revista.brasil-europa.eu/169/Dulce_Lamas_e_Bispo.html) Acesso em 15 set. 2019)

Outra atuação que consta como ativa em 2015 é a participação como membro de corpo editorial e revisora do periódico *Textos Escolhidos de Cultura e Artes Populares (TECAP)*. A revista foi criada em 2004 na UERJ e Cáscia participou desde o início. A publicação é relacionada à área do conhecimento de Artes e seus objetivos são assim apresentados:

ampliar e difundir o pensamento contemporâneo sobre a cultura popular entendida em sua dinâmica cotidiana e em sua diversidade de expressões, abrindo espaço para o diálogo entre pesquisadores interessados nas reflexões sobre o popular e criando condições para a discussão de temas dispersos em publicações de diferentes áreas.¹⁹⁷

Com a intenção de sintetizar e tornar sua produção mais visível, montamos o quadro a seguir utilizando as mesmas categorias que estruturam o Currículo Lattes:

Quadro 2: Produção Acadêmica de Cáscia Frade

| Atividade acadêmica | Total de realizações | Período |
|---|----------------------|-------------|
| 1- Artigos completos publicados em periódicos | 13 | 1985 – 2008 |
| 2- Livros publicados/ organizações ou edições | 18 | 1989 – 2013 |
| 3- Capítulos de livros publicados | 5 | 1992 – 2008 |
| 4- Textos em jornais de notícias/ revistas | 5 | 1997 – 2013 |
| 5- Trabalhos completos publicados em anais de congressos | 8 | 1992 – 2005 |
| 6- Apresentações de trabalho | 8 | 2003 – 2012 |
| 7- Outras publicações bibliográficas | 9 | 2001 – 2015 |
| 8- Trabalhos técnicos | 5 | 2004 – 2012 |
| 9- Bancas de Mestrado | 18 | 1996 – 2015 |
| 10- Bancas de Doutorado | 3 | 2001 – 2013 |
| 11- Qualificações de Mestrado | 2 | 2014 – 2015 |
| 12- Qualificações de Doutorado | 2 | 2010 – 2011 |
| 13- Participação em bancas de comissões julgadoras (professor titular/ concurso público/ avaliação de cursos/ outras) | 17 | 1999 – 2014 |
| 14- Participação em eventos, congressos, exposições e feiras | 51 | 1996 – 2015 |

¹⁹⁷Texto informado na página da internet oficial da revista: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/index>. Acessado em 12 de setembro de 2019.

| Atividade acadêmica | Total de realizações | Período |
|---|----------------------|-------------|
| 15- Organização de eventos, congressos, exposições e feiras | 15 | 2004 – 2015 |
| 16- Orientação de monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/ especialização; / Dissertação de mestrado | 10 | 2000 – 2002 |
| 17- Orientação de trabalho de conclusão de curso de graduação | 15 | 2000 – 2004 |
| 18- Orientação de dissertação de mestrado | 2 | 1998 |
| 19- Educação e Popularização de C&T | 1 | 2011 |

Os dados expostos acima nos abrem a possibilidade de muitas interpretações e nos permite ter a noção da variedade da produção de Cásia Frade entre 1985 e 2015. Tanto sua produção bibliográfica, relacionada do item 1 ao 7, quanto à participação em eventos e bancas, organização de eventos e orientações em geral, do item 9 ao 18, são expressivas. A pesquisadora foi atuante e manteve uma produtividade até o período em que parou de trabalhar.

A atividade que mais desenvolveu foi a *Participação em eventos, congressos, exposições e feiras*, o item 14 da tabela, com o total de 51 registros. O período vai de 1996, data do XXI Encontro Cultural de Laranjeiras, até 2015, data do VII Seminário Nacional de Ações Integradas em Folclore, que teve como tema a Carta do Folclore Brasileiro. Os dois marcos de início e fim das participações elencadas no currículo representam temáticas recorrentes que abordaremos a seguir.

Assim como, é relevante pontuar a participação da pesquisadora nos Congressos Brasileiros de Folclore, no intervalo de tempo em questão no seu currículo, foi à cinco edições do evento, do X, realizado em 1996, ao XV, realizado em 2001. A primeira realização do evento ocorreu em 1951 e Cásia relatou em entrevista que participou pela primeira vez do Congresso na sétima edição, realizada em Brasília no ano de 1974. O Congresso continua acontecendo, está no ano XVII e em 2019 será realizado em Maceió, Alagoas.

Vale também destacar o item 15 que corresponde à *Organização de eventos, congressos, exposições e feiras* e apresenta 15 ações. A temporalidade em questão vai de 2004 a 2015 e equivale ao período em já estava oficialmente aposentada e retornou para UERJ para coordenar o setor de *Organização de exposições e seminários* do Decult. Em entrevista, Cásia faz questão de chamar a atenção para o nível da estrutura física das instalações da UERJ, o que proporcionou o desenvolvimento de muitas atividades, nas suas

palavras: “A UERJ tem três salas de exposição, dois teatros, sendo que um tem mil e tantos lugares, acústica perfeita, entendeu?”¹⁹⁸

Uma informação significativa que ficou de fora da tabela é o uso de uma ferramenta classificatória, simbolizada por uma estrela, que permite ao pesquisador sinalizar seus cinco trabalhos mais relevantes. As cinco estrelas marcadas ficaram entre os itens 1 e 7 da tabela, como já pontuado acima, correspondente à produção bibliográfica. A primeira marcação refere-se ao seu trabalho inaugural na Divisão de Folclore, a publicação “Do jeito mais simples”, examinada no capítulo 2, é resultante de um projeto de pesquisa desenvolvido em parceria com as escolas da rede estadual de ensino do Rio Janeiro, em 1976, e deu início a formação do acervo do INEPAC. A data que consta da publicação informada no currículo é de 1993, mas sabemos que a primeira versão publicada pela FUNARTE é de 1979.

Outras três demarcações são trabalhos completos publicados em anais de congressos e estão organizados em ordem cronológica, do mais recente para o mais antigo, porém por questões de organização da argumentação deste estudo, faremos a inversão e apresentaremos do mais antigo para o mais recente. Os eventos associados às referências em questão são notáveis no campo de estudos do folclore e cultura popular, são eles: Congresso Brasileiro de Folclore; Simpósio sobre Cultura Popular e Globalização e Encontro Cultural de Laranjeiras.

Pelo padrão estabelecido, a segunda publicação sinalizada no currículo da pesquisadora, é o texto: *Nas tramas do sagrado e do profano*¹⁹⁹, trabalho redigido para o XXIII Encontro Cultural de Laranjeiras, em Sergipe, realizado em 1998. Dantas (2015) ao traçar um histórico do evento, apresenta um artigo sobre a 40ª edição do Encontro e destaca sua notoriedade e continuidade dentro de uma conjuntura nacional marcada pela descontinuidade das “políticas públicas e promoções culturais”²⁰⁰, explica:

Em 1972, o Ministro da Educação e da Cultura Jarbas Passarinho, em visita à cidade, pronunciou uma frase que se tornou emblemática: “Laranjeiras é um Museu a céu aberto”. Os laranjeirenses se apropriaram dela, lhe atribuíram novos significados e transformaram-na num mote para mudar a feição da cidade e reconstruir sua identidade. O patrimônio de pedra e cal e as expressões populares, materializadas em vários grupos de danças e folguedos, passaram a ser vistos como uma riqueza que precisava ser preservada, estudada e difundida (DANTAS, 2016, p.158).

¹⁹⁸ Entrevista realizada com Cáscia Frade em 16 de julho 2019.

¹⁹⁹ Frade, Cáscia. Nas tramas do sagrado e do profano. In: XXIII Encontro Cultural de Laranjeiras, 1998. Aracaju – SE: Governo do Estado de Sergipe/ MINC, v.1. p.37-51.

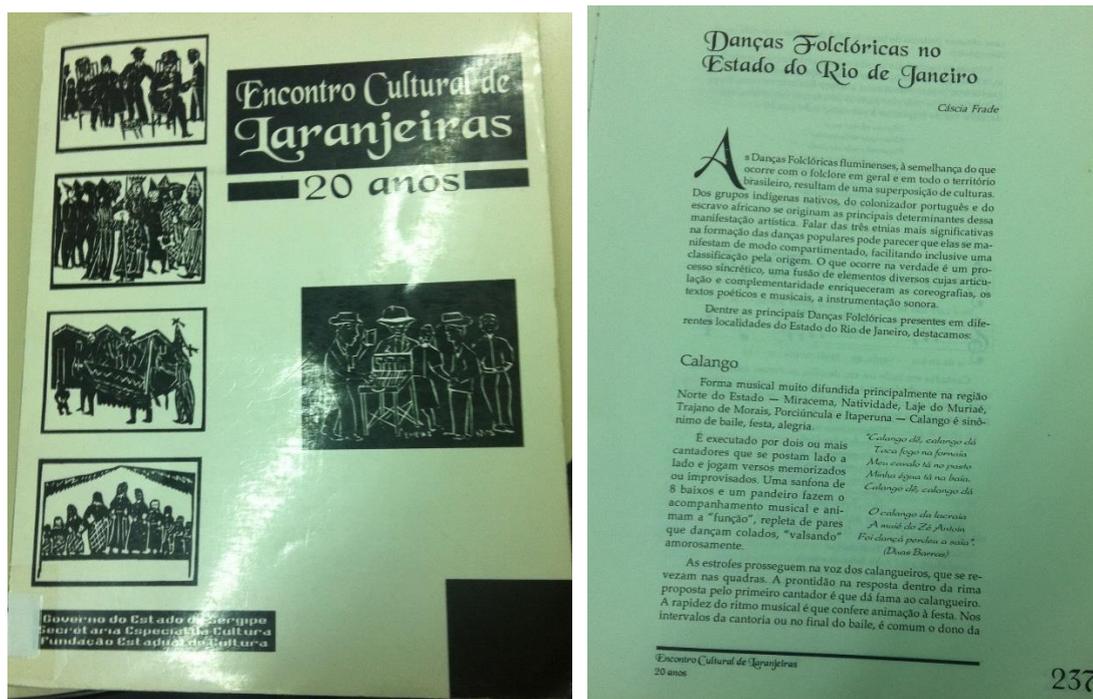
²⁰⁰ DANTAS, Beatriz Góis. As Fontes Sobre o Encontro Cultural de Laranjeiras: Múltiplas e Dispersas. IN: Dossiê Dinâmicas Coloniais na Capitania de Sergipe d’El Rey. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 2015.

Por esse viés, o Encontro Cultural de Laranjeiras foi iniciado em 1976, no contexto de incentivo e prestígio ao folclore e ao patrimônio arquitetônico das cidades históricas do Nordeste, promovido por uma política cultural bastante ampla e diversificada implementada a partir de 1975, ano de implantação do Plano Nacional de Cultura, discussão apresentada no capítulo 1²⁰¹. Laranjeiras foi incluída no Programa das Cidades Históricas (PCH) e descobriu seu potencial para o turismo cultural. A organização do evento, desde a primeira edição, contou com o apoio e empenho de Bráulio do Nascimento, então Diretor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que foi figura assídua nos Encontros. De acordo com Dantas (2015), sem a cooperação de Bráulio, o evento não teria a continuidade que atingiu.

Maria Augusta Mudim Vargas²⁰² (2018), na Apresentação dos *Anais do Simpósio do Encontro Cultural de Laranjeiras: 2017-2018*, acrescenta que o Encontro, desde 1976, foi concebido como espaço de integração e junção de saberes e práticas entre produtores de cultura, a academia e as organizações governamentais e não governamentais: “Desde sua primeira edição, realiza-se com a sólida parceria entre a Prefeitura Municipal de Laranjeiras (PML), a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), independe de governos e dirigentes” (VARGAS, 2018, p.4). Dessa forma, além do texto escolhido por Cáscia para o currículo, temos a referência de sua participação em outros anos, como em 1996, ano de comemoração de 20 anos do Encontro, quando publicou o texto *Danças Folclóricas no Estado do Rio de Janeiro* (Imagens 44 e 45).

²⁰¹ Mais informações sobre o Programa das Cidades Históricas ver: CHUVA, Márcia e LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimento. IN: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75-98. Jan-abr. 2016./ CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do Patrimônio Cultural – 1973/1979*. 2012. 287f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

²⁰² VARGAS, Maria Augusta Mudim. “Apresentação”. IN: *Anais do Simpósio do Encontro Cultural de Laranjeiras: 2017-2018*/ Maria Augusta Mundim Vargas, Jorgenaldo Calazans dos Santos, Vanessa Santos Costa. (Organizadores). Aracaju. 2018.



Imagens 44 e 45: Capa do livro e página com o texto de Cásia Frade publicado na Edição comemorativa dos 20 anos do Encontro Cultural de Laranjeiras. Fonte: Arquivo pessoal, 2019 (Biblioteca Amadeu Amaral – CNFCP/IPHAN).

A terceira “estrela” colocada, diz respeito ao trabalho apresentado no *Simpósio sobre Cultura Popular e Globalização*, realizado em São José dos Campos (SP), em 2001. Como citado no capítulo 1, Cásia Frade morou em São José dos Campos no início da década de 1970 e participou das primeiras pesquisas que influenciaram na fundação de um Museu do Folclore no município. A instituição, criada em 1987, localiza-se dentro do Parque Municipal Roberto Burle Marx, conhecido como Parque da Cidade, e faz parte da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), gerido pelo Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP).

Todos os órgãos mencionados demarcam uma relação do município com os estudos de folclore e cultura popular, havendo uma programação contínua de publicações, por meio da Coleção Cadernos de Folclore²⁰³, seu primeiro volume foi lançado em 1986 e o último disponível no site oficial do Museu Do Folclore de São José dos Campos é o 24º volume com

²⁰³ A Coleção Cadernos de Folclore, publicada pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR) e pelo Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP), tem o propósito de informar e divulgar a cultura popular, para melhor compreensão e valorização do homem na sua realidade social. Reúne importantes contribuições, seja na forma de pesquisas científicas ou relatos de experiências, constituindo-se fonte de consulta e estímulo à reflexão e à pesquisa, oferecendo subsídios para futuros investigadores do saber popular. Todos os 24 volumes podem ser acessados por aqui, para leitura ou download, por meio de E-Book ou PDF. Os volumes impressos estão à disposição de interessados na biblioteca do museu. (Texto retirado do link: <<http://www.museudofolclore.org/colecao-cadernos-de-folclore/>>. Acesso em: 14 set. 2019).

data de 2016.²⁰⁴ Também desenvolvem uma agenda relevante de realização de eventos, palestras e simpósios, como o escolhido por Cásia Frade para publicar o trabalho: *Em fundos do quintal, ecos do universal*²⁰⁵, texto que não tivemos acesso para consulta.

Chegamos assim, a quarta sinalização de relevância do currículo, o texto “Evolução do Conceito de Folclore e Cultura Popular”, publicado em 2004 nos Anais do X Congresso Brasileiro de Folclore²⁰⁶, realizado em 2002, em São Luís, Maranhão. Na referência bibliográfica descrita no Lattes da autora, consta a coautoria de Bráulio do Nascimento, Sérgio Ferreti²⁰⁷ e Roberto Benjamin²⁰⁸, nomes consagrados dos estudos folclóricos. Entretanto, ao conferir o texto na publicação, vemos que a autoria é apenas de Cásia Frade e corresponde a apresentação de uma das conferências do evento. Os outros autores listados, também participaram da programação oficial, mas com inserções distintas e apresentações próprias. A mesa de abertura do evento foi formada por Bráulio do Nascimento (CNF), Cásia Frade (CNF-IBECC/UNESCO), Gilmar de Carvalho (UFC), Sérgio Ferreti (UFMA) e Ester Marques (UFMA), como podemos ver na imagem 46.

²⁰⁴ O 16º volume, de 2006, tem a autoria de Cásia Frade e o título: Santo de Casa faz Milagre: a devoção a Santa Perna. Foi publicado em São José dos Campos – SP, pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Centro de Estudos da Cultura Popular. 72p.: il. (Série Cadernos de Folclore – 16º volume)

²⁰⁵ FRADE, Cásia. Em fundos de quintal, ecos do universal. In: Simpósio sobre Cultura Popular e Globalização, 2001, S. José dos Campos – SP. Fundação Cultural / Prefeitura Municipal. v.1. 37-56.

²⁰⁶ Coletânea de textos apresentados no 10º Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em São Luís de 18 a 22 de Junho de 2002, coordenada por Mundicarmo Ferretti. O evento, que teve como temas centrais Folclore, turismo, tradição e modernidade, reuniu membros das Comissões Estaduais de Folclore e especialistas de diversos estados do Brasil. Foram incluídos nos Anais 42 trabalhos apresentados pelos autores convidados em conferências, mesas redondas, mini curso, textos de coordenadores de grupos de trabalho e de um número significativo de pesquisadores inscritos nos diversos GTs (grupos de trabalho). Texto do resumo da publicação, disponível em: Anais do 10º Congresso Brasileiro de Folclore. Recife: Comissão Nacional de Folclore; São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2004. 443p.

²⁰⁷ Sérgio Figueiredo Ferreti (1937/2018), graduado em História (UB/UFRJ) e Museologia (MHN/ Uni Rio), Especialização em Sociologia do Desenvolvimento (UCL Bélgica) Mestre em Ciências Sociais - Antropologia (UFRN) e Doutor em Ciências - Antropologia Social (USP). Professor Emérito da Universidade Federal do Maranhão tendo sido Coordenador da Graduação em Ciências Sociais e dos Mestrados em Políticas Públicas e em Ciências Sociais. É autor de artigos em periódicos científicos, capítulos de livros e livros. Membro de conselhos editoriais de vários periódicos científicos. Membro da Comissão Maranhense de Folclore. (Texto informado pelo autor no seu currículo lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780178A2>>. Acesso em: 15 set. 2019.

²⁰⁸ Roberto Benjamin nasceu no Recife, em 1943 e faleceu em 2013. Graduado em Jornalismo e em Direito. Atuou como livre-docente em Ciência Política. Exerceu o Ministério Público. Foi professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professor visitante da Universidade de Poitiers, França. Presidiu a Comissão Pernambucana de Folclore. Deixou numerosas publicações de artigos em revistas e periódicos científicos sobre a temática da cultura afro-brasileira. Coordenou as publicações, autor de livros. (Texto retirado do link: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/area-de-imprensa/4094-robertobenjamin>. Acesso em: 15 set. 2019.)



Imagem 46: Mesa formada com os conferencistas do 10º Congresso Brasileiro de Folclore. Fonte: <https://www.unicamp.br/folclore/Congresso/congresso.html>. Acesso em: 15 set. 2019

A conferência ministrada por Cásia Frade teve o mesmo título do texto impresso nos anais e, de acordo com o objetivo central desta tese de compreender as mudanças conceituais a partir do folclore, faremos uma síntese detalhada do conteúdo impresso. A começar pelo título e o uso da palavra “evolução”, uma vez que sua proposta é realizar uma reflexão a partir da história e das ciências sociais e ambas entendem este termo de forma crítica, por considerarem todos os preconceitos que foram construídos por meio da visão evolucionista e civilizatória. Na apresentação da programação oficial do evento foi divulgado o seguinte resumo:

Esta conferência pretende abordar a problemática que envolve a questão conceitual, através de um viés histórico. Considerando que o folclore/cultura popular não ocorre à margem da sociedade mais ampla, percebe-se que os entendimentos em torno dessa situação da cultura foram sendo construídos ao longo do tempo e resultam de um jogo de ações e reações que perpassa todos os fatos sociais.²⁰⁹

O viés histórico apontado no resumo, refere-se ao caminho escolhido pela autora para “rastrear a trajetória” do uso e do interesse pela cultura popular. Para tanto, inicia um diálogo com a historiografia, usa a produção de historiadores do final da década de 1980 e início de 90. Para traçar alguns limites sobre o tema, elabora seus argumentos a partir de Burke (1989), Le Goff (1993), Revel (1989), Bakhtin (1987), Darnton (1988), Ginzburg (1987) e Chartier (1990). Tais discussões são associadas com a história da fundação das primeiras organizações

²⁰⁹ Material disponibilizado em: <<https://www.unicamp.br/folclore/Congresso/congresso.html>> Acesso em: 01 set. 2019.

de estudos de folclore, desde a criação do termo *Folk-lore*, até sua organização na Europa e Estados Unidos.

Em seguida, entra no histórico de como esse movimento chegou ao Brasil em meados do século XIX, cita os nomes de Celso de Magalhães²¹⁰ (1849/1879), Silvio Romero (1851/1914) e João Ribeiro²¹¹ (1860/1934) e destaca: “A curta vida de Celso Magalhães legou a Silvio Romero o papel de fundador dos estudos” (FRADE, 2004, p.42). O pioneirismo dos estudos de Magalhães sobre a cultura popular brasileira no século XIX foi o assunto tratado na conferência de Bráulio do Nascimento, fala que abriu o X Congresso. Neste momento Bráulio ocupava o cargo de *Presidente de Honra da Comissão Nacional de Folclore*.

O texto segue com o percurso da institucionalização do folclore através da recomendação da UNESCO pós Segunda Guerra Mundial, toda a problemática definidora correlacionada à “Carta do Folclore Brasileiro”, de 1951, as críticas e discussões decorrentes da consolidação das ciências sociais e a “virada paradigmática dos estudos de cultura”. Chega, assim, ao VIII Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em Salvador, em 1995, e a proposta de releitura da carta de 1951 e uma atualização do seu texto por meio do reposicionamento dos estudiosos brasileiros influenciados pelas transformações elencadas acima.

Uma nova conceituação de folclore é concebida no evento de 1995 e divulgada no formato de uma nova Carta do Folclore Brasileiro. No documento, há o posicionamento, fundamentado no que prescreve a UNESCO, de que folclore e cultura popular são equivalentes. A partir daí a autora pontua alguns fatores revisados da primeira carta, como: *anonimato*, *transmissão oral*, *aceitação coletiva* e a questão da *tradicionalidade*. Toda a revisão dos fatores elencados foi realizada com base em ensaios publicados por Roberto Benjamin²¹² (1996).

Neste momento, a argumentação alcança um debate que a autora também desenvolveu, e com as mesmas referências, no artigo analisado anteriormente sobre

²¹⁰ Celso Magalhães – nascido em Viana no Maranhão, foi romancista, poeta, cronista, dramaturgo, folclorista, abolicionista e promotor de Justiça Celso Magalhães. Informações retiradas do link: <https://oimparcial.com.br/noticias/2019/08/biografia-revela-a-vida-e-obra-de-celso-magalhaes/>. Acesso em: 14 set. 2019.

²¹¹ João Ribeiro (João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes), jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, tradutor, nasceu em Laranjeiras, SE, em 24 de junho de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de abril de 1934. Membro da Academia Brasileira de Letras foi o segundo ocupante da cadeira 31, foi eleito em 8 de agosto de 1898, na sucessão de Luís Guimarães Júnior, e recebido pelo acadêmico José Veríssimo em 30 de novembro de 1898. Informações retiradas do link: <http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro/biografia>. Acessado em 14 set. 2019.

²¹² BENJAMIN, Roberto. *A fala e o gesto. Ensaios de Folkcomunicação sobre Narrativas Populares*. Recife: Imprensa Universitária. 1996.

universidade e cultura popular, quando introduziu a questão da ambiguidade dos termos povo/popular e as indagações: “O que é povo? Quem é povo?”.

A conclusão defendida é a compreensão da cultura popular: “para além dos limites estabelecidos por fatores econômicos, sociais, físicos ou biológicos. Os imperativos da cultura transcendem essas fronteiras e se instalam indiferentes a elas” (FRADE, 2004, p.49). Assim como no outro texto, Cásia usa exemplos de pesquisas que demonstram a amplitude das culturas populares, como na medicina das plantas, culinária, crenças e canções, para demonstrar a complexidade e abrangência de suas variadas manifestações.

Dessa forma, a quinta e última “estrela” marcada no Lattes de Cásia Frade está dentro de “Trabalhos Técnicos” e é uma produção em coautoria com o antropólogo Ricardo Lima. O título do trabalho é “Artesanato Fluminense: Arte Popular e Educação” e data de 2004, (Imagens 47 e 48). O material tem finalidade educativa, foi realizado pela UERJ, com patrocínio da UNESCO e apoio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN – MINC).



Imagens 47 e 48: Capa do livro e verso da caixa do baralho do material educativo Artesanato Fluminense (2004). Fonte: Acervo pessoal, 2019.

O material consiste em um pequeno livro sobre o artesanato no Estado do Rio de Janeiro direcionado para o professor e uma caixa com um jogo, um “baralho muito especial”. No texto de identificação há a apresentação dos autores como dois professores universitários ligados ao Instituto de Artes da UERJ, e é relevante, por sinalizar uma rede de instituições legitimadas neste campo de pesquisas, demarcarem a vinculação de Cásia Frade com a Comissão Nacional de Folclore, do Ibec/ Unesco e de Ricardo Lima com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

O financiamento foi concedido pelo UNESCO a partir do projeto *Identidade Brasil: cultura popular e educação*, com o interesse na: “criação de um material que difundisse na rede escolar a riqueza do Estado do Rio de Janeiro nesse campo e, ao mesmo tempo, facilitasse o trabalho do professor, fornecendo-lhe um instrumento com que pudesse lecionar arte e folclore de uma forma inovadora e prazerosa” (FRADE e LIMA, 2004).

O material relata para o professor como foi realizada a pesquisa de campo, os critérios usados para a seleção dos lugares e das informações do que consideram ser um “artesanato tradicional”, nas palavras dos autores:

parte de um saber muito específico, que se caracteriza por ser próprio de um saber muito específico, que se caracteriza por ser próprio de um lugar ou grupo, por conter significados simbólicos, por ser, enfim, uma marca cultural que destaca esse fazer da produção industrializada ou repetitiva, facilmente reproduzível (FRADE e LIMA, 2004).

Também é apresentado um: “Breve perfil do estado e composição dos pólos escolhidos” para então explicarem o jogo de baralho, seus usos e propostas de atividades. Ao final, segue uma lista com o nome dos artesãos, organizada a partir dos municípios. A frente das cartas é composta por imagens coloridas dos objetos e em algumas aparecem fotos dos artesãos e, no verso, encontramos um título referente ao tipo de artesanato: bordado, cerâmica, folia de reis, instrumento musical, linha/fio, madeira, papel machê, papel/ brinquedo, reciclagem/ brinquedo, tecelagem, tecido, traçado em fibra, trançado em palha, seguido do nome do artesão; um desenho do Estado do Rio de Janeiro com a marcação do município e um pequeno texto biográfico.

A descrição do trabalho detalhado acima vai bem ao encontro das produções de Cásia Frade que promovem diálogos entre folclore e educação e nos permite traçar paralelos com as suas primeiras publicações ainda na Divisão de Folclore. “Artesanato Fluminense” aponta para um amadurecimento do material de uma pesquisa de longa data que junta a experiência de dois pesquisadores os quais associam seus conhecimentos: a abordagem pedagógica e o conhecimento adquirido com o tempo de pesquisa sobre a realidade do interior do estado do Rio de Janeiro de Cásia, somado à experiência de trabalho de campo e discussão sobre os objetos e a cultura material de Ricardo, o que resultou em um trabalho profícuo para professores e pesquisadores.

Nesse sentido, depois de traçar um panorama geral da vida acadêmica da pesquisadora através de seu currículo Lattes, passando pelos trabalhos elegidos por ela como mais relevantes, fechamos esse tópico fazendo referência aos prêmios e títulos com os quais foi

condecorada. A listagem abaixo nos mostra um reconhecimento e inserção de Cáscia Frade também por órgãos internacionais. Optamos por apresentar os dados no formato de uma tabela para facilitar a visualização (Quadro 3).

Quadro 3: Prêmios e títulos recebidos por Cáscia Frade

| Prêmio/ título | Ano |
|--|------|
| Folclorista Emérita, UNESCO | 2007 |
| Medalha Brasileira Folclorista Emérito, Comissão Nacional de Folclore (CNF) | 2007 |
| Getúlio Campos, União Brasileira de Escritores | 2004 |
| Conselho Consultivo, Revista Teias | 2000 |
| Membro Efetivo, The International Organization ok Folk-art | 1999 |
| Vice-Presidente, Comissão Nacional de Folclore/ IBEEC/ UNESCO | 1998 |
| Conselho Consultivo, Revista Concinnitas | 1998 |
| Membro Correspondiente, Comision Internacional Permanente de Folklore | 1997 |
| Membro Honorário, Associação Argentina de Musicologia | 1991 |
| Gran Premio Iberoamericano Dr. Augusto R. Cotazar, Secretaria de Cultura de la Provincia de Buenos Aires | 1989 |
| Membro de Conselho Deliberativo, FUNARTE | 1988 |
| Mario de Andrade, Discoteca Pública Municipal de São Paulo | 1978 |

Os dados que compõem a tabela são muito variados e nos dão mais pistas de relações de reconhecimento obtidas por Cáscia Frade. Em paralelo com os prêmios, fica evidente sua atuação como membro de conselhos deliberativos, como o da FUNARTE e conselhos editoriais de revistas, como o da Revista Teias e da Revista Concinnitas, ambas da UERJ. Fica também evidente uma atuação e proximidade com organizações argentinas ao participar como *Membro Honorário, Associação Argentina de Musicologia*, e pelo *Gran Premio Iberoamericano Dr. Augusto R. Cotazar, Secretaria de Cultura de la Provincia de Buenos Aires*.

O primeiro registro de premiação, de 1978, é um prêmio vindo de São Paulo com o nome de Mário de Andrade e aponta para a condecoração de pesquisas que associam folclore e música²¹³. A vinculação da pesquisadora à UNESCO a partir de sua atuação na Comissão

²¹³ MOYA, Fernanda Nunes. A Discoteca Pública Municipal de São Paulo: um projeto modernista para a música nacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109180>>. Acesso em: 20 set. 2019.

Nacional de Folclore aparece tanto pela ocupação da posição de Vice-presidente e membro da *The International Organization of Folk-art* e da *Comision Internacional Permanente de Folklore*²¹⁴, quanto pelo reconhecimento nacional por meio da Medalha Folclorista Brasileira Emérito e do internacional pelo título de Folclorista Emérita, uma consagração de extrema notoriedade.

3.2.2- Posicionamento sobre a discussão conceitual do folclore

Por todo o material já analisado neste capítulo, podemos dizer que o percurso como professora universitária e pesquisadora de Cásia Frade é marcado por uma constante reflexão sobre a “problemática definidora”, como a própria costuma dizer, do campo do folclore e da cultura popular. O primeiro texto encontrado da autora que aborda especificamente a discussão conceitual do folclore é um livro, o volume 3 da *Coleção para entender*, que tem como título **Folclore** e a primeira edição foi publicada em 1993.

A coleção estabelece como proposta a definição dos títulos a partir de uma linguagem de fácil assimilação. A organização do sumário, dividida em quatro partes, já esclarece o conteúdo apresentado: I- Recontando trecho de sua história; II- Tentativas de definição; III- A Dinâmica do folclore; IV – Danças folclóricas uma expressão popular. A autora fala desde o inglês *William John Thoms* e os alemães *Jacob e Wilhelm Grimm*²¹⁵, até folcloristas brasileiros como João Ribeiro, Arthur Ramos e Renato Almeida, traçando discussões e contextos que já foram apresentadas neste estudo.

Duas características específicas nos chamaram a atenção na obra, e ao considerar o tema deste capítulo, a trajetória de Cásia Frade com as folias de reis, faz-se necessário apresentá-las. A obra é iniciada com uma dedicatória feita por Cásia para os *mestres-reiseiros*, aos quais se refere como “meus maiores mestres”: Geraldo Amaral²¹⁶, Geraldo Teodoro²¹⁷ e Jesus Conti²¹⁸. A relação da pesquisadora com os mestres foliões é marcada pela constante troca de conhecimentos e a valorização de seus saberes específicos. Os nomes

²¹⁴ Conselhos Internacionais de Organizações de Festivais Folclóricos e Artes Folclóricas são organizações não-governamentais internacionais parceiras oficiais da UNESCO.

²¹⁵ Nomes associados ao início dos estudos de folclore.

²¹⁶ Mestre da folia Sagrada Família da capital do Rio de Janeiro. Informação encontrada em documento do Acervo do INEPAC.

²¹⁷ Mestre da folia Estrela Dalva do Oriente da Penha da capital do Rio de Janeiro, fundada em 1955. Informação encontrada em documento do Acervo do INEPAC.

²¹⁸ Mestre da folia Anúncio de Balão de Mesquita, fundada em 1975. Informação encontrada na publicação: COUTINHO, Delzimar do Nascimento; NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. *Folias de Reis Fluminense: Peregrinos do Sagrado*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009. 128p.

citados aparecem também nas entrevistas que a pesquisadora nos concedeu no desenvolvimento desta tese e na documentação consultada no Acervo do INEPAC.

A segunda característica que destacamos no livro são as fotografias utilizadas para ilustrar a publicação, das quatro imagens presentes na publicação, três são de folias de reis, imagens 40, 50 e 51 e são identificadas pelas legendas: “Palhaço de Folia de Reis, a precoce iniciação”; “O descanso do “bumbeiro” de uma Folia de Reis”; “Palhaço de Folia de Reis, em contexto urbano”. Apenas uma fotografia é de um menino com a *Negra do Boi-Pintadinho* em que acrescenta: “convivência harmônica”. Todas as fotos pertencem ao Acervo do INEPAC. Tanto as imagens quanto os títulos remetem à narrativa construída por Cásia sobre as folias de reis, seus elementos e as formas de transmissão.

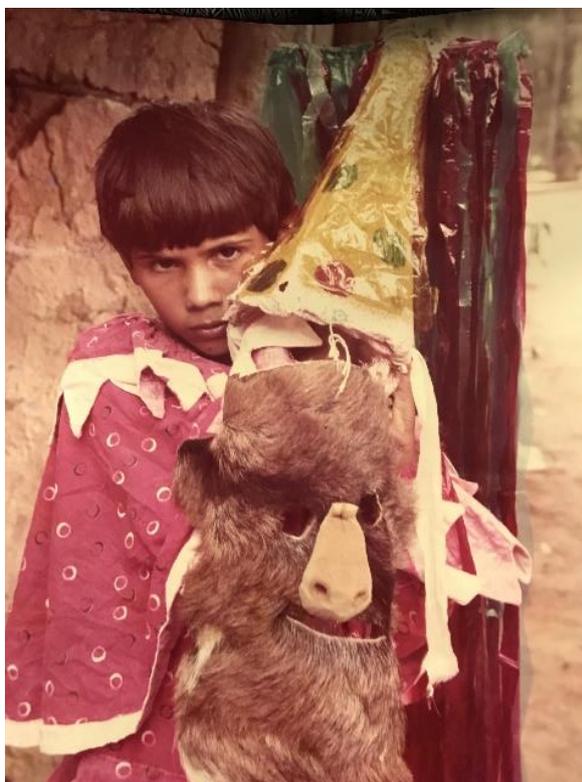


Imagem 49: Palhaço de Folia de Reis. Santo Antônio de Pádua – RJ. 1984. Informações do verso da foto. Fonte: Carlos Augusto Decúpero, 1984 (Acervo INEPAC).



Imagem 50: Folia de Reis “Três Reis do Oriente e do Divino Espírito Santo”, de Nova Iguaçu. Mestre Fidélis Leonardo. Mestre Fidélis Leonardo. Informações do verso da foto. Fonte: Acervo INEPAC.

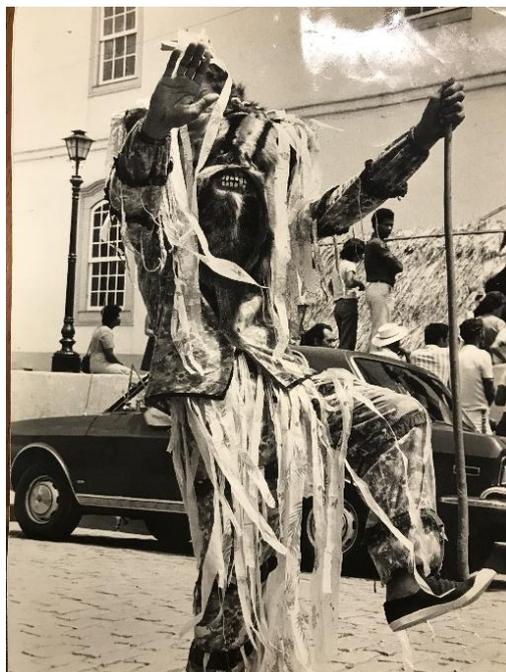


Imagem 51: II Encontro de Folia de Reis de Duas Barras – jan. 1977. Informações do verso das fotos. Fonte: Carlos Augusto Decúpero, 1977 (Acervo INEPAC).

Tendo em vista as discussões apresentadas de dois artigos²¹⁹ de Cásia Frade, nos itens anteriores deste capítulo, sobre a “problemática definidora” do folclore e da cultura popular, e da existência de pelo menos mais um²²⁰ textos em que a discussão se repete, verificamos que a autora buscou se atualizar através do diálogo com a história e com as ciências sociais: antropologia e sociologia. Tal visão atualizada também aparece em entrevista concedida à Revista Art& (2008), quando perguntada sobre a definição de cultura popular, a pesquisadora esclarece de forma bem sucinta:

Há inúmeros estudos sobre a questão, que ao final não dão conta de abrangê-lo. Gosto muito da expressão de Peter Burke que, percebendo a intensa dinâmica nele existente, (o que provoca uma precariedade nos conceitos), a caracterizou como “presa esquiva”. Creio que o aspecto essencial dessa situação da cultura é a tradicionalidade, algo que possui um lastro histórico, em permanente movimento de atualização. Lembro Câmara Cascudo, quando inquirido sobre isso: “Cultura popular, a contemporaneidade do milênio.”²²¹

A abrangência e a dinâmica da cultura popular são fatores considerados por Cásia que a levam a entendê-la de forma complexa, como algo de difícil conceituação e delimitação. A forma como trabalha com a ideia de *tradicionalidade* associada à história e a consideração das constantes transformações das culturas, faz com que entenda a cultura popular como elemento essencial de desenvolvimento e resistência de grupos da sociedade contemporânea.

Da mesma forma que aborda a cultura popular, também contextualiza e aproxima o uso do termo folclore ao relacionar sua descaracterização e seu desuso, quando identifica uma perda no seu “sentido mais profundo” ao tornar-se sinônimo de: “bobagem”, “brincadeira”, “ignorância”, “exotismo”, “saber infundado” (FRADE, 2008). Dentro deste contexto de discussões entre o folclore e a cultura popular, Cásia sempre recorre e relembra o Congresso de 1995, realizado em Salvador, quando estudiosos do campo da cultura brasileira revisaram a Carta do Folclore de 1951 e acordaram que os termos devem ser entendidos como equivalentes. Entretanto, ao defender essa equivalência, não deixa de continuar problematizando o campo pela sua complexidade.

²¹⁹ FRADE, Cásia. Universidade e Cultura Popular. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 7-15, 2006 / FRADE, Cásia. Evolução do Conceito de Folclore e Cultura Popular. In: Anais do 10º Congresso Brasileiro de Folclore. Recife: Comissão Nacional de Folclore; São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2004. 443p.

²²⁰ Texto de três páginas: FOLCLORE/CULTURA POPULAR: Aspectos de sua História, de Cásia Frade, disponibilizado pelo link: https://www.unicamp.br/folclore/Material/extra_aspectos.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

²²¹ Entrevista com Cásia Frade. Revista Digital Art& - Ano VI - Número 09 - Abril de 2008.

Com isso, podemos dizer que a pesquisadora compreende o uso dos termos folclore e cultura popular a partir de uma perspectiva crítica e problematizada. Cáscia Frade buscou, ao longo da sua trajetória, incorporar discussões e fundamentar seus posicionamentos por meio de sintonia com as produções da História e da Antropologia.

Apresenta um posicionamento final em defesa do reconhecimento de que a temática é a mesma, de que antropólogos pesquisam hoje o que os folcloristas pesquisavam no passado, o que difere são as metodologias, as formas de abordagem e análise, ela diz: “é a mesma coisa, então eu acho que... eu, particularmente, não vejo diferença nenhuma, eu continuei fazendo o que fazia antes, antes de fazer antropologia, claro que agora com uma visão mais ampliada...”²²²

É exatamente essa visão mais ampliada que marca seu diferencial como folclorista que se aproximou da antropologia e se transformou, acompanhou a dinâmica e transitou por campos de estudos diversos com o intuito de atingir seu principal questionamento sobre as bases científicas e o *saber do viver*.

Só que no fundo, sabe, Luana, a vida acadêmica, ela facciona as coisas, é igualzinho. Eu costumo comparar com esses ortopedistas modernos, né? O médico ortopedista do joelho, só analisa o joelho, o ortopedista do ombro, só de ombro, ortopedista da coluna, só de coluna... e aí, como é que é isso? Esse negócio funciona sozinho? O joelho sai sozinho, andando sozinho, resolve sozinho? Cadê aquela coisa que faz o sentido, dá o conjunto? Você vê, eu resolvi fazer o doutorado, não quis voltar pra antropologia, eu amo antropologia, não quis porque eu estava trabalhando na faculdade de educação, até a gente criar o Instituto de Artes, foi quando eu estava lá também que a gente criou essa encrenca. Mas até então era um Departamento de Ensino da Arte da Faculdade de Educação. Então, eu resolvi fazer meu doutorado em educação, qual foi meu tema? Folia de Reis. Como é que se ensina, como é que se organiza o conhecimento, como é que é o saber fora da escola, como é que se organiza essa transmissão do saber com outros métodos que não são aqueles outros que a instituição manda? Dentro da educação, cruzou cultura popular, antropologia e educação. Então, entendeu? Acho que fica essa discussão assim... eu não vejo, acho que as pessoas que colocam barreira, a ciência não tem barreira.²²³

A partir de um exemplo questionador da especialização cada vez mais específica dos médicos, Cáscia fala dessa tendência também no mundo acadêmico e de como buscou, de forma consciente, realizar uma formação que unisse seus principais campos de atuação e interesse. Diz que quando resolveu fazer seu doutorado, mesmo amando a antropologia, preferiu ir para a Educação, já que esteve vinculada a este campo de ensino através da Arte.

²²² Trecho de entrevista realizada com Cáscia Frade em 16 de julho de 2019.

²²³ Trecho de entrevista realizada com Cáscia Frade em 16 de julho de 2019.

Deixa claro que seu objeto de estudos foi a folia de reis e que através dele conseguiu fazer a discussão que pensa ser essencial na relação entre o folclore, a cultura popular, a antropologia e as práticas educativas.

Dessa forma, o posicionamento da pesquisadora em relação à “problemática definidora” do folclore e da cultura popular é um posicionamento que entende os conceitos na sua perspectiva histórica. A transformação desses campos e a maneira como Cásia Frade acompanhou essas mudanças, fez com que estivesse presente e se consagrasse no meio acadêmico como uma profissional de referência. Assim, sua carreira é concluída com a supervisão da pesquisa realizada para o Inventário Nacional de Referências Culturais das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro e com isso a associação da discussão do patrimônio imaterial.

3.3 INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DAS FOLIAS DE REIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O PATRIMÔNIO IMATERIAL E CÁSCIA FRADE

Para situar a já mencionada e defendida relação entre os estudos folclóricos, a cultura popular e o patrimônio imaterial, é relevante localizar a trajetória da institucionalização do patrimônio imaterial no Brasil. O decreto número 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, possibilitando a esses bens passarem a constituir de forma oficial o Patrimônio Cultural Brasileiro.

A ampliação dos processos de patrimonialização estabelecida pelo decreto 3551/00, trouxe novas veredas para o campo do patrimônio ao associá-lo ao universo da cultura popular. É na aproximação das práticas tradicionais da cultura popular que se estabelece a relação do patrimônio imaterial com o movimento folclórico e seus estudos, uma vez que os objetos de pesquisa dos folcloristas e sua produção passam a representar um importante acervo de fontes para a realização dos inventários e registros do patrimônio imaterial.

O sucinto panorama traçado, nos mostra que a nova legislação e proposta do patrimônio imaterial estabelecem, para o instituto correspondente, novos desafios e a necessidade de reformulação dos seus instrumentos e práticas. Arantes²²⁴, ao apresentar a ampliação que representa a inclusão das práticas culturais nos processos oficiais de

²²⁴ ARANTES, Antonio Augusto. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.32, p.5-11, 2005.

patrimonialização, ressalta que seria preciso enfrentar um peso inercial de quase 70 anos no IPHAN, uma vez que a prática do tombamento e a visão do patrimônio como “pedra e cal” são concepções que precisam ser entendidas e compreendidas historicamente.

Por essa perspectiva, Antônio Gilberto Nogueira²²⁵ (2014) ao tratar a relação do campo do patrimônio cultural com a história através de seus conceitos e práticas de preservação, destaca o desafio da compreensão dos usos sociais do passado. Para o desenvolvimento de sua argumentação, o autor lança uma questão central: “como podemos avaliar o lugar da história e do historiador na complexidade que se reveste o campo do patrimônio cultural na contemporaneidade?” (NOGUEIRA, 2014, p.48). A resposta desenvolvida parte de uma constatação fundamental para o entendimento da correspondência entre história e patrimônio cultural, nas suas palavras:

A presença da história no campo do patrimônio desde sempre se fez presente independente do postulado ao qual tem sido concebida em relação a outras disciplinas. Seja como norteadora dos procedimentos metodológicos de investigação para a produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural, seja como narrativa de atribuição de valor de patrimônio a subsidiar a sua gestão e a uma escrita do patrimônio, a história tem sido requisitada de formas distintas (NOGUEIRA, 2014, p. 48).

Pelo *itinerário* apontado por Nogueira, a presença da história na discussão patrimonial é constante e está ancorada no seu papel fundamental de contextualizar os debates e os processos de transformação. Com isso, Márcia Chuva²²⁶ (2011) alerta para a questão da relevância de se esclarecer que a divisão do conjunto de bens culturais como patrimônios materiais e imateriais está relacionada com uma memória histórica formalizada no processo de institucionalização oficial do patrimônio cultural no Brasil:

A divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade. Além disso, essa divisão artificial implica uma política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos. (CHUVA, 2011, p.162)

Desnaturalizar e problematizar a institucionalização do patrimônio é entender o quanto é fundamental encarar a discussão de uma proposta integradora dos universos de bens

²²⁵ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antiteses*, v.7, n.14, p.45-67, jul. – dez. 2014.

²²⁶ CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34. Brasília: IPHAN, 2011.

culturais. Nesse sentido, é importante buscar romper com estigmas e construir políticas públicas mais eficazes e mais comprometidas com a perspectiva histórica.

Assim, pelos caminhos apontados pelo folclore, pelo patrimônio cultural e pelas discussões e problematizações provenientes desses campos, verificamos que seus percursos foram distintos, mas que se encontraram com a ampliação da noção de patrimônio e a oficialização do patrimônio imaterial. A trajetória intelectual de Cásia Frade ilustra e corrobora tal constatação, ao ter iniciado suas pesquisas como uma folclorista ligada ao movimento folclórico e ao concluir sua atuação profissional com a supervisão da pesquisa do INRC²²⁷ das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro.

O INRC foi desenvolvido através de um convênio, um termo de cooperação técnica, entre a UERJ, através do Decult e o IPHAN do Rio de Janeiro, no período entre 2010 e 2016. A proposta de trabalhar com o patrimônio imaterial chegou até Cásia Frade e a pesquisadora se animou com a ideia de produzir um inventário:

Aí contato com o IPHAN, aliás foi o IPHAN que nos procurou. A Mônica Costa, agora é superintendente, procurou dizendo que queria fazer inventário e eu fiquei animadíssima. Aí fizemos, né, com a equipe de lá, pessoas, e alunos também, ninguém gastou um tostão, sabia? ..., alunos e bolsistas, é... arranjamos bolsas lá pros meninos, foi isso. E fizemos inventário, agora preciso saber como é que tá isso. Negócio empacado, né? Nossa, ficaram todos animadíssimos e o negócio ficou super bonito...²²⁸

O relato transcrito acima deixa claro que foi o IPHAN que procurou a UERJ e essa busca de parceria com as universidades coloca em foco algumas questões importantes relacionadas ao que propõe o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)²²⁹.

Instituído no âmbito do Ministério da Cultura, no “Artigo 8º” do Decreto 3.551/00, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial representa uma proposta de política específica.

²²⁷ O INRC foi lançado pelo IPHAN como uma metodologia específica para o patrimônio imaterial. Trata-se de um instrumento de pesquisa, documentação, mobilização social e gestão política para a área. Sua metodologia de inventário foi concebida com base nas ciências sociais, história e geografia, de modo a possibilitar uma base de dados públicas que dê suporte para as políticas. São coletados dados, produzidos conhecimentos e diagnósticos sobre os contextos sociais, a partir da relação direta e colaboração das comunidades, grupos e segmentos envolvidos com os processos de produção cultural em questão. Entretanto, é importante destacar que a metodologia do IPHAN para o inventário não é obrigatória, é optativa. Para instrução técnica dos processos de registro se pode adotar qualquer metodologia de caráter antropológico, etnográfico ou de história cultural, de caráter multidisciplinar, que possibilite a apreensão e documentação do bem cultural em toda sua complexidade. (SANT’ANNA, Márcia. “A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização”. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.)

²²⁸ Trecho de entrevista realizada com Cásia Frade em 16 de julho de 2019.

²²⁹ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>> Acesso em: 20 set. 2019

De acordo com o texto a lei visa: “à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio”. Enquanto o decreto representa o instrumento legal, e tem um texto objetivo composto por determinações práticas, o PNPI representa a política e possui um texto mais conceitual, detalhado e explicativo.

O documento elenca uma relação de possíveis instituições parceiras: “dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à *cultura*, à *pesquisa* e ao *financiamento*”. Ao estabelecer essa relação de possíveis instituições para parcerias, é mais uma vez evidenciado o desafio de abranger nessa política além da esfera federal, também a estadual e a municipal. Ao elencarem as universidades como possíveis parceiras, é priorizado o objetivo da pesquisa, da produção de conhecimentos e da criação de uma base de informações para a elaboração do inventário, do registro e das posteriores ações de salvaguarda.

Dessa forma, o convênio entre IPHAN e UERJ, na proposta relativa às Folias de Reis fluminenses, esteve associado ao fator da legitimidade da instituição e também pela atuação do Decult e a presença de Ricardo Lima e Cáscia Frade no setor. Mônica Costa, então Superintendente do IPHAN – RJ e responsável pelo INRC em questão, nos informou, em consulta via correio eletrônico, que buscaram a parceria com a UERJ por alguns motivos: pela proposta de trabalhar com uma universidade num acordo de cooperação técnica, de ser estadual, também por ter um Departamento de Cultura atuante, na época com pessoas comprometidas com nossas referências culturais e, por fim, pela facilidade de contato com o reitor²³⁰.

Além dos motivos elencados, fica evidente, no trecho da entrevista citada de Cáscia Frade, que o trabalho foi desenvolvido com o auxílio de alunos da universidade, pesquisadores bolsistas e que o recurso para as bolsas foi concedido através da UERJ. Tal informação foi ratificada por Ricardo Lima, diretor do Decult e o representante da UERJ responsável pelo INRC.

Foi quando me chamaram: Ricardo, tem como você assumir isso com o Departamento Cultural? Eu falei: olha, eu não vejo problema nenhum, a começar que tenho Cáscia, que é uma das grandes especialistas em folias de

²³⁰ Ricardo Vieiralves de Castro foi reitor da UERJ no período de 2008 a 2015. Psicólogo e fundador do Laboratório de Estudos Contemporâneos da UERJ (Labore). Foi sub-reitor de Extensão e Cultura (1992 a 1995) e de Graduação (1996 a 1998). Em 2002 ocupou o cargo de sub-secretário de Estado de Ciência e Tecnologia e entre 2003 e 2007 dirigiu o Museu da República. Recebeu o Prêmio Moral, Direito e Modernidade da Ordem dos Advogados do Brasil em 1988. (Texto retirado do link: <http://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/memoria/galeria-de-reitores/>. Acessado em 18 de setembro de 2019.

reis do estado dentro do meu Departamento, vou conversar com ela e a gente vê a possibilidade. E assim que a coisa aconteceu, quer dizer a universidade nos garantiu um mínimo, que era um contrato de 3 bolsas de estudantes para fazer as pesquisas e etc. E a gente então pôde assumir o compromisso de tocar o inventário.²³¹

Dessa forma, as falas de Cáscia e Ricardo assinalam para o interesse do IPHAN no desenvolvimento da pesquisa pela universidade por meio da possibilidade de contar com uma equipe supervisionada por pesquisadores especialistas auxiliados por pesquisadores iniciantes remunerados por bolsas da universidade. Ricardo faz questão de salientar a presença de Cáscia no seu Departamento e de sua experiência com o tema das folias de reis. O antropólogo pontua a trajetória de Cáscia com as folias como um diferencial para o contato e envolvimento dos grupos na pesquisa do INRC, acrescenta o pesquisador:

Primeiro, porque a Cáscia tem uma relação muito consolidada com essa rede de folias pelo estado todo. Eu ficava impressionado com a quantidade de lugares que você chega e as pessoas: Dona Cáscia... mestres de folia que ela havia conhecido com 4 ou 5 anos brincando junto aos pais nas folias e hoje são os mestres.²³²

O conhecimento de Cáscia sobre a realidade dos grupos de folia de reis é algo destacado por pesquisadores do tema desde a década de 1990. Regina Abreu e Marluce Magno²³³, em artigo sobre o INRC das Folias de Reis e os desafios de se patrimonializar um bem cultural de caráter religioso, apresentam Cáscia Frade como uma antropóloga que: “acumula ampla vivência, tanto acadêmica quanto na condição de agente do poder público, no trato com as culturas populares no território fluminense” (ABREU e MAGNO, 2017, p.20). Para reforçar essa ideia, as autoras usam a referência de uma dissertação de mestrado²³⁴ em Antropologia, defendida no Museu Nacional da UFRJ, em 1992, que realizou entrevista com Cáscia Frade em 1987 e destacou a relação da pesquisadora com os foliões de reis:

No caso do Rio de Janeiro, podemos dizer que nos anos 80 [1980] D. Cáscia representava para os foliões, quase que a recuperação da cidadania dos grupos. Toda a atuação direta do governo estadual com relação às Folias, através da Divisão de Folclore, era depositada na sua dirigente, Cáscia

²³¹ Trecho de entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.

²³² Trecho de entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.

²³³ ABREU, Regina; MAGNO, Marluce. Desafios na patrimonialização de bens imateriais de caráter religioso: o caso das Folias de Reis Fluminenses. IN: DOSSIÊ RELIGIÃO E PATRIMÔNIO. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 37(3): 18-45, 2017.

²³⁴ MONTE-MÓR, Patrícia. Hoje é o dia do Santo Reis. Um estudo de cultura popular no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Antropologia). Museu Nacional/UFRJ. 1992.

Frade, e seus funcionários, numa relação de caráter pessoal, estendendo assim para o nível das instituições as formas tradicionais de relacionamento dos foliões, através do parentesco, compadrio, amizade (Monte-Mór, 1992, p.115-116 apud ABREU e MAGNO, 2017, p.20).

Assim, o envolvimento de Cásia com os foliões é sublinhado pela pesquisadora Patrícia Monte-Mór através de uma associação com “a recuperação da cidadania dos grupos”, algo que veio a se concretizar de forma oficial através da conquista de lei 1989/92. A atuação de Cásia Frade como diretora da Divisão de Folclore no INEPAC ficou também marcada, por um diálogo no âmbito institucional pautado pelo respeito às formas tradicionais de relacionamento com agentes praticantes de manifestações culturais populares, neste caso, os foliões de reis. *Parentesco*, *compadrio* e *amizade* são elementos significativos nos depoimentos de Cásia quando recorda situações compartilhadas e casos exemplares de resistência e luta junto aos grupos populares, é com respeito e afeto que fala de mestres foliões e tudo o que aprendeu neste contato.

O INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro foi concluído e entregue pelos pesquisadores da UERJ para a superintendência do IPHAN em cerimônia realizada no auditório do IPHAN do Rio de Janeiro, em 10 de junho de 2016. A entrega do relatório final do INRC e do encaminhamento do pedido de registro da manifestação cultural como Patrimônio Imaterial Brasileiro foi noticiado em reportagens dos portais oficiais da UERJ²³⁵ e do IPHAN, como podemos ver adiante nas imagens 52 e 53.



Imagem 52: Reportagem publicada no site oficial da UERJ em junho de 2016.

²³⁵ Além da reportagem impressa, também houve uma cobertura audiovisual que está disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=T3fUwRq8rIQ>> Acesso em: 18 set. 2019.



Imagem 53: Notícia publicada no site oficial do IPHAN em 09 de junho de 2016. Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3633>>. Acesso em: 18 set. 2019.

Depois da entrega do inventário para o IPHAN e da formalização do pedido de registro, o processo seguiu para Brasília. Nas palavras de Mônica Costa, em entrevista dada para a TV UERJ, no Programa UERJ em Pauta, gravado no dia da cerimônia de entrega:

Agora a tramitação: a gente encaminha para a Presidência do IPHAN, tem uma câmara técnica que é parte de alguns conselheiros do Conselho Consultivo do IPHAN para uma aprovação e para o encaminhamento do trabalho de um relator escolhido para o desenvolvimento e aí tem uma outra pesquisa dentro do Conselho Consultivo para então ter uma aprovação dentro da reunião do Conselho. Aí a gente vai começar a trabalhar com essas comunidades, ter grupos de trabalhos, comitê gestor, para poder ser um trabalho do coletivo.²³⁶

Como podemos acompanhar pelo depoimento da Superintendente, só depois de toda essa tramitação o registro é efetivado pelo IPHAN e há o início do trabalho de difusão e salvaguarda da manifestação cultural em questão.

Com isso, temos a evidência de que o INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro foi concluído, entregue e encaminhado em junho de 2016, no entanto, estamos em setembro de 2019 e o processo de registro ainda não foi concretizado. No portal oficial do instituto, o inventário consta entre os *Projetos Realizados de Identificação de Bens Culturais*

²³⁶ Trecho da reportagem feita pela TV UERJ referente a entrevista feita com a Superintendente do IPHAN Mônica Costa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T3fUwRq8rIQ>>. Acesso em: 18 set. 2019.

Imateriais. A partir dessa situação, nenhum texto da pesquisa do inventário foi divulgado de forma oficial pelo IPHAN e para análise deste estudo, apresentaremos os dados de uma cópia do Relatório Final da UERJ, conseguida através do pesquisador Ricardo Lima.

Também encontramos um artigo de 2017, na Revista **Interagir: pensando a extensão**, uma organização da UERJ. O texto “Entre rotinas e ritos, trabalho e festa: inventário das Folias de Reis fluminenses para seu registro como patrimônio cultural brasileiro”²³⁷, publicado na seção *Relatos de Experiência* e assinado por Ricardo Lima e por um estagiário de extensão da UERJ que participou da pesquisa, Thiago Silvestre. O conteúdo é muito semelhante ao do referido relatório, apenas tem mais imagens e alguns dados organizados em tabelas e mapas. É a partir do conteúdo desses dois materiais que traçaremos uma síntese sobre a pesquisa supervisionada por Cáscia Frade para o INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro.

Ao pensar em um inventário das folias de reis do estado do Rio de Janeiro, sabendo da expressiva presença da manifestação cultural em praticamente todos os municípios fluminenses, uma primeira questão surge: como selecionar os grupos que participarão da pesquisa? O critério adotado para essa seleção é informado na introdução do relatório. O recorte foi orientado através dos municípios que fazem parte do Plano de Ação das Cidades Históricas (PAC)²³⁸, uma vez que o Rio de Janeiro tem 92 municípios e o inventário não tem um caráter exaustivo, é uma amostra representativa do bem cultural a ser estudado. Participam do PAC do estado do Rio de Janeiro 15 municípios: Angra dos Reis, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Duas Barras, Itaboraí, Mangaratiba, Paraty, Petrópolis, Quatis, Quissamã, Rio Claro, Rio de Janeiro, Santa Maria Madalena, São Pedro da Aldeia e Vassouras.

A problematização do critério de seleção das localidades estudadas na pesquisa para o INRC também é ressaltada por Abreu e Magno (2017) que assinalam que o critério de seleção das cidades através do PAC foi definido pelo IPHAN e acatado pela UERJ. As autoras relatam, em seu texto, que durante evento realizado pelo IPHAN em parceria com o INEPAC, Decult e CNFCP como atividade do processo de produção do inventário, a seleção dos quinze municípios foi questionada pelos *detentores* presentes que na ocasião expuseram suas demandas e reivindicações. Ao final, ficou acordado que: “o eventual *Registro* deveria se estender a todos os municípios do estado” (ABREU e MAGNO, 2017, p.21).

²³⁷ LIMA, Ricardo Gomes; SILVA, Thiago Silvestre. Entre rotinas e ritos, trabalho e festa: inventário das Folias de Reis fluminenses para seu registro como patrimônio cultural brasileiro. *Interagir: pensando a extensão*, n.24, p.87-98, 2017.

²³⁸ Programa do IPHAN que tem por objetivo a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, com a participação direta dos municípios.

A equipe técnica foi formada por uma responsável do IPHAN, Mônica Costa, e um responsável da UERJ, Ricardo Lima. A supervisão da pesquisa, como já mencionado, foi de Cáscia Frade, pela UERJ. Uma equipe de apoio técnico com uma funcionária da UERJ e dois do IPHAN, além de 11 estudantes de graduação: 9 bolsistas e 2 voluntárias. Houve também a colaboração de informantes pertencentes a órgãos de cultura de municípios fluminenses.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em reuniões técnicas para a capacitação da equipe quanto aos formulários que deveriam ser preenchidos para o INRC. Em seguida, a equipe de alunos bolsistas realizou pesquisas em acervos bibliográficos e audiovisuais para o preenchimento de fichas específicas do inventário, foram visitadas as seguintes instituições: Bibliotecas universitárias (Universidade Cândido Mendes, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO e PUC), Biblioteca Nacional, Biblioteca do Museu de História e Artes do Rio de Janeiro (Museu do Ingá), Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/DPI/IPHAN), INEPAC (Secretaria de Cultura/ RJ), sites de banco de teses.

O relatório informa que: “Foram levantados 195 registros entre livros, publicações seriadas, textos inéditos, relatórios técnicos e manuscritos e 871 registros entre fotografias, audiovisuais, DVDs, fitas cassetes, gravações em vinil e outros.” Todos esses dados foram analisados pela equipe técnica e a partir desses resultados, teve início a segunda fase da pesquisa de contato com as localidades para identificação dos grupo de folia de reis.

Foram realizadas visitas aos municípios para coleta de *informações etnográficas*: “significado, objetos simbólicos, organização de grupo e do ritual, modos de fazer e sua transmissão, instrumentos de trabalho e mobilização de recursos financeiros para manutenção da expressão, dentre outros.”²³⁹ Depois de identificados os grupos de folias de reis por município, foi definido em reunião entre as equipes do IPHAN e da UERJ que seria escolhido um grupo de cada município para “objeto de entrevista etnográfica mais detalhada”.

A participação e atuação dos alunos bolsistas é algo sublinhado no relatório que ressalta a experiência da pesquisa de campo como um elemento formador: para aperfeiçoar a “observação participante” do estudante e também ampliar sua compreensão sobre os debates em torno do patrimônio cultural no Brasil. Em seguida são apresentados **Dados significativos**, oito itens que apresentam particularidades encontradas nos municípios, como por exemplo: “6- Em Duas Barras, a Folia de Reis Nossa Senhora de Nazaré, o personagem

²³⁹ Trecho extraído da página 7 do Relatório Final do INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2016.

Palhaço é desempenhado por uma mulher; 7- Em Petrópolis o mestre da Folia de Reis Três Reis Magos do Oriente é também líder umbandista.”

Os exemplos destacados nos mostram a preocupação dos pesquisadores de pontuar características que levantam dados para discussões que vão embasar o que é exposto no item seguinte do texto, **Especificidades**. Essa parte é a que indica o que as folias de reis do Estado do Rio de Janeiro configuram de diferencial, o que as distingue das demais existentes em outras regiões do Brasil e as identifica dentro de um contexto maior e que será considerado para a avaliação e aprovação do pedido de registro como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

São cinco as especificidades demarcadas pelo relatório, a saber: a devoção a São Sebastião e, em alguns casos, à Nossa Senhora das Candeias, que altera o encerramento do ciclo, ao invés de 6 de janeiro, Dia dos Santos Reis, como ocorre em outros estados, se encerra em 20 de janeiro ou em 2 de fevereiro, a mudança do santo de devoção, leva a uma mudança nos textos cantados, depois do dia 6 de janeiro, cantam de acordo com os santos homenageados, que também têm sua imagem colocada nas bandeiras dos grupos; o conjunto de instrumentos utilizados apresenta o acréscimo de instrumentos de percussão e de toques rítmicos, que principalmente entre os grupos localizados na região do Grande Rio, aproxima-se com o das escolas de samba; a performance dos Palhaços que dentre as declamações de poemas memorizados, destacam-se textos publicados em folhetos de cordel, advindos de feiras de produtos nordestinos ou escritos pelo próprio palhaço; a presença do sincretismo religioso com religiões de matrizes africanas como a umbanda e o candomblé, principalmente na região metropolitana e na Baixada Fluminense.

Por esse viés, é relevante citar a publicação *Folias de Reis Fluminenses: Peregrinos do Sagrado*, realizada pelo INEPAC, em 2009. Nessa data, a Divisão de Folclore ainda não tinha passado a Departamento de Patrimônio Imaterial e Delzimar Coutinho ainda estava à frente dos trabalhos. Além de uma descrição com histórico, função, jornada, participantes, bandeira, indumentária, chula, instrumentos, festa de remate ou arremate, e profecias, a publicação dá ênfase ao registro do Encontro de Folias de Reis da Região Metropolitana realizado em 2008 nos Arcos da Lapa. Todos os itens são apresentados por textos que destacam elementos específicos das folias de reis do Rio de Janeiro, alguns pontos, como: o período da jornada, a atuação do palhaço e o sincretismo religioso, coincidem com os elencados pelo Relatório Final do INRC da UERJ.

É um livro composto por muitas fotografias em impressão colorida de alta qualidade, semelhante aos dossiês publicados pelo IPHAN. Ao final, na última página, consta uma nota:

Este trabalho foi baseado em pesquisas e textos desenvolvidos pela Divisão de Folclore desde sua criação em 1975, com a colaboração de Alvarina Jannoti Nogueira, Amélia Zaluar, Ana Maria de Souza Chaves, Ana Rita Paixão, Carlos Djalma de Assis, Cásia Frade, Edir Evangelista Gandra, Magaly Neiva Seixas, Marilza Simão Riça, ex-integrantes da equipe que deixaram relevante contribuição para o registro desta importantíssima manifestação do patrimônio imaterial fluminense (COUTINHO e NOGUEIRA, 2009, p.128).

A referência ao trabalho da equipe inicial da Divisão de Folclore e o fechamento com a indicação do registro da folia de reis como “importantíssima manifestação do patrimônio imaterial fluminense”, sinalizam para a presença das discussões do patrimônio imaterial no setor que foi criado a partir das concepções do folclore.

O uso do termo registro na nota é emblemático também, pois mesmo com todo o percurso do INEPAC com a pesquisa sobre as manifestações culturais populares do estado do Rio de Janeiro, o órgão não possui nenhum registro de bem cultural dessa natureza. Tal informação foi assunto tratado em audiência pública da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), no dia 16 de setembro de 2019, no Palácio Tiradentes (Imagem 54).²⁴⁰



Imagem 54: Reportagem sobre o INEPAC e o registro do patrimônio imaterial. Fonte: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/46948>> Acesso em: 16 set. 2019

²⁴⁰ Reportagem completa pode ser acessada através do link: <http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/46948> Acesso em: 16 set. 2019

O não registro pelo INEPAC fortalece a importância do reconhecimento pelo IPHAN. Voltamos assim, ao relatório final da UERJ, o qual apresenta ainda os *Produtos* da pesquisa: seminários, mesas redondas e eventos derivados da atividade. São relatados oito itens entre seminários específicos realizados de divulgação do projeto, participação em eventos da UERJ, lançamento de documentário sobre o tema, palestras em municípios que participaram da pesquisa. Um produto apresentado em item específico são as exposições que foram realizadas. O contato com os grupos através do trabalho de campo, levou o Decult a colecionar objetos referentes ao universo das folias de reis: “bandeira de folia de reis, fardas, máscaras de palhaço, fotografias”.

Com esse material foi elaborada a exposição *Máscaras*, inaugurada na Galeria Candido Portinari, na UERJ – Maracanã, em 2011. Em seguida a exposição realizou itinerância, o documento registra a realização de nove montagens entre 2011 e 2015 por municípios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Além de três montagens internacionais, na Itália, em 2013: “No decorrer da realização do INRC, surgiu a oportunidade de uma itinerância internacional da exposição *Máscara: uma tradição brasileira*, que foi então apresentada nas cidades de Piano Sorrento, Nápoles e Roma, na Itália.”²⁴¹

A referida coleção que compreende o material utilizado nas exposições, compõe o Acervo coletado, o relatório explica os objetos através de uma tabela com a listagem das peças que informa sobre o que é cada objeto, sua dimensão, o nome do autor, procedência e uma foto. São registradas 27 máscaras de palhaço, 1 bandeira, 5 capacetes e 4 fardas, um total de 37 objetos que pertencem ao Decult da UERJ. O relatório é finalizado com um Clipping com seis referências acompanhadas de imagens com as divulgações das ações relacionadas à produção do INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro por diferentes veículos de comunicação.

O INRC é uma metodologia que compreende a publicação de um dossiê composto por um texto redigido com base em documentos e uma narrativa de documentação audiovisual. Na cerimônia de entrega do inventário e formalização do pedido de registro, Cásia falou sobre o trabalho e sua visão das possibilidades decorrentes da patrimonialização:

Fizemos um DVD mostrando alguns grupos, ênfase num dos grupos, neste caso a Mangueira, o morro da Mangueira, porque o Rio de Janeiro constava nesse grupo de municípios e então fechamos o projeto. Esta identificação

²⁴¹ Trecho extraído da página 16 do Relatório Final do INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2016.

(como patrimônio) abre algumas possibilidades até de ordem prática para os grupos, questão de apresentação, questão de ter uma ajuda de custo, porque ninguém tem apoio de nada, né? O mestre do grupo tem que administrar absolutamente tudo, então ele teria condições, uma dotação do estado ou da federação para ajudar na manutenção do grupo, na realização de seus eventos, e um status.²⁴²

Cáscia Frade relata a produção de um trabalho audiovisual com os grupos pesquisados e a ênfase da pesquisa com o Grupo de Folia Sagrada Família da Mangueira, do mestre Hevalcyr Ferreira da Silva, que inclusive participou da referida cerimônia, como podemos ver na imagem 55. Em sua fala, a pesquisadora coloca suas expectativas sobre novas possibilidades que seriam abertas a partir do registro como Patrimônio Cultural Brasileiro. Além de frisar a total falta de apoio como marca da realidade dos grupos que são *administrados* pelos mestres, ela fala de uma mudança de *status*, o que remete ao reconhecimento e legitimidade.



Imagem 55: Grupo de Folia Sagrada Família da Mangueira. De óculos e com um violão no centro da foto, o mestre Hevalcyr Ferreira da Silva. Cáscia Frade é a segunda da esquerda para direita. Agachados junto aos palhaços estão Mônica Costa e Ricardo Lima. Fonte: UERJ em Dia, 03 de outubro de 2016.

Com isso, em entrevista com Cáscia Frade, perguntamos sobre sua visão do patrimônio imaterial e ela apresenta uma associação com o folclore e a cultura popular:

²⁴² Trecho da reportagem feita pela TV UERJ referente a entrevista feita com a Superintendente do IPHAN Mônica Costa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T3fUwRq8rIQ>>. Acesso em: 18 set. 2019.

Eu acho que é uma tentativa de inovação aí, mas de repente... É aquele negócio, eu acho que é assim, a linguagem, os termos, costumam ter um desgaste. Você veja a palavra folclore, virou uma coisa negativa, é a coisa boba, uma inverdade, coisa de gente ignorante, etc. Então, o termo caiu. Aí houve um Congresso em Salvador, 1995, e a palavra folclore pode ser substituída com o mesmo sentido por cultura popular. E aí já ficou diferente, já não é mais coisa de ignorante... é a mesma coisa, mas...Aí, acho que cultura popular também passou a ficar uma coisa meio difusa, porque mistura também com a cultura de massa, essa coisa de indefinição de área da academia. Então, eu acho que essa história de chamar de patrimônio imaterial deu uma arrumada no sentido do termo. Dizer sobre aquilo lá que era folclore, cultura popular e agora uma cultura imaterial, eu acho que deu uma valorizada entre os acadêmicos, que deu uma arrumada.²⁴³

Com essa passagem, a pesquisadora reintegra a questão central deste estudo ao associar folclore, cultura popular e patrimônio imaterial. Quando fala de um desgaste dos termos, apresenta sua relação e diferentes inserções da discussão na área acadêmica e reforça a visão de que os três possuem os mesmos objetos de estudo, as manifestações da cultura popular. Tal visão é corroborada por Ricardo Lima ao ser indagado sobre possíveis mudanças com a perspectiva do patrimônio imaterial:

Eu acho que essas perspectivas, a própria questão do patrimônio imaterial surge desse contexto dos estudos de folclore e da antropologia. A necessidade desse país reconhecer um patrimônio que não é só o pedra e cal, e que na verdade o patrimônio imaterial é a visão moderna ou termo contemporâneo para tudo isso que já se chamou folclore, chamou cultura popular, já chamou cultura material, hoje em dia é cultura imaterial. Se você pegar o hall desses patrimônios imateriais reconhecidos oficialmente pelo Brasil, você vai ver que praticamente todos são sinônimos de cultura popular, começa pelo modo de fazer panela de barro em Goiabeiras e por aí vai, o Frevo, e o Samba de Roda, e o Jongo, são esses patrimônios imateriais.²⁴⁴

Ricardo Lima e Cáscia Frade, companheiros de trabalho desde 1976 na Divisão de Folclore do INEPAC, finalizaram, em 2016, sua parceria com a conclusão e encaminhamento do INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro. Os dois conjugam visões semelhantes da trajetória dos campos que levaram à consolidação do patrimônio imaterial no Brasil. De 2010 a 2016 dedicaram-se à realização da pesquisa e não visualizam os resultados concretos do trabalho pelo que é previsto no PNPI. Além de estarem afastados do Decult, Cáscia se aposentou e Ricardo está de licença prêmio para aposentar, o que diluiu a

²⁴³ Trecho de entrevista realizada com Cáscia Frade em 07 de novembro de 2016.

²⁴⁴ Trecho de entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.

interlocução da UERJ no processo, Ricardo apresenta uma conjuntura desanimadora em relação ao IPHAN:

Há questões estruturais sérias do próprio IPHAN, que eu saiba no Rio de Janeiro tem pilhas de processos de pedido de reconhecimento de patrimônio e dentro dessa pilha está a de folia de reis. Quer dizer que não é a única candidata a patrimônio imaterial no Estado, tem mais de dez na lista aí, e, em Brasília, são pilhas e pilhas de processos de todo o país. Então, tem uma demora que eu não sei como eles vão lidar com isso. Então quando te digo que estou meio desanimado é porque eu acho que tem um volume de coisas enorme e o IPHAN está muito sucateado.²⁴⁵

O desânimo expresso no depoimento de Ricardo é também presente na narrativa de Cáscia que diz: “O que eu percebo, assim, é que foi uma coisa nova, legal, todo mundo gostou, um termo interessante, mas a atuação, a ação para decorrer disso eu não estou vendo, não vejo mesmo.”²⁴⁶ Ambas as passagens representam uma conjuntura nacional de desestruturação política no campo da cultura. Promovemos este comparativo entre os depoimentos dos pesquisadores para salientar a proximidade de suas visões e encaminhar um posicionamento do IPHAN que confirma a falta de perspectiva sinalizada.

Em consulta à Superintendente Mônica da Costa, via correio eletrônico, em 09 de setembro de 2019, sobre a previsão de registro das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro, a resposta foi: “Ainda não temos uma previsão. A agenda do DPI é Nacional e as pautas das reuniões do Conselho Consultivo do Iphan são bem disputadas.”

Dessa forma, concluímos este capítulo com a convicção de que Cáscia Frade é uma “pessoa chave” para entender a relação folclore e patrimônio imaterial, pois a relação dela com as folias de reis é diferenciada. Muitos anos de trabalho e troca permeiam a construção de um INRC, a construção, como defendemos no capítulo 2, de um Acervo do Folclore Fluminense. Entretanto, nos deparamos com a realidade das tensões e fragilidades que colocam em suspense a atuação do IPHAN e das políticas do patrimônio imaterial. Políticas conquistadas historicamente por uma conjunção de forças e lutas que visam reconhecer e valorizar as práticas culturais tradicionais, como as folias de reis.

²⁴⁵ Trecho de entrevista realizada com Ricardo Gomes Lima em 21 de fevereiro de 2018.

²⁴⁶ Trecho de entrevista realizada com Cáscia Frade em 07 de novembro de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Treze dias e treze noites
Foi o que os três reis viajaram
Quando chegaram em Belém
Todos os três descansaram
Rei Brechó, Baltazar, Melchior e companhia
Foram visitar o Deus nascido
Filho da Virgem Maria
Toparam com o Deus menino
E veio grande alegria
Levaram mirra, incenso e ouro
Para Deus oferecia
Nossa Senhora agradecia
Nós vamos nos despedir
Deste presépio sagrado
Àqueles que me ouviram
Até breve e muito obrigado
(Geraldo Abel – folião de Duas Barras)²⁴⁷*

Como em uma jornada de reis que percorre ruas, casas, e presépios por um determinado tempo, chegamos ao final desta tese depois de passar por muitas leituras, análises, reflexões e chegamos ao momento de fazer as considerações finais. O trabalho de historiador consiste em um diálogo constante com os contextos e com a dinâmica do tempo. No tempo que passamos estudando a trajetória de Cáscia Frade, conhecemos, através do registro de suas pesquisas, o surpreendente universo das manifestações culturais populares do Estado do Rio de Janeiro. Um universo composto por sujeitos reais, com nome, sobrenome, endereço e ocupação: artesãos, cordelistas, foliões, rendeiras, benzedeadas, palhaços, escultores, jongueiros, rabequistas, etc.

Tantas denominações, tantos saberes, tantas informações tão pouco conhecidas e divulgadas que formam o Acervo do Folclore Fluminense. Mapeamos, de forma indireta, um grande acervo que não está catalogado e nem acessível aos pesquisadores e público em geral. Quando chegamos ao trabalho de Cáscia Frade não imaginávamos a amplitude e abrangência de suas pesquisas no Estado do Rio de Janeiro. Ao descobrir seus mestres de cultura popular, podemos reafirmar que o folclore e o patrimônio imaterial têm como elemento central a história, memória e o conhecimento de pessoas que através da cultura resistem e lutam por reconhecimento e valorização.

²⁴⁷ Trecho transcrito do filme “Jongos, Calangos e Folias: música negra, memória e poesia”, UFF, 2007.

Com isso, identificamos que o folclore, campo que sofreu tantas críticas ao ser classificado como romântico, positivista, diletante e descritivo, características que estão associadas a alguns estudos e folcloristas, não deve ser entendido por perspectivas generalizadoras. Ao levantar sua rede de agências e agentes, em especial ao aprofundar nas pesquisas e produções de Cáscia Frade, encontramos a realidade de intelectuais que acompanharam as mudanças de paradigmas dos estudos de cultura pela antropologia, que buscaram novos métodos e que se transformaram junto com seus estudos.

Quando Cáscia Frade iniciou sua produção na década de 1970, observamos, pelas análises apresentadas no capítulo 1, que não se preocupava tanto em registrar a identificação do tempo, dos lugares e das pessoas. Entretanto, algumas características estabelecidas na Carta do Folclore (1951), como o *anonimato* e o *ser coletivo*, nunca foram tomadas ao pé da letra por ela e com o desenvolvimento das pesquisas de campo passou a identificar os agentes praticantes da cultura popular. Nos relatórios de pesquisas e publicações da Divisão de Folclore do INEPAC, apresentados no capítulo 2, encontramos partes de textos dedicadas a minibiografias que expressam essa prática de identificação dos sujeitos.

Em 2011, a historiadora Martha Abreu realizou uma entrevista com Cáscia Frade e, já no final, interrogou-a sobre se, em algum momento de sua trajetória, a folclorista olhou para as tradições com a dúvida de se iriam continuar. A resposta de Cáscia:

É... eu nunca tive essa dúvida, acho interessante quando as pessoas falam isso, e é comum, né... “ainda tem lá na minha terra... ainda existe lá e não sei pra onde.” Porque, em primeiro lugar é uma... A gente sabe da dinâmica da cultura, ela não vai se manter como era no tempo do meu bisavô, do meu avô, porque ela se adapta aos novos momentos, a nova visão de mundo dos integrantes, né. O momento histórico de cada indivíduo e a cultura entra nesse processo. E, segundo lugar, como é... “sou eu” a questão da identidade, dizer quem eu sou, por que faço isso. Eu acho que isso não é uma coisa assim “Ah vai acabar...”, a não ser com uma interferência dessa, violenta, como esse movimento pentecostal, isso é complicado. Mas, assim, dentro do processo natural disso eu nunca tive dúvidas de isso iria continuar. É interessante pensar assim, talvez ingenuidade, não sei por essas razões. Eu estou me lembrando aqui de um folião que tinha na Penha, o Geraldo Teodoro, ele, ele era... se aposentou como torneiro mecânico, era um pedreiro excelente, era pintor, era um líder da comunidade lá da Penha e era um mestre folião... “Geraldo você é tudo isso, se você tivesse que se definir por uma coisa, o que você é?” e ele disse: “Mestre folião”. Então isso sempre me levou a pensar que a coisa... é a pessoa, né.²⁴⁸

²⁴⁸ Trecho de entrevista realizada pelo LABHOI – UFF com Cáscia Frade em 14 de junho de 2011.

Com uma fala embasada nas discussões de cultura e com elementos da sua experiência de campo, a pesquisadora reforça o que apresentamos na introdução desta tese, quando afirmamos que falar de jongo é falar de jongueiro, ao trazer o exemplo do mestre folião Geraldo Teodoro e frisar a relação de identidade construída pelos sujeitos com suas práticas culturais.

Além disso, aponta para uma questão importante sobre processos de interferência, a exemplo do crescimento das religiões pentecostais como “ameaças” reais para as manifestações culturais populares, principalmente as de fundamento religioso e de matriz africana, pois o preconceito e a intolerância são realidades que nos acompanham desde a colonização, mas que estão se acentuando por discursos religiosos fundamentalistas.

O cordelista Jota Rodrigues produziu, em 2005, uma literatura de cordel para contar a história de vida e homenagear Cáscia Frade, com o título “NASCIMENTO VIDA E OBRA DA PROFESSOURA CÁSCIA FRADE”²⁴⁹ apresenta versos que usaremos para concluir esta tese:

*“E pra professora Cáscia Frade
Isso não é diferente
Qui já nasceu predestinada
Pra iluminar muita gente
Levando a cidadania
Com uma educação sadia
Mais justa e mais consciente”*

Em 2007, Cáscia Frade foi agraciada com o título de Folclorista Emérita pela Comissão Nacional de Folclore e pela UNESCO. Entretanto, quando perguntada sobre o maior reconhecimento que recebeu, ela, com brilho nos olhos, afirma: “O que me enche a alma são os grupos, são as pessoas, os mestres, os amigos que me ligam pra suas festas de arremate, me ligam no natal pra desejar boas festas, essa foi a grande conquista.”²⁵⁰ Com isso, trazer as palavras de Cáscia Frade para as considerações finais desta tese é marcar uma opção de escrita em diálogo que busca aproximar o objeto do estudo e abrir a possibilidade de contato com suas narrativas.

É preciso deixar claro que a mudança das práticas associadas aos folcloristas não ocorreu por ações e estudos isolados. A discussão da necessidade de uma qualificação e

²⁴⁹ Jota Rodrigues. Literatura de Cordel. “NASCIMENTO VIDA E OBRA DA PROFESSOURA CÁSCIA FRADE”, 2005. Acervo Biblioteca Amadeu Amaral – CNFCP/IPHAN.

²⁵⁰ Trecho de entrevista realizada com Cáscia Frade para o desenvolvimento desta pesquisa em 07 de novembro de 2017.

aprimoramento dos estudos já era defendida por Edison Carneiro e com o passar do tempo foi oficialmente declarada. Nos artigos que Cásia Frade escreveu sobre o que chama de “problemática definidora”, trouxe contextualizações e buscou diálogo com autores da história e da antropologia. Com a referência da Carta de 1951 e de todas as críticas que compõem a visão pejorativa que o folclore recebeu, a autora fez questão de se posicionar e apresentar as mudanças concretizadas a partir do Seminário realizado em Salvador, em 1995, quando estudiosos fizeram a releitura da carta e a reescreveram com atualizações, chegando a colocar o folclore como equivalente à cultura popular.

Dessa forma, a trajetória de Cásia Frade nos permitiu percorrer e mapear agentes e agências que atuaram nas políticas de cultura e patrimônio no Estado do Rio de Janeiro. Conseguimos apresentar uma visão das ações promovidas pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro nas décadas de 1970 e 80, por meio de análise da documentação do acervo da Biblioteca Amadeu Amaral (CNFCP/IPHAN) e contribuir para a discussão que enxergava o período pós 1964 como um período de enfraquecimento do movimento folclórico. Houve sim uma ruptura e algumas mudanças, mas o movimento se reorganizou e manteve relação com as propostas políticas dos governos do período do regime militar.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o ano de 1975 e a fusão com o antigo Estado da Guanabara marca ações como a criação do INEPAC e a viabilização de trabalhos no campo da educação e da cultura que buscaram integrar a capital e o interior do estado. Nessa conjuntura, Cásia Frade dirige a Divisão de Folclore do INEPAC e “revira o Rio de Janeiro de cabeça para baixo” e desse trabalho forma-se um acervo e também o registro de projetos desenvolvidos na área da educação. O contato com as escolas da rede pública e a difusão de atividades concretas com professores e alunos são elemento notável do seu trabalho.

Produzir conhecimento e dialogar com as formas da sabedoria popular foi uma das bandeiras conduzidas por Cásia Frade como professora universitária, sua atuação na UERJ e participação na criação do Instituto de Artes, mostram seu engajamento e busca por espaço. Engajamento que se reflete na relação com os agentes praticantes da cultura popular, em especial os foliões de reis. A conquista da lei nº. 1989, de 23 de abril de 1992, que isenta as folias de reis da obrigatoriedade de tirar uma licença especial na polícia para cumprir sua jornada evidencia um caminho de parcerias que visavam tirar estes grupos da marginalidade.

O encerramento da longa trajetória profissional da pesquisadora, já aos 81 anos de idade, com animação e lucidez admiráveis, foi emblemático para a realização desta tese de doutorado. Cásia Frade foi do folclore ao patrimônio imaterial e possibilitou o mapeamento das políticas públicas relacionadas à cultura popular do Estado do Rio de Janeiro. A entrega

do INRC das Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro e a formalização do pedido de registro para o IPHAN, em 2016, celebram seu percurso e atuação profissional e política junto aos grupos de folia de reis.

Estudar a trajetória de alguém vivo e atuante é arriscado e desafiador, entretanto, é também uma maneira de possibilitar um reconhecimento e a continuidade da construção de ideias. O trabalho da história em comunicação com a antropologia, o que Darnton (1989) defende como uma história de tendência etnográfica, nos permite entender dinâmicas e produzir interpretações do tempo que assume riscos, mas também abre muitas possibilidades.

O processo que compreende a transição do folclore para o patrimônio imaterial, olhado de fora, pode parecer simples, mas ao aprofundarmos suas discussões, fragilidades e tensões, vemos que vivenciá-lo significa enfrentar mudanças, pois envolve disputas e posições. O caminho de Cáscia Frade percorre essas passagens tanto pelas coincidências da vida, por estar em determinados lugares e conhecer determinadas pessoas, quanto por seu mérito de perceber os movimentos e tendências, por buscar conhecimento e atualização. Mais do que defender posições, a pesquisadora trabalhou em prol da valorização e legitimidade das práticas culturais populares, uma pesquisadora atuante e envolvida com a realidade social.

Por esse viés, não podemos deixar de evidenciar o descaso do governo estadual com os órgãos vinculados à Secretaria de Cultura, como o INEPAC e o Museu do Ingá. Tomar consciência da existência de um Acervo do Folclore Fluminense composto por uma variedade considerável de objetos únicos e raros, documentos, fotografias e saber que tudo isso encontra-se há anos encaixotado, não catalogado e não conservado é comprovar e denunciar que o estado não valoriza sua história, sua memória e suas tradições populares.

Com isso, podemos dizer que a trajetória de Cáscia Frade é exemplar e nos permite enxergar uma clara mudança de postura dos governos, que deixaram de viabilizar pesquisas e abandonaram suas instituições culturais. Como historiadora do patrimônio e, com base em tudo o que foi apresentado sobre o trabalho de Cáscia Frade no INEPAC e na UERJ, deixo registrada nossa indignação através da constatação da existência de um acervo que corre riscos e que representa possibilidades profícuas para novas pesquisas, exposições e trabalhos educativos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ABREU, Regina; MAGNO, Marluce. Desafios na patrimonialização de bens imateriais de caráter religioso: o caso das Folias de Reis Fluminenses. IN: DOSSIÊ RELIGIÃO E PATRIMÔNIO. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 37, n.3, p.18-45, 2017.

AGUIAR, Luciana de Araújo. *Celebração e Estudo do Folclore Brasileiro: O Encontro Cultural de Laranjeiras/Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Sociologia) – PPGSA-IFCS/UFRJ, 2011.

ARANTES, Antonio Augusto. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, p. 5–11, 2005.

_____. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *Resgate. Revista de Cultura*. Campinas: CMU/ Unicamp, nº. 13, p. 18, 2004.

BARBOSA, Virgínia. *Manuel Diégues Júnior*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Ed. HUCITEC/ UNB. 1987.

BENJAMIN, Roberto. *A fala e o gesto. Ensaios de Folkcomunicação sobre Narrativas Populares*. Recife: Imprensa Universitária. 1996.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.

_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. *A cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, v.164, n.248, 23 dez. 1996.
- CACCIATORE, Olga. *Dicionário de cultos afro-brasileiros: com origem das palavras*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1977. 279p.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 94–115, 1994.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. UFBA, Salvador 2007.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República Que não Foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. IN: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.3, n. 5, 1990, p. 75-92.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1990.
- CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 480f.
- _____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34. Brasília: IPHAN, 2011.
- CHUVA, Márcia e LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimento. IN: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75-98. Jan-abr. 2016.
- COUTINHO, Delzimar. In: GOÉS, Fred. *Cultura, arte e tradições fluminenses*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. 223p.
- COUTINHO, Delzimar do Nascimento; NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. *Folias de Reis Fluminense: Peregrinos do Sagrado*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009. 128p.
- DANTAS, Beatriz Góis. As Fontes Sobre o Encontro Cultural de Laranjeiras: Múltiplas e Dispersas. In: Dossiê Dinâmicas Coloniais na Capitania de Sergipe d'El Rey. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. 2015

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. 2.ed.. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1988.

DAVIS, Natalie Z. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna/ Oito ensaios*. Editora Paz e Terra, 1990.

DEFOURNY, Vincent. Para além da Pedra e Cal In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. A UNESCO e o Brasil: alinhamento histórico nas proposições para o patrimônio imaterial. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de C. e FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

_____. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, Alzira Alves. *A redemocratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap.6, p.163-203.

_____. De solar Marquesa de Santos a Museu do Primeiro Reinado. In: GOMES, A. C. *Direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. cap.13, p.295-320.

FERRETI, Mundicarmo (org.). Anais do 10º Congresso Brasileiro de Folclore. Recife: Comissão Nacional de Folclore; São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2004. 443p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, 295p.

FRADE, Cáscia (coord.) Do jeito mais simples: crianças pesquisam cultura popular. Rio de Janeiro, FUNARTE/ Secretaria de Educação e Cultura, 1979. 2v. 32 il.

FRADE, Cáscia. Universidade e Cultura Popular. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 7-15, 2006

_____. Universidade e Cultura Popular. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 7-15, 2006 / FRADE, Cáscia. Evolução do Conceito de Folclore e Cultura Popular. In: Anais do 10º Congresso Brasileiro de Folclore. Recife: Comissão Nacional de Folclore; São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2004. 443p.

_____. *A culinária no litoral fluminense*. 1.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1991. v.1. 90p

_____. *Arte popular e educação*. Rio de Janeiro: Grafitto Editora, 2005. 165p.

_____. *Artesanato Fluminense*. 1.ed. Rio de Janeiro: Graffito, 2004. v.1. 103p.

- _____. *As aves no folclore fluminense*. 1.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1992. v.1. 78p .
- _____. *Cancioneiro infantil tradicional*. 1.ed. Rio de Janeiro: Taisho, 2001. v.1. 99p .
- _____. *Do jeito mais simples*. 1.ed. Rio de Janeiro: FUNARTE /MEC, 1993. v.2. 254p.
- _____. *Folclore*. 2. ed. São Paulo: Global, 1993. v. 1. 107p .
- _____. *Guia do Folclore Fluminense*. 1. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1989. v. 1. 253p.
- _____. *O saber do viver: redes sociais e transmissão do conhecimento*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, 1997.
- _____. *Santo de casa faz milagre*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982
- _____. *Santo de casa faz milagre: a devoção à Santa Perana*. São José dos Campos: Editora Cassiano Ricardo, 2006. v. 1. 96p .
- _____. Nas tramas do sagrado e do profano. In: XXIII Encontro Cultural de Laranjeiras, 1998. Aracaju – SE: Governo do Estado de Sergipe/ MINC, v.1. p.37-51.
- FRADE, Cáscia. Em fundos de quintal, ecos do universal. In: Simpósio sobre Cultura Popular e Globalização, 2001, S. José dos Campos – SP. Fundação Cultural / Prefeitura Municipal. v.1. 37-56.
- FRADE, Cáscia, BORGES, Gustavo, LIMA, Ricardo Gomes. *Religiosidade Popular*. Rio de Janeiro: UERJ, DECULT; FAPERJ, 2011. 176p.
- FRADE, Cáscia; WERNECK, M. H. ; GANDRA, E. *Essas águas são de flor*. 1.ed. Rio de Janeiro: Giorgio Gráfica Ltda., 2000. v.1. 89p
- FRADE, Cáscia.; PAPE, Cristina; MANHÃES, Rejane. *Ética Arte Ciência Filosofia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Decult/Comcultura/RJ, 2013. v. 1. 200p .
- FRADE, Cáscia; COUTINHO, Delzimar, PAIXÃO, Ana Rita. *Cantos do folclore fluminense*. 1.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1990. v. 1. 236p .
- FRADE, Cáscia; LIMA, Ricardo Gomes (Org.); CORREA, Gustavo Borges (Org.). *Religiosidade Popular*. Rio de Janeiro: UERJ/DECULT, 2011. 176p .
- FREIRE, Américo. A fusão: notas bibliográficas e comentários (críticos) sobre uma nova intervenção na cidade do Rio de Janeiro. In: AZEVEDO, André Nunes. *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p.171-180
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488p.

GONÇALVES, José Reginaldo. O Patrimônio com Categoria de Pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: a cultura como patrimônio. *Horizontes Antropológicos*. n. 23, 2005.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Editora Civilização Brasileira, 1968.

HANDLER, R. Possuir uma cultura. Nacionalismo e a preservação do patrimônio de Quebec.

INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE. Atlas folclórico do Brasil – Espírito Santo. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982, 93p

LEAL, João. Patrimônio Cultural Imaterial, Festa e Comunidade. In: CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Patrimônio Cultural Plural. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

_____. Os usos da cultura popular. IN: NEVES, José. *Como se faz um povo*. Ensaio em História Contemporânea de Portugal. Fundação EDP e Edições tinta-da-china, Lda. Lisboa, 2010.

_____. *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos, Transições*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

_____. *Etnografias Portuguesas (1870 – 1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.

LIMA, Ricardo Gomes; SILVA, Thiago Silvestre. Entre rotinas e ritos, trabalho e festa: inventário das Folias de Reis fluminenses para seu registro como patrimônio cultural brasileiro. *Interagir: pensando a extensão*. n.24, p.87-98, 2017.

LINHARES, Sérgio. “Histórico do Estado do Rio de Janeiro”. Publicado no site oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Cultura – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Sem data. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img//site/Historico_Estado.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

MACHADO, Elenora Neves Nora. Formação das Coleções do Museu de História e Artes do Rio de Janeiro (Museu do Ingá). Junho de 2014

MARTÍNEZ, José Luiz. Dicionário folha de Literatura mexicana do século XX. México: Conselho Nacional de Cultura e Artes, 1995. Disponível em: <<http://www.elem.mx/autor/datos/4287>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MATTOS, Hebe. Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro. In: Rios, A L. e Mattos, H. *Memórias do Cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MELLO, José Eduardo Homem de. Enciclopédia da Música Brasileira - Art Editora e Publifolha – 2.ed., 1998

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes EMC (Educação Moral e Cívica). In: *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/emc-educacao-moral-e-civica/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

_____. Verbetes Projeto Minerva. In: *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/projeto-minerva/>>. Acesso em: 09 de mar. 2017.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n.17, 2007.

MONTE-MÓR, Patrícia. Hoje é o dia do Santo Reis. Um estudo de cultura popular no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Antropologia). Museu Nacional/UFRJ. 1992.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2000. 168f.

MOYA, Fernanda Nunes. A Discoteca Pública Municipal de São Paulo: um projeto modernista para a música nacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109180>>. Acesso em: 20 set. 2019

NEGREIROS, Valério Rosa de. *Por uma Cultura Integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), 2016.

NEVES, José Maria. Apresentação. In: FRADE, Cáscia. (coord.) Cantos do Folclore Fluminense. Rio de Janeiro: Presença Edições: Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, Departamento de Cultura, INEPAC/ Divisão de Folclore, 1986.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec : Fapesp, 2005. – (Estudos brasileiros; 39), p. 220.

_____. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antiteses*, v.7, n.14, p.45-67, jul. – dez. 2014
NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p 7-28, 1993.

NOBRE, Francisco da Silva. *1001 Cearenses Notáveis*. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora. 1996.

ORTIZ, Renato. *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*. Editora Olho d'água, S.D. 1992.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, RJ, vol.2, n.3, 1989.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. legitimidade do folclore. In: Seminário Folclore e Cultura Popular: as muitas faces de um debate. Rio de Janeiro: Funarte, 1992, 85-8.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. Inepac: um perfil dos 25 anos de preservação do patrimônio cultural no Estado do Rio de Janeiro. *Arquitetura Revista*, v.8, n.8, p.8. 1990

REIS, Leoncio José de Almeida; CAVICHIOLLI, Fernando Renato. Resenha do livro “A Animação Cultural: conceitos e propostas” de Victor Andrade de Melo. *Movimento*, v.15, n.3, p.357-371, jun. 2009.

REIS, Daniel. Entre arquivos e memórias: a respeito de uma narrativa audiovisual sobre a CDFB. IN: Caminhos da Cultura Popular no Brasil. Volume I. Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular. 2008

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. 1.ed. Difel. 1989.

ROSEMAN, Mark. Memória Sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o holocausto. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral – desafios para o século XXI*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000.

SANT'ANNA, Márcia. “A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização”. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009

SILVA, Ana Teles da. *Na trincheira do folclore: Intelectuais, Cultura Popular e Formação da Brasilidade - 1961-1982.* 206p. Tese (doutorado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2015.

SILVA, Mônica Martins da. *A Escrita do Folclore em Goiás: uma história de intelectuais e instituições (1940-1980)*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2008 .

_____. Folclore e Patrimônio Imaterial: caminhos cruzados na construção de uma cultura "popular" brasileira. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História "Anpuh: 50 anos", 2011

SILVA, Rita Gama. *A Cultura Popular no Museu de Folclore Edison Carneiro*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

SLENES, Robert W. “Eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jongueiros cumba na senzala centro-africana. In: LARA, Silvia e PACHECO, Gustavo (orgs.) *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. R J: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

SOARES, Ana Lorym. Folclore e Políticas Culturais no Brasil nas Décadas de 1960/1970. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DA CASA DE RUI BARBOSA, 2, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* v.1. p. 1-15.

_____. *Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961-1976)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, Antropologia e História Social. IN: NEGRO, Antonio Luigui; SILVA, Sérgio. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp. 2001.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VARGAS, Maria Augusta Mudim. “Apresentação”. IN: *Anais do Simpósio do Encontro Cultural de Laranjeiras: 2017-2018/ Maria Augusta Mundim Vargas, Jorginaldo Calazans dos Santos, Vanessa Santos Costa. (Organizadores)*. Aracaju. 2018.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

VIVES, Vera de. *O Homem Fluminense*. Rio de Janeiro: LABHOI/UFF. 1977.

ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA

ENTREVISTAS

Cácia Frade. Entrevista concedida em: Rio de Janeiro, 16 de julho de 2019

_____. Entrevista concedida em: Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2016.

_____. Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI – UFF), em 14 de junho de 2011.

_____. Entrevista concedida à Revista Digital Art&, ano VI, n.09, abril de 2008.

_____. Entrevista concedida ao jornal O DIA, em 23 de agosto de 2014.

Claudia Marcia Ferreira. Entrevista concedida em: Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2017.

Neusa Fernandes. Entrevista concedida à autora Marieta Ferreira em maio de 2007.

Ricardo Gomes Lima. Entrevista concedida em: Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2018.

DOCUMENTOS

Acervo Arquivístico da Biblioteca Amadeu Amaral, do Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular.

- Ano folclórico de 1966”
- Ano folclórico de 1968
- Folclore 70
- Carta do Folclore (1951)
- Lei nº 1989/92
- Ofício nº 58/1977
- Ofício nº 628/77
- Ofício nº 988/77
- Ofício nº 988/77
- Ofício nº 1390/77
- Ofício nº 502/79
- Ofício nº 183 DCDG de 1979
- Decreto 3.551/00

Jota Rodrigues. Literatura de Cordel. “NASCIMENTO VIDA E OBRA DA PROFESSOURA CÁSCIA FRADE”, 2005 (Acervo Biblioteca Amadeu Amaral – CNFCP/IPHAN)

VERBETES:

CARLOS LACERDA. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2010. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>> Acesso em: 14 mar. 2017.

CECÍLIA MEIRELES. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/cecilia_meireles> Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

CHAGAS FREITAS. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-padua-chagas-freitas>> Acesso em: 08 ago. 2019.

FARIA LIMA. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/floriano-peixoto-faria-lima-2> Acesso em: 08 ago. 2019.

JOSÉ MÁRIA NEVES. In: *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Instituto Cultura Cravo Abin, 2012. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/jose-maria-neves/biografia>> Acesso em: 13 mar. 2017

ACERVO

INEPAC. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/exibir/18/0>> Acesso em: 02 set. 2019.

INEPAC. Disponível em:

http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img//site/Historico_Estado.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

INEPAC. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>> Acesso em: 21 ago. 2019

INEPAC. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>> Acesso em: 03 ago. 2019.

INEPAC. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/aspectos.>> Acesso em 10 ago. 2019

MUSEU DO INGÁ. Disponível em: <<http://www.museusdoestado.rj.gov.br/museu-do-inga/>> Acesso em: 09 jul. 2019.

MUSEU DO FOLCLORE. Disponível em: <<http://www.museudofolclore.org>> Acessado em 08 de fevereiro de 2017

MUSEU DO FOLCLORE. Disponível em: <http://www.museudofolclore.org/colecao-cadernos-de-folclore/>>. Acesso em: 14 set. 2019

MUSEU DO RIO. Disponível em:

<http://www.museusdoriorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=17:academia-brasileira-de-literatura-de-cordel>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SITES CONSULTADOS:

ALERJ - Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. *Deputado André Lazaroni*. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/304>> Acesso em 02 set. 2019.

ALERJ - Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. *Deputado André Lazaroni*. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/46948> Acesso em: 16 set. 2019

BRASIL BOM DE BOCA. Disponível em: <https://brasilbomdeboca.wordpress.com/sobre-raul-lody/>. Acessado em 09 mar. 2017.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=162>. Acesso em: 01 mar. 2017.

DIÁRIO DO RIO. *O buraco da fechadura*, 2019. Disponível em: <https://diariodorio.com/o-buraco-da-fechadura/?fbclid=IwAR3d_LMsqCh1jtjOateGiviyigChPuF1CpM0SbVbNBav763kzLffZWc1v4qQ> Acesso em: 07 ago. 2019.

Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>> Acesso em: 20 ago. 2019.

Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780178A2>>. Acesso em: 15 set. 2019

Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/mdjunior.html>> Acesso em: 08 ago. 2019

Disponível em:

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=tematico&pagfis=24173>> Acesso em: 28 fev. 2017

Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/> Acesso em: 12 set. 2019

Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/caxambu-de-padua>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/index>. Acessado em 12 de setembro de 2019.

Disponível em: https://www.unicamp.br/folclore/Material/extra_aspectos.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

Disponível em <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90709/lei-1989-92>> Acesso em: 02 set. 2019.

E-BIOGRAFAIS. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/marechal_rondon/> Acessado em: 15 mar. 2017).

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Hermílio Borba Filho*. 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa7224/hermilo-borba-filho>. Acessado em 28 de fevereiro de 2017.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Mário de Andrade*. 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20650/mario-de-andrade>. Acesso em: 15 mar. 2017.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Paulo Afonso Grisolli*. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa349397/paulo-afonso-grisolli>> Acesso em: 13 dez. 2016).

ESCAVADOR. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1469872/neusa-fernandes>>. Acesso em: 19 set. 2019.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Biblioteca Blanche Knof. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1035%3Avicente-salles&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1>. Acesso em: 07 mar. 2017.

G1 - Portal de Notícias da Globo. In: BRITO, Carlos. *Em estado de calamidade, RJ entrará em 2017 com rombo de R\$ 17 bilhões*. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/em-estado-de-calamidade-rj-entrara-em-2017-com-rombo-de-r-17-milhoes.html>> Acesso em: 06 ago. 2019.

Informação disponível em <<http://marildacamposp.blogspot.com/2011/06/um-grande-momento-no-ihgb.html>> Acesso em 07 set. 2019.

Informação disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Olga_Gudolle_Cacciatore> Acesso em: 19 set. 2019

Informações retiradas do link: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>> Acesso em: 20 set. 2019

Informações retiradas do link: <http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro/biografia>. Acessado em 14 set. 2019.

Informações retiradas do link: <http://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/memoria/galeria-de-reitores/>. Acessado em 18 de setembro de 2019

Informações retiradas do link: <https://oimparcial.com.br/noticias/2019/08/biografia-revela-a-vida-e-obra-de-celso-magalhaes/>. Acesso em: 14 set. 2019.

Informações retiradas do link: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/area-de-imprensa/4094-robertobenjamim>. Acesso em: 15 set. 2019

Informações retiradas do link:<<https://www.unicamp.br/folclore/Congresso/congresso.html>>
Acesso em: 01 set. 2019

IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3633>>. Acesso em: 18 set. 2019.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>> Acesso em: 15 mar. 2017.

IPHAN - Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685>> Acessado em: 01 mar. 2017.

IPHAN - Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_215.pdf

IPHAN - Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf.

JORNAL LINCE. Disponível em: <http://www.jornalolince.com.br/2013/fev/retrato/4906-maria-de-lourdes-borges-ribeiro-a-folclorista>. Acesso: em 10 mar.2017.

O GLOBO. *Secretaria estadual de Cultura cumpre despejo e funcionários encaixotam documentos às pressas*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/secretaria-estadual-de-cultura-cumpre-despejo-funcionarios-encaixotam-documentos-as-pressas-23787762>> Acesso em: 07 ago. 2019

ONU BR - Nações Unidas no Brasil. Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>> Acesso em: 14 mar. 2017.

PROJETO RONDON. Disponível em:
<<http://www.projettorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>.>
> Acesso em: 10 mar. 2017.

SÓ BIOGRAFIAS. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RaimNina.html>>
Acesso em: 15 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=14291:morre-roberto-benjamin&catid=30&Itemid=122> Acessado em: 11 mar. 2017.

WIKIPEDIA. *Veríssimo de Melo*. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ver%C3%ADssimo_de_Melo>. Acesso:

YOUTUBE. Trecho da reportagem feita pela TV UERJ referente a entrevista feita com a Superintendente do IPHAN Mônica Costa. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=T3fUwRq8rIQ>>. Acesso em: 18 set. 2019.

MÍDIAS

Jongos, Calangos e Folias: música negra, memória e poesia. UFF, 2007.

ANEXOS

ANEXO I – Imagens do livro *Do jeito mais simples*

Página 13

época = mês de Janeiro
 Roupa = vestido de boiadeiros e as moça de roupa comprido em
 feitado
 Enfeito da festa = os lugares onde o buruba meu boi passava, tinha
 que está tudo emfeitado bandeirinhas e barraquinha
 música = tambo, reco-reco, triangulo era feitas atraves desse instru-
 mento
 danças = capoeira
 comida e bebidas = em certo lugares eles oferesiam, café, cachaça a
 canjica e o angú.
 barraquinhas = emfeitado de acordo com o tipo de atividade que
 seria apresentado no dia."

Cabo Frio

“ **Festas populares – Folia de Reis**
 Nome da festa – Folia de Reis
 Local – Nas ruas e nas casas
 Época da festa – Do Natal a 2 de fevereiro
 Que fazem as crianças nesta festa – Assistem
 Roupas: É especial? – Sim
 Como é a roupa? Foliões – Calça comprida azul-marinho, viés ver-
 melho, camisa verde-amarelo.
 Festeiro – Calça comprido azul-marinho, viés vermelho, camisa
 branca, fitão verde, gravata amarela (fotografia)
 Quem faz? – A mulher do festeiro – Emelina Cristina de Souza
 As roupas sempre foram assim? – Não, muda de 3 em 3 anos
 É bem colorida? – Sim
 É enfeitada? – Sim

Danças

Nome – Chula (dança do palhaço)
 São dançadas em casa? – sim
 Tem palmas? – não, sapateado? – sim
 Vêm grupo de fora dançar nesta festa? – não

Enfeite

Quais são? – Bandeira, máscara de palhaço, roupa de palhaço
 Como são? – (fotografia)
 Quem faz? – A mulher do festeiro, Ermelina Cristina de Souza
 Têm um significado? – Sim, o nascimento de Jesus

Músicas, instrumentos, canto e dança

Tem 1 só cantos? – Não, são 6 cantores
 Qual o nome e endereço desse cantor? –
 Quais são os instrumentos usados? – Armônica, bumbi, duas
 caixas, um triângulo, um pandeiro, violão, viola, cavaquinho, cho-
 calho, flauta, bandolim.

Quem faz os instrumentos? — O festeiro faz as caixas, o resto ele compra.

Descrever o material usado para fazer os instrumentos.

Para fazer as caixas ele usa: couro de cabrito, um tambor de madeira, ferragem.

Como eles aprendem a: tocar e cantar? — Aprendem ensaiando e a dançar? eles fazem marcha

E as músicas? (trazer letra e gravar)

Quem faz a letra e a música? — Que é da folia

O Festeiro

Nome e endereço — Lauriano José da Silva, Arraial de São Pedro s/n Pádua Rz

É festeiro por promessa? — não, crença? — não, porque é rico? — não, foi escolhido? — não, é por devoção? — sim, por herança? — não, cultural? — não, porque gosta? — sim.

De que maneira o povo é convidado para a festa? — O festeiro convida as pessoas mais intimas.

tem programa? — não

Equipe: Neise, Maria Helena, Rita Meirelles, Maria Aparecida Vidon, Heloísa.”

Pádua

“ Festas Populares

Equipe:

1 — Fernanda Freire B. Torres nº 15

2 — Janice Soares de Moraes nº 18

3 — Fabrícia Guimarães da Silva nº 14

4 — Gisvaldo Carvalho Teperino nº 17

5 — Eva Fátima Gonçalves Mattos nº 13

Nome da Festa:

R: Folia

Vocês participam?

R: Sim

Como?

R: Assintindo

Local da Festa:

R: Nas casas e nas barracas

Época do ano em que se realiza a Festa.

R: De 25 de dezembro ao dia 6 de janeiro

O que acontece na Festa? Danças. Brincadeiras.

R: Ladainha, resas baile e versos.

QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS ALUNOS DA 3ª SÉRIE

1º DIA

Quando você e seus colegas não estão estudando nem trabalhando, o que vocês fazem para brincar? Pergunte a eles o que é que vocês todos gostam mais:

De brincadeiras?

De festas?

Ou de quê?

O que é que todos preferem? (escreva atrás desta folha)

Não se esqueçam também de conversar sobre:

Como é que vocês brincam?

Qual o nome das brincadeiras?

Vocês constroem brinquedos?

(como é que vocês conseguem construir?)

Agora vocês podem desenhar, descrever, construir coisas.

Usem a parte de trás desta folha para mostrar quais as brincadeiras.

2º DIA

Vamos falar sobre festas e sobre comemorações?

Quais festas são comemoradas no lugar onde você mora?

vocês participam destas festas? Como?

Nós conhecemos algumas festas como:

São João

São Pedro

Santo Antônio

Natal

Vocês poderiam dizer como é que estas festas são comemoradas no lugar onde vocês moram?

Sua cidade tem padroeiro? Qual é?

No seu dia há comemorações? Como são?

Agora a turma vai se dividir em grupos e escolher alguma destas festas para fazer uma pesquisa:

Vocês podem: ou fazer um cartaz, ou escrever no quadro o nome de quem vai conseguir informações sobre cada festa.

Perguntem também às pessoas mais velhas como é que eram as festas no tempo delas. E anotem tudo o que vocês puderem. Seus colegas vão querer saber.

3º DIA

Agora que cada grupo já escolheu sua festa, vocês podem discutir sobre:

Roupas

Adivinhações

Danças

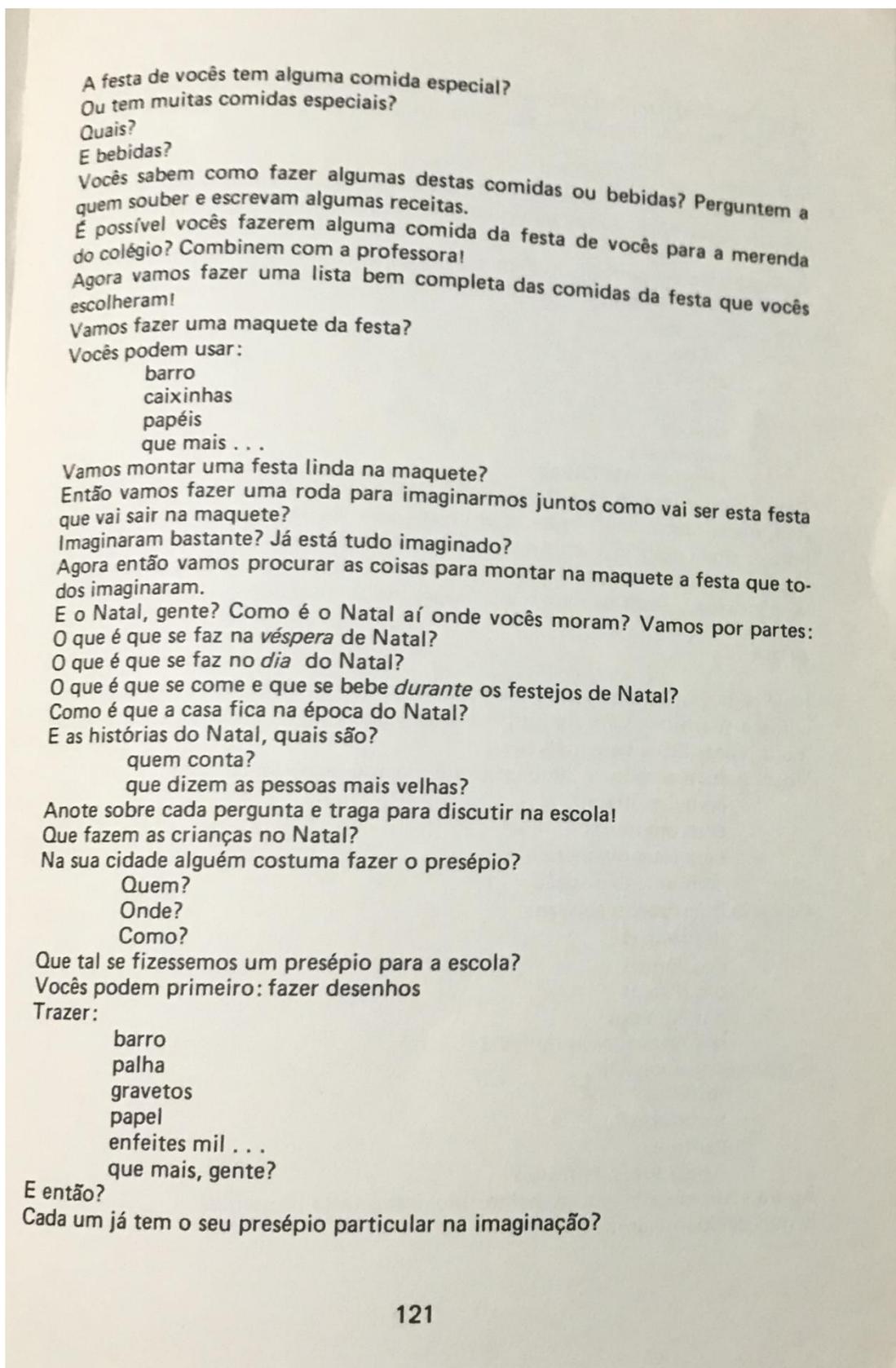
Músicas

Comidas

Questionários – página 120

Enfeites
 Instrumentos
 Bebidas
 Barraquinhas
 Vamos dividir as tarefas entre os membros do grupo como vocês acharem melhor.
 Pensem bem nas sugestões abaixo:
 Festas Juninas
 Festas do Padroeiro
 Em que período são comemoradas?
 Como são comemoradas?
 na rua?
 dentro de casa?
 Há fogueira?
 Há leilão?
 Há sortes? Como são?
 Pergunte às pessoas mais velhas sobre as adivinhações do tempo em que elas eram mais moças. Anote tudo, para os seus colegas ficarem sabendo.
 E as danças? Como é que são as danças?
 Vocês podem perguntar sobre os nomes das danças.
 Dançam só homens?
 Dançam só mulheres?
 Dançam só crianças?
 Ou será que dançam todos?
 Veja também como é a dança:
 É dança de par junto ou separado?
 É dança em fila?
 É dança em roda?
 Ou todo mundo se mistura dentro da dança?
 A dança é acompanhada com música? com palmas? com que?
 Quem é que toca, para os outros dançarem?
 Algum grupo vem de fora para dançar na sua terra?
 Vamos tentar aprender algumas danças para mostrar na classe como são. Mas antes façam uma lista das danças do seu lugar.
 E os instrumentos? Como são?
 Vamos saber quais são os nomes deles?
 Vamos fazer também o desenho deles?
 Peça ajuda às pessoas que toquem algum desses instrumentos!
 E se vocês trouxessem para a escola um instrumento?
 Bem: O que é que vocês podem trazer para a escola, da pesquisa sobre instrumentos?
 Vamos ver?
 E as cantigas da festa, quem sabe?
 Vamos trazer para a escola algumas letras destas cantigas para cantarmos todos juntos? Anote tudo num papel. Peçam também às pessoas mais velhas as letras de umas cantigas para vocês cantarem!
 Comidas e bebidas da festa! Não é uma pesquisa que dá água na boca da gente?

Questionários – página 121



Já sabe que material vai precisar para montar o presépio da imaginação?
Então vamos contar uns aos outros como é que será este presépio de sua cabeça!

Contaram?

Vamos fazer para a escola o presépio da imaginação de vocês todos? Como os materiais que vocês todos forem capazes de descobrir em volta de vocês, por aí.

Atenção! Vocês também podem escolher outras festas do agrado de vocês. É só organizar um grupo e distribuir as tarefas:

Quem vai estudar:

- roupas
- enfeites
- músicas
- danças
- comidas
- atividades de festa etc.

Depois vocês podem fazer listas de cada aspecto da festa que vocês pesquisaram, trazer materiais da festa, fazer coisas próprias da festa, desenhar etc.

Podem ainda montar murais e organizar exposições.

Podem até fazer na escola uma festa do tipo daquela que vocês pesquisaram para mostrar a festa ao vivo, o que vai ser muito divertido.

4º DIA

Hoje cada grupo vai se reunir para discutir o que é que conseguiu para mostrar como é sua festa. Vão ver juntos o que é que está faltando para que o trabalho de vocês fique bem mais rico.

Vocês podem combinar também como mostrar as coisas da festa:

- com um álbum
- com um mural
- com uma maquete
- com uma exposição

Como demonstração ao vivo:

- das roupas
- dos cantos
- das danças
- das comidas
- das brincadeiras da festa

E se vocês trouxessem:

- festeiros?
- tocadores?
- cantores?
- dançadores da festa?

Agora vão pensar: como é melhor mostrar a festa na escola?

Então decidam agora!

5º DIA

Hoje vamos organizar o material da festa para ver o que vai ser montado na escola.

A essa altura já deve estar sendo montado aqui o que vocês decidiram ontem:

álbum
maquete
mural
exposição etc.

Vocês podem também preparar álbuns, murais e exposições de acordo com o material que vocês trouxeram. Podem até eleger entre vocês mesmos um guia para explicar o álbum, o mural ou a exposição aos outros colegas da escola.

Juntem-se em roda, vamos decidir, depois vamos trabalhar!

Mas a escola não pode ficar com a mesma cara de todos os dias!

Vamos trazer amanhã enfeites para ornamentar a escola para as atividades de amanhã? Combine com seus colegas!

6º DIA

Hoje os álbuns, ou murais ou exposições já devem estar prontos para a escola inteira ver.

Vocês providenciaram um guia do seu grupo para explicar a festa e as coisas da festa?

As maquetes da festa de cada grupo estão prontas?

O presépio também ficou pronto? Vocês podem fazê-lo até o fim do ano?

Falta alguma coisa para providenciar? Então vamos providenciar?

E os enfeites do 6º dia, quem trouxe? Reúnam-se em grupo para decidir como é que vocês vão fazer!

Agora, anda gente! Vamos enfeitar a escola para a festa.

ANEXO II – Imagens dos materiais sobre os cursos de folclore

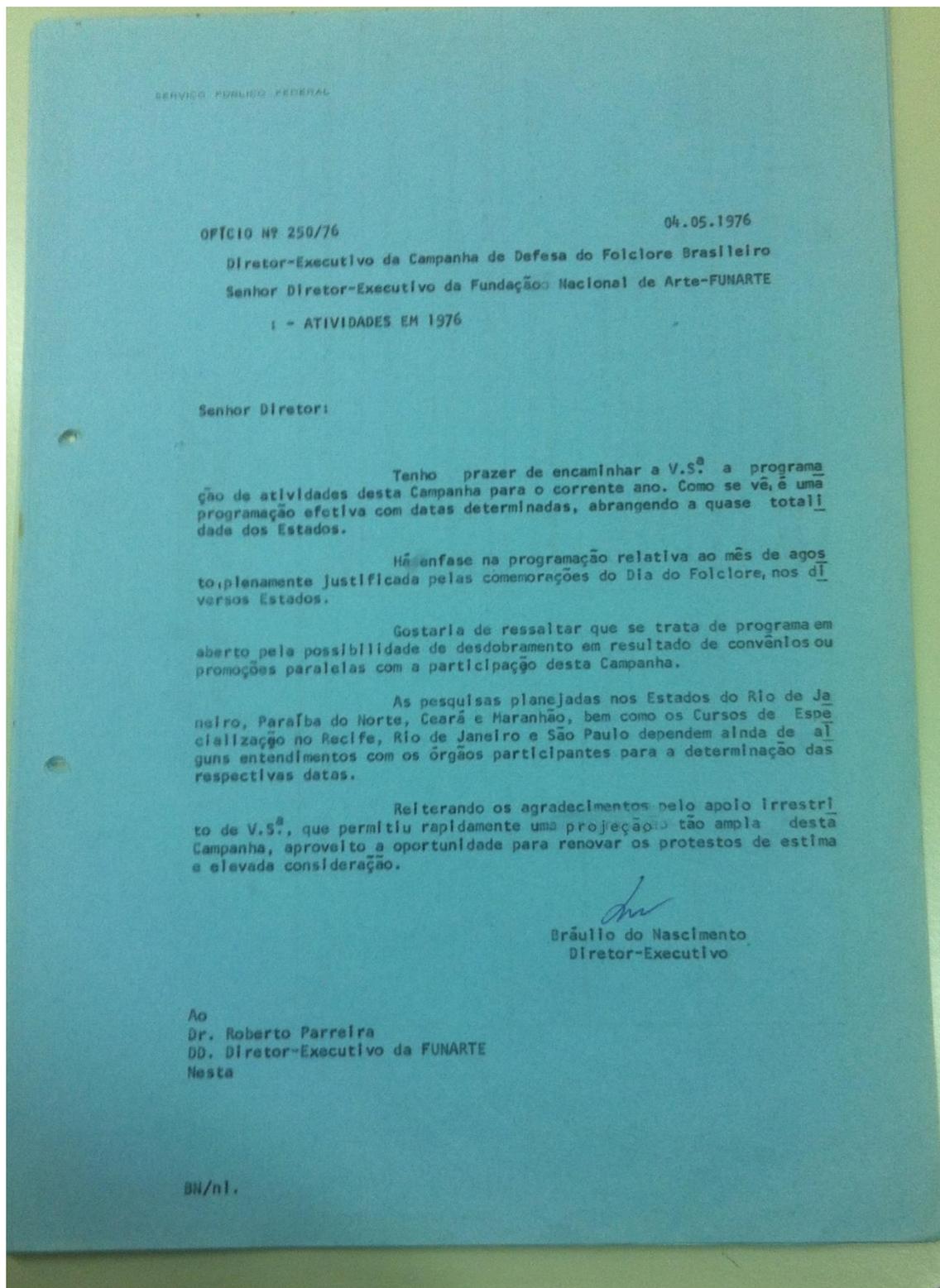
Acervo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CNFCP/IPHAN

Ministério da Educação e Cultura
Departamento de Assuntos Culturais - FUNARTE
Fundação Nacional de Arte - FUNARTE
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

CURSO DE FOLCLORE
CURITIBA - 1976

| DIAS | MATÉRIAS | TÓPICOS ABORDADOS | PROFESSORES | CUSTOS |
|--|--|---|--|--------------------------|
| 28.06 | <u>Teoria do Folclore:</u> | A palavra Folclore. Quando surgiu, onde raízes determinantes de Cultura Folclórica Brasileira. Elementos formados e suas características. Setores da cultura folclórica. Portadores de Folclore. Os estudos de cultura folclórica. Pesquisa Folclórica. | Maria de Lourdes Borges Ribeiro de São Paulo. | 300,00 por hora de aula. |
| 29.06 | <u>Folclore na Educação:</u> | O folclore como fator didático e meio de informação. Aproveitamento da Literatura Oral, Música, Artesanato, Danças e Folgedos. | Maria de Lourdes Borges Ribeiro de São Paulo. | 300,00 por hora de aula. |
| 30.06 | <u>Artes e Artesanatos Folclóricos:</u> | Conceituação de Arte e de Artesanato, de Artista e de Artesão. Processos e Técnicas de Trabalho. Classificação: -rendas e bordados, couro, madeira, metais, papel, pedras, plumária, xilogravuras, máscaras, adornos, etc. | Saul Martins - de Belo Horizonte | 300,00 por hora de aula. |
| 01.07 | <u>Ritos Populares:</u> | Conceituação. Características Gerais das Culturas Africanas. Ritos e Cultos Afro-Brasileiros. Ritos e Cultos de influência indígena. O catolicismo fora da Igreja. | Raul Giovanni da Motta Lody do Rio de Janeiro | 300,00 por hora de aula. |
| 02.07 | <u>Medicina Popular:</u> | Conceituação. Medicina Espiritual e suas origens. Medicina Teológica. Medicina Material. Medicina no período colonial e a contribuição portuguesa. Contribuição indígena e contribuição africana. Plantas medicinais. Formas e fórmulas terapêuticas. Benzedor e Curandiro. | Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo - de São Paulo | 300,00 por hora de aula. |
| 03.07 | <u>Músicas, Danças e Folgedos Folclóricos:</u> | Características gerais da Música folclórica. Instrumentos musicais folclóricos. Danças e Folgedos: Influências étnicas, finalidade e distribuição geográficas. | Maria de Cássia Nascimento Frade do Rio de Janeiro | 300,00 por hora de aula. |
| <p>HORÁRIOS: - TURMA A - DE 28.06 a 02.07 - de 08,00 às 12,00 horas. - TURMA A e TURMA B: - dia 03.07 - de 08,00 às 12,00 hs. e de 14,00 às 18,00 hs. TURMA B - DE 28.06 a 02.07 - de 13,30 às 17,30 horas.</p> <p>PROVA DE APROVEITAMENTO: - DIA 04.07 - de 10,00 às 12,00 horas. - CLIENTELA: - TURMA A - Professores do 1º grau, Professores de Faculdade e de Educação Artística. TURMA B - Alunos do 2º grau e pessoal de turismo.</p> <p>NOTA: - As aulas serão ilustradas com slides, filmes e gravações.</p> | | | | |

Relatório de Atividades de 1976



CAMPAIHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO
ATIVIDADES NOS DIVERSOS ESTADOS -1976
Exercício de 1976

| | | | | |
|---|-------|----------|----------------|---|
| X | Maio | 4-13 | Rio de Janeiro | Curso de Pesquisa de Literatura Oral, na Pontifícia Universidade Católica. |
| | | 10 | | Exposição: Cultura Afro-Brasileira, no Centro Educacional Calouste Gulbenkian. |
| | | 13 | | Exposição: Contribuição africana à cultura brasileira, na Escola Chile (Olaría). - Lançamento do Prêmio Nina Rodrigues, para estudantes de 1º grau. |
| | | 24-28 | Aracaju-SE | Curso de Folclore para Professores. Convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado. |
| | | 28-30 | Laranjeiras-SE | Encontro Cultural de Laranjeiras. - Lançamento de Caderno de Folclore nº 4 - Taleira. - Lançamento de Disco compacto nº 9 - Taleira. - Lançamento de Álbum de Xilogravura Popular. |
| X | Junho | 14 | Rio de Janeiro | Exposição: Cestaria, no Centro Educacional Calouste Gulbenkian. |
| | | 28 a 3/7 | Curitiba-PR | Curso de Folclore para Professores. Convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado. |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

2

| | | | | |
|---|--------|-------|-------------------|--|
| X | Julho | 12-30 | Rio de Janeiro | Curso de Folclore para Professores. Convênio com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. |
| | | 23 | | Exposição: Luminárias Populares, no Salão do Edifício da Cultura, acervo do Instituto Joaquim Nabuco. |
| X | Agosto | 20-26 | Belo Horizonte-MG | <u>IV FESTA DO FOLCLORE BRASILEIRO</u> - Inauguração do Museu do Folclore - Lançamento de Discos compactos. - Lançamento de Cadernos de Folclore. - Relançamento da Revista Brasileira de Folclore. - Desfile de Grupos Folclóricos. Participação de vários Estados. - Feira de Artesanato. Participação de vários Estados. - Palestras sobre Folclore, em Universidades, com folcloristas de vários Estados. - Entrega do Prêmio Sílvio Romero, Marechal Rondon e Nina Rodrigues. - Lançamento de livros sobre folclore. - Exibição de filmes folclóricos em Universidades e Cinemas. |
| | | | Aracaju-SE | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Lançamento da Revista da Comissão Sergipana de Folclore. - Lançamento de Caderno de Folclore. <i>Chagrita</i> - Lançamento de Disco compacto. <i>Chagrita</i> |
| | | | Belém-PA | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Inauguração do Museu de Folclore. - Lançamento da Revista da Comissão Paraense de Folclore. - Lançamento de Caderno de Folclore - Danças do Pará. - Lançamento de Disco compacto - Lundu |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

3

| | | | |
|--------|-------|----------------|---|
| Agosto | 28-26 | Curitiba-PR | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Inauguração do Museu de Folclore. - Lançamento de Caderno de Folclore - <u>Congado</u> . - Lançamento de Disco compacto <u>Fandango</u> . - Lançamento da <u>Revista</u> da Comissão Paranaense de Folclore. |
| | | Maceió-AL | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Relançamento do <u>Boletim</u> da Comissão Alagoana de Folclore. - Lançamento de Caderno de Folclore - <u>Enigmas populares</u> . - Lançamento de Disco compacto - <u>Reisado alagoano</u> . |
| | | Natal-RN | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Inauguração do Museu de Folclore. - Lançamento da <u>Revista</u> da Comissão Rio-Grandense-do-norte de Folclore. - Lançamento de Caderno de Folclore - <u>O conto folclórico no Brasil</u> . - Lançamento de Caderno de Folclore - <u>Hitos Brasileiros</u> . - Lançamento de disco compacto - <u>Mau Catarineta</u> . |
| | | Recife-PE | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Lançamento da <u>Revista</u> da Comissão Pernambucana de Folclore. - Lançamento de Caderno de Folclore - <u>Incelencas</u> . - Lançamento de Disco compacto - <u>Incelencas</u> . - Lançamento de Disco compacto - <u>Xango</u> . |
| | | Rio de Janeiro | Exposição: <u>Cerâmica figurativa do Vale do Jequitinhonha</u> - Centro Educacional Calouste Gulbenkian. |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

4

| | | | |
|--------|----|----------------|---|
| Agosto | 29 | Rio de Janeiro | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Desfile Folclórico. Participação no Programa dos Departamentos Estadual e Municipal de Cultura para as comemorações do Dia do Folclore. - Lançamento de Disco Long-play: <u>Cirandas de Parati</u> . Convênio com Departamento Estadual de Cultura e Fundação Estadual de Museus. |
| | | São Luís-MA | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Inauguração do Museu de Folclore. - Lançamento da <u>Revista</u> da Comissão Maranhense de Folclore. - Lançamento do Caderno de Folclore - <u>Bumba-meu-boi</u> . - Lançamento de Disco compacto - <u>Tambor de crioula</u> . |
| | | São Paulo-SP | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Lançamento da <u>Revista</u> da Comissão Paulista de Folclore. - Lançamento de Caderno de Folclore - <u>Medicina Popular</u> . - Lançamento de Disco compacto - <u>Banca de São Gonçalo</u> . |
| | | Vitória-ES | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Instalação do Museu de Folclore. - Lançamento de Disco compacto - <u>Toadas de Congo</u> . - Lançamento de Caderno de Folclore - <u>Literatura Oral</u> . - Relançamento do <u>Boletim</u> da Comissão Espírito-Santense de Folclore. |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

5

| | | | |
|----------|----|------------------|--|
| Agosto | 29 | Florianópolis-SC | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> Relançamento do Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. - Lançamento do Caderno de Folclore - <u>Bol-de-mão</u> . |
| | | Bahia-BA | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Lançamento da Revista da Comissão Bahiana de Folclore. - Lançamento de Disco Compacto - <u>Capoeira</u> . |
| | | Goiás-GO | <u>SEMANA DO FOLCLORE</u> - Lançamento da Revista da Comissão Goiana de Folclore. - Lançamento de Disco compacto - <u>Folia de Reis</u> . |
| Setembro | | Recife-PE | Curso de Especialização em Pesquisa Folclórica (nível superior), em convênio com o Instituto Joaquim Nabuco. Bolsistas de vários Estados. |
| | | SÃO Paulo-SP | Curso de Especialização em Música Folclórica (nível superior), em convênio com o Instituto Musical de São Paulo. |
| | | Rio de Janeiro X | Curso de Especialização em Literatura Oral (nível superior), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| | 13 | | Exposição: Tipos Regionais - Cerâmica figurativa - Centro Educacional Calouste Gulbenkian. |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

6

| | | | |
|----------|----------|------------------|---|
| Outubro | 18 | Viçosa-AL | <u>FESTIVAL DE VIÇOSA</u> - Lançamento de Caderno de Folclore - <u>Coco de Alagoas</u> . - Lançamento de Disco Compacto - <u>Chegança</u> . - Apresentação de Grupos Folclóricos - <u>Capoeira</u> . |
| | | Rio de Janeiro | Curso Vivo de Folclore, na Escola Nacional de Música, com apresentação de Grupos Folclóricos. Exposição Brinquedos - Centro Educacional Calouste Gulbenkian. |
| | 5 a 7/12 | | |
| | 12 | Rio de Janeiro | |
| Novembro | 12 | Rio de Janeiro | Exposição: Maracatu de Dona Santa. Salão do Palácio da Cultura. Acervo do Instituto Joaquim Nabuco. Apresentação de Grupo de Maracatu. |
| Dezembro | 13 | Rio de Janeiro | Exposição: Presépio: Salão do Palácio da Cultura. Apresentação de Pastorinhas. |
| | | Maranhão | Pesquisa Folclórica: <u>Dança do Lelelé</u> . Convênio com a Fundação Cultural do Maranhão e Comissão Maranhense de Folclore. |
| | | Rio de Janeiro X | Pesquisa folclórica: <u>Pastorinhas e Follas de Reis</u> . Convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado/Departamento de Cultura/Divisão de Folclore e Comissão Fluminense de Folclore. |
| | | Ceará | Pesquisa Folclórica: <u>Ex-votos</u> . |
| | | Paraíba do Norte | Pesquisa Folclórica: <u>Geral</u> . Convênio com a Universidade Federal e Comissão Paraibana de Folclore. |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA
 CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO, EM 1976

A atuação da Campanha vem-se desenvolvendo com o apoio decisivo do Departamento de Assuntos Culturais e da Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, em âmbito nacional, sendo enorme o acervo de suas realizações nos diversos setores: pesquisas, cursos em vários níveis, publicações, instalação de museus, exposições, concursos, recuperação de grupos folclóricos, festivais, documentário sonoro, fotográfico e cinematográfico e divulgação intensiva do folclore no país e no exterior.

Nos Estados, tem procurado a Campanha entrosar o seu trabalho com as Comissões de Folclore, tendo, nesse sentido, em colaboração com a Comissão Nacional de Folclore, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBEECC), a que estão subordinadas, elaborado um estatuto para aquelas Comissões Estaduais, objetivando-lhes personalidade jurídica, possibilitando, desse modo, o melhor relacionamento através de convênios.

Paralelamente tem sido aprofundado um trabalho com a colaboração das Universidades, Secretarias de Educação e Cultura, em nível estadual e municipal e Fundações Culturais.

O programa desenvolvido no corrente ano abrange:

1. CURSOS DE FOLCLORE

- 1.1 - Curso de Especialização em Pesquisa Folclórica, realizado em Recife, com a colaboração do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- 1.2 - Curso de Folclore para Professores, dois Cursos de Folclore para Professores foram realizados pela Campanha em Curitiba e no Rio de Janeiro.
- 1.3 - Curso de Especialização em Música Folclórica, realizado em colaboração com o Instituto Musical de São Paulo.

2. CONCURSOS

- 2.1 - Prêmio Sílvio Romero
 2.2 - Prêmio Amadeu Amaral
 2.3 - Prêmio Marechal Rondon
 2.4 - Prêmio Nina Rodrigues

Nos Estados, tem procurado a Campanha entrosar o seu trabalho com as Comissões de Folclore, tendo, nesse sentido, em colaboração com a Comissão Nacional de Folclore, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), a que estão subordinadas, elaborado um estatuto para aquelas Comissões Estaduais, objetivando dar-lhes personalidade jurídica, possibilitando, desse modo, o melhor relacionamento através de convênios.

Paralelamente tem sido aprofundado um trabalho com a colaboração das Universidades, Secretarias de Educação e Cultura, em nível estadual e municipal e Fundações Culturais.

O Programa desenvolvido no corrente ano abrange:

X

— x para

CURSOS DE FOLCLORE:

Objetivando a criação de novos quadros para o estudo, a pesquisa e divulgação de nosso folclore, a Campanha promoveu este ano, com o patrocínio da FUNARTE, Curso de Folclore em diversos níveis:

Curso de Especialização em Pesquisa Folclórica. Em Recife, no período de 5 a 30 de julho, com a colaboração do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em nível superior, num total de 180 horas; 120 de aulas teóricas, com apoio de audiovisual, e 60 horas de pesquisa de campo. Para ministrá-lo foram convidados especialistas de vários Estados. A Campanha concedeu 11 (onze) bolsas a estudantes das Universidades Federais do: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Goiás. Concluíram o Curso 44 (quarenta e quatro) alunos.

Curso de Folclore para Professores: Dois Cursos de Folclore para Professores foram realizados pela Campanha em Curitiba e Rio de Janeiro.

Curitiba - período de 28.6 a 4 de julho, em duas turmas, com 30 horas cada uma, com a colaboração da Assessoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, e coordenação da Comissão Paranaense de Folclore. Concluíram o Curso 130 (cento e trinta) alunos.

Rio de Janeiro - período de 12 a 30 de julho, com 60 horas, em colaboração com o Departamento Geral de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Município do Rio de Janeiro. Concluíram o Curso 140 (cento e quarenta) alunos.

Curso de Especialização em Música Folclórica. Em colaboração com o Instituto Musical de São Paulo, a Campanha promove um Curso de Especialização em Música Folclórica, num total de 180 horas, assim distribuídas - 120 horas para aulas teóricas e 60 horas para pesquisa de campo. O Curso, já realizado no ano passado está com uma frequência de 80 alunos.

CONCURSOS:

Prêmio Sílvio Romero. O estímulo à pesquisa folclórica, item prioritário do Programa da Campanha, foi grandemente intensificado com a elevação do Prêmio Sílvio Romero, sob o patrocínio da FUNARTE, de Cr\$ 20 mil para Cr\$ 50 mil. Destinado a monografias sobre quaisquer temas do folclore brasileiro, o Prêmio Sílvio Romero vem despertando o maior interesse no âmbito universitário. Neste ano concorreram 42 trabalhos de diversos Estados.

Prêmio Amadeu Amaral. Encerra no dia 30 de setembro próximo o prazo para recebimentos dos trabalhos concorrentes ao Prêmio Amadeu Amaral, sobre a contribuição de Amadeu Amaral aos estudos de folclore no Brasil. O Prêmio, no valor de Cr\$ 20 mil crázeiros, instituído pela Campanha em comemoração ao centenário de nascimento do folclorista (1975), tem o patrocínio da FUNARTE e participação da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do

Capa da Revista Brasileira de Folclore



Folha da Revista Brasileira de Folclore

Revista Brasileira de Folclore

Ano XIV N.º 41
maio/agosto 1976



Campanha de Defesa do
Folclore Brasileiro

CURSOS DE FOLCLORE

Objetivando a criação de novos quadros para o estudo, a pesquisa e divulgação de nosso folclore, a Campanha promoveu este ano, com o patrocínio da FUNARTE, curso de folclore em diversos níveis:

Curso de Especialização em Pesquisa Folclórica. Em Recife, no período de 5 a 30 de julho, com a colaboração do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em nível superior, num total de 180 horas; 120 de aulas teóricas, com apoio de audiovisual, e 60 horas de pesquisa de campo. Participaram do Curso os professores: Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Saul Martins, Felte Bezerra, Valdemar Valente, Vicente Salles, Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo e Mário Souto Maior, responsável também pela coordenação geral. Para maior rendimento do Curso, a Campanha concedeu 11 (onze) bolsas a estudantes das Universidades Federais do: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Goiás. Concluíram o Curso 44 (quarenta e quatro) alunos, cabendo, naturalmente, maior percentagem a Pernambuco.

Curso de Folclore para Professores. Dois Cursos de Folclore para Professores foram realizados pela Campanha, em Curitiba e Rio de Janeiro.

Em Curitiba, no período de 28.06 a 04 de julho, em duas turmas, com 30 horas cada uma, com a colaboração da Assessoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná. O Curso, coordenado pela Professora Roselys Vellozo Roderjan, Secretária da Comissão Paranaense de Folclore, teve a participação dos professores: Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Saul Martins, Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo e Raul Giovanni da Mota Lody.

No Rio de Janeiro, no período de 12 a 30 de julho, com 60 horas, em colaboração com o Departamento Geral de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Município do Rio de Janeiro. O Curso, realizado no Centro Educacional Calouste Gulbenkian, teve a participação dos Professores: Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Saul Martins Lamas, Felte Bezerra, Vicente Salles, Maria de Cássia Nascimento Frade, Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo, Ana Augusta Rodrigues, Raul Giovanni da Motta Lody e Aloysio de Alencar Pinto, sob a coordenação da Prof.^a Maria Aparecida Antonello Ferreira. Concluíram o Curso 140 (cento e quarenta) alunos.

Curso de Especialização em Música Folclórica. Em colaboração com o Instituto Musical de São Paulo, a Campanha promoverá um Curso de Especiali-

ANEXO III – Projeto Sala

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE CULTURA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL
DIVISÃO DE FOLCLORE

PROJETO "SALA"

I . OBJETIVO:

Aproveitar o espaço ocioso existente no Departamento de Cultura - salão do 1º andar - para incrementar atividades de cunho cultural para professores, alunos e pessoas da comunidade em geral, divulgando aspectos do folclore fluminense, praticamente desconhecidos dentro da grande metrópole.

II . DESENVOLVIMENTO:

A - Aulas, com projeção de slides e documentários, para professores e alunos das escolas da rede oficial - estadual e municipal - e dos colégios particulares sobre o folclore fluminense. Estas seriam divulgadas através de circular enviada às escolas. As aulas, com a duração de 2 horas, serão dadas pelos elementos da Divisão de Folclore e marcadas com antecedências pelos professores interessados. Para não prejudicar o andamento das outras atividades desenvolvidas pela Divisão de Folclore, ficaria estabelecido um dia, por quinzena, para o evento. Caso haja muito interesse, as aulas serão dadas semanalmente. Em seguida às aulas, os alunos e professores visitariam, nas dependências da Divisão, o acervo relativo ao folclore do nosso estado.

Para a aula sobre Artesanato Folclórico, seria convidado um artesão aqui residente para ilustrar seu trabalho, demonstrando a técnica empregada na elaboração de suas peças - modelagem em barro ou miolo de pão, aproveitamento de sucata, confecção de brinquedos e outros.

Temas das Palestras e Calendário de Datas.

- 8 de abril - 14/16 hs - Artesanato
22 de abril " - Literatura de Cordel
6 de maio " - Folguedos
20 de maio " - Literatura Oral
30 de junho " - Lúdica Infantil

Capacidade da sala:

B - Além dos eventos sugeridos e de cuja organização a Divisão de Folclore se encarregaria, o salão poderia ainda ser aproveitado, futuramente para:

- exposições de pintura, desenho, gravura, xilogravura, cerâmica, escultura fotografias, de artistas eruditos ou populares, residentes no estado ou outros que abordem, como tema em seu trabalho, aspectos da cultura do nosso estado;
- lançamento de livros ou publicações editados pelo Departamento de Cultura da SEEC;
- exposições de trabalhos de alunos das escolas estaduais, relacionados ou não, a concursos programados pela SEEC.

Nomes de alguns artistas populares do RJ que mereceriam a organização de uma mostra de seus trabalhos:

- Adalton Fernandes Lopes (cerâmica)
- Antonio de Oliveira (figuras mecanizadas em madeira)
- Oswaldo Ferreira da Silva e Celestino Gomes da Cunha (modelagem em miolo de pão)
- Ciro dos Anjos (xilogravura)
- Nelson Duarte (escultura em madeira)
- Isabel Conrado (paneleira - barro)
- Mudinho (escultura em madeira).

Rio de Janeiro, 26 de março de 1981.

**ANEXO IV – Ficha Técnica e Sumário do livro “O Homem Fluminense”
de Vera de Vives**

Governador do Estado do Rio de Janeiro
Floriano Faria Lima

Secretária Estadual de Educação e Cultura
Myrthes De Lucca Wenzel

Presidente da Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro
Leonídio Ribeiro Filho

Diretora-Executiva da Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro
Neusa Fernandes

Diretora do Museu de Artes e Tradições Populares
Pascoalina de Almeida Stilben

Diretora-Adjunta do Museu de Artes e Tradições Populares
Vera de Vives

O Homem Fluminense

Produção – Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro

Idealização – Elton Medeiros

Texto e Trabalho de Campo – Vera de Vives

Fotografias – Zalmir Gonçalves, Gilson Barreto, Jorge Sirito de Vives,
Luiz Antônio Pimentel, Roberto Costa de Sá Peixoto

Notação Musical – Elton Medeiros

Pesquisa da Arte Espiritual – Vera de Vives e Elton Medeiros

Editoria e Gerência – Vera de Vives

Diagramação e Programação Visual – Maurício M. Rosas

Montagem: Darli Mello Barreto e M. Rosas

Impressão – Artes Gráficas Americana S.A.

Sumário

O LAVRADOR — de 12 a 27

A casa
 Lavoura e tradições da pequena indústria doméstica
 Aguardente e licores
 Doces e geléias. Broas e bolos
 Farinha de mandioca. Polvilho. Beiju. Prensas e tipitis
 Mutirão. Guando. Medidas de colheita. Abanos e quibanos
 Carros de boi
 Tropas e tropeiros. Compra do gado

O HOMEM NO MAR, RIOS E LAGOAS — de 28 a 36

Pesca no mar
 Processos de trabalho
 Canoas e mutirão
 O pescador nos rios e banhados
 Culinária típica
 O vigia de cardumes
 As pranchas do Rio Paraíba
 Sal e operários salineiros

ARTE POPULAR MATERIAL

FIBRAS E FIOS — de 38 a 53

Redes e colchas
 Fiação do tucum. Redes de pesca
 A fibra do mandioqueiro
 Renda de bilros
 Palha de milho e de bananeira. Chapéus de palha e bambu
 Bambu e taquara

MADEIRA — de 53 a 57

Gamelas. Pilões. Santeiros. Entalhes e esculturas. Instrumentos musicais

APROVEITAMENTO DO PANO — 58

Colchas e tapetes de retalhos. Bonecas de pano.

OSSO E CHIFRES. CERA SILVESTRE.

PAPEL E LIXO INDUSTRIAL — de 58 a 59

O BARRO — de 59 a 65

Cerâmica de torno
 Cerâmica manual

COURO E FERRO — de 65 a 68

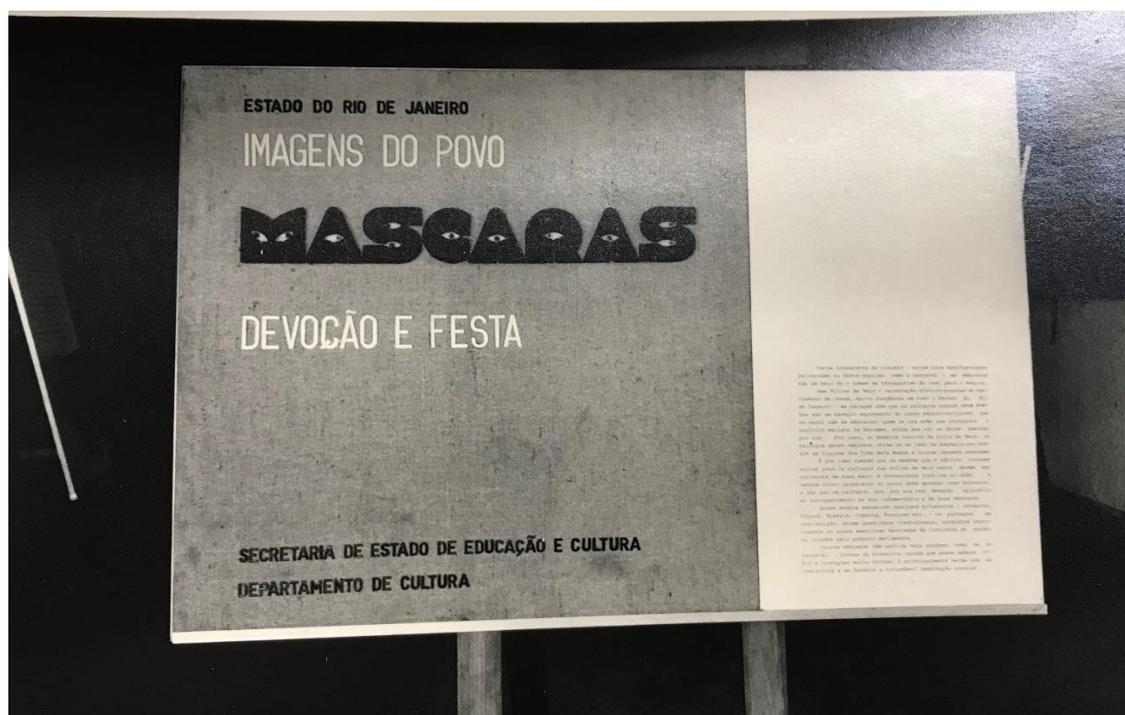
ARTE ESPIRITUAL FLUMINENSE — de 69 a 106

Caxambu e jongo
 Calango e lera
 Boi Pintadinho e jaguará. Maneiro-pau
 Folias de Reis e Folias do Divino
 A festa do Divino em Paraty e Saquarema
 Chiba cateretê e cirandas de Paraty
 Festas de padroeiros. Festas de Junho
 As capelas da Santa Cruz
 Cavalhada
 O Divino açoreano.

BIBLIOGRAFIA — 107

ANEXO V – Fotos Exposições

Exposição: Imagens do Povo Máscaras, Devoção e Festa. 1º Encontro Latino Americano de Educação através da Arte, 1977. Fonte: Lena Frias, 1978 (Acervo INEPAC).



"... folia, porém com devoção"

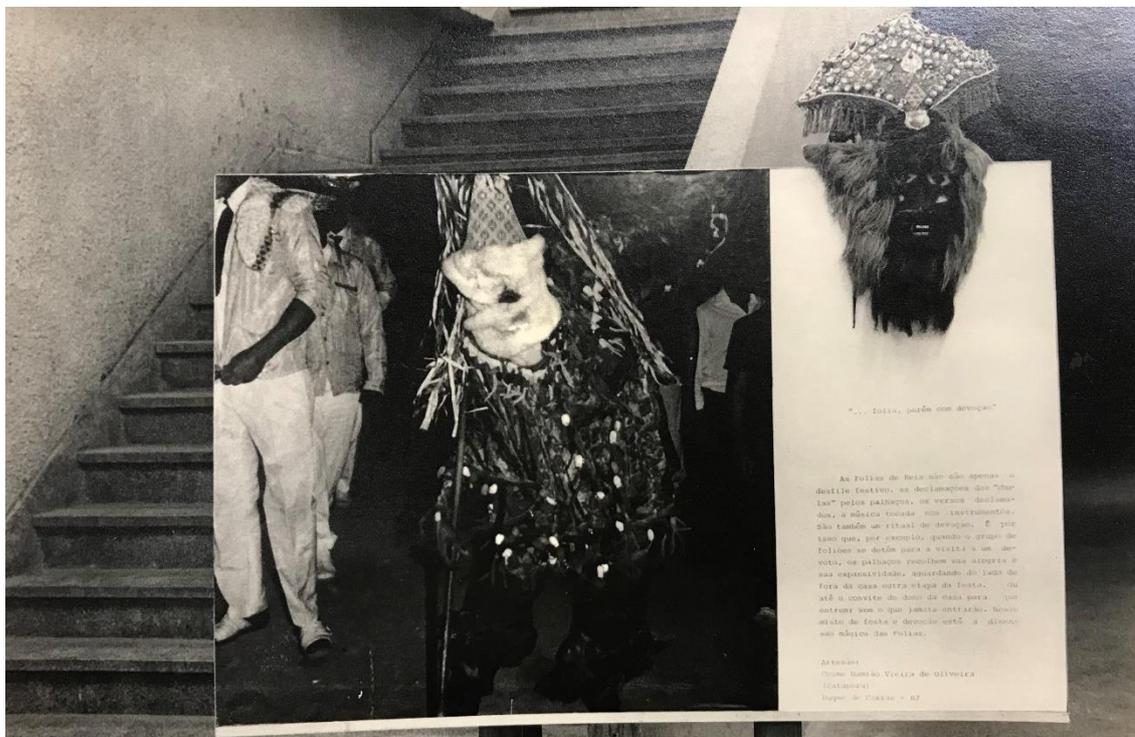
As Falias de Reis não são apenas o desfile festivo, as declamações das "chulas" pelos palhaços, os versos declamados, a música tocada nos instrumentos. São também um ritual de devoção. É por isso que, por exemplo, quando o grupo de foliões se detém para a visita a um devoto, os palhaços recolhem sua alegria e sua expansividade, aguardando do lado de fora da casa outra etapa da festa. Ou até o convite do dono da casa para que entrem; sem o que jamais entrarão. Nesse misto de festa e devoção está a dimensão mágica das Falias.

Artesão:

Cosme Damiano Vieira de Oliveira

(Catapora)

Duque de Caxias - RJ



"palhaço é o diabo..."

Palhaço é coisa engraçada, é figura para fazer todo mundo rir, mas nós somos palhaços um pouco diferentes: os palhaços das Folias de Reis. O que nós representamos são os soldados-espiões que Herodes mandou seguir os Reis Magos quando estes caminhavam rumo à gruta onde estava o Menino Jesus, recém-nascido. Como representamos o próprio espírito mau de Herodes, às vezes aparecemos, nas folias, como Satanás. Saímos também de africano ou de saci etc. Quem nos faz usa o couro do bicho mais fácil de encontrar: boi, cabrito, bode, coelho, preguiça, quati. Depois, para nos dar feições dramáticas, recorre a pedaços de alumínio, papel brilhante, tintas de cores fortes. Agora, estão partindo até para a sofisticação, como as ligações eletrônicas a pilhas para acender lâmpadas em nossa boca, orelhas e testa. É luxo demais para um espírito mau de folia. Mas o diabo faz das suas.

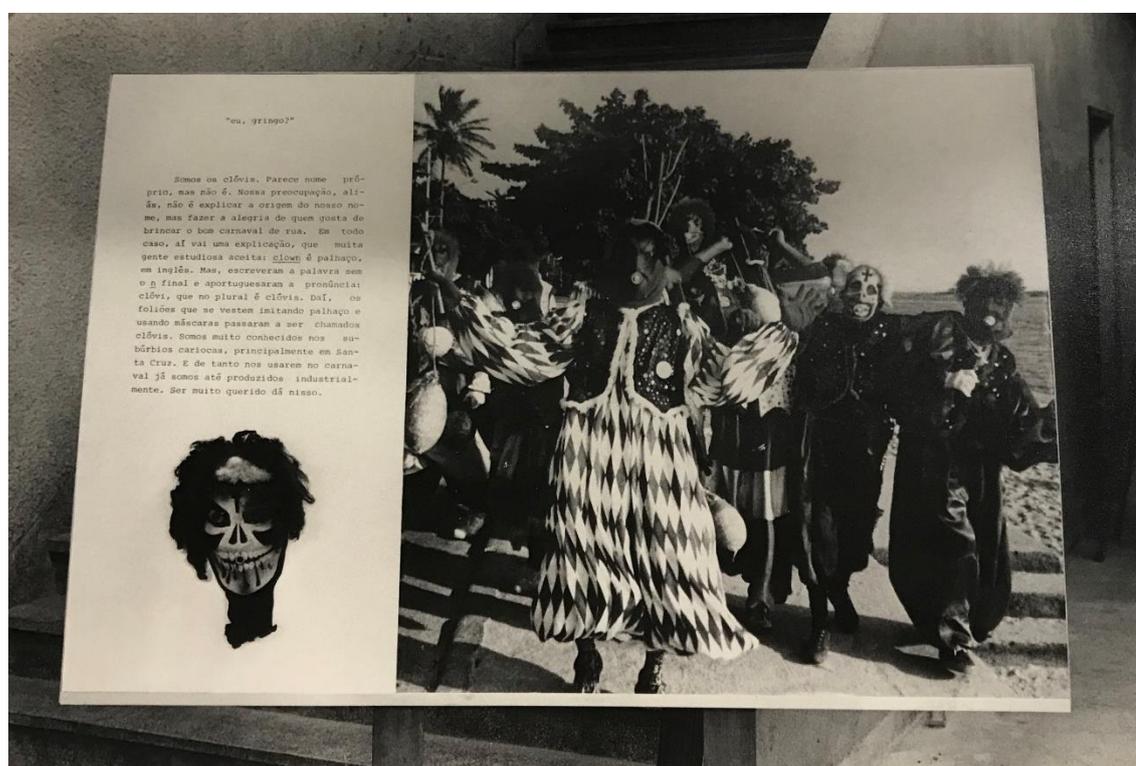
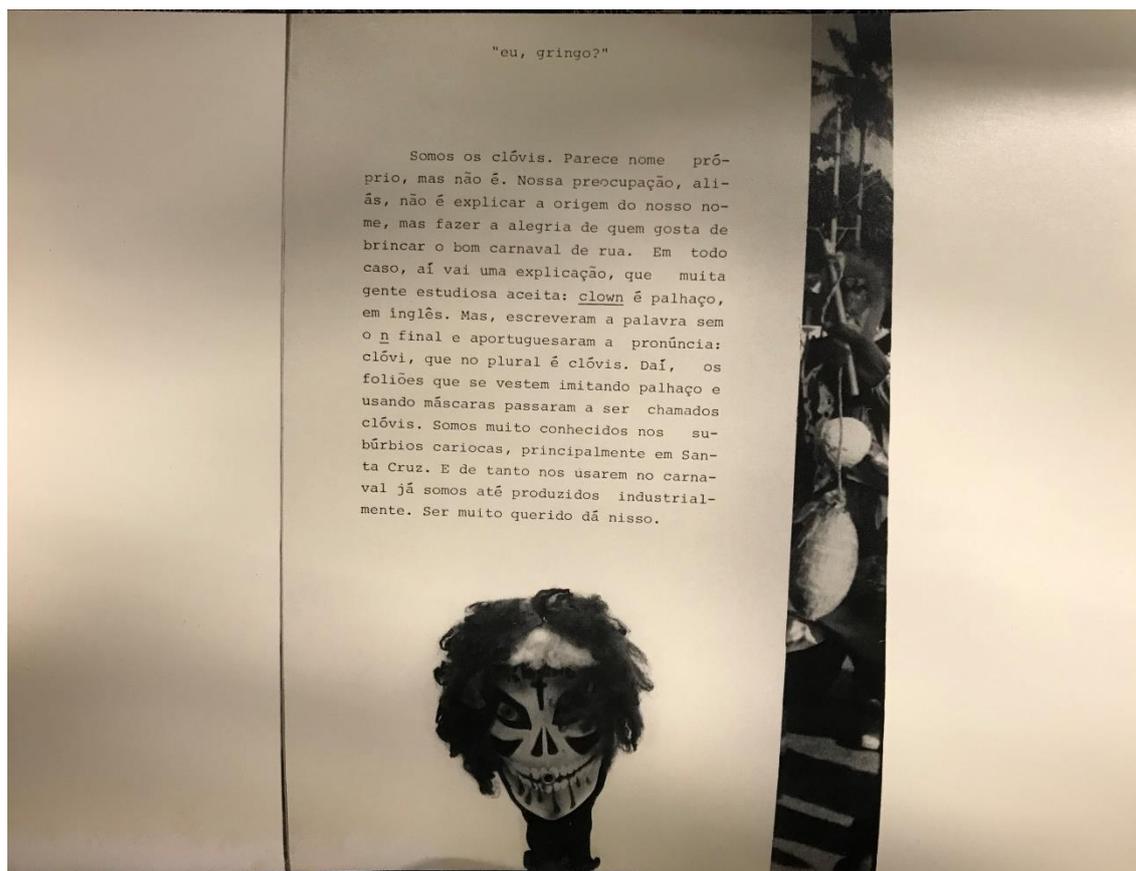
Artesão:
Manoel Gama
Miracema - RJ

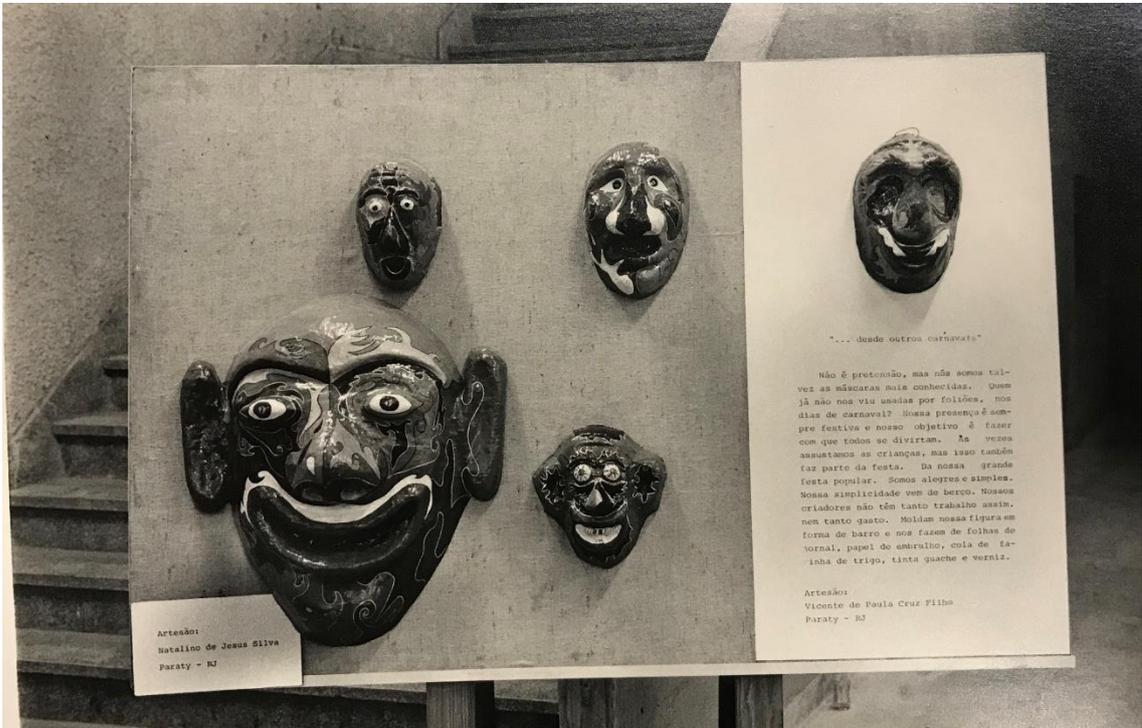


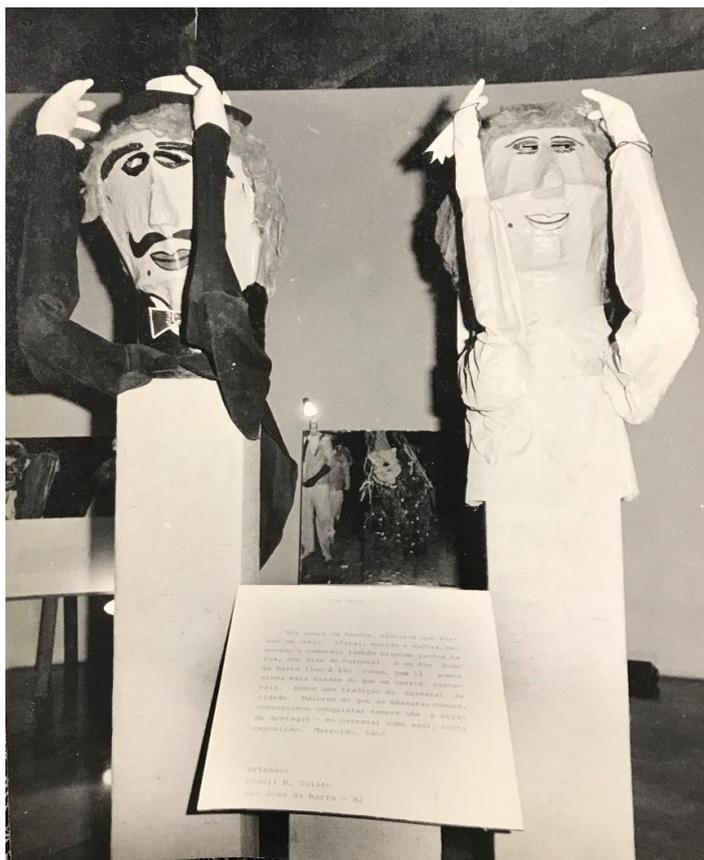
"bota mulher na parada..."

Minha aparência não é de assustar, com essa boca enorme, esses dentes, esses olhos esbugalhados? Mas nasci também para divertir, para as brincadeiras do carnaval de rua. É verdade que sou pouco viajado mas sou máscara com nome próprio: Voronoff. Nome estranho, não? Nome de russo para máscara de carnaval brasileiro. Mas explico logo: meu nome é o mesmo de um cientista russo que fazia experiências com glândulas de macaco para deixar os homens - como direi? - mais animados. Daí surgiu o tema para uma marchinha de carnaval e a inspiração para o meu criador: o artesão Natalino de Jesus Silva, de Paraty. Esta minha expressão esquisita é para lembrar o que o outro Voronoff pretendia, com suas experiências.

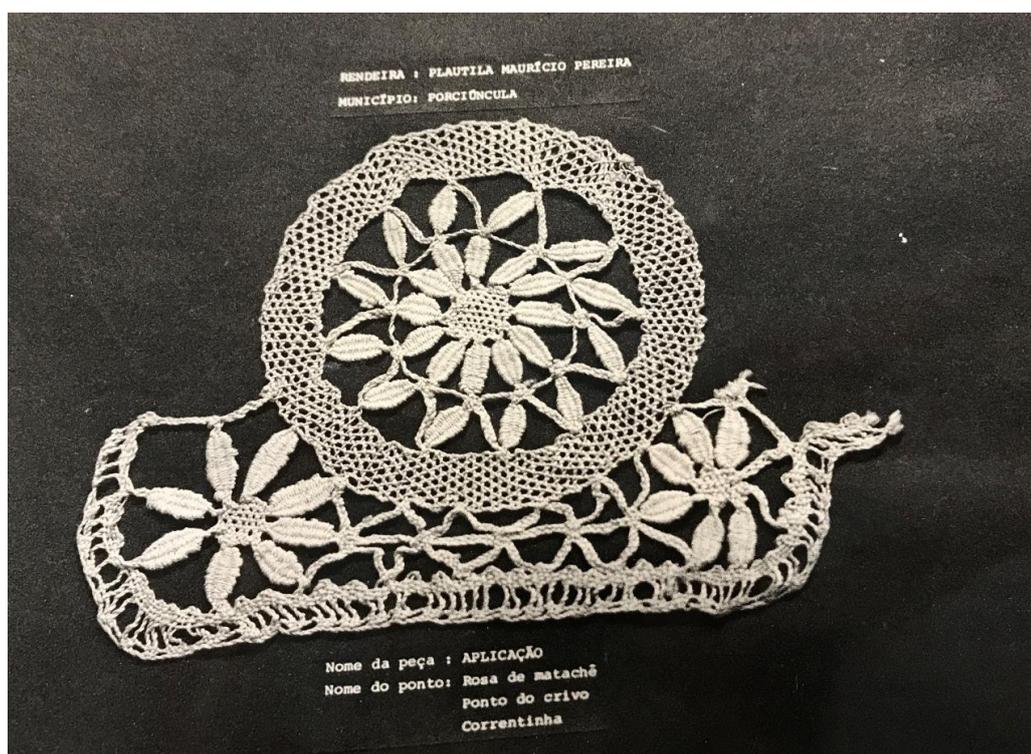


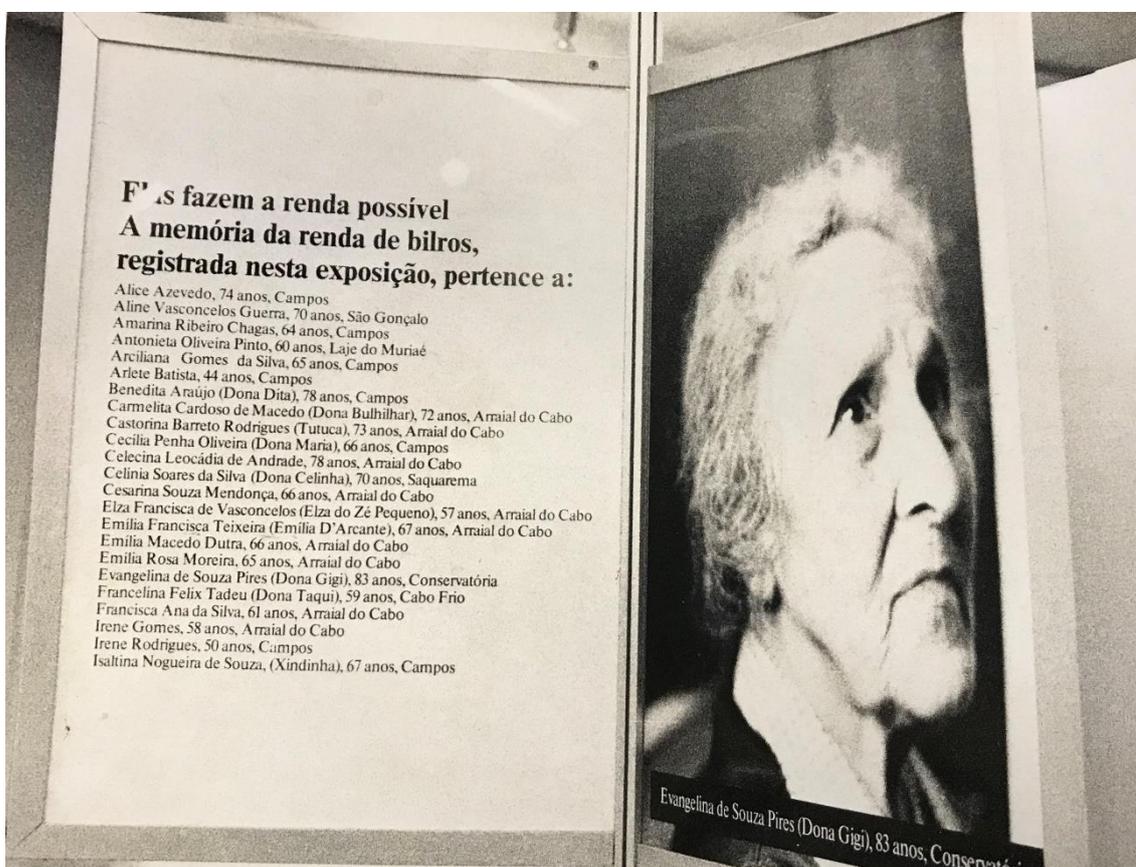


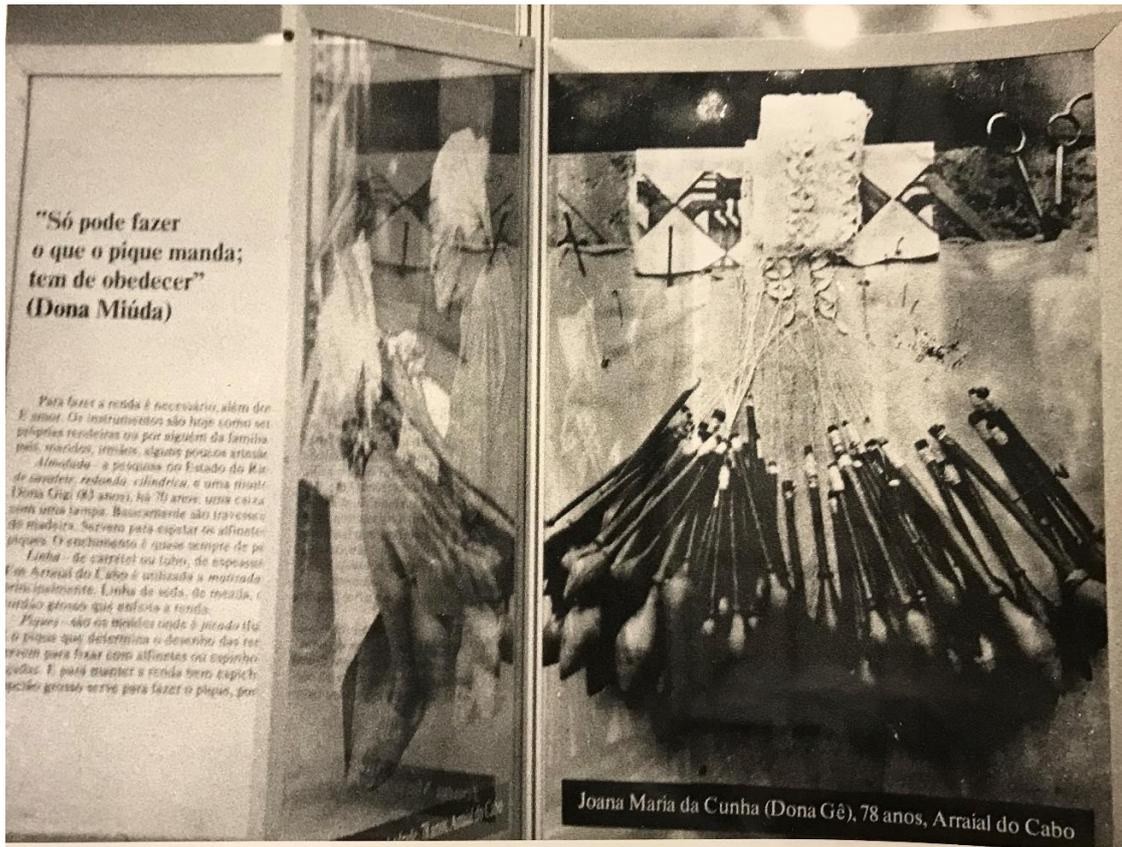




Exposição A Renda Quase Impossível. FUNARTE, novembro 1978. Fotografias de Lena Frias. Fonte: Lena Frias, 1978 (Acervo INEPAC).







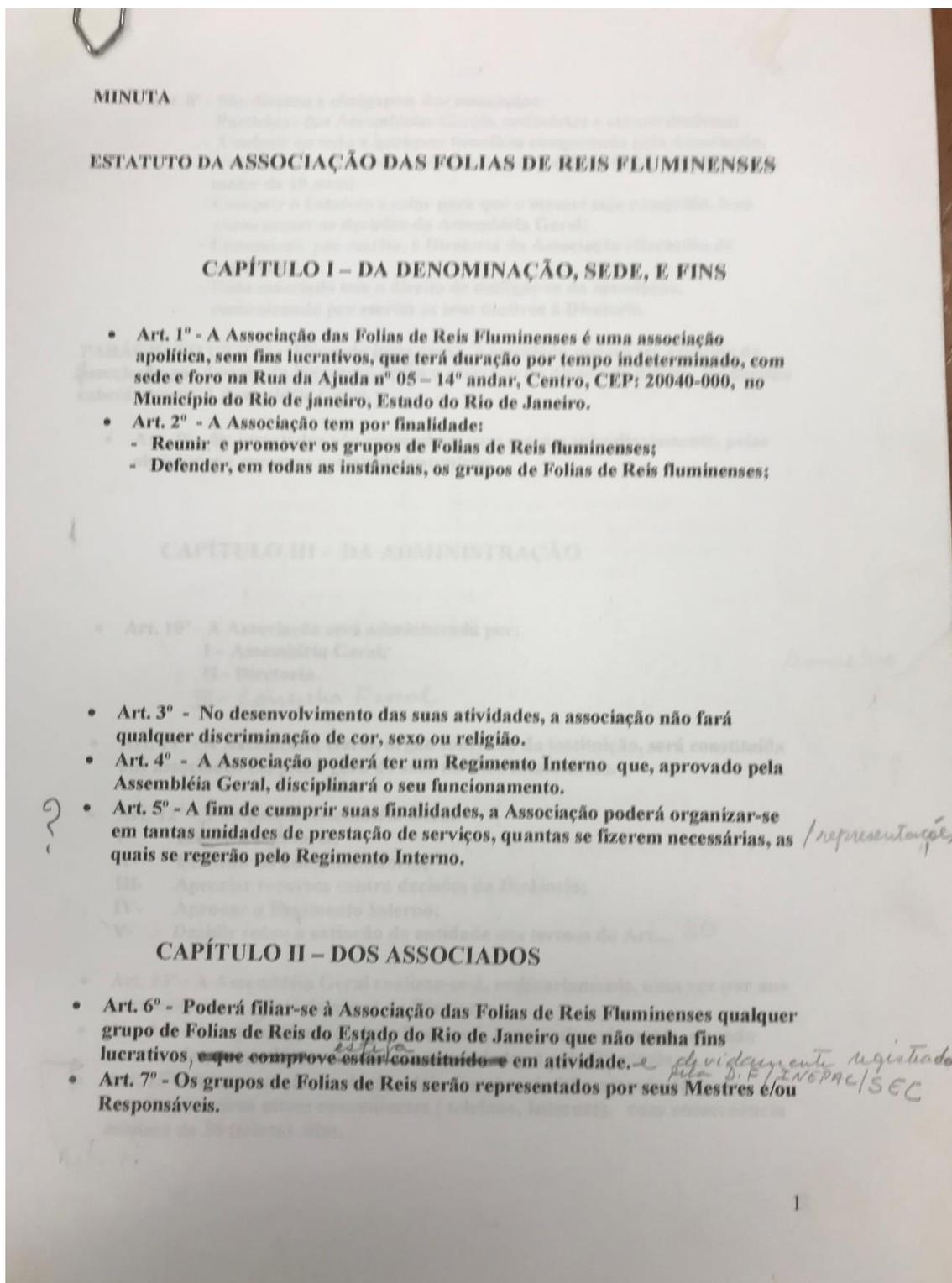


Exposição Mudinho fala pela madeira. 1º. Encontro Latino Americano de Educação através da Arte, 1977. Fonte: Lena Frias, 1978 (Acervo INEPAC).



ANEXO VI – Projeto de lei e Estatuto Folias de Reis

Minuta do Estatuto



- Art. 8º - São direitos e obrigações dos associados:
 - Participar das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias;
 - Usufruir de todo e qualquer benefício conquistado pela Associação;
 - Votar e ser votado para todos os cargos da Associação, desde que seja maior de 18 anos;
 - Cumprir o Estatuto e zelar para que o mesmo seja cumprido, bem como acatar as decisões da Assembléia Geral;
 - Comunicar, por escrito, à Diretoria da Associação alterações de endereço.
 - Todo associado tem o direito de desligar-se da associação, comunicando por escrito os seus motivos à Diretoria.

PARÁGRAFO ÚNICO : Havendo justa causa, o associado poderá ser excluído da Associação por decisão da Diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à Assembléia Geral.

- Art. 9º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

- Art. 10º - A Associação será administrada por:
 - I - Assembléia Geral;
 - II - Diretoria.
 - III - Conselho Fiscal
- Art. 11º - A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, será constituída dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.
- Art. 12º - Compete à Assembléia Geral:
 - I- Eleger a Diretoria;
 - II- Destituir os administradores;
 - III- Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
 - IV- Aprovar o Regimento Interno;
 - V- Decidir sobre a extinção da entidade nos termos do Art... 30
- Art. 13º - A Assembléia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para apreciar o relatório anual da Diretoria.
- Art. 14º - A Assembléia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada por qualquer um dos seus associados e pela Diretoria.
- Art. 15º - A convocação da Assembléia Geral será feita através de carta-convite ou outros meios convenientes (telefone, Internet), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

- PARÁGRAFO ÚNICO – Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, não exigindo a lei quorum especial.

- Art. 16º - A Diretoria será constituída por:
 - Presidente
 - Vice – Presidente
 - 1º Secretário
 - 2º Secretário
 - 1º Tesoureiro
 - 2º Tesoureiro

- PARÁGRAFO ÚNICO – Todos os cargos da Diretoria, com exceção do 1º e 2º Secretários, deverão ser exercidos por Mestres e/ou Responsáveis pelos grupos e o mandato da Diretoria será de 05 (cinco) anos, podendo haver reeleição consecutiva, no todo ou em parte, da diretoria.

- Art. 17º - Compete à Diretoria:
 - I- Elaborar e executar programa anual de atividades;
 - II- Elaborar e apresentar, à assembléia Geral o relatório anual;
 - III- Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
 - IV- Convocar a Assembléia Geral.

- Art. 18º - A Diretoria reunir-se-á no mínimo 1 (uma) vez ao ano.
- Art. 19º - Compete ao Presidente:
 - I - Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e Extrajudicialmente;
 - II – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
 - III – Convocar e presidir a Assembléia Geral;
 - IV - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
 - V - Assinar, com o 1º Tesoureiro, tudo que represente obrigação financeira da Associação.
- Art. 20º - Compete ao Vice - Presidente:
 - I- Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
 - II- Assumir o mandato de Presidente, em caso de vacância, até o seu término;
 - III- Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

ANEXO

Art. 25.º — ~~Composto~~ ~~as~~ O Conselho Fiscal será constituído por três membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 26.º — O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o da Diretoria e, em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 27.º — Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II - examinar o balanço ~~trimestral~~ ^{anual} apresentado pelo Tesoureiro, opinando o respeito;
- III - apresentar relatórios de receitas e despesas sempre que forem solicitados;

Parágrafo Único — O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

- Art. 21 - Compete ao 1º Secretário:
 - I - Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as atas;
 - II - Divulgar todas as notícias das atividades da Associação.
- Art. 22º - Compete ao 2º Secretário:
 - I - Substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos;
 - II - Assumir o mandato em caso de vacância até o seu término;
 - III - Prestar, de modo geral a sua colaboração ao 1º Secretário.
- Art. 23º - Compete ao 1º Tesoureiro:
 - I - Contabilizar auxílios, donativos e/ou qualquer outra espécie de contribuição para a Associação, mantendo em dia a escrituração;
 - II - Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
 - III - Apresentar relatórios sempre que forem solicitados;
 - IV - Apresentar relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
 - V - Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à Tesouraria;
 - VI - assinar, com o Presidente, tudo que represente obrigação financeira da Associação.
- Art. 24º - Compete ao 2º Tesoureiro:
 - I - Substituir o 1º Tesoureiro nas suas faltas e impedimentos;
 - II - Assumir o mandato em caso de vacância até o seu término;
 - III - Prestar, de modo geral a sua colaboração ao 1º Tesoureiro.
- Art. 25º - As atividades dos diretores serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.
- Art. 26º - A Associação distribuirá entre os grupos de Folias de Reis associados as verbas que porventura vier a ganhar de órgãos públicos ou privados e/ou das leis de incentivo cultural.
- Art. 30 - A Associação será mantida através da doação de pessoas, órgãos Públicos ou privados e/ou das leis de incentivo cultural.

anexo →

- 31 - CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO
- Art. 28º - O patrimônio da Associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e/ou qualquer coisa que for adquirida através de doação.
 - Art. 29º - No caso de dissolução da Associação, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, legalmente constituída em atividade.

- CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. ~~30~~³³ - A Associação será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.
- Art. ~~31~~³⁴ - O presente Estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria (absoluta) dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.
- Art. ~~32~~³⁵ - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.
- Art. ~~33~~³⁶ - O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral realizada no dia/...../..... e entrará em vigor na data do seu registro.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do Presidente

Ata da Reunião

13 /09 /2007

RESUMO

REUNIÃO COM MESTRES DE FOLIAS DE REIS DO ESTADO DO RJ
AUDITÓRIO DO 11º ANDAR
DATA: 26 DE JUNHO DE 2007

ASSUNTO: LEI Nº 4509 /2005 QUE ALTEROU A LEI Nº 1989 /1992, QUE ISENTA OS GRUPOS DE FOLIAS DE REIS DA OBRIGATORIEDADE DE PORTAREM LICENÇA ESPECIAL EXPEDIDA PELAS DELEGACIAS DE POLÍCIAS.

Marcus Monteiro:

É um prazer enorme recebê-los aqui. Estava falando com a Delzimar sobre a dívida que o estado tem com o patrimônio imaterial. São décadas de falta de uma política que de fato atenda a esse segmento. Hoje em dia está muito na moda porque o IPHAN desenvolveu uma legislação que protege. De fato não queremos só o registro dessas manifestações. Precisamos de fato fomentar, apoiar, direcionar recursos para que essas manifestações não terminem de uma hora para outra. Temos tantos exemplos de folias que deixaram de existir, bandas centenárias que deixaram de existir, manifestações fantásticas, como a bênção da farinha, em Saquarema que não existe mais. É uma preocupação muito grande do INEPAC . Por isso que a Delzimar atravessa geração à frente do Departamento de Folclore , porque é uma pessoa, indiscutivelmente, uma das mais capazes nessa área de gerenciar esse setor dentro do Instituto. Apesar de tudo isso, dessa boa vontade toda, nos angustia muito a situação a qual nós estamos acompanhando. Como os senhores sabem precisava ter autorização especial da polícia, para que os grupos folclóricos pudessem manifestar-se. Então um deputado trouxe uma nova lei que dizia o seguinte: "ficam os grupos de folias de reis, expressão da cultura popular das mais significativas do estado do Rio de Janeiro, isentos da obrigatoriedade da licença especial expedida pelas delegacias de polícia desde que organizados em associações sem fins lucrativos e com objetivo de preservação, conservação e incentivo ao folclore brasileiro." O que no primeiro momento possa parecer uma coisa extremamente positiva, na realidade amarra os grupos de folias de reis para que eles se organizem e em alguns casos fiquem nas mãos de verdadeiras máfias que se aproveitam do trabalho de vocês, no sentido até de se beneficiarem financeiramente. Isso é muito perigoso, porque afinal de contas quem é o dono da cultura? Essas pessoas que se dizem os donos da cultura e que querem organizar de uma determinada maneira , provavelmente não tem dono de folia, o que eles querem, é se beneficiarem disso . Na realidade é respirar com o

pulmão de vocês. É uma obrigação do INEPAC, sim, ajudá-los nesse movimento de tentar resgatar verdadeiramente ,enquanto política pública, aquilo que nós achamos que é certo, ou seja, isso é uma manifestação espontânea. Cabe ao estado colaborar, fomentar de que maneira for. Acho que essa maneira quem tem que dizer são vocês, não é o poder público. Quando eu digo o poder público eu me refiro à Secretaria de Cultura e ao INEPAC. Estamos aqui para ajudá -los no que for preciso, não ditar normas. Vocês chegaram até aqui sem a ajuda de ninguém. As folias e as demais manifestações não podem morrer . Trata-se de saber que deverá passar às gerações vindouras. O registro é importante, mas o acontecer é muito mais importante. Queria destacar aqui , como já destaquei, a presença da Delzimar; o superintendente de arte e educação da Secretaria de Cultura, Caíque Botkay; a Profª Nanci Rabelo,diretora de Apoio às Manifestações Culturais do INEPAC; o Affonso, conselheiro de cultura; Cáscia Frade e principalmente todos vocês que são o objetivo maior da nossa reunião.

Portanto estamos aqui reunidos para propor uma estratégia para isso em conjunto. Tem que haver uma pressão por parte dos grupos de folia, da Secretaria de Cultura e do INEPAC. Eu queria escutar agora o Caíque Botkay no sentido de comprometê-lo, comprometer o secretário de cultura, comprometer a Secretaria de Cultura, depois o Affonso, comprometer o Conselho de Cultura. Vamos comprometer e cobrar das pessoas , através da imprensa . Podemos sair hoje daqui com um grande encontro de folias de reis programado. Propomos no teatro Municipal , num espaço bem bacana, para chamar a atenção para o problema. Se não incomodar, não der visibilidade, não existe a demanda. A opinião pública começa a se manifestar. Temos que compartilhar os nossos problemas com os diversos setores da sociedade que é quem vai nos apoiar. As folias se reuniram ou grande parte, ou uma parcela considerável. Queremos dizer "essa lei não pega". Se não é para nos beneficiar nós queremos a outra. Como é que nós vamos fazer isso , isso nós vamos discutir aqui hoje, se todos estiverem de acordo.

Acho que encontrei uma solução. Vou ligar para o André e pedir uma reunião com ele. Vou adequar a minha a agenda dele. Se ele não puder, vamos apelar para a sensibilidade dele no sentido de que ele modifique a lei 4509/2005. Continue com o nome dele. Não há problema. O ideal é modificar a lei. Se isso não resolver vamos fazer o seguinte: "criar uma associação dentro do INEPAC. Ninguém vai precisar pagar nada, porque vocês já pagam. Quando você paga seu imposto ou compra qualquer coisa que o imposto já está embutido ali, já estão pagando o telefone do INEPAC, o papel do INEPAC, a tinta do computador do INEPAC, a funcionária do INEPAC. Então quando a folia vier para tirar o documento, ela já é associada ali. A gente inventa um nome "Associação dos Reis Livres" , ligado à liberdade: " Associação da Liberdade dos Reis". Quanto

custa? – Nada. Já tira sua carteira. A associação vai funcionar dentro do INEPAC. Ninguém paga nada. Quer dizer a gente já paga. Esse prédio todo aqui é mantido com dinheiro do nosso bolso. A gente mantém a associação. Aqui já funciona a Comissão Fluminense de Folclore. Já funciona o Conselho Estadual de Tombamento, pode funcionar perfeitamente uma associação. Então se o problema for associação, a gente cria a nossa. Então essa é a minha sugestão. Tomara que um dia a folia tenha um representante, um de vocês, quem sabe, para defender os seus interesses lá na Assembléia.

O secretário atual de cultura, Luís Paulo Conde, tem vontade de fazer um grande encontro de folias de reis no estado.

Vamos organizar novamente o encontro em 2008, lá na praia do Russel, em frente à estátua de São Sebastião e ninguém vai implicar com a gente, que a gente não vai deixar. A gente pode até marcar no dia 20 de janeiro marcar um super encontro, até no resgate dessa tradição. Já vou encaminhar isso. Vou dizer: "- Secretário, a proposta foi aceita, nós vamos dia 20 de janeiro." Até lá não custa, num espaço de 10, 15 dias a gente já vai ter uma resposta do André e se for uma resposta negativa, a gente já monta a nossa associação aqui, as pessoas já chegam e já se associam na hora já tiram sua carteirinha, a gente começa dar todo o apoio. Acho que é um bom momento. Acho que essa reivindicação tem que ser para o INEPAC, para o Conselho Estadual de Cultura, com cópia para o secretário de Cultura e para o governador do estado. Então minha sugestão: mandar para o INEPAC, no meu nome, mandar para o Conselho Estadual de Cultura, que eu tenho certeza que o Affonso vai defender isso, porque de lá saem recomendações, o secretário estadual de cultura e o governador Sérgio Cabral. Acho que nós temos que comprometer todas essas pessoas. O governador, eu tenho certeza porque é um homem comprometido com a cultura popular. Vamos dar esse voto de confiança, vamos acreditar, vamos organizar o nosso encontro para o dia vinte de janeiro. Foi um prazer enorme estar com vocês, podem ter certeza que tudo que foi combinado aqui vai ser cumprido.

DELZIMAR:

Não deve haver essa obrigatoriedade. Não é federação ou associação que identifica o grupo. Quem identifica o grupo não é polícia, não é deputado, não é governante, não é ninguém. É o órgão de cultura do estado ou do município. É o órgão de cultura através do INEPAC, portanto através da sua Divisão de folclore ou o órgão de cultura dos municípios. Só que esta lei veio modificada. Diz a mesma coisa que a outra dizia só que acrescentou o seguinte: desde que reunidos em associação. Então obrigatoriamente para ser reconhecido o grupo tem que estar associado, tem que estar filiado a alguma associação. Não que a gente ache que

seja errado estar filiado. Quem quiser estar filiado, esteja. Quem não quiser, não esteja. Só que aquele que não quiser, a gente não pode dar uma carteirinha, identificar, reconhecer como um grupo de folia de reis. Aí é que está a grande questão. Esta reunião é justamente para que vocês decidam o que vocês querem: querem que esta lei continue como era antes, desde 1992? Ou querem que fique do jeito que está assim hoje? O "desde que" dificultou, não podemos reconhecer, por exemplo, o grupo da mangueira, Sagrada Família. Não podemos dar uma carteirinha porque eles não estão ligados à associação nenhuma. Não podemos reconhecer os grupos como patrimônio da cultura fluminense porque não estão filiados a uma associação? É isso que a lei diz! É isso que está em vigor hoje. Esta reunião é para que vocês decidam isso. Queremos que fique do jeito que está, queremos que fique como era antes. Aí a gente vai tomar as medidas cabíveis, necessárias para que esta lei volte a ser como antes ou não faz nada, continua do jeito que está. Que todos sejam reconhecidos pelo órgão de cultura. Estejam ou não filiados a alguma associação.

Todo o dia 20 de janeiro, em frente à estátua de São Sebastião, lá na praia de Russel, ali na Glória, os grupos iam encerrar os seus ciclos, cantando para São Sebastião. Fizemos durante onze anos esse encontro que encerrava o ciclo natalino no estado do Rio lá. Acho que isso incomodou alguém e aí D. Eugênio Salles resolveu implicar com aquela ida das folias lá, não entendia bem aquilo e proibiu.

CAÍQUE BOTKAY:

A minha superintendência é arte e educação. Só que a educação aqui é a educação da alma que a gente está falando. Daí o meu encanto com a questão da arte popular. Sempre acho que a arte popular é que salva a nação. Isso é um conceito que eu tenho. É o que alimenta essa nação da sua história, do seu futuro e do seu passado. Tenho que falar das preocupações, do quanto comprometido já me sinto, que uma delas é uma briga mais pesada que é a questão de rádio e televisão no Brasil. O que elas estão divulgando não sei se é o que interessa aos nossos filhos, a um pensamento brasileiro. Acho que alguém tem que estar agindo, pra cobrar dessas emissoras, porque que elas não trabalham com a nossa arte, com a nossa cultura, com os nossos valores. A outra questão é do financiamento através dos impostos que os governos deixam de receber tanto o município quanto o estado, quanto a União. Chama-se isenção fiscal. Então a empresa deixa de pagar um pequeno percentual de seu imposto para investir em cultura. Só que eu duvido que alguns de vocês já tenham tido algum incentivo com esse tipo de investimento cultural. Está

botando o dinheiro da cultura, o dinheiro público, que é o dinheiro de imposto, na mão do empresário, na mão do cara do marketing da empresa. Os grandes nomes dessa mesma televisão que eu estava falando. É um círculo vicioso. Essa é uma luta que eu tenho levado já há algum tempo. Aqui dentro o que eu venho querendo fazer? Recuperando o fundo de cultura do estado que é um projeto que já existe, já está regulamentado, mas está dormindo dentro de uma gaveta. A verba que vem oficialmente escrita do fundo de cultura. O que é o fundo de cultura? É a verba que a própria Secretaria pode usar em coisas que ela acha importante, não tem nada a ver com o empresário que está lá descontando o imposto dele. Com esse fundo a gente pode colocar o dinheiro onde eu acho que ele merece ir que é para a cultura brasileira. Então o que for preciso o que for necessário, o que Marcus precisar de mim, da minha superintendência, da minha equipe, de qualquer manifestação, de um encontro de folia, a gente pode falar com o pessoal da UERJ. Acho muito rico esse intercâmbio de folias com os estudantes. Resumindo: o que vocês precisarem podem contar, de coração, com esse soldado.

CÁSCIA FRADE:

Acho que a associação é ótima. Ela ajuda a resolver problemas, a gente quando está junto fica mais forte. Mas quando um político está interessado que a gente se associe, a gente tem que desconfiar. Não é só porque eu sou mineira não. Por que ele está interessado nisso? Por que está propondo que as folias se associem se ele nem pagou o cachê que está devendo a vocês há quantos anos atrás? Quer dizer, não está pensando em folia, não! Eu acho que esta idéia que o Marcus apontou aqui é perfeita, porque cria a associação. Quem quiser que se associe quem não quiser que não se associe e não torna as folias reféns, prisioneiras de nada. A tal história de associação livre. Tem um sentido duplo, vem quem quiser, quem quer ficar junto fica, mas isso não inibe a concessão da licença, o reconhecimento da folia de reis como um bem patrimonial do maior valor no cenário da cultura brasileira.

AFFONSO FURTADO

Sou aficionado do associado, da associação, aliás, eu sou uma associação, porque a Comissão Fluminense de Folclore é uma associação. A associação é uma família. Fortalece o grupo, mas ela tem que ser baseada num estatuto bem atualizado que permita a alternância de poder. Tem que ter força. Os políticos vão à associação para se prevalecer de benefícios. Os políticos vão à associação, prometem Deus e o mundo e depois vão embora. Essa idéia do Marquinho, eu acho excelente.

OPINIÕES DOS MESTRES SOBRE O ASSUNTO EM PAUTA:

- "Conforme estava, estava muito bom porque o mestre ali não precisa sair de casa, o outro também, correndo atrás da delegacia, do delegado. Sem associação, o dinheiro que a folia arrecada é aquela festa em que todo mundo come, todo mundo bebe, se diverte. Já numa associação vai ficar submisso." (Gigante)
- "Sou filiado, catalogado na Divisão de Folclore. As pessoas aqui pelo menos a maioria são individuais com seus grupos de folias de reis. Porque se o dono da folia não botar a folia na rua ela não sai. Não depende de associação, de confederação, de governo não tem dependido de nada até hoje. Eu conversei bastante com o André, mas não fui eu que propus essa lei. Mas foi num período que por acaso eu estava há alguns meses presidente da Federação de Reisado do Rio de Janeiro. Então eu saí por divergência, me afastei, larguei, a palavra é essa, mas eu acho que a intenção dele foi das melhores. Se reunirmos uma porção de pessoas, até da Divisão de Folclore, com algum representante, e explicar a ele, vai consertar com tranqüilidade. (Milton Lecir Gomes)
- "Venho comandando a folia de reis há 48 anos. Eu ultimamente estava cantando em Guamariz com um senhor chamado seu Tio
- "Eu cheguei muitas vezes na delegacia, na 35. Uma ocasião eu fui parar até em Nova Iguaçu, que não tinha nada a ver. Eu cheguei lá, protocolava ali a licença. Aí você em tal dia vem aqui buscar. Quando ia buscar o cara dizia: o delegado quer falar com você. O delegado perguntava isso aqui o que que é, é carnaval... é bumba-meu-boi o que que é isso aqui? Explicava tudo pra ele o que que era, aí ele marcava uns dez ou quinze dias pra gente voltar lá. Às vezes cai nas mãos de autoridade que não sabe definir aquilo ali. Então acho que deve continuar no que nos estamos. Aqui podia ficar conforme tem os problemas que a gente resolve aqui com a Delzimar. Ficar com ela resolver o problema de um documento, qualquer carteira que vinha. Porque surgindo uma nova associação, conforme tem algumas por aí. A situação da folia de reis, da minha jornada, eu pessoalmente conheço muita jornada. Não tem lucro financeiro, não tem nada; o que nós temos é conseguido com o nosso suor, entre amigos, às vezes da própria folia." (Waldir João de Faria, da Jornada Estrela da Guia)

- “ Fornecíamos a licença para todas essas folias que estão aqui, todos os reiseiros aqui. Fornecemos ainda. Alguns deles deixaram, por qual motivo não sei. Nós cobrávamos, nós não cobrávamos, nós pedíamos uma cooperação de todos os reiseiros, das folias que dessem uma base de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por ano. Isso é anual. Essa verba que nós arrecadamos lá dá apenas pra comprar papel. Nós fornecíamos a licença, fornecemos uma carteirinha. Uma verba que não era pra fim lucrativo. Estamos um pouco falidos. O prefeito quer nos tomar a sala, conforme o Prof. Affonso sabe. Estamos passando por uma situação financeira muito fraca, muito ruim. Os governantes praticamente nos abandonaram. Estamos sem água, sem luz, sem banheiro, situação muito precária. Se puder dar uma força melhor pra gente, porque nós estamos dentro do reisado, isso é um folclore e nós não podemos deixar cair, conforme já foi dito aqui. Isso já vem desde o princípio do mundo, de geração em geração, então nós não podemos deixar cair, conforme muitos grupos aí já se acabaram. Nós já tivemos cerca de quatrocentos e oitenta grupos na Federação. Hoje, se nós tivermos lá sessenta grupos. Não chega nem a sessenta grupos. Os governos antigos deram as costas. Do jeito que está fica difícil de continuar. (Antônio Marcelino de Marins - Vice-presidente da Federação de Reisado do Estado do Rio de Janeiro, atualmente secretário geral)
- “Venho comandando a folia de reis há 48 anos. Eu ultimamente estava cantando em Queimados com um senhor chamado seu Tino que Deus o tenha num bom lugar. Fiquei uns 12 anos com ele, Estrela Dalva também. Só dou sorte com Estrela Dalva. Ele morreu e os filhos não quiseram mais. Vim para outra Estrela Dalva. Estrela Dalva do Pilar, lote 15. D. Eliane é a dona da jornada. Não sou o mestre da jornada. Sou um ditador da palavra que está na Bíblia que todo o reiseiro reza. Mestre só tem um que é Jesus Cristo, mas nós somos ditador da palavra dele e seguindo de casa em casa, dia e noite, noite e dia, fazendo aquilo que seja melhor para agradar o povo da moradia. Então eu acho bem melhor a nossa carteirinha chegar perto da folia.” (Evaristo Gonçalves Pena)
- “Pra mim no meu entendimento é o projeto anterior, mas vou fazer uma colocação: esse novo decreto em vigor, infelizmente é Brasil. Na festa do xará aí, por se tratar de muita gente, encaminhei à delegacia um comunicado, não pedi licença não. Coloquei “comunicação de evento”. A funcionária estranhou: “ – o delegado tem que fazer um processo aqui”. _ “Não estou pedindo licença” . O

- delegado falou: "Agradeço a vocês pela consideração que vocês tiveram a mim, porque não precisa de licença." Se este outro (decreto) Já estava em vigor não era para falar o que falou. Já era pra dizer que não tinha validade nenhuma. Mas é assim mesmo é Brasil. Para mim é o projeto primeiro." (Valdeci Coelho Leite - Bandeira Estrela Nova do Oriente)
- "Segui uma bandeira quatro anos, depois foi doado pra mim uma bandeira. Chama Estrela Nova do Oriente. Sigo com essa bandeira, hoje já tem 22 anos. Certos tempos eu seguindo com essa bandeira, encontrei uma pessoa dentro do ônibus. "- Sabe com quem está falando? Sou polícia." Eu falei: - o senhor é polícia, tudo bem. Eu também sou polícia no meu batalhão, porque tá todo mundo aqui na minha responsabilidade. O que acontecer com eles primeiramente Deus e depois sou eu. Ele falou assim -" a gente pode te levar preso." O senhor é quem sabe. -"Você tem documento?" -Tenho, sim senhor, mas só que não adianta eu me identificar com o senhor sem a sua identificação! Aí tava se aproximando a patrulha rodoviária, em Tribobó. Eu falei: - vamos parar aí na patrulhinha que ali a gente conversa melhor. Eu não sei conversar, o senhor é polícia... Aí em apanhei a carteira . Já que o senhor não quer se identificar, a minha carteira é essa do grupo. Ele olhou, olhou e disse:- "- Pode ir embora." Se eu não tivesse nada para apresentar a ele, ele ia arranjar um sebo comigo. Ou pior, querer um dinheiro, mas reiseiro não tem dinheiro. Bota a bandeira na rua. Tem que pagar a passagem do folião, os senhores que estão aí e são donos de bandeira, os senhores sabem disso. Tem que andar com um trocadinho para pagar a passagem do folião, porque infelizmente não somos nós que precisamos deles, a gente precisa deles e eles precisam da gente. Ele vai pra se divertir, pra cantar, pra bater a caixa, pra bater bombo, pra tocar a sanfona, mas a gente tem que custear a despesa deles. Eu pago pra ter a minha jornada na rua, mas estou satisfeito. Pago lavagem de roupa, compro sabão. Todos os senhores que são donos de bandeira fazem isso. A despesa cai em cima do dono da jornada. A única coisa que a gente ganha é a oferta da bandeira pra fazer a nossa festa que nem todos estão podendo dar. A situação agora ficou ruim. Quando eu fiz a festa lá foram 15 (quinze) folias. Graças a Deus todo mundo saiu satisfeito. Mas sobre a nossa lei eu acho que a lei que deve continuar é essa aqui. Quem sancionou essa lei não sanciona mais. Deixa essa lei quieta." (Waldeci Marcelino – Estrela Nova do Oriente)

- Eu apóio esta lei antiga. (Marília da Silva _Alferes da folia de reis Reisado Flor do Oriente)
- Estou satisfeita, muito obrigada a todos. Não tenho muito a falar. (Maria dos Anjos Natividade da Silva, a D. Preta. Sou a D. Preta - Bandeira do Oriente, de Santa Cruz da Serra.)
- "Circulo esse Brasil todo com o reisado de Valença porque sou coordenador do movimento da minha cidade. Também já recebi uma vez uma portaria pelo Prof. Affonso isentando as folias desse problema de ter que ir para a delegacia tirar licença para sair com seu grupo. Aconteceu o seguinte: ficamos uns três anos fazendo esse movimento mas depois, com a mudança de delegado, começou exigir novamente que a gente voltasse a tirar a licença. Estamos tirando licença até hoje. Temos uma associação que já tem 18 (dezoito) anos, mas já trabalho com encontro em Valença há mais de 35 (trinta e cinco) anos. Valença é uma cidade que tem mais folias de reis no estado do Rio. Estou aqui para ver como será melhor para os grupos.(Duílio Guarinis)
- "De antemão digo que sou favorável a primeira lei, mas também sou favorável que devemos nos organizar em associação sim, porque a folia de reis hoje ela é precária de vários recursos: instrumentos, vestimentas, meio de transportes. Tudo que é organizado você tem portal para conseguir o que você almeja. Então, se você tem um CGC , se você tem uma inscrição municipal e estadual, você está apto a recorrer qualquer recurso, porque você tem ali a sua organização. Sou favorável a primeira lei." (Hevalcy , da Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira.)
- Sigo o que o Hevalcy falou. Sou favorável a mesma lei. (José Coutinho - contramestre da folia Sagrada Família da Mangueira.)
- "O que eu tenho a dizer que eu venho caminhando com a bandeira Anúncio Balaão há vários anos. Já tive grandes problemas nos distritos, com a licença. Já levei aqui, teve que a D. Cáscia teve que ir no distrito liberar uma licença que foi presa. Se eu não tivesse ela naquela hora eu estava sem a licença. Mas Deus ajudou, ela foi,

resolveu o problema da melhor maneira e o grupo foi pra rua visitar os penitentes. Então, hoje nós estamos aqui reunidos, para o melhor, um documento que a gente precisa para sair pelas ruas, porque a gente é embargado, de vez em quando tem um para embargar a gente, procurando documento, procurando isso. Quer saber que que é o grupo. Não entende nada e quer saber. Nós precisamos da primeira lei, o que tiver do melhor pra nós. Se alguma coisa foi mudada, a gente tem que ter a melhor. Eu tenho por mim que quem assinou na época foi o governador do estado, o Brizola. Um governo não pode tirar a palavra do outro. Queremos sair com uma licença e poder apresentar as autoridades, pra gente ficar livre, porque eles vêm mesmo. Vêm em cima da gente, quer saber quem é o chefe. Vêm com grosseria. Isso é uma religião, catolicismo que a gente tá pregando para a população. Não, é samba, não é carnaval, não é nada. É uma religião que a gente tá pregando. Precisa de um documento necessário. (Jesus Conti, de Mesquita - Bandeira Anúncio Balaão)

- Eu concordo que seja uma mudança que favoreça a todos. (João Guedes - Estrela dos Reis do Catumbi)
- Queria dizer a vocês que estou de acordo com o que vocês combinaram, desde que seja em benefício das folias. (Jorge André Ribeiro - Bandeira Estrela do Oriente – Itaboraí)
- “Associação nem confederação nem nada. Sou eu mesmo que faço. Só não vou registrar porque chega lá eles pedem outra documentação, mas eu ando com a carteira da Secretaria de Estado no bolso. O representante de folia, às vezes, é grosso. Se a secretaria de estado fornecer as carteiras pras folias, tudo bem. Ela defende que tenha uma pessoa que seja responsável por todos que estejam aqui e queiram botar um grupo na rua. Mas, porque a política briga por causa dessas coisas que estão aí, nós brigamos pra poder a folia ir pra rua que é o que nós gostamos de fazer. Não é só o folclore, não. Nós gostamos de viver isso. Tem que entender que nós não colocamos só por causa do folclore, nós gostamos de viver isso. Quando a gente coloca a folia no final de ano na rua é um sacrifício terrível, mas não é a lei de um político de um ...Cabral que esteve lá pra trás né, não é a lei do Paulo Amorim Banana – que por acaso ele mora na Vila Kennedy. Então a gente tá num meio, eu conheço o seu Affonso, a gente está aqui no meio dos foliões que

a gente conhece muita gente da cultura popular. Às vezes conhece assim só de passagem. A nossa realidade é que com licença ou sem licença a gente de uma forma ou de outra sai, nem que seja na nossa comunidade. Agora nós temos que entrar num entendimento. A associação que tem que fazer aqui no Rio, nós procuramos fazer igual ao que o Hevalcy falou, nós procuramos fazer uma associação aqui, mas eu entendo, igual a federação dizia que a gente não tem estatuto não pode sair, tem que ser filiado lá. Isso aqui é uma realidade. A maioria aqui é filiada à federação de reisado e alguma associação da maioria." (Milton Lecir Gomes, da Folia de Reis Manjedoura de Mangueira-Morro da Mangueira)

(Resumo da reunião dos mestres. Texto completo arquivado na Divisão de Folclore)

Lista de Presença

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: Rua da Ajuda, 5 - 11º andar

DIA: 26/6/2007
HORA: 15 h

- 1 - Walden João de Maria ✓
- 2 - Fidélis Luciano Baretto ✓
- 3 - Evaristo Pinheiro Pereira ✓
- 4 - Yosi Fernandes dos Santos ✓
- 5 - Antônio Marllino de Maria ✓
- 6 - Látia Carvalho Ferreira ✓
- 7 - Márcia Silva ✓
- 8 - Luciana Brandão C. Luis da Cruz ✓
- 9 - Afonso M. Furtado da Silva ✓
- 10 - Cássia Souza ✓
- 11 - Maria Celina de Jesus - ONG "Coatiba" ✓
- 12 - Milton Luis Gomes ✓
- 13 - ~~_____~~
- 14 - ~~Waldemar~~ ✓
- 15 - EMANUE BOTKAY ✓
- 16 - ~~Guilherme~~ ✓
- 17 - ~~_____~~
- 18 - Marcela J. Silva ✓
- 19 - José Rautimhe Gomes ✓
- 20 - Zeno Banti ✓
- 21 - Geraldo dos Santos ✓
- 22 - Ailson José Rodrigues ✓
- 23 - Maria dos Anjos ✓
- 24 - Jorge André Ribeiro ✓
- 25 - João dos Santos ✓
- 26 - Renato M. Baretto ✓
- 27 - Amélia ✓
- 28 - ~~_____~~

Texto da Lei Alterada

| | | | |
|--------|-----------|-------------|------------|
| Lei nº | 4509/2005 | Data da Lei | 13/01/2005 |
|--------|-----------|-------------|------------|

▼ Texto da Lei | Em Vigor |

**LEI Nº 4509, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.
ALTERA A LEI Nº 1989, DE 23 DE ABRIL DE 1992, QUE ISENTA DE OBRIGATORIEDADE DA LICENÇA ESPECIAL OS GRUPOS DE FOLIAS DE REIS E DEMAIS GRUPOS FOLCLÓRICOS.**

A Governadora do Estado do Rio de Janeiro,
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 1.989 de 1992 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam os grupos de Folias de Reis, expressão de cultura popular das mais significativas do Estado do Rio de Janeiro, isentos da obrigatoriedade da “Licença Especial” expedida pelas Delegacias de Polícia, desde que organizados em associação sem fins lucrativos e com objetivo de preservação, conservação e incentivo ao folclore brasileiro.”

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 2005.

ROSINHA GAROTINHO
Governadora

▼ Ficha Técnica

| | | | |
|--------------------|-------------|---------------------------|--|
| Projeto de Lei nº | 989-A/2003 | Mensagem nº | |
| Autoria | ANDRÉ DO PV | | |
| Data de publicação | 14/01/2005 | Data Publ. partes vetadas | |

Assunto:
Folclore, Folia De Reis

| | |
|-------------------|----------|
| Tipo de Revogação | Em Vigor |
|-------------------|----------|

Texto da Revogação :

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/4b7c158d...> 21/12/